



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MATEUS TORELLI FIDELIS

**“NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ:  
CONFLITOS TERRITORIAIS, CORONELISMO E VIOLÊNCIAS  
(1880-1930)**

MATEUS TORELLI FIDELIS

**“NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ:  
CONFLITOS TERRITORIAIS, CORONELISMO E VIOLÊNCIAS  
(1880-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim.

Londrina  
2026

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

F451q Fidelis, Mateus Torelli.  
Norte Pioneiro do Paraná : conflitos territoriais, coronelismo e violências  
(1880-1930) / Mateus Torelli Fidelis. - Londrina, 2026.  
190 f. : il.

Orientador: Rivail Carvalho Rolim.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina,  
Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História  
Social, 2026.  
Inclui bibliografia.

1. Norte Pioneiro do Paraná - Tese. 2. Colonização - Tese. 3. Memória - Tese.  
4. Conflitos sociais - Tese. I. Rolim, Rivail Carvalho. II. Universidade Estadual de  
Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em  
História Social. III. Título.

CDU 93

MATEUS TORELLI FIDELIS

**“NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ:  
CONFLITOS TERRITORIAIS, CORONELISMO E VIOLÊNCIAS  
(1880-1930)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Lucio Tadeu Mota  
Universidade Estadual de Maringá – UEM

---

Londrina, 02 de março de 2026.

Dedico essa dissertação à minha mãe, Aparecida de Jesus Torelli (*in memoriam*), minha maior incentivadora, inspiração e exemplo.

## AGRADECIMENTOS

No caminho percorrido no processo de mestrado – e até mesmo antes de iniciá-lo –, tive o privilégio de receber forças de diferentes lugares (afetivos e institucionais) para a efetivação dessa trajetória. Portanto, primeiramente, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida e pelo fomento necessário para o desenvolvimento desta pesquisa; ao Programa de Pós-Graduação em História Social e à Universidade Estadual de Londrina, mais especificamente ao Serviço de Bem-Estar à Comunidade – SEBEC, por me acolher na Moradia Estudantil e oferecer serviços essenciais como o Restaurante Universitário. Muito obrigado por tudo!

Agradeço às instituições que me receberam no momento da pesquisa, de maneira física ou remota: à Fundação Biblioteca Nacional (RJ), ao Acervo do Estadão (SP), ao Centro de Documentação e Memória da UNESP (SP), ao Centro de Documentação Histórica da UENP (PR), à Biblioteca Pública Municipal de Cambará (PR), à Biblioteca Pública Municipal de Londrina (PR), à Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba, PR) e ao Museu Nacional dos Povos Indígenas (RJ).

Além das instituições e dos lugares de memória, é necessário ressaltar que não existe pesquisa escrita sem pessoas. Nesta pesquisa, há um pouco de mim, do que fui e do que sou; há também um pouco das pessoas que passaram e permanecem em mim – meus lugares de afeto, escuta e formação.

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim, por ter acolhido meu trabalho e pela confiança depositada em mim. Por me escutar, por me compreender e por toda a ajuda necessária. Além disso, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota e ao Prof. José Miguel Arias Neto, por aceitarem ser membros da banca na qualificação/defesa e pelas sugestões e apontamentos que colaboraram para o desenvolvimento do trabalho. Ainda assim, agradeço ao Prof. José Miguel pelas aulas de Teoria da História, nas quais tive o prazer de escutá-lo e aprender pontos essenciais – e, diga-se de passagem, complexos – sobre essa disciplina. Por meio delas, rompi diferentes preconceitos sobre algumas correntes historiográficas (como o Historicismo Alemão e a História Metódica Francesa). Além disso, gostaria de agradecer-lhe por me acolher tão bem, enquanto diretor, no Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica “Enezila de Lima” da UEL. Agradeço, também, à Prof. Dra. Sílvia Cristina Martins de

Souza, pelas aulas e por ter aceitado o convite

de ter sido minha orientadora no estágio em docência.

Agradeço imensamente à Profa. Dra. Edméia Ribeiro, diretora do Museu Histórico de Londrina, por toda a ajuda e apoio prestados, por me acolher no Museu e, também, por ser uma fonte de inspiração para mim. Não tenho palavras para descrever o quão grato sou por tê-la conhecido nessa trajetória. Também estendo meus agradecimentos a todas as pessoas do Museu Histórico de Londrina, estagiários(as) e funcionários(as), os(as) quais foram fundamentais pelas práticas desenvolvidas nesse espaço.

Sou grato a alguns professores do Colegiado de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), pelo apoio e pela formação. Agradeço, especialmente, ao Prof. Dr. Marcio Luiz Carreri, meu primeiro orientador, por todo o incentivo prestado no período da iniciação à pesquisa; ao Prof. Dr. Luís Ernesto Barnabé, por me iniciar no mundo da leitura e pela motivação depositada em mim no primeiro ano do curso; à Profa. Dra. Cleonice Elias da Silva, por me despertar a vontade de ser professor e apresentar, através das aulas e do estágio, uma perspectiva realista e aprofundada sobre o contexto educacional brasileiro.

Agradeço ao Prof. Dr. Flávio Wiik, uma pessoa muito gentil e um intelectual admirável, pela leitura do trabalho no período da pós-qualificação e por algumas sugestões sobre o segundo capítulo, as quais foram muito importantes para o aperfeiçoamento. Agradeço por me acolher no Projeto de Pesquisa Antropologia no tempo, lugar de encontro e discussões profícuas.

Agradeço ao Prof. Dr. Jefferson Domingues, meu amigo, camarada e diretor da Escola Estadual Indígena Yvy Porã, e à Profa. Gêssica Nunes, educadora admirável, aos quais foram fundamentais em minha trajetória. Estendo meu agradecimento à todas as pessoas do Território Indígena Pinhalzinho, lugar de ação política, teórica e de inspiração para as juventudes que pretendem transformar o Brasil em um país melhor.

Agradeço aos meus companheiros de quarto da Moradia Estudantil, Anderson Sobrinho, Fábio Kenta e Nicolas Aguiar e, além disso, sou grato por ter sido acolhido no Laboratório de Geografia Agrária (LABGEA), apresentado pelo Nicolas, onde conheci Francisca Reis, Felipe Aguiar, Andréia Bonfim, entre outras pessoas, que foram essenciais nas trocas de ideias (formais e informais). Ao Pedro Marfort, por ter me ajudado na confecção dos mapas para o presente trabalho.

Também agradeço à Profa. Dra. Jaqueline Vercezi e ao Prof. Dr. Sergio Nabarro. Pessoas incríveis.

Um agradecimento especial ao Wilson Maestro e ao Matheus Pelaquim, pelas conexões e reflexões no “Labhis UEPTB”. Encontrar pessoas para discutir textos voltados à História Pública, História Regional e Teoria da História foi um alento, senão uma raridade – no contexto solitário e selvagem da academia. Também agradeço a todos(as) os(as) companheiros(as) do mestrado, que me ajudaram de alguma forma.

Também agradeço aos amigos e amigas que fizeram parte deste processo fora do ambiente acadêmico e institucional. Agradeço imensamente ao Carlos Daniel Dutra, uma das primeiras pessoas a me ouvir sobre o pré-projeto de mestrado e a me incentivar a ingressar no PPGHS; ao Gabriel Henrique Zanatta, meu irmão, por sempre acreditar que eu posso chegar mais longe; ao Igor Coutinho, por ter sido minha inspiração para entrar no curso de História e pelo incentivo; à minha amiga Julia Menossi, ótima pesquisadora e exemplo de pessoa, pelo apoio e incentivo; a todas as pessoas com quem tive uma conexão, no momento da pesquisa, entre as cidades de Londrina, Jacarezinho, Cambará e Ourinhos.

Sou muito grato à minha mãe, Aparecida de Jesus Torelli, por muitas coisas que fez por mim em vida terrena: por cuidar de mim, ensinar a amar, por dar o meu primeiro gíbi e incentivar a entrar na Universidade quando nem minha própria família acreditava em mim. Aparecida, conhecida como Dona Cida ou Cidinha, sem ensino fundamental completo, diarista e que começou a trabalhar com dez anos de idade, pôde ver seu filho passar em uma Universidade. Essa conquista não é só minha. Infelizmente ela não pôde me ver formado, dando aula e com mestrado. Mas ainda sinto seu abraço depois do resultado do vestibular; esse é meu lugar de memória favorito. Ela é minha maior inspiração, exemplo e orgulho. Minha vontade de potência! Por fim, gostaria de agradecer à minha companheira, Thainah Cristiane Pereira, por sempre acreditar em mim e por estar comigo nos momentos mais difíceis; por ser, enquanto professora ou não, uma fonte de inspiração para mim; obrigado por me ouvir, por me acompanhar e pela leitura atenciosa deste trabalho. Obrigado por tudo.

A todas essas pessoas que foram citadas (e às que não foram), obrigado por existirem.

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

**Walter Benjamin, *Sobre o conceito de história* (1940)**

FIDELIS, Mateus Torelli. “Norte Pioneiro” do Paraná: conflitos territoriais, coronelismo e violências (1880-1930). 2026. 190 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2026.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo contrapor a visão de colonização pacífica construída acerca do processo de reocupação moderna da região conhecida como “Norte Pioneiro” do Paraná, localizada no nordeste desse estado. O recorte temporal adotado abrange o período de 1880 até 1930, momento de tensões sociais, em que a região recebia novos agentes para a construção e constituição dos povoados. No decorrer do século XX e início do XXI, surgiram diversas produções de diferentes áreas sobre o Norte do Paraná e o “Norte Pioneiro”, tendo como ponto de partida os campos da Geografia (Waibel, 1955; Monbeig, 1935), História (Mussalam, 1974; Wachowicz, 1987) e Memorialista (Crespo *et al.*, 1994; Batista, 1950; Faria, 2001; entre outros). Essas perspectivas, contudo, não consideraram os processos de violências perpetradas no período analisado, conferindo, assim, um sentido positivo à colonização, gerando a exclusão de outros agentes sociais. A metodologia consiste na análise historiográfica sobre como essas produções interpretaram a “ocupação” desse espaço. Para contrapor a essa visão, foi analisado os jornais disponíveis em sítios digitais, como a Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), acervo do Estadão e do Centro de Documentação e Memória da UNESP (Cedem), acompanhado de uma leitura a contrapelo de alguns relatos presentes nos livros memorialistas, buscando evidenciar como diferentes agentes históricos estavam atrelados às violências desse período. Para compreender essas violências, a pesquisa ficou organizada a partir de três dimensões para análise: conflitos interétnicos, conflitos políticos no mundo rural e urbano. Como aporte teórico para a interpretação das situações históricas presentes nessas dimensões, foi utilizado uma série de autores (Martins, 1996; Mota, 1998; Lima, 1995; Oliveira Filho, 1998; Leal, 2012; Goulart, 2004; entre outros). Evidencia-se, a partir dessa abordagem, que o processo de colonização não foi pacífico, mas envolveu uma série de elementos que configuram um cenário de violências, considerando os embates entre colonos e populações indígenas, o poder local e as perseguições políticas, bem como as violações contra trabalhadores rurais nas fazendas de grandes proprietários.

**Palavras-chave:** Norte Pioneiro do Paraná; Colonização; Violências; Memória; Conflitos Sociais.

FIDELIS, Mateus Torelli. “**Pioneer North**” of Paraná: territorial conflicts, coronelism and violence (1880-1930). 2026. 190 p. Master’s degree in Social History Dissertation – State University of Londrina, Londrina, 2026.

## ABSTRACT

This dissertation aims to counter the vision of peaceful colonization constructed around the process of modern reoccupation of the region known as the “Pioneer North” of Paraná, located in the northeast of that state. The time frame examined spans the period from 1880 to 1930, a time of social tensions, when the region welcomed new agents for the construction and establishment of settlements. Throughout the 20th century and early 21st century, several works from different fields emerged on Northern Paraná and the “Pioneer North,” starting with the fields of Geography (Waibel, 1955; Monbeig, 1935), History (Mussalam, 1974; Wachowicz, 1987), and Memoirist (Crespo *et al.*, 1994; Batista, 1950; Faria, 2001; among others). These perspectives, however, did not consider the processes of violence perpetrated during the period analyzed, thus giving a positive meaning to colonization and excluding other social agents. The methodology consists of a historiographical analysis of how these works interpreted the “occupation” of this space. To counter this view, newspapers available on digital sites, such as the Digital Newspaper Library of the National Library Foundation (FBN), the Estadão collection, and the Documentation and Memory Center of UNESP (Cedem), were analyzed, accompanied by a counter-reading of some reports present in memoirs, seeking to highlight how different historical agents were linked to the violence of this period. To understand this violence, the research was organized around three dimensions for analysis: interethnic conflicts, political conflicts in rural areas, and political conflicts in urban areas. As a theoretical contribution to the interpretation of the historical situations present in these dimensions, a series of authors were used (Martins, 1996; Mota, 1998; Lima, 1995; Oliveira Filho, 1998; Leal, 2012; Goulart, 2004; among others). This approach shows that the colonization process was not peaceful, but involved a series of elements that created a scenario of violence, considering the clashes between settlers and indigenous populations, local power, and political persecution, as well as violations against rural workers on the farms of large landowners.

**Key-words:** Pioneer North of Paraná; Colonization; Violence; Memory; Socials Conflicts.

FIDELIS, Mateus Torelli. «Norte Pionero» de Paraná: conflictos territoriales, coronelismo y violencia (1880-1930). 2026. 190 p. Tesis de maestría en Historia Social – Universidad Estatal de Londrina, Londrina, 2026.

## RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo contrarrestar la visión de colonización pacífica construida en torno al proceso de reocupación moderna de la región conocida como «Norte Pionero» de Paraná, situada en el noreste de este estado. El periodo temporal adoptado abarca los años 1880 a 1930, momento de tensiones sociales, en la que la región recibía nuevos agentes para la construcción y constitución de los pueblos. A lo largo del siglo XX y principios del XXI, surgieron diversas producciones de diferentes áreas sobre el Norte de Paraná y el «Norte Pionero», tomando como punto de partida los campos de la Geografía (Waibel, 1955; Monbeig, 1935), Historia (Mussalam, 1974; Wachowicz, 1987) y Memorialista (Crespo et al., 1994; Batista, 1950; Faria, 2001; entre otros). Sin embargo, estas perspectivas no tuvieron en cuenta los procesos de violencia perpetrados en el período analizado, lo que confería un sentido positivo a la colonización y generaba la exclusión de otros agentes sociales. La metodología consiste en el análisis historiográfico de cómo estas producciones interpretaron la «ocupación» de este espacio. Para contrarrestar esta visión, se analizaron los periódicos disponibles en sitios digitales, como la Hemeroteca Digital de la Fundación Biblioteca Nacional (FBN), el archivo del Estadão y el Centro de Documentación y Memoria de la UNESP (Cedem), acompañados de una lectura a contracorriente de algunos relatos presentes en los libros de memoria, con el fin de poner de manifiesto cómo diferentes agentes históricos estaban vinculados a la violencia de ese período. Para comprender estas violencias, la investigación se organizó en torno a tres dimensiones de análisis: conflictos interétnicos, conflictos políticos en el mundo rural y urbano. Como aporte teórico para la interpretación de las situaciones históricas presentes en estas dimensiones, se utilizó una serie de autores (Martins, 1996; Mota, 1998; Lima, 1995; Oliveira Filho, 1998; Leal, 2012; Goulart, 2004; entre otros). A partir de este enfoque, se evidencia que el proceso de colonización no fue pacífico, sino que implicó una serie de elementos que configuran un escenario de violencia, teniendo en cuenta los enfrentamientos entre colonos y poblaciones indígenas, el poder local y las persecuciones políticas, así como las violaciones contra los trabajadores rurales en las fincas de los grandes propietarios.

**Palabras clave:** Norte Pionero de Paraná; Colonización; Violencia; Memoria; Conflictos Sociales.

## LISTA DE FIGURAS

|                   |   |     |
|-------------------|---|-----|
| <b>Figura 1 –</b> | O Norte Pioneiro do Paraná e o recorte de estudo.....   | 19  |
| <b>Figura 2 –</b> | Demonstração das zonas pioneiras no século XIX e metade do século XX no território brasileiro .....         | 37  |
| <b>Figura 3 –</b> | Mapa com os “três nortes”: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo.....                                   | 59  |
| <b>Figura 4 –</b> | Norte Pioneiro – Desmembramentos.....   | 65  |
| <b>Figura 5 –</b> | Presença indígena em Santo Antônio da Platina (territórios, sítios arqueológicos e áreas de conflitos)..... | 97  |
| <b>Figura 6 –</b> | Marcelino Je-piaju e Maria Sapeá destacados no quadrilátero vermelho.....                                   | 126 |

## LISTA DE TABELAS

|  |     |
|--|-----|
| <b>Tabela 1</b> – Livros de memórias .....   | 40  |
| <b>Tabela 2</b> – Parte da tabela organizada pelo Aluizio Carsten com sítios arqueológicos localizados na bacia do rio das Cinzas..... | 76  |
| <b>Tabela 3</b> – Viagens feitas pelo Marcelino Rufino Je-piaju do rio Cinzas até Curitiba e Rio de Janeiro entre 1901-1910 .....      | 129 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |   |
|--------|---|
| AN     | A Notícia (PR)  |
| AR     | A República: órgão do partido republicado paranaense                    |
| CM     | Correio da Manhã (RJ)   |
| CNG    | Conselho Nacional de Geografia  |
| CP     | Correio Paulistano (SP)   |
| CTNP   | Companhia de Terras do Norte do Paraná                                  |
| DN     | Diário Nacional: a democracia em marcha (SP)                            |
| DSP    | Diário de São Paulo   |
| DT     | Diário da Tarde (PR)  |
| FBN    | Fundação Biblioteca Nacional (RJ)                                       |
| GN     | Gazeta de Notícias (RJ)   |
| JB     | Jornal do Brazil (RJ)   |
| JC     | Jornal do Commercio (RJ)  |
| OB     | O Brasil (RJ)   |
| OD     | O Dia (PR)  |
| OEPR   | O Estado do Paraná  |
| OESP   | O Estado de São Paulo   |
| OP     | O Paiz (RJ)   |
| SPILTN | Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais |
| TBR    | The Brazilian Review  |
| UFPR   | Universidade Federal do Paraná  |
| USP    | Universidade de São Paulo   |

## SUMÁRIO

|           |  |     |
|-----------|--|-----|
|           | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 18  |
| <b>1.</b> | <b>PERSPECTIVAS SOBRE A REOCUPAÇÃO MODERNA DO “NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ</b> .....   | 29  |
| 1.1       | A geografia das décadas de 1930 e 1950 .....   | 29  |
| 1.2       | A conquista segundo os memorialistas.....  | 39  |
| 1.3       | A ocupação conforme a historiografia das décadas de 1970 e 1980 .....  | 58  |
| 1.4       | A historiografia do início do século XXI.....  | 73  |
| <b>2.</b> | <b>A CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS DOS KAINGANG, GUARANI NHANDÉWA E GUARANI KAIOWÁ NO PROCESSO DE REOCUPAÇÃO MODERNA</b> .....                   | 82  |
| 2.1       | Frente de colonização, fronteira, situação histórica, guerra de conquista: algumas considerações sobre a questão de terras .....             | 82  |
| 2.2       | Os avanços sobre as terras indígenas representada nos livros memorialistas .....   | 90  |
| 2.3       | Colonos, jagunços, bugreiros e populações indígenas: conflitos e resistências através dos jornais do final do século XIX e início do XX..... | 102 |
| 2.4       | Marcelino Rufino Je-piaju .....  | 117 |
| <b>3.</b> | <b>VIOLÊNCIA E POLÍTICA NO MUNDO RURAL E URBANO: FACETAS DO CORONELISMO NO NORDESTE PARANAENSE</b> .....                                     | 131 |
| 3.1       | Considerações sobre o coronelismo, poder local e sua relação com o “Norte Pioneiro” .....  | 131 |
| 3.2       | O poder local e as eleições .....  | 136 |
| 3.3       | O poder local e as perseguições políticas .....  | 141 |
| 3.4       | O assassinato do jornalista Nathaniel de Camargo .....   | 147 |
| 3.5       | O poder local no mundo rural: o caso dos ex-escravizados   |     |

|            |   |            |
|------------|---|------------|
|            | na fazenda do Dr. Antônio Costa Júnior .....                            | 154        |
| <b>3.6</b> | <b>As famílias italianas na Cia Agrícola Barbosa Ferraz .....</b>       | <b>158</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>173</b> |
|            | <b>FONTES .....</b>   | <b>173</b> |
|            | <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>   | <b>179</b> |
|            | <b>ANEXOS .....</b>   | <b>187</b> |
|            | <b>ANEXO A – Norte Pioneiro do Paraná .....</b>                         | <b>188</b> |
|            | <b>ANEXO B – Vilas, povoados e municípios existentes até 1924 .....</b> | <b>189</b> |
|            | <b>ANEXO C – Mapa de Santo Antônio da Platina em 1947-1953 .....</b>    | <b>190</b> |

## INTRODUÇÃO

O “Norte Pioneiro” do Paraná é uma mesorregião<sup>1</sup> localizada no nordeste paranaense, sendo a primeira região<sup>2</sup> no Norte do Paraná a ser colonizada por paulistas, mineiros, nordestinos e outros migrantes de diferentes origens. A reocupação moderna ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, no contexto da promulgação da Lei de Terras de 1850 e foi incentivada pela expansão do sistema capitalista. O primeiro foco de “ocupação” foi motivado pela população de origem mineira nas regiões de Tomazina, Siqueira Campos (antiga Colônia Mineira) e São José da Boa Vista (Wachowicz, 1987). Posteriormente, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX, novos migrantes foram chegando e se fixando em diferentes localidades, provocando, com isso, um aumento demográfico significativo. Esses agentes históricos foram atraídos pelas propagandas de jornais publicados em Minas Gerais, São Paulo, entre outros Estados, em grande parte, para criarem suas fazendas (grande ou pequena propriedade) ou trabalharem para fazendeiros em busca de melhores oportunidades no sistema de colonato (Mussalam,

---

<sup>1</sup> Para uma discussão sobre a construção geográfica da região, ver: PAIVA, P. J. de. Região “Norte Pioneiro” do Estado do Paraná. In: *“Norte Pioneiro” e Salto do Itararé: História Regional e Local em sala de aula*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

<sup>2</sup> Por região, conceito que será utilizado em grande parte desse trabalho, entende-se como uma construção social, econômica, política, geográfica, cultural e ideológica, havendo a representação regional de uma classe social hegemônica – na dinâmica de classes – que se empenha em escrever uma história a partir de suas percepções de “realidade”. Em uma perspectiva gramsciana, Sonia Adum (1991, p. 40) enfatizou que “(...) a especificidade espacial pode ser analisada a partir da dinâmica de classes, num contexto historicamente delimitado, e construído pela integração articulada da infra com a superestrutura. Gramsci entende a questão regional, condicionada ao espaço de hegemonia e dominação de uma classe sobre as demais, bem como, na elaboração de uma visão deste espaço (...)”. Nesse sentido, complementando, “(...) cabe ao historiador, na definição dos limites de seu recorte regional, se apropriar de uma região simbolicamente construída no período estudado, capaz de responder aos seus questionamentos, levando-se em conta os critérios de delineamento já existentes, mas escolhendo entre eles, o que melhor se adequa aos seus objetivos de pesquisa. Tais critérios são principalmente políticos, e secundariamente econômicos, geográficos e culturais (...)” (Viscardi, 1994, p. 96). Assim, será notável o papel exercido pelos representantes da classe intelectual, como os geógrafos Leo Waibel e Pierre Monbeig, no período pós-colonização, na conceitualização da *frente pioneira*, legitimando uma interpretação científica-liberal sobre a formação do “Norte do Paraná”. Como meio de legitimar a visão ideológica e hegemônica do pioneiro no nordeste paranaense, será percebido a função dos memorialistas, ao longo dos séculos XX e início do XXI, e da historiografia clássica, principalmente Rene Mussalam (1974), na construção de uma regionalidade “Norte Pioneira”, buscando se afastar do “Norte Velho” – alcunha construída pela CTNP a essa região em oposição ao “Norte Novo” após a década de 1930. Sobre a questão do poder, região e ideologia, ver: ADUM, Sonia. O Norte do Paraná. In: *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo, 1991; GRAMSCI, Antonio. Sobre temas da Questão Meridional. In: *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; VISCARDI, Cláudia. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus (Juiz de Fora)*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1994.

1974; Wachowicz, 1987).

**Figura 1 – O Norte Pioneiro do Paraná e o recorte de estudo<sup>3</sup>**



**Fonte:** FIDELIS, Mateus T. & MAFORT, Pedro.

O recorte temporal, é referente ao final do século XIX e primeiras décadas do século XX, mais especificamente entre os anos de 1880 – primeiros conflitos interétnicos registrados em livros memorialistas – e 1930 – conflitos políticos que encerraram a Primeira República. A partir disso, o estudo tem como limitação a análise das cidades de Cambará, Jacarezinho, Tomazina, Siqueira Campos, entre outras, que já se encontravam formadas. Essa região abrange outros municípios como Cornélio Procópio, Bandeirantes, Assaí, entre outros, que não serão incluídos nessa pesquisa, pois foram criados e se desenvolveram em outro contexto histórico (segunda metade da década de 1920), com o surgimento de novos agentes na colonização do Norte do Paraná, como no caso da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP).

<sup>3</sup> A elaboração foi baseada no mapa do Apêndice A. Sobre os municípios que existiam até 1924, recorte incluso na pesquisa, ver o Apêndice B.

No decorrer dos séculos XX e nas primeiras décadas do XXI,<sup>4</sup> essa região foi objeto de diversas produções. Seja dentro ou fora do âmbito acadêmico, geógrafos, memorialistas e historiadores voltaram suas atenções sobre o processo de reocupação moderna ocorrida na região. Contudo, tratando-se da geografia das décadas de 1930 e 1950 (Waibel, 1955; Monbeig, 1935), livros de memórias e historiografia clássica (Mussalam, 1974; Wachowicz, 1987), as relações sociais (interétnicas ou não) estabelecidas entre o final do século XIX e início do XX, nos espaços urbano e rural, o processo de colonização foi apreendido como “pacífico”, “ordeiro” ou “organizado”, pois não foi identificado qualquer tipo de conflito social ou forma de violência.<sup>5</sup>

Partimos do pressuposto de que processos históricos são perpassados por conflitos sociais, muitas vezes violentos. A organização da vida social não é baseada em consensos ou na harmonia entre os segmentos sociais. Neste sentido, asseveramos que a reocupação moderna dessa região não ocorreu a partir de um consenso, acordo ou integração entre os grupos sociais que participaram deste processo.

Por conta dessas considerações que o objetivo desse estudo é contrapor a essa perspectiva, demonstrando, por meio da análise documental, que esse período envolveu uma série de conflitos sociais e violências em diferentes dimensões (interétnica e política, no espaço rural-urbano) e escalas (regional e local, impulsionadas pelo contexto nacional e internacional) que acabaram, por fim, garantindo o poder da elite agrária sobre outros grupos sociais (majoritariamente

---

<sup>4</sup> É de extrema relevância ressaltar que, na região do nordeste paranaense, inúmeros estudos provenientes do campo da História têm se dedicado à abordagem da temática local, proporcionando, desse modo, uma compreensão mais concisa da história de algumas cidades e de suas características históricas e singulares, porém, diferente do objetivo dessa pesquisa. Dentre esses estudos, destacam-se: Alvares (2017); Carreri (2019, 2021); Corrêa (2015); Cunha (2021); Evangelista (2012, 2020); Fidelis (2022, 2023); Lino (2009); Martines (2016); Mayrinck (2021); Oliveira, Silva & Bueno (2018); Paiva (2022); Ruckstadter, F. (2018); Ruckstadter, F. & Ruckstadter, V. (2022); Selonk (1999, 2001); Silva Júnior (2006); Silva (2019, 2023); Silva & Carreri (2022); Tanno (2015, 2018).

<sup>5</sup> Nesse sentido, é importante nos atentar para o efeito hegemônico desse discurso. De acordo com Sonia Adum (1991, p. 48, grifo nosso), o Norte do Paraná “(...) transforma-se em proposta moderna, espaço diferenciado, ‘locus’ do ‘novo’, do ‘único’, onde a igualdade social e as oportunidades de riqueza são uma certeza para aqueles que tenham amor ao trabalho. Aparece a idéia de ‘todos’ igualados, tanto os detentores dos meios de produção quanto aqueles que só possuem sua força de trabalho. Esta configuração acaba por ocultar as diferentes classes sociais que emergem no processo, unificando-as, no plano ideológico, principalmente no sentido das possibilidades de enriquecimento. Estas construções produzem, ideologicamente, uma homogeneização, ocultando por dominação e negando o conflito. Por outro lado, surge implícita, a figura do novo fazendeiro. Neste espaço, ele seria elemento portador da modernidade. É portanto a construção de uma ‘ilha de prosperidade’, totalmente desvinculada do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil; uma formação social única”.

ligada ao Partido Republicano Paranaense e Paulista). Através disso, a pesquisa visa contribuir para a historiografia dessa região, ao refletir sobre como ocorreu esse processo de reocupação moderna do nordeste paranaense por parte de diversos grupos sociais que migraram para diferentes localidades e se estabeleceram nesse espaço.

No início do século XX, essa região foi alvo de diversas incursões e impressões, presentes em notícias e anúncios em jornais, tanto dentro quanto fora do estado do Paraná. Para termos uma ideia, em um anúncio na seção de Terras, Sítios e Fazendas de *O Estado de São Paulo*, de 13 de agosto de 1915, essas terras foram descritas como “(...) as melhores do mundo, para a plantação de café, nos municípios de Jacarezinho, Thomazina e S. Jeronymo (...)” (OESP, 13/07/1915, p. 24). No número 240 do jornal *A República: órgão do Partido Republicano Paranaense*, a cidade de Jacarezinho era tratada como a “futura Canaã do Paraná” (AR, 11/10/1912, p. 1), devido à fertilidade da terra roxa, em alusão à “terra prometida” – ao mito bíblico. Em 1934, essa região foi considerada pelo jornal *O Dia* como o “El-Dorado” do Paraná. Segundo as impressões do chefe de polícia dr. Lauro Lopes, em visita à região:

- Volto do maravilhoso norte do Paraná – disse-nos o jovem chefe de polícia – positivamente deslumbrado com as rutilâncias daquela região paradisíaca.

Si fosse possível, importa a cada paranaense uma obrigação: a de visitar essa zona! E quando porventura nos assalte o pessimismo acerca do futuro de nossa terra, embarquemos para lá. E o simples espectáculo daquela natureza indescritível, onde se encontram as mais férteis glebas do mundo, nos tonificará. Dar-se-á o milagre da ressurreição de nossa fé nos destinos incalculáveis de nosso Estado! (OD, 21/07/1934, p. 1).

Na metade do século XX, começaram a surgir notícias sobre a história dos indivíduos que foram considerados “responsáveis” pelo progresso regional,<sup>6</sup> ou seja, os “desbravadores” que “civilizaram” o sertão e instalaram seus “impérios de café”. Um exemplo disso é a matéria sobre o Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior, representado na memória cambaraense e em outros lugares como o “fundador” da cidade de Cambará. Conforme a notícia do jornal *O Dia*:

Só aqueles que não conhecem a região setentrional do nosso Estado

---

<sup>6</sup> No segundo tópico do primeiro capítulo, será aprofundada a discussão acerca desses agentes que, em alguns casos, assumem uma forma arquetípica de “heróis” por meio das narrativas de Astolfo Batista (1950).

podem ignorar quem foi Major Antonio Barboza Ferraz Junior. Ainda que outros tivessem com antecedência, explorado o plantio do café em Jacarézinho e Santo Antonio da Platina, coube, no entretanto, àquele ilustre paulista a glória, incontestável, de ter sido o desbravador do sertão além Cambará. Ele foi o *pioneiro inteligente, sagaz e ativo*, homem que nasceu no amanho à terra, cresceu e morreu, como um enamorado, com as vistas abraçadas ao querido cafeeiro.

(...) Algum dia quando se escrever a história do café no Paraná, *ha-de se fazer justiça a esse bandeirante destemido que fincou o marco do progresso em Alambary*, organizando uma fazenda modelo, construindo, com outros, a Companhia Ferroviária S. Paulo-Paraná, dando-nos também, a Empresa Força e Luz de Cambará, e estabelecendo, *em primeira mão, as bases de uma colonização exemplar* (OD, 22/02/1953, p. 15, grifos nosso).

Nessa perspectiva, remontou-se um passado glorioso, de “progresso coletivo”, de uma terra que *prometia* prosperidade e que, no final, “cumpriu” essa promessa.

O nome da mesorregião “Norte Pioneiro”<sup>7</sup> do Paraná não se trata de uma nomenclatura “inocente”, escolhida por puro “acaso”. Para além de uma simples definição, essa denominação torna legítima, por meio do nome, uma identidade social: a do “pioneiro”.<sup>8</sup> Portanto, constitui um lugar de poder simbólico de seus fundadores ou sua própria concepção de território,<sup>9</sup> mas também do início de um processo que

<sup>7</sup> No decorrer do texto, opta-se por utilizar a nomenclatura “Norte Pioneiro” entre aspas, deixando claro que o objetivo não é definir algum tipo de identidade cultural; pelo contrário, tenta-se questionar e problematizar essa definição. Em outros momentos, como alternativa ao nome, surgirá “nordeste do Paraná” ou “nordeste paranaense” para não confundir o/a leitor/a sobre o recorte espacial.

<sup>8</sup> Ao longo da dissertação, a expressão “pioneiro” será utilizada entre aspas, revelando uma contradição entre o próprio sentido de pioneiro – aquele que chegou ou colonizou primeiro determinada região, considerando que antes de sua chegada já havia a presença de populações indígenas. Uma outra questão é a generalização do conceito de “pioneiro”. Quando for tratado da violência perpetrada por estes agentes na segunda parte desse trabalho, não significa que todos os “pioneiros” estão envolvidos nessas ações. O sentido de ser “pioneiro” é variado e sua concepção da realidade também. No artigo de José Miguel Arias Neto (1995), essa distinção (perspectiva de mundo) é bem evidente, considerando que há pessoas que atribuem um sentido progressista na história de seu local e aqueles que constituem uma perspectiva mais crítica. Segundo o relato de um operário torneiro e militante comunista sobre o progresso da cidade de Londrina: “(...) O Eldorado... é porque as pessoas que vinha se implantava e conseguia viver bem. Por isso que eles falava que é Eldorado. Mas não era também o Eldorado para todo mundo, não é? O Eldorado foi para aquelas pessoas que conseguiram é... ficar com a posse da terra. Então para eles era eldorado, mas para aquela massa que trabalhava não era eldorado, não é? Por exemplo, os trabalhadores do nordeste (do Brasil), vieram muita gente para cá e ficava morrendo à míngua aí, não é? Levado como objeto para as fazenda, para prestar serviço para os grandes fazendeiros, e depois quando não servia mais, por qualquer circunstância, eles despejavam aqui sem nenhuma responsabilidade, não é? Agora esses eram pioneiros com dignidade, agora têm outros pioneiro com indignidade, com malandragem... às vezes fizeram muita arbitrariedade! Que tem gente aí que matou índio, que matou posseiro, fez muito sangue para poder ser o que é hoje, e a história infelizmente tapa isso aí, não é? (Sr. Genecy Guimarães, operário torneiro, militante comunista, 70 anos)” (Arias Neto, 1995, p. 76). Tratando-se dos “pioneiros” (sem generalizações), nesse estudo, nos referimos à elite cafeeira e política, integrantes do Partido Republicano Paranaense, pequenos proprietários e todos aqueles que foram possíveis identificar por meio da análise de fontes.

<sup>9</sup> A identidade pioneira não se restringe apenas ao caso do nordeste do Paraná, mas se manifesta em diversas partes do Brasil e até nos Estados Unidos da América (neste caso, como *pioneers*). Em outras regiões do Paraná, como em Londrina, Maringá e Umuarama (Norte Central e Noroeste), essa

iria levar a civilização e o progresso a toda esta região do Paraná. Entretanto, vale a atenção para as populações indígenas que residem nesse espaço, como os Guarani Nhandewa do Território Indígena Pinhalzinho, onde a territorialidade se constitui de outra maneira e o passado é visto ou percebido com outros olhos.<sup>10</sup>

O aporte teórico dessa pesquisa é diverso, tendo conceitos específicos para o desenvolvimento de cada tópico. Por exemplo, na primeira parte serão analisadas as diferentes abordagens historiográficas sobre o recorte espacial, considerando seu período de produção, metodologia, paradigma, ideias e pressupostos teóricos, ou seja, uma História da Historiografia. Assim, será demonstrada suas limitações, utilizando autores como Peter Burke (2011) – no caso da memória e ideologia – e José de Souza Martins (1996) – para a compreensão das relações históricas nas situações de fronteira e para problematizar a concepção de *frente pioneira*, bem como o “esvaziamento da diversidade social”.

De maneira complementar, alguns conceitos importantes e complementares para o desenvolvimento desse trabalho são o de *reocupação* e *vazio demográfico*. A partir dessas concepções, trabalhadas por Nelson Tomazi (1997) e Lúcio Tadeu Mota (2009), será demonstrado como algumas produções, por meio de seus discursos e narrativas, omitiram ou excluíram outros agentes sociais do processo de colonização.

Acerca do primeiro conceito, considerando a atividade humana nesse espaço, o território conhecido como Paraná, historicamente, foi palco de diversas reocupações. Por exemplo, a ocupação de povos originários pré-ceramistas de 9000 AP até 1343 AP, surgindo, posteriormente, uma outra “reocupação” pelos povos Kaingang e Guarani. Houve, também, a “reocupação” dos espanhóis e bandeirantes após os séculos XVI e XVII. Na primeira metade do século XIX, percebe-se a chegada de populações caboclas posseiras e de escravizados fugidos para o nordeste do Paraná. Nessa pesquisa, a “reocupação” é entendida a partir da migração de mineiros e paulistas, pouco antes da Lei de Terras de 1850, e de sua efetivação na primeira

---

identidade também está presente em suas histórias. Em Foz do Iguaçu, no extremo-oeste paranaense, conforme evidenciado na tese de Liliane Freitag (2007), essa identidade também se faz presente na memória. A única diferença reside na origem dos pioneiros: enquanto no Norte do Paraná os pioneiros foram paulistas e mineiros, no extremo-oeste foram os catarinenses e gaúchos. Entretanto, o único lugar no Brasil onde a identidade dos próprios colonizadores é consagrada na nomenclatura da região é no nordeste paranaense. Por que não definir a região como simplesmente “nordeste do Paraná” no sentido geográfico? Nesse sentido, a identidade dos pioneiros se entrelaça com a do local, fundando assim uma identidade regional e demarcando o lugar simbólico do *vencendor*.

<sup>10</sup> Se a colonização parece positiva para Pierre Monbeig, Leo Waibel, Rene Mussalam e alguns memorialistas, para os povos originários o cenário é outro.

metade do século XX, compreendendo a invasão sobre os territórios dos Kaingang e Guarani-Nhandewa. Nesse sentido, como parte do contexto da modernidade, será entendida como uma colonização ou *reocupação moderna* em virtude da expansão do sistema capitalista.

Sobre as relações entre populações indígenas e colonos, serão utilizados José de Souza Martins (1996), João Pacheco de Oliveira Filho (1988), Antônio Carlos de Souza Lima (1995), Lúcio Tadeu Mota (1998), Éder Novak (2006), entre outros. A partir desses autores, seus aportes teóricos e conceitos utilizados (guerra de conquista, situação histórica e fronteira), será feita uma reflexão sobre como se concretizou a frente de colonização sobre os territórios indígenas, bem como o reconhecimento das agências dos nativos em relação às invasões territoriais dos colonos e na situação de contato.

Em relação às violências na dimensão política no mundo rural e urbano, serão utilizados Victor Nunes Leal (2012) e Monica Helena Harrich Silva Goulart (2004), pois tais autores permitem compreender como isso se efetivou, como foram os casos de exploração de trabalhadores, articulações das elites locais, perseguições políticas e abusos de poder – aspectos que corroboram para a estruturação do sistema coronelista.

Como metodologia, optou-se por uma análise de livros de memorialistas, coletados em algumas cidades do nordeste do Paraná, e de jornais<sup>11</sup> que estão na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, Centro de Documentação e Memória da UNESP e Acervo Digital do Estadão. Os jornais, por meio da devida análise, servem como uma ótima fonte para acessar determinados contextos históricos, evidenciando algumas complexidades sociais por meio de suas representações. De acordo com as historiadoras Ana Martins e Tania Regina de Luca:

Os Impresses que circularam no Brasil em duzentos anos, não só testemunham, registram e veiculam nossa história, mas são parte intrínseca da formação do país. Em outras palavras: *a história do Brasil e a história da imprensa caminham juntas, se auto-explicam, alimentam-se reciprocamente, integrando-se num imenso painel.* Nesse cenário, muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional (Martins; Luca, 2008, p. 8,

---

<sup>11</sup> Sobre os jornais que serão utilizados, consultar a seção das fontes ao final da dissertação.

grifos nosso).

Em outras palavras, ao deparar-se com relatos que evidenciaram um histórico de violências, genocídios, perseguições políticas e resistências, estamos diante de testemunhos de processos históricos que ocorreram no passado e que, conforme será demonstrado no primeiro capítulo dessa pesquisa, foram ocultados ou excluídos da história da região.

Complementando, no ato da análise documental dos livros memorialistas e jornais, será realizada uma leitura a contrapelo. Acerca dos relatos memorialistas e dos correspondentes dos jornais, observa-se narrativas que ora sacralizam o passado (memória), ora buscam criar uma “realidade” romantizada a partir do presente do interlocutor. Assim como a cultura não é isenta de barbárie (Benjamin, 1987 [1940], p. 225), os documentos também não são. Por uma história escovada a contrapelo, evidencia-se algumas contradições que revelam a barbárie soterrada no discurso sacralizado, aquilo que está contido na sombra do progresso econômico, social e cultural dos “pioneiros”: a conquista e o genocídio dos povos indígenas, as perseguições políticas perpetradas pela elite local às oposições e a exploração de trabalhadores no campo.

No primeiro capítulo, será realizada uma análise historiográfica sobre o processo de reocupação moderna do nordeste do Paraná, refletindo sobre seus paradigmas, procedimentos teórico-metodológicos e suas ideologias. Nesse sentido, é necessário perguntar: quais agentes históricos estão envolvidos nesse processo? Foi uma colonização pacífica, organizada e ordeira? Como os diferentes agentes históricos aparecem nessas produções? Trata-se de uma história unilateral (tendo apenas um agente como protagonista) ou uma história plural? Assim, a análise será delimitada a partir de três campos diferentes: a geografia das décadas de 1930 e 1950; a historiografia clássica das décadas de 1970 e 1980; e, por fim, as produções memorialísticas que compreendem um período de 1950 até 2014. Posteriormente, será tratada a perspectiva das produções mais recentes – pertencentes ao início do século XXI e influenciada pela historiografia do “Norte do Paraná” da década de 1990.

No campo da Geografia, serão discutidas duas figuras importantes para o desenvolvimento da Geografia Agrária brasileira, que influenciaram algumas gerações de geógrafos e historiadores no Paraná: o francês Pierre Monbeig (1908-1987) e o alemão Leo Waibel (1888-1951). Será demonstrado como esses pesquisadores

analisaram o Norte do Paraná (com pouco rigor, o nordeste paranaense) a partir das concepções de *frente pioneira* e *zona pioneira*.

Na História, será analisada as primeiras produções a partir da década de 1970. Rene Mussalam (1974) foi a primeira pesquisadora a escrever a história dessa região do ponto de vista historiográfico. Ao tratar da “ocupação”, a autora se baseou nos pressupostos teóricos cunhados por Pierre Monbeig e Leo Waibel. A partir disso, ela realizou uma apropriação conceitual, buscando mostrar como foi a colonização sob as lentes da geografia. Contudo, essa noção merece alguns cuidados, como argumentou José de Souza Martins (1996), por ser limitada do ponto de vista sociológico. Ademais, há o livro *Norte Velho, Norte Pioneiro* (1987) de Ruy Wachowicz, onde o autor realizou uma análise diferente de Mussalam (1974), tratando a colonização desse espaço a partir da observação dos pequenos proprietários e seus sistemas de posse.

Outro meio para compreender como foi vista a colonização são as produções memorialistas. Os memorialistas buscaram compreender a história dessa região a partir de suas localidades, ressaltando alguns aspectos como: a jornada, os sacrifícios, o progresso, o pioneirismo e a visão saudosista ou romantizada do passado.

De antemão, denota-se que todas as produções citadas anteriormente (geográficas, historiográficas e memorialistas) reproduzem um sentido comum à história e à memória: a perspectiva do *colonizador*. Essa visão, por sua vez, acabou silenciando ou excluindo a diversidade social, bem como os processos de violências que foram perpetrados.

Seguindo as pistas presentes nas reflexões de Marc Ferro (1988) para analisar os silêncios, Nelson Tomazi (1997) argumentou que é possível identificá-los a partir de três grupos diferentes presentes em nossa sociedade: 1 – Grupos vinculados ao princípio de legitimidade ou aqueles que legitimam o heroísmo e seus feitos no processo de (re)ocupação; 2 – O grupo que interioriza pela repetição gradativa os eventos que envolvem violências na região; 3 – Pessoas que se recusam em lembrar de determinados eventos devido às humilhações em sua trajetória individual ou grupal (Tomazi, 1997, p. 109). Para essa pesquisa, tratando-se da memória do colonizador, é mais oportuno considerar o segundo ponto, considerando que:

(...) a violência praticada contra os índios na região, contra os

posseiros e contra muitos outros personagens que nela viveram e, pouco a pouco, foram excluídos, silenciados, esquecidos. Escreve-se e divulga-se que o processo de (re)ocupação foi ordenado, planejado e pacífico, e como isto é repetido à exaustão, passa a ser assumido como verdadeiro, em cumplicidade com aqueles que escrevem a história do ponto de vista dos dominantes. Aqueles que viveram nos anos 30, 40 e 50 deste século, na região, têm plena consciência da violência praticada e para os que vivem atualmente, basta ler os jornais daquelas décadas e mesmo os atuais para se saber da existência destes fatos (Tomazi, 1997, p. 109).

Em contraposição à memória do colonizador, será demonstrado como a historiografia do início do século XXI vem rompendo com esse imaginário, apresentando outras perspectivas para analisar a História Social e Cultural desse espaço. Essa mudança é perceptível em diferentes segmentos das instituições, como nos programas de pós-graduação, revistas científicas e trabalhos de conclusão de curso (TCC). Contudo, essas pesquisas ainda não dimensionaram, de forma explícita, como se deu a colonização dessa região através das interações entre Kaingang, Guarani Nhandewa, Guarani Kaiowá e colonos. Além disso, não exploraram suficientemente os mecanismos adotados pela elite para a manutenção de seu poder político e social nesse período.

No segundo capítulo, será analisado como se deu a conquista do território dos povos indígenas e os embates que foram travados com grandes proprietários, colonos e jagunços (e/ou bugreiros). Antes da chegada dos “pioneiros”, como ressaltado anteriormente, este território pertencia às populações indígenas, ou seja, aos grupos étnico-linguísticos históricos, como Guarani Nhandewa, Guarani Kaiowá e Kaingang. Com a chegada dos novos ocupantes e a compra das terras consideradas *devolutas*<sup>12</sup> pelo governo, houve uma intensificação da expropriação territorial e dos conflitos, que, em alguns casos, resultaram no genocídio dos povos originários, dispersão para outras regiões e no seu isolamento em pequenas áreas delimitadas pelo Estado. Esses conflitos se estendem por toda parte do nordeste do Paraná, desde a cidade de Tomazina até Jacarezinho. Além disso, será demonstrado como os Guarani Nhandewa, Kaiowá e Kaingang desenvolveram ações diferenciadas para lidar com o avanço colonizatório, com os primeiros assumindo uma postura mais diplomática e os segundos aderindo às táticas de guerrilha.

---

<sup>12</sup> O conceito de “terra devoluta” carrega algumas problemáticas. A criação desse conceito incide sobre o território das populações indígenas, referindo-se como um lugar “vazio” de presença humana. Sobre essas questões, concernentes à Lei de Terras de 1850, serão debatidas no segundo capítulo dessa dissertação.

No terceiro capítulo, será mostrado como a violência estava presente no mundo rural e urbano, especialmente na exploração e violação dos direitos dos trabalhadores no sistema de colonato. Para isso, serão tratados dois casos: o primeiro, refere-se à situação dos ex-escravizados, no contexto de libertos, que estavam sendo submetidos às mesmas condições de “trabalho” do período escravista, na fazenda do Dr. Costa Júnior, localizada em Jacarezinho. Esse caso é problemático, pois desafia a ideia de que a abolição significou a emancipação da população afrodescendente dos sistemas de opressão da sociedade colonial, considerando que o caso tratado ocorreu anos depois da abolição. Em uma perspectiva semelhante, no segundo caso, será exposta a situação de uma família de italianos que foram encontradas em situação de sequestradas em uma fazenda da Companhia Agrícola Barbosa Ferraz – pertencente aos “fundadores” da cidade de Cambará e Andirá –, entre os anos de 1923 e 1924.

Além da violência perpetrada sobre as populações indígenas e trabalhadores rurais, há também a violência cometida no campo político, considerando o período coronelista e a hegemonia do Partido Republicano Paranaense no poder, onde há registros (nos jornais) de casos de perseguições à oposição política e, em outros casos, a utilização do mecanismo de voto de cabresto (motivados por ameaças diversificadas).

# 1 PERSPECTIVAS SOBRE A REOCUPAÇÃO MODERNA DO “NORTE PIONEIRO” DO PARANÁ

## 1.1 A GEOGRAFIA DAS DÉCADAS DE 1930 E 1950

“Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo”.

**Eric Hobsbawm, Sobre história**

É importante frisar que vários estudos se dedicaram à análise da “ocupação” do Norte do Paraná.<sup>13</sup> No entanto, o objetivo, neste momento, não consiste em elaborar uma síntese abrangente de todas essas pesquisas, uma vez que a maioria delas compartilha um ponto em comum: analisaram a formação da região a partir dos conceitos de *zona*, *faixa* ou *frente pioneira*, tendo origem no campo da geografia durante as décadas de 1930 e 1960.

No âmbito da perspectiva geográfica e científica do início do século XX, a análise foi delimitada a partir de dois autores proeminentes. O primeiro deles é o geógrafo alemão Leo Waibel (1888-1951), enquanto o segundo é o geógrafo francês Pierre Monbeig (1908-1987).

No que diz respeito a influência dos geógrafos no território paranaense, é de suma importância destacar que:

A partir da segunda metade da década de 1930 até o início dos anos 1960, o Paraná, principalmente o norte, foi alvo de visitas, excursões, passeios científicos, etc. Os relatórios das visitas, artigos, comunicações, ensaios e outros escritos dos geógrafos foram publicados, em sua maior parte, pela **Revista Brasileira de Geografia**. Esses trabalhos foram e são bastante utilizados como

---

<sup>13</sup> Uma parte desses estudos podem ser consultados, por meio da crítica do mito de vazio demográfico, na discussão levantada pelo Aluizio Carsten (2012) no primeiro capítulo de sua dissertação. Ver: CARSTEN, A. A. A Consolidação de um Equívoco: a bacia do rio das Cinzas na historiografia do chamado Norte Pioneiro do Paraná. In: *Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: Uma história de povos sem história*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012, p. 32-55.

fonte de referência para inúmeros textos acadêmicos sobre a região, principalmente no que tange à questão demográfica e ao pioneirismo (...) (Mota, 2009, p. 27).

O geógrafo alemão Leo Waibel, que até então ocupava o cargo de professor na Universidade de Bonn em 1929, desembarcou no Brasil no ano de 1946, fixando residência na cidade do Rio de Janeiro. Sua chegada ao Brasil foi motivada por discordâncias com o regime nazista, bem como por seu casamento com uma mulher de ascendência judaica, resultando na exoneração de seu cargo em 1937 e na proibição de continuar exercendo atividades científicas em solo alemão. Em consequência disso, viu-se compelido a se mudar para Nova Iorque, nos Estados Unidos, em 1939, onde começou a ganhar notoriedade, culminando com sua nomeação como professor na Universidade de Madison/Misc no ano de 1941 (Kohlhepp, 2019, p. 70-71).

Na década de 1930, além da geografia francesa, o Brasil estava profundamente influenciado pela geografia alemã, encontrando-se em fase de desenvolvimento. Foi nesse contexto que, em 1937, dentro do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), surgiu o Conselho Nacional de Geografia, no qual Leo Waibel desempenhou o papel de consultor científico com status de professor universitário. Assim, conforme observado pelo geógrafo Gerd Kohlhepp (2019, p. 71-72), "(...) ele pôde se dedicar inteiramente à pesquisa científica e não tinha nenhum compromisso com o ensino universitário (...)". Essa posição proporcionou ao geógrafo a oportunidade de dedicar mais tempo às atividades científicas, o que resultou em "(...) um período [de estudos] mais longo no Brasil" (2019, p. 72).

De acordo com Kohlhepp (2019), o CNG tinha como objetivo:

(...) elaborar um levantamento da diferenciação regional do Brasil. Como Waibel reconheceu imediatamente que a condição para a pesquisa na geografia regional é a longa familiaridade com a região a ser pesquisada ele escolheu temas da geografia geral. Os temas eram representados em dois setores da geografia agrária e de povoamento: uso da terra e colonização agrária. Waibel levou métodos da geografia humana alemã ao Rio de Janeiro (2019, p. 72).

Com a colaboração de alguns pesquisadores<sup>14</sup> e o tempo necessário para o

---

<sup>14</sup> Dentre estes pesquisadores, destacou-se a geógrafa Lysia Maria Cavalcanti Bernardes que, na perspectiva das *frentes pioneiras*, publicou um artigo na Revista Brasileira de Geografia intitulado *O Problema das "Frentes Pioneiras" no Estado do Paraná* em 1953. Uma vez que parte do estudo da autora tem pressupostos no aspecto metodológico de análise de Waibel, não cabe acrescentar, neste tópico, sua pesquisa. Portanto, ver: BERNARDES, L. M. C. O problema das "frentes pioneiras" no

desenvolvimento de suas pesquisas, emergiu uma das principais contribuições de Leo Waibel para o campo da geografia: o artigo *As Zonas Pioneiras do Brasil*. Esta obra, que é póstuma e permanece inacabada, foi publicada pela *Revista Brasileira de Geografia* em 1955, cinco anos após o falecimento do autor.

Ao contrário de Leo Waibel, que dedicou grande parte de sua trajetória no Brasil à pesquisa científica, Pierre Monbeig (1908-1987) atuou como professor na recém-criada Universidade de São Paulo (USP) entre 1935 e 1946, desempenhando suas funções na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ao longo de onze anos, fazendo parte da missão francesa encarregada de contribuir para a fundação da USP. De acordo com Aziz Ab'Sáber (1994), essa missão teve um impacto significativo no cenário científico e acadêmico da época, tendo suas publicações amplamente divulgadas nos principais jornais, mesmo antes da criação das revistas especializadas.

Por anos, antes que houvesse um conjunto de revistas especializadas no Brasil e em São Paulo, os membros da missão francesa da USP publicaram artigos e estudos prévios no tradicional jornal paulista *O Estado de S. Paulo*, razão pela qual a terceira página do referido periódico ficou famosa pela colaboração cultural freqüente de Roger Bastide, de Pierre Monbeig e de outros professores universitários. O *Estadão* tornou-se, em São Paulo, o órgão de divulgação de ciências humanas; paralelizando o feito do *Diário do Comércio* do Rio de Janeiro, que havia possibilitado a divulgação de estudos e artigos de grandes geólogos americanos que estiveram no Brasil no fim do século passado e início do século XX. A maior parte dos artigos de Monbeig sobre São Paulo e zonas pioneiras do Centro-Sul brasileiro, publicados em *O Estado de S. Paulo* foi posteriormente reproduzida em revistas e boletins geográficos especializados (Ab'Sáber, 1994, p. 230).

Além do notável estudo intitulado *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo* (1984), Pierre Monbeig dedicou parte de sua pesquisa à geografia do Paraná, como evidenciado no artigo intitulado *A Zona Pioneira do Norte-Paraná* (1935), publicado na *Revista Geografia*. Em relação à importância de suas contribuições no contexto da década de 1930, é relevante destacar que:

Expressivamente, a década de 1930 pode ser tomada como um ponto

---

Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953. Para mais informações, em uma perspectiva crítica sobre a influência dos geógrafos no Norte do Paraná, ver: GONÇALVES, J. H. R. A tematização do Norte do Paraná no contexto da formação da geografia humana brasileira. In: *História Regional e Ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980*. Dissertação (História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, 1995.

de inflexão da geografia brasileira pela atuação de algumas figuras de incontestável proeminência, como Pierre Monbeig, cuja obra é de algum modo continuada por discípulos mais próximos – o que indica a rotinização da produção científica da geografia, que a partir de então passa a ser praticada e consagrada fundamentada em novos parâmetros. Sua atuação como pesquisador, aliada às suas preocupações didáticas enquanto docente, fez com que sua obra aparecesse como um modelo de escrita dentro do espaço acadêmico-universitário brasileiro, direcionando estudos e consolidando linhas de pesquisa aparentadas que contavam com um vocabulário conceitual único, circunstância que expressa a formação de alguns denominadores comuns entre sua obra e as que a sucedem temporalmente (Nogueira, 2015, p. 2).

Nesse período, ainda não existiam as subdivisões clássicas conhecidas como Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo, que, posteriormente, foram apresentadas na pesquisa do historiador Ruy Wachowicz (1987). O Norte do Paraná era abordado dentro de um recorte geográfico mais amplo, sendo estudado sob a responsabilidade dos geógrafos como uma unidade territorial homogênea. Somente mais tarde, em meados da década de 1960, que a subdivisão dos “três nortes” foi reconhecida como uma categoria geográfica institucionalizada.

Tanto Pierre Monbeig como Leo Waibel utilizaram os conceitos de *faixas pioneiras*, *zonas pioneiras* ou *frentes pioneiras* para interpretar a formação do Norte do Paraná. Contudo, qual o sentido dessas noções em seus estudos? Quais são as implicações para a compreensão social desta região? Quais aspectos (territoriais, sociais e políticos) eram levados em consideração? Do ponto de vista histórico-social, quais são os agentes que aparecem nas pesquisas dos autores?

Iniciando com Pierre Monbeig, a noção de *faixa pioneira* envolveu uma série de elementos a serem considerados para que pudesse ser caracterizada como tal, desde o desmatamento de áreas florestais até o estabelecimento de centros urbanos. Tratava-se de uma frente que se encontrava em constante expansão, avançando sobre territórios geralmente considerados vazios de presença humana, embora ocupados por povos indígenas e cablocos-posseiros, e onde as áreas florestais foram percebidas como “intocadas” ou “virgens”, servindo como pretexto para a dominação do “homem” sobre a natureza. Após a realização de queimadas das florestas, diversos grupos passaram a ocupar determinada região. Entre eles, incluíram-se grandes fazendeiros oriundos de Minas Gerais e São Paulo, loteadores de terras e companhias colonizadoras, grileiros de terras e migrantes de diversas origens, os quais desempenharam o papel da movimentação da *marcha pioneira* (Monbeig, 1984, p.

139-146).

No que tange ao Norte do Paraná, Pierre Monbeig sustentou que esta região constituiu uma extensão da expansão econômica do estado de São Paulo. Em seu artigo intitulado *A Zona Pioneira do Norte do Paraná* (1935), destacou que, embora os limites territoriais da região estivessem sob jurisdição exclusiva do governo paranaense, ela “(...) não deixa de ser de fato uma região economicamente paulista (...)” (Monbeig, 1935, p. 56). No entanto, ao examinar seu texto, o autor deixou de analisar as cidades do nordeste do Paraná, enfocando sua análise, principalmente, sobre o impacto da *frente pioneira* na região de Londrina.

Em relação ao empreendimento colonizatório e ao avanço da frente pioneira, conforme destacado pelo autor, um fator de significativa importância foi o papel desempenhado pela Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), pois o método adotado por essa companhia na divisão e loteamento das terras representou um sistema considerado *moderno* àquele período (1935, p. 58). Essa iniciativa de loteamento em minifúndios ou pequenos lotes não foi aplicada na região do nordeste paranaense. Isso se deve ao fato de que já existiam fazendeiros estabelecidos nessa área antes da chegada da CTNP. Quando receberam propostas de compra de suas terras, esses fazendeiros se recusaram a vendê-las.<sup>15</sup>

O avanço da frente pioneira operou com o objetivo de superar o que era considerado arcaico, isto é, substituir populações tidas como “atrasadas” por uma sociedade composta por agentes considerados “evoluídos”. Antes da chegada dos “pioneiros”, Pierre Monbeig destacou que os “caboclos” viviam em um estado de

---

<sup>15</sup> Como no caso da tentativa de aquisição da propriedade do fazendeiro Major Antônio Barbosa Ferraz Junior, na cidade de Cambará, em 1924, podendo ser observado na seguinte citação: “No início de 1924, Lord Lovat (...), visitando o Brasil como técnico em agricultura e reflorestamento da missão inglesa chefiada por Lord Montagu (...), foram convidados pelo major a visitar sua fazenda onde cultivava um milhão de pés de café. Instigado pela curiosidade e em busca de novas informações sobre a nossa agricultura, o Lord vai à fazenda Água do Bugre e fica maravilhado com o que vê. Oferece ao major 15 mil contos de réis, um valor irrecusável, uma verdadeira fortuna, pelas suas terras, mas o velho desbravador não se deixa tentar, recusa, pois a terra tinha para ele o mesmo significado de tudo quando lhe era mais caro na vida: a família, a nacionalidade e a própria pessoa. Diante da recusa, Lord Lovat volta-se para Willie Davids em busca de auxílio, mas quem intervém é o engenheiro Gastão de Mesquita Filho que mostra ao visitante inglês *que se tivesse uma boa estrada de ferro, outras terras do norte do Paraná seriam valorizadas em mil por cento (...)*” (Pugas, 2002, p. 22, grifos nosso). Apesar da narrativa romantizada e extraordinária, demonstra-se o interesse dos ingleses, antes da criação da CTNP, sobre as terras do Norte do Paraná. Diferentemente do que ocorreria na região do Norte Novo, o sistema que prevaleceria no Norte Velho é de grandes latifúndios, do ponto de vista do capital, geradores de “grandes riquezas” para poucos que detinham gigantes parcelas de terras. Para uma análise mais aprofundada sobre as negociações dos ingleses e suas ações, ver: TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, UNESP.

organização “primitivo”. Através de um olhar europeizante, a conclusão a que o autor chegou é que os “pioneiros”, agentes da modernização, eram os representantes de “civilizações rurais evoluídas” (1935, p. 58).

Em seu artigo, o autor mencionou – de maneira breve – apenas quatro cidades que faziam parte do que hoje é conhecido como “Norte Pioneiro” do Paraná: Cornélio Procópio, Ingá (atual Andirá), Bandeirantes e Santa Mariana, as quais estão mais relacionadas ao contexto da agência da CTNP no Norte do Paraná. Além disso, ele abordou a cidade de Cambará, que foi fundada na época da Primeira República, sob o sistema de latifúndio e de pequena propriedade. Se referindo ao Norte do Paraná, o sentido atribuído pelo autor está relacionado às cidades localizadas mais centralmente na região. Isso ocorreu porque, dadas as circunstâncias no qual Pierre Monbeig estava inserido, ele podia observar, de maneira mais clara, os efeitos da frente pioneira nessa área em particular ou para atender as demandas propagandísticas da CTNP, conferindo um olhar de cientificidade à região e aumentando a confiança dos compradores sobre as terras ofertadas.

Se no estudo anteriormente mencionado, as cidades do nordeste do Paraná são pouco enfatizadas, no artigo *As Zonas Pioneiras do Brasil* (1955), de autoria de Leo Waibel, não houve qualquer referência de destaque às cidades dessa região. O geógrafo adotou uma abordagem mais ampla e homogênea, englobando todo o espaço do Norte do Paraná no conceito de *zona* pioneira – inclusive as regiões consideradas “vazias”. Neste estudo, o objetivo de Waibel foi analisar as diversas regiões do território brasileiro, caracterizando seus aspectos demográficos, geológicos e econômicos, diferenciando e estabelecendo comparações com o caso da expansão do *Middle West* dos Estados Unidos ao longo do século XIX. Contudo, qual foi a definição do conceito de *zona pioneira* para Waibel? Quais são as especificidades dessa concepção?

Para o geógrafo, a *zona pioneira* surgiu, primariamente, como resultado da ação do indivíduo denominado “pioneiro” – uma terminologia originada de um contexto militar –, sobre um determinado espaço. Além disso, o termo está intrinsecamente relacionado à concepção de fronteira ou *frontier*, emergindo sentidos diversos entre o espaço europeu (como um limite político) e o espaço estadunidense (como um limite demográfico e econômico). Nas palavras de Waibel:

A expressão pioneira é originária da terminologia militar e significa

"escoteiro", "batedor". Nos Estados Unidos, entretanto, esta palavra foi empregada num sentido econômico, referindo-se ao homem que é o primeiro a penetrar na mata, ajudando a torná-la acessível à civilização, e que com isso promove o deslocamento da "frontier" sertão a dentro. Temos aqui um segundo termo da língua inglesa que no Novo Mundo tomou um sentido diferente. Na Europa a palavra "frontier" significa o limite político que separa dois países vizinhos. Nos Estados Unidos entretanto, o termo recebeu, além disso, um sentido econômico: "passou a significar o limite da zona povoada". E, enquanto a fronteira como limite político representa uma linha nitidamente demarcada, a fronteira no sentido econômico é uma zona, mais ou menos larga, que se intercala entre a mata virgem a região civilizada. A esta zona damos o nome de zona pioneira (Waibel, 1955, p. 390).

De maneira semelhante ao estudo de Pierre Monbeig, a zona pioneira representou a substituição de um espaço considerado improdutivo para um espaço produtivo - sob a perspectiva do sistema capitalista. Portanto, antes da chegada de grandes fazendeiros, companhias colonizadoras e migrantes, a percepção do ambiente e da paisagem estava associada à noção de um lugar "incivilizado", pois, conforme o autor, é "(...) no sertão brasileiro, [onde reside] as condições de vida primitiva e sem organização (...)" (1955, p. 391). Por meio dessa visão de mundo, tende-se a ignorar a presença das populações caboclas-posseiras, diferentes grupos indígenas e a diversidade cultural daqueles que já habitavam esse espaço antes da chegada dos "pioneiros" e partilhavam de uma organização social específica.

Segundo o autor, essas populações, incluindo caboclos-posseiros e indígenas, não devem ser consideradas como "pioneiras". Assim, elas são incorporadas ao conceito de "fronteira demográfica", enquanto os "verdadeiros pioneiros" estão associados à "frente econômica", caracterizada pelo avanço em direção ao oeste. Portanto, a distinção conceitual foi feita da seguinte forma:

(...) O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de "frontiersman", isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e *criar novos e mais elevados padrões de vida*. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da *vida espiritual!* (1955, p. 391, grifos nosso).

Com a transformação da paisagem, o surgimento de novos núcleos populacionais, a reprodução da dinâmica capitalista e de tecnologias tanto no campo quanto na cidade, tudo isso sob a égide da modernização, na perspectiva de Waibel, somente o agricultor pode ser considerado um "pioneiro", pois, somente ele está "(...)"

apto a constituir uma zona pioneira. Somente êle é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena (...)" (1955, p. 391).

Na pesquisa de Waibel, o Norte do Paraná foi categorizado como uma das zonas pioneiras do Brasil contemporâneo (Figura 2), juntamente com outras áreas, incluindo: a região de Xapecó-Pato Branco, localizada no noroeste do estado de Santa Catarina e no sudoeste do estado do Paraná; oeste de São Paulo; a região conhecida como "Mato Grosso" de Goiás; e, por fim, a região ao norte do rio Doce, situada nos estados de Espírito Santo e Minas Gerais (1955, p. 404).

A partir das análises realizadas pelo autor, foi possível identificar três estágios cruciais para a compreensão e delineamento das transformações ocorridas dentro da zona pioneira: o estágio pré-pioneiro, o estágio post-pioneiro e o estágio "civilizado". Em relação à primeira fase, nas palavras do autor:

Um outro fenômeno típico do estágio "pré-pioneiro" são os imensos latifúndios, que particulares ou companhias de terras adquiriram por preços irrisórios do govêrno, em pleno sertão bruto, vários decênios antes da chegada da estrada de ferro, para depois vendê-los em parcelas maiores ou menores com grande lucro. Por outro lado, caboclos que ocupavam terras sem requerer títulos de propriedade e "grileiros" que por meio de títulos duvidosos ou mesmo falsos se apoderavam de grandes áreas, procurando negociar ilegalmente com as mesmas, em muitos casos retardaram e prejudicaram o avanço da ocupação normal das terras.

Em algumas das zonas pioneiras até índios aí permaneceram até o início do século atual (1955, p. 407).

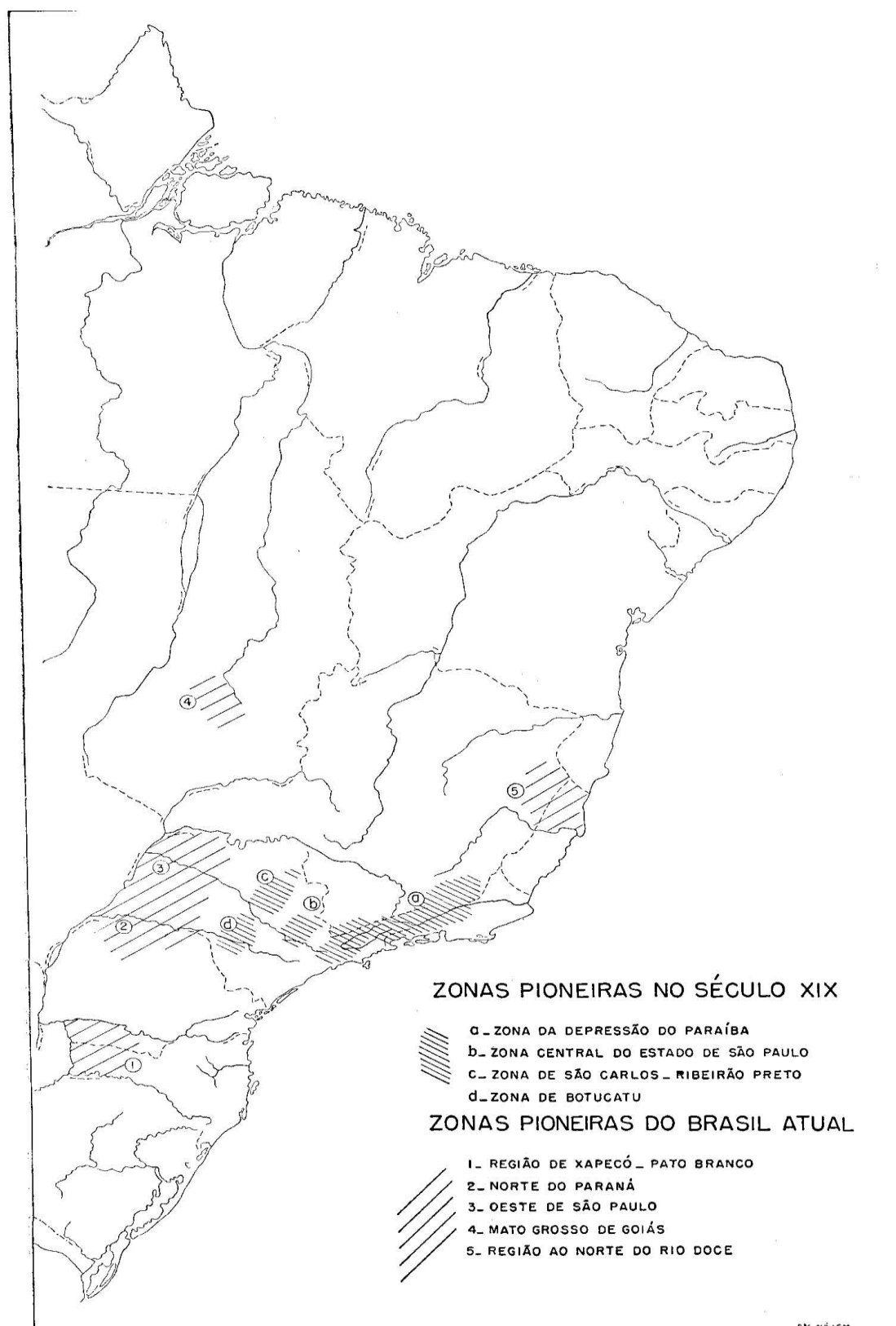
Em seguida, o estágio post-pioneiro que começou:

(...) quando tôda a terra já foi ocupada e a mata praticamente já desapareceu (...).

Ao longo da estrada de ferro, ou da estrada de rodagem que geralmente a precede, desenvolvem-se de 10 a 15 quilômetros de distância povoados e cidades. Nestas reinam um grande movimento e um comércio ativo mas, pelo seu acabamento primitivo, a predominância de construções baixas de madeira e a falta de instalações higiênicas, elas ainda guardam o seu caráter pioneiro (1955, p. 408).

Como último aspecto da concepção de zona pioneira, o autor introduziu o estágio "civilizado", que está mais diretamente relacionado à ideia de modernização e progresso. Nesse sentido, a região precisava atender a diversos critérios para ser considerada como "civilizada". Segundo Waibel:

**Figura 2 – Demonstração das zonas pioneiras no século XIX e metade do século XX no território brasileiro**



Fonte: WAIBEL, L. *As zonas pioneiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, 17 (4), 1955. p. 403.

Somente quando chegam a calçar ou asfaltar as suas ruas é que os centros urbanos passam do estágio pioneiro para o estágio civilizado. Ao mesmo tempo, sem regra, é feita a construção de uma rede de abastecimento de água e a canalização dos esgotos. Ao lado das indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas, como máquinas de beneficiar café e arroz, moinhos de fubá, e casas de farinha, que já existem no estágio pioneiro, aparecem indústrias de produtos manufaturados, como oficinas de artefatos de couro, fábricas de móveis, etc. Nesta altura surgem, também, tôdas as formas mais elevadas da vida social, intelectual e religiosa. Muitas destas cidades novas completaram, no oeste de São Paulo, o seu ciclo desde a mata-virgem até o estado de centros culturais modernos, em 10 ou 20 anos (1955, p. 408).

Conforme demonstrado anteriormente, tanto Pierre Monbeig quanto Leo Waibel limitaram suas análises à compreensão de um recorte espacial amplo (Norte do Paraná). O nordeste do Paraná, fazendo parte desse conjunto, não recebeu uma análise aprofundada ou detalhada, carecendo de investigações mais densas sobre suas dinâmicas de “ocupação”. A preocupação, ao que parece, estava voltada para o desenvolvimento que ocorria na região que corresponde, atualmente, à área de Londrina e Maringá.

Essas visões consideraram o processo de formação territorial de maneira evolutiva, concebendo as relações sociais de forma naturalizada e desconsiderando os conflitos existentes (Nogueira, 2019, p. 5), como é evidenciado no exemplo do avanço dos colonizadores sobre as terras indígenas. Essa perspectiva evolutiva pode ser mais claramente observada nos três estágios delineados por Leo Waibel (1955), conforme apresentados anteriormente. De acordo com Carlo Nogueira (2015), a ótica pioneirista:

(...) Mostrava uma preocupação ímpar em desvendar as alterações que a consolidação de uma nova estrutura social e econômica impunham às paisagens e populações tidas como tradicionais, revelando de que maneira o desenvolvimento desigual do capitalismo (Harvey, 2004; Smith, 2008) brasileiro podia ser observado, descrito e explicado pela geografia acadêmica recém institucionalizada, que participava assim do debate mais amplo posto pelo pensamento político-social do período (Brandão, 2007) (2015, p. 5-6).

Com as décadas de 1970 e 1980, surgiram estudos de historiadores que tinham como objetivo analisar as características, as especificidades e as “origens” históricas da ocupação da mesorregião construída como “Norte Pioneiro” do Paraná. Alguns desses trabalhos foram influenciados pela concepção de fronteira esboçada pelos geógrafos, abordando a história a partir do crescimento demográfico, dos fluxos

migratórios e do desenvolvimento econômico por meio das noções de *frente pioneira* ou *zona pioneira*. Contudo, antes de chegar nessa produção historiográfica clássica, há de se atentar para a importância das visões dos memorialistas, que será analisada no próximo tópico.

## 1.2 A CONQUISTA SEGUNDO OS MEMORIALISTAS

“(…) O colono faz sua história. Sua vida é uma epopéia, uma odisséia. Êle é o começo absoluto: ‘Esta terra, fomos nós que a fizemos’. É a causa contínua: ‘Se partirmos, tudo estará perdido, esta terra regredirá à Idade Média’ (...)”.

**Frantz Fanon, Os Condenados da Terra**

Nesse tópico, será analisado a forma pela qual os memorialistas, a partir de seus lugares sociais, perceberam a formação de suas cidades, na maioria das vezes descrita como uma “colonização pacífica”. É importante notar que os memorialistas não procuraram criar uma narrativa centrada, exclusivamente, na região conhecida como “Norte Pioneiro”. Em vez disso, utilizaram suas cidades como pontos de partida para tratarem um contexto mais amplo, ou seja, do local para o regional/nacional ou inverso.

A partir disso, será feito um levantamento bibliográfico focado na história de algumas cidades pertencentes ao recorte espacial selecionado. Este levantamento resultou na organização de oito obras, sendo duas sobre Jacarezinho, duas sobre Cambará, duas sobre Santo Antônio da Platina, uma sobre Carlópolis e uma sobre a antiga Colônia Mineira, atualmente conhecida como município de Siqueira Campos, abrangendo um período que se estende da década de 1950 até o ano de 2014.

Ressalta-se que nem todas essas obras foram produzidas exclusivamente por memorialistas de ofício; algumas foram elaboradas por indivíduos<sup>16</sup> empenhados em sistematizar as memórias de seus descendentes através de investigações rigorosas (utilização de referências e elaboração de entrevistas).

A partir desta sistematização, foi possível categorizar as obras em dois grupos distintos: de um lado, aquelas que refletiram a perspectiva subjetiva do memorialista

---

<sup>16</sup> Como no caso dos estudantes do Colégio Nossa Senhora da Graças em uma atividade organizada pela Ir. Alba Pugas (2002), sobre a cidade de Cambará.

sobre seu lugar de origem; e de outro, aquelas que tinham por finalidade organizar um conjunto de memórias, narrativas e discursos sobre os locais, de maneira mais coletiva, a partir de uma metodologia mais sistematizada. Essas produções proporcionaram uma compreensão mais matizada das narrativas históricas regionais, ao destacarem tanto o caráter individual quanto coletivo das memórias e experiências documentais.

Os livros, em ordem cronológica de publicação, são: *Jacarèzinho* (1950) de Astolfo Severo Batista; *Jacarezinho, seus Pioneiros, Desbravadores e os que labutam para o progresso desta terra* (1975), autoria de Thomaz Aimone; *Minha terra e minha gente: história do município da Colônia Mineira e de Siqueira Campos* (1988), produzido por Joaquim Vicente de Souza; *Santo Antônio da Platina: seus pioneiros e desbravadores*, organizado por uma série de autores por volta da década de 1990; *Alma da Terra: Cambará* (2001), produzido pela memorialista Alice do Amaral Faria; *De Alambari a Cambará: um resgate histórico* (2002), organizado pela Irmã Alba Leandro Pugas em conjunto com estudantes do Colégio Nossa Senhora das Graças; *Os Pioneiros* de Helena Ribeiro de Proença (2013); e, por fim, *História de Santo Antônio da Platina* de Sebastião Américo Calheiros (2014) (Tabela 1).

**Tabela 1** – Livros de memórias

| Ano  | Cidade                   | Título  | Autores                                  |
|------|--------------------------|---|--|
| 1950 | Jacarezinho              | <i>Jacarèzinho</i>  | Astolfo Severo Batista                   |
| 1975 | Jacarezinho              | <i>Jacarezinho, seus Pioneiros, Desbravadores e os que labutam para o progresso desta terra</i> | Thomaz Aimone                            |
| 1988 | Siqueira Campos          | <i>Minha terra e minha gente: história do município de Colônia Mineira e de Siqueira Campos</i> | Joaquim Vicente de Souza                 |
| 1990 | Santo Antônio da Platina | <i>Santo Antônio da Platina: seus pioneiros e desbravadores</i>                                 | Orgs: Cezar Laranjo Crespo <i>et al.</i> |
| 2001 | Cambará                  | <i>Alma da Terra: Cambará</i>   | Alice do Amaral Faria                    |

|      |                          |  |                             |
|------|--------------------------|--|-----------------------------|
| 2002 | Cambará                  | <i>De Alambari a Cambará: um resgate histórico</i> | Org: Ir. Alba Leandro Pugas |
| 2013 | Carlópolis               | <i>Os Pioneiros</i>                                | Helena Ribeiro de Proença   |
| 2014 | Santo Antônio da Platina | <i>História de Santo Antônio da Platina</i>        | Sebastião Américo Calheiro  |

**Fonte:** O próprio autor.

É crucial destacar duas questões. A primeira é que essas obras representam um ideal de ser por meio da memória, refletindo uma ideologia específica que enfatiza o papel desempenhado pelos “pioneiros” na colonização e na formação dessas cidades. Nesse contexto, os pioneiros são frequentemente celebrados como os “pais fundadores”, cada um com sua imagem vinculada a uma cidade específica. De forma paradoxal, embora alguns textos afirmem que a região estava desabitada antes da chegada dos colonos, simultaneamente reconhecem a presença de populações indígenas (Kaingang e Guarani) que habitavam (habita) historicamente esse território. Em alguns casos, com exceção do livro de Calheiro (2014), observou-se uma falta de exercício de alteridade nesses relatos, não admitindo os povos originários como os primeiros e legítimos “donos” desse território.

Como parte da ideologia, as memórias devem ser entendidas como construções sociais que passaram por um processo de seleção, no qual o grupo determina o que é digno de ser lembrado ou não, seguindo normas estabelecidas entre seus membros, seja de maneira consciente ou inconsciente. Inspirado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs, Peter Burke enfatiza que:

(...) as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e também como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo. “Lembram” muito o que não viveram diretamente. Um artigo de noticiário, por exemplo, às vezes se torna parte da vida de uma pessoa. Daí, pode-se descrever a memória como uma reconstrução do passado (Burke, 2011, p. 70).

A segunda questão é a interpretação corrente dos memorialistas sobre a ocupação ter sido um processo de conquista. O conceito de conquista, nessas narrativas, é uma referência àqueles que lutaram para conseguir um pedaço de terra, desbravar o sertão, fundar cidades e construir uma sociedade ordeira ou civilizada.

Contudo, a conquista é mais um elemento do processo de reocupação moderna, ou seja, de colonização. A conquista não se efetiva apenas nos lugares ou na constituição dos povoados, mas, como exposto no livro *A conquista da América*, de Tzvetan Todorov (2003), a conquista envolve questões militares, colonização e destruição das ideias, crenças e costumes do Outro – nesse caso, das populações indígenas –, violência territorial e cultural.

É imprescindível esclarecer que, na análise das obras produzidas por memorialistas, não estamos tratando de relatos neutros ou desprovidos de intencionalidades. Muito pelo contrário, “(...) precisamos, é claro, nos lembrar que esses relatos não são atos inocentes da memória, *mas antes tentativas de convencer, formar a memória de outrem (...)*” (Burke, 2011, p. 74, grifos nosso). E, através disso, é importante se questionar sobre: “(...) quem quer que quem lembre o quê e por quê? De quem é a versão registrada ou preservada?” (Burke, 2011, p. 84).

Um dos primeiros registros memorialistas produzidos na região foi a obra *Jacarezinho* de Astolfo Severo Batista,<sup>17</sup> publicada em São Paulo, em março de 1950, em comemoração ao cinquentenário da cidade. A proposta central foi relatar os eventos que marcaram a fundação de Jacarezinho e demonstrar seu rápido desenvolvimento urbano e agrícola, enfatizando seu caráter progressista e modernizante. Segundo Astolfo Batista, “no lugar onde havia um pobre vilarejo nascente, de casas toscas, mal feitas e mal cobertas, estende-se hoje a cidade de JACARÉZINHO, bonita, rica e populosa, como se vê (...)” (Batista, 1950, p. 6).

Na análise do livro, não foi possível estabelecer, com precisão, a data exata do início da ocupação da cidade, sendo situada aproximadamente entre as décadas de 1880 e 1890. O autor esclarece, por meio de documentos oficiais, os marcos legais que formalizaram a existência da cidade. Segundo registros, a fundação de Jacarezinho ocorreu por meio de um ato datado de 9 de julho de 1890, que estabeleceu a criação de um Distrito Policial no município de Tomazina. Posteriormente, pela Lei nº 382, de 2 de abril de 1900, o povoado conhecido como “Nova Alcântara” foi elevado à categoria de Termo, oficializando Jacarezinho como um município desmembrado de Tomazina (1950, p. 5).

Conforme as palavras do autor, seu pai (Coronel Joaquim Severo Batista) foi um dos “primeiros homens” a pisarem em “terras jacarezinhenses”, isso por ocasião

---

<sup>17</sup> Astolfo Severo Batista (1883-1961) foi advogado e filho do Coronel Joaquim Severo Batista (1844-1930), proprietário de terras e considerado um dos fundadores da cidade de Jacarezinho-PR.

“(...) do processo da medição e legitimação da Fazenda ‘Pedra Branca’, em cuja área se assentam as terras do seu patrimônio atual, doado à Igreja por liberalidade sua. *A êsse tempo, não viu viv’alma nessa selva selvagem*” (1950, p. 22, grifos nosso).

Na linha argumentativa do autor, identifica-se dois elementos fundamentais que, conforme Batista, foram cruciais para a fundação, desenvolvimento e sucesso da cidade: a cultura do café e os indivíduos que ele classifica como “novos bandeirantes” – em virtude de um curso sobre “bandeirologia” na qual o autor realizou antes da publicação desse livro.<sup>18</sup> Conforme sua narrativa:

(...) o café foi o criador das freguesias, das cidades, o criador dos bispados. O café levantou teatros, igrejas, escolas; abriu sertões, avenidas; arrastou estradas de ferro – criou, enfim, o café, *a nossa grande riqueza coletiva* (1950, p. 21, grifos nosso).<sup>19</sup>

Os *novos bandeirantes* foram personificados nas figuras dos “pioneiros”, cada um portando um significado (ou um arquétipo) que se vinculou ao contexto de fundação da cidade e à sua funcionalidade naquele meio social.

(...) passemos a falar, particularmente, de alguns dos nossos bandeirantes, e comecemos pelo Cel. Joaquim Severo Batista [seu pai], não por julgá-lo o mais importante deles, mas por ser o mais velho, pois, todos foram iguais, êmulos da mesma glória ou ‘farinha do mesmo saco’, como se diz na giria.

Dei a êle o título de “Descobridor”, ao Coronel Alcântara, o de “Civilizador”, ao Coronel Figueiredo, o de “Saneador” e ao Coronel Cecílio Rocha, o de “Acolhedor”, prosônimos que neles se ajustaram como uma luva (1950, p. 27).

O Coronel Joaquim Severo Batista foi exaltado como o “pioneiro” e “bandeirante” que primeiro explorou as “terras jacarezinhenses”, sendo assim apelidado de “descobridor”, alusão feita aos exploradores europeus e ao “descobrimento do Novo Mundo”. Em seguida, o Coronel Antônio Alcântara foi

<sup>18</sup> Em suas palavras, “(...) Foi êsse o espírito [dos ‘novos bandeirantes’] que presidiu à formação de Jacarêzinho, cujo nome, por si só, já revela a aspereza da conquista (...)” (Batista, 1950, p. 15).

<sup>19</sup> Esse trecho é interessante, pois, nos leva a pensar como o fetiche da mercadoria está inserido na narrativa do Astolfo Batista. Quando há referência de que o café criou freguesias, cidades, bispados, teatros, igrejas etc., exclui-se a atividade humana na fundação das cidades, dando uma importância exclusiva à mercadoria. Apaga-se o trabalho dos caboclo-possesores na derrubada das matas, dos escravizados e migrantes italianos nas fazendas de café, da população nordestina no assentamento dos trilhos das estradas de ferro etc. Sobre a questão do fetichismo da mercadoria, Karl Marx (2013, p. 206-207) no primeiro capítulo de *O Capital* (livro 1), esclarece que “(...) os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias”.

descrito como “civilizador”, cuja família foi apresentada como modelo de bons valores e costumes, estabelecendo uma função “pedagógica” para a sociedade emergente. Por sua vez, o Coronel Figueiredo foi retratado como o “saneador”,<sup>20</sup> devido ao seu papel de comissário de polícia na região, responsável pela manutenção da “paz” e da “tranquilidade” em Jacarezinho. Além disso, *Jacarèzinho* (1950) mostra um episódio de conflito entre o Coronel Figueiredo e os Kaingang – representados como um obstáculo a ser superado.

Contava ele [Coronel Figueiredo] que quando chegaram ao sertão, tão bruto era êste, que os bugres [Kaingang] eram vistos a cada passo, dia claro, vadeando rios, pelas árvores, e, por vêzes, em magotes pelos campos com suas cunhans e querumins, comendo frutos silvestres. *Depois tornaram-se terrivelmente agressivos, exterminando famílias inteiras até nos arredores do povoado, fato êste que determinou também de nossa parte, sob a chefia de Sancho de Figueiredo, forte pressão contra êles, que, afinal, amendrontados, vencidos, afastaram-se para o fundo mais profundo da floresta* (1950, p. 37, grifos nosso).

O Coronel Cecílio da Rocha foi denominado como o “acolhedor” devido à notável afabilidade e habilidade de socialização, características que o tornaram fundamental na atração e acolhimento de novos habitantes para a região. Segundo Astolfo Batista, o Coronel Cecílio da Rocha “(...) foi um bandeirante espiritual, desbravador e conquistador de corações (...)” (1950, p. 38).

O título de “bandeirante” é atribuído não apenas aos quatro personagens mencionados anteriormente, mas também a um número significativo de indivíduos que contribuíram para a fundação e o “progresso” das cidades. Este grupo inclui figuras patriarcais das respectivas famílias, como o Dr. Costa Júnior, Dr. Willie Davids, Infante Vieira e do Major Barbosa Ferraz Júnior (1950, p. 40).

Esta narrativa forja a figura dos “pioneiros” a partir de arquétipos heroicos (descobridor, civilizador, saneador e acolhedor), cujas funções e títulos refletiram a contribuição de cada um ao estabelecimento e à ordenação da sociedade local.

Além disso, conforme descrito pelo autor, para ser qualificado como um bandeirante no contexto da ocupação, eram necessários atributos específicos que caracterizavam cada personagem: virilidade masculina, capacidade de

---

<sup>20</sup> O papel de “saneador” levanta uma série de problemáticas e contradições, considerando as diversas denúncias dos jornais da época sobre os abusos de poder do Coronel Figueiredo. Essa questão será aprofundada no capítulo 3 dessa dissertação.

desbravamento, conquista, perseverança, afabilidade, acolhimento e, se necessário, habilidades de “saneamento”.

A representação histórica proposta por Astolfo Batista (1950) retratou um período marcado por uma luta contínua entre o “homem” e a biodiversidade. Após a fase de derrubada das matas e a construção da cidade, emergiu um passado glorificado na memória daqueles que venceram o que era considerado um “obstáculo” a ser superado: a natureza, as árvores e outras espécies de animais – que ofereciam algum risco à população ou ao avanço do “progresso”, da “civilização”. Nesse sentido, a superação da natureza, presente na maioria dessas narrativas, pretende valorizar o empreendimento de conquista territorial do “pioneiro”, do “colonizador”. Nas palavras do autor:

Por que disse “bandeirantes” ao me referir aos *primeiros povoadores de Jacarèzinho*? ‘Porque bandeirante não é somente aquele que à frente dos peões da rude mata *afuroavam o sertão inóspito de onças, tigres e outros bichos mais indômitos*. Bandeirante é, também, aquele cujo pé, *como o de um deus, fecundava o deserto, semeando cidades*, como disse Alcântara Machado no seu livro “A Vida e Morte do Bandeirante” (...) (1950, p. 14, grifos nosso).

Thomaz Aimone,<sup>21</sup> ofereceu uma visão alternativa sobre os primórdios da ocupação da cidade de Jacarezinho em sua obra *Jacarezinho, seus Pioneiros Desbravadores e os que labutam para o progresso desta terra* (1975). Nessa obra, argumentou que a história da povoação de Jacarezinho teve início com a chegada da família Alcântara em 1888, destacando-se a figura do patriarca Coronel Antônio Alcântara como um dos principais protagonistas deste processo.

Antônio Alcântara nasceu em 19 de outubro de 1820 na Fazenda das Laranjeiras, localizada no município de Airouca, em Minas Gerais. Com o falecimento de seu pai, que era fazendeiro, Antônio Alcântara assumiu a administração da extensa fazenda e das demais propriedades familiares como herdeiro. Durante a Guerra do Paraguai, desempenhou um papel importante ao fornecer contingentes<sup>22</sup> para compor as tropas imperiais, o que não apenas saldou suas obrigações financeiras como também lhe garantiu o título de Coronel. Em 1884, viajou ao Rio de Janeiro para resolver questões relacionadas ao seu saldo credor, período em que se manteve

---

<sup>21</sup> Thomaz Aimone nasceu em Curitiba e veio para Jacarezinho na década de 1930, após ser aprovado em um concurso público para atuar no magistério. Foi professor de língua francesa no Ginásio Rui Barbosa, atualmente, Colégio Estadual Rui Barbosa, localizado no Centro da cidade.

<sup>22</sup> Possivelmente, pessoas escravizadas.

informado sobre as notícias acerca da região do *valuto*.<sup>23</sup> Segundo Aimone, “durante três longos anos labutou pra manter-se alheio à política escravagista e vendo o perigo de perder o serviço dos escravos, resolveu mudar-se para o desconhecido SERTÃO PARANAENSE (...)”, onde procurou montar seu “império” e “(...) localizar seus parentes em terras férteis constituindo fazendas e sítios em seu redor” (Aimone, 1975, p. 4).

Nesse contexto, surgiu a ideia de convocar seus parentes, incluindo filhos, noras, genros, netos, para o que o autor chamou de “ideia de conquistar o sertão paranaense” ou ato de “desbravar<sup>24</sup> o sertão”. A caravana, segundo o relato de Thomaz Aimone, constituiu-se de “(...) grande número de *escravos*, compondo a CARAVANA mais de 254 (duzentos e cinquenta e quatro pessoas, fora os escravos), não faltando o MÉDICO DR. JOÃO CÂNDIDO FORTES e o PADRE JOAQUIM INÁCIO DE MELO E SOUZA (PADRE MELO)” (1975, p. 4, grifos nosso).

No dia 10 de novembro de 1888, a caravana liderada pelo Coronel Antônio Alcântara alcançou as margens do rio Paranapanema e, após dois dias, finalizou sua jornada, buscando se estabelecer na região. A questão da legitimidade da posse ou propriedade das terras emergiu como um desafio primordial. Inicialmente, Manoel Veado e Joaquim Dutra, residentes em Santo Antônio da Platina, ofereceram a venda dos alqueires por seiscentos mil réis (600\$000) e Coronel Alcântara acatou o pedido para evitar conflitos maiores. No entanto, conforme relatado por Thomaz Aimone (1975), em 1895, Coronel Severo Batista chegou a Jacarezinho proclamando sua propriedade sobre as terras recém compradas do Coronel Alcântara, alegando que elas já estavam registradas em seu nome em Curitiba muito antes da chegada de sua família ao local. Com a apresentação dos documentos que comprovaram o registro prévio, Coronel Alcântara foi compelido a realizar um novo pagamento.

Apesar das divergências entre Astolfo Batista (1950) e Thomaz Aimone (1975) sobre quem foi o primeiro ocupante da cidade de Jacarezinho, ambas as narrativas

---

<sup>23</sup> Esse termo, uma espécie de regionalização presente na historiografia e em alternativa à nomenclatura “Norte Pioneiro”, faz referência às terras que se encontram entre os vales dos rios Itararé e Cinzas (Carsten, 2012; Wachowicz, 1987).

<sup>24</sup> A noção de “desbravamento” é latente nos discursos memorialistas. Desbravar, conforme o Dicionário Brasileiro On-line de Língua Portuguesa Michaelis (2015), tem 4 sentidos: 1. Eliminar a braveza de animal; amansar, domar; 2. Tornar civilizado ou culto; civilizar, polir; 3. Penetrar em terra ou lugar desconhecido para explorá-lo; 4. Preparar terreno para o cultivo; arrotear, desbravejar, lavar. Contudo, no contexto retratado pelos memorialistas onde os “pioneiros” tiveram que lidar com a resistência dos Kaingang (considerados “índios bravios” ou “bugres”), a palavra *desbravar* ganha um outro sentido: tirar ou expulsar os bravos da terra.

convergem ao abordar temas como o desenvolvimento, progresso e heroísmos daqueles que contribuíram para a fundação da cidade:

Desde o dia 9 de julho de 1890 que a cidade possui o nome de JACAREZINHO como distrito policial pertencente ao Município de Tomazina.

*A cidade crescia dia a dia, com a chegada de caravanas e também de parentes daqueles primeiros desbravadores, que com justiça chamamos de PIONEIROS.*

(...) em 1908 a LINHA FÉRREA chega até a localidade que recebeu o nome de OURINHOS e no dia 31 de dezembro de 1908 foi solenemente inaugurada a ESTAÇÃO DE OURINHOS.

Com a chegada do trem, *a cidade começou a crescer assustadoramente, pois em 1910 já possuía a cidade, mais de cem casas rústicas e o povo era obrigado a desembarcar do trem e tomar as DILIGÊNCIAS para as demais vilas sendo JACAREZINHO a mais procurada, por ser mais populosa e importante.* E, cada dia mais o seu nome rompia fronteiras com a notícia das prodigiosas terra roxa (1975, p. 9, grifos nosso).

Contudo, há ainda uma terceira versão sobre a fundação da cidade de Jacarezinho, mas a partir de um livro de impressões de viagens. Na perspectiva de Nestor Victor, no livro *A terra do futuro* (1913), não foi nem o Coronel Antônio Alcântara, nem o Coronel Severo Batista que fundaram Jacarezinho, mas um “descendente dos bandeirantes” chamado Calixto. Conforme o autor:

(...) Informa que é muito nova a abertura daquelle majestoso sertão, onde a colossal figueira, o palmito, a peroba, o páo d’alho, a cannella abundam como attestado de riqueza. Não vae muito alem de 25 annos a formação das culturas iniciaes, tendo lutado como verdadeiros bravos os primeiros “invasores”, que, de facão e pistola em punho, para a defeza contra as féras, foram abrindo pequenas picadas, em busca do melhor local para sua barraca. Diz que lá existe ainda um velho, de nome Calixto, homem rustico, porem intelligente e jovial, heroe primeiro dessa jornada, o fundador da actual villa do Jacaresinho. É paulista, digno descendente dos bandeirantes. Após elle foram entrando outros, e hoje está constituída uma activa, animadissima população de mais de dez mil almas (Victor, 1913, p. 68).

Esse relato, por si só, contesta as duas versões apresentadas anteriormente e levanta algumas indagações. Por que os coronéis, mencionados anteriormente, não aparecem nessa narrativa? E, complementando, o que garante que os relatos de Thomaz Aimone (1975) e Astolfo Batista (1950) não são invenções com a finalidade de sacralizar, na história e memória, a importância do papel de fundadores, atendendo as demandas históricas e representativas das elites locais?

Posteriormente, em 1988, foi publicado o livro *Minha terra e minha gente: a história da Colônia Mineira e de Siqueira Campos*, do memorialista Joaquim Vicente de Souza.<sup>25</sup> Segundo o anúncio do jornal *Correio de Notícias* (PR) na seção de variedades, “(...) [o livro] são 82 páginas de uma verdadeira epopéia de homens e mulheres que forjaram, com pioneirismo e garra, o processo da [ocupação da] região. É uma fonte de consulta sobre a história do Paraná (...)” (CN, ed. 00037, 28/06/1988, p. 18). O livro teve como pretensão narrar a história da fundação da Colônia Mineira através de artigos paroquiais e testemunhos dos colonizadores.

Sobre o contexto de fundação, Joaquim Vicente de Souza narrou o seguinte:

A fundação do município de Siqueira Campos se deu com o início de um pequeno povoado chamado Colônia dos Mineiros, alcunha dada pelo capitão Francisco José de Almeida Lopes, chefe político em São José da Boa Vista. Isto porque a posse foi efetivada por diversas famílias (...) [de] Santo Antônio do Machado, São José e Dores de Alfenas, São Francisco de Paula do Machadinho e São João Batista do Dourado, lugares estes situados a oeste da então província das Minas Gerais (...).

O deslocamento, mudanceiro e arrojado, destas famílias, se deu não somente por instinto de furadores de matas bravias, já que sentiam saudades da antiga estância, que gabavam, onde as terras eram fertilíssimas para as plantações de cana, para os engenhos e fumo; para o comércio e toda a sorte de plantações, além do que, as águas, que eram todas duma pureza material. O que os arrancou de seus queridos pagos, numa época sem crise alguma da natureza, foi o medo da famigerada Guerra do Paraguai que se antevia e da qual aqui falavam de pais para filhos e netos, com receio. Eram famílias numerosas, com filharadas por casais, muitos deles em idade de recrutamento para ‘servirem de bucha de canhão’, conforme falavam com medo. Assustados, resolveram a grande arrancada para os sertões. E tinham pressa. A qualquer hora rebentaria a guerra: e eles, que habitavam não longe de guarnições militares, carregavam pressa.

Tanto é assim que vieram em duas levas ou turmas. A primeira em começos do ano de 1863, liderada por José Caetano de Carvalho (...) (Souza, 1988, p. 21-22).

---

<sup>25</sup> Joaquim Vicente de Souza (1914-1989) foi professor, escritor, secretário da Prefeitura, vereador, secretário da câmara e prefeito de Siqueira Campos. Foi ligado à lavoura e colaborou com a fundação da Rádio Emissora Bom Jesus. Em 1985, recebeu o título de Cidadão Honorário do município, três anos antes da publicação de *Minha Terra e Minha Gente* (1988). A partir de 2013, o museu que era conhecido como Museu Histórico de Siqueira, passa a se chamar Museu Joaquim Vicente de Souza. Segundo o *Jornal Correio de Notícias* (Siqueira Campos) o Museu recebe esse nome “(...) em homenagem a quem se dedicou intensamente no resgate, construção e preservação da história, bem como na criação de símbolos cívicos do município” (JCN, ed. 1479, 08/06/2016, p. 5). Além disso, o autor publicou, em 2007, mais outro livro sobre Siqueira Campos, intitulado *Norte Pioneiro – Norte Velho. Siquera Campos no cenário do norte do Paraná*. Entretanto, não analisaremos este livro nesse tópico para evitar redundância, considerando que o autor manteve a mesma perspectiva sobre o processo de formação.

Segundo o memorialista, o início da ocupação da referida região por migrantes vindos de outras regiões do país pode ser datado a partir da década de 1860, contexto marcado pelo desenrolar da Guerra do Paraguai. Muitas famílias, em uma tentativa de evitar o alistamento militar compulsório de seus filhos e parentes – os quais seriam expostos aos extremos perigos do conflito –, migraram em direção ao “sertão longínquo”. Esta migração era vista como uma forma para escapar das imposições do recrutamento, que frequentemente reduzia os recrutas a meras “buchas de canhão” nas batalhas (Souza, 1988, p. 22).

Uma distinção crucial na obra de Joaquim de Souza (1988), em contraste com outros textos memorialistas analisados, é o reconhecimento do papel das mulheres no processo de “desbravamento dos sertões”. Este é o único trabalho, dentre os analisados, que retrata – mesmo de maneira sintética – a contribuição feminina<sup>26</sup> na colonização e desenvolvimento da região. Em uma crítica aos memorialistas que frequentemente omitiam ou minimizavam essas contribuições, Souza (1988) destacou a necessidade de uma representação mais inclusiva e abrangente na literatura regional.

É costumeiro nas histórias de fundações de povoado, nomear-se apenas os nomes dos homens, esquecendo-se completamente de suas companheiras inseparáveis, as mulheres, que, junto com os maridos e as filhas, compartilham das lutas e sofrimentos, como é comum nestes desbravamentos (1988, p. 21).

No dia 20 de agosto de 1994, foi lançada a primeira edição do livro *Santo Antônio da Platina: pioneiros e desbravadores*. Este trabalho, produzido por uma equipe de autores,<sup>27</sup> visou organizar a memória e a história do município, detalhando o período de ocupação levado a cabo por migrantes oriundos de outras regiões por meio de relatos dos fundadores e seus descendentes. Segundo os autores, a colonização do município de Santo Antônio da Platina foi resultado do desmembramento da Província do Paraná da Província de São Paulo em 1853. Com

---

<sup>26</sup> Uma das contribuições importantes das mulheres no processo de reocupação moderna, segundo Joaquim Vicente de Souza por meio das histórias que ouvia de sua avó Luiza, foi o papel das parteiras que “(...) cercadas de doenças palustres, de cobras venenosas, da solidão de noites ermosas, (...) [pariam] filhos sem quaisquer recursos senão os caseiros rudimentares (...)” (Souza, 1988, p. 65). Entretanto, o autor não nos fornece outras contribuições que as mulheres fizeram nesse período como nos trabalhos domésticos, tomadas de decisão, educação escolar, criação de filhos, serviços rurais etc. Com o capítulo sob o título *O heroísmo da mulher pioneira no desmembramento do sertão bravo*, foi apenas reservado 1 página para a história das mulheres nessa região.

<sup>27</sup> Conforme as informações coletadas no livro, os(as) autores(as) são: Cezar Laranjo Crespo, Ivone Mendes de Souza Tanko, Luciano Dias de Oliveira Reis e Sônia Regina Gatzk Moreira.

a ocupação inicial da região de Tomazina e da Colônia Mineira, diversos povoados emergiram concomitantemente, incluindo Ribeirão Claro, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Esses eventos marcaram uma continuidade histórica manifestada pelas ocupações territoriais no nordeste paranaense. Em um breve histórico sobre esse processo, os autores expressaram o seguinte:

1853 – A história do Paraná começa realmente com a lei de 29 de agosto que desmembrou a Província de São Paulo. Zacarias de Góes e Vasconcelos foi o Primeiro Presidente, e Curitiba a Primeira sede da nova Província.

[se referindo a região do “Norte Pioneiro”] (...) Era, até então um *deserto demográfico* utilizado como passagem pelos criadores de gado do Rio Grande do Sul em busca de mercado em São Paulo e Minas Gerais.

(...) No final do século passado, o Norte do Paraná era conhecido por fazendeiros mineiros e paulistas que enalteciam a qualidade de suas terras. Proprietários paulistas vinham caçar e pescar na região.

Domiciano Correa Machado, mineiro de São Caetano da Vargem Grande, atual Brazópolis, instalou-se em 1842-43 na margem esquerda do Itararé. Registrada sua posse, doou parte de seu terreno para o primeiro núcleo urbano da região: São José do Cristianismo. Desse patrimônio surgiu, em seguida, um porto no rio Itararé. Correa Machado penetrou para o interior da região e organizou outras posses nos rios Cinzas e Laranjinha. Mais tarde (1875), São José da Boa Vista absorveu o Patrimônio de São José do Cristianismo, porquanto o mesmo apresentava dados significantes de casos de malária.

(...) Daí em diante, foi grande o fluxo de migrantes mineiros e de outros estados pelo pouco valor dessas terras e pela sua fertilidade.

Parece que Domiciano Correa Machado foi quem trouxe o Major Thomaz Pereira da Silva, em 1867 para a região. Vindo de Itajubá, Thomaz trouxe grande comitiva de cerca de 200 pessoas onde adquiriram várias posses. Em 1878, doou o Patrimônio para sede de povoação que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Tomazina.

Em 1884-85, Severo Batista, mineiro de Alfenas, residindo em São Simão (SP) enviou seu irmão Tinhano para Curitiba, enquanto ele se dirigia a Castro para providenciar os documentos necessários para justificar a sua posse na região da atual Jacarezinho. A presidência do Paraná enviou um prático para medir terreno de nome João A. de O. Negrão. Acertou os papéis e retornou para sua casa.

Em 1888, Antônio Alcântara da Fonseca Guimarães, mineiro de Aiuruoca, resolveu ir para o Paraná, trazendo em sua comitiva 254 pessoas, dentre elas, donzelas, jovens universitários, médicos e padres. A sua frente, mandou seu neto de 19 anos, estudante de engenharia com 20 homens para preparar o terreno (Crespo *et al.*, 1994, p. 9-10, grifos nosso).

Em sua narrativa, antes da chegada de mineiros e paulistas nessa localidade, a região se configurava como um “deserto demográfico”. Além disso, ao contrário do

livro de Thomaz Aimone (1975), os autores negam a presença de escravizados na caravana da família Alcântara, registrando que a comitiva tinha “(...) 254 pessoas, dentre elas, *donzelas, jovens universitários, médicos e padres (...)*” (Crespo *et al.*, 1994, p. 10, grifos nosso).

Embora o livro tenha descrito o território como um “deserto demográfico”, repleto de “matas virgens”, aparece algo paradoxal em relação à presença de populações indígenas na região. Diversos testemunhos de famílias confirmam e reafirmam a presença de comunidades indígenas vivendo na área antes da chegada dos colonizadores. Além disso, nas narrativas aparecem frequentemente referências pejorativas sobre as interações e relações entre indígenas e colonos, assim como no processo de “desterritorialização” dos Kaingang no espaço que viria a ser fundado Santo Antônio da Platina. Um exemplo marcante dessas relações conflituosas é relatado pela família Costa, que chegou à região por volta de 1880:<sup>28</sup>

Por volta de 1880 chegava a Santo Antônio da Platina a comitiva da família Costa que vinha liderada por Joaquim da Costa Lemes (fal. Em 14/04/1914), que veio com a esposa Ana Maria Luíza (fal. em 01/05/1935), e a sua filha Maria.

(...) Esta família veio de Fartura, Estado de São Paulo, para a conquista das terras adquiridas do Governo Imperial. Estabeleceram-se na atual fazenda Santa Joana, derrubaram a mata, plantaram e construíram suas casas, dando início à colonização da terra.

No começo, *os índios não incomodavam, mas depois começaram a surgir conflitos*. João Francisco, um *ex-escravo*, que morava com Joaquim da Costa foi, certa vez, à pé até Jataizinho, acompanhado de um índio manso, pedir orientação para como se relacionar melhor com os índios.

João Francisco era um homem muito bravo, temido por todos. *Quando havia caçada aos índios, a prova da morte era trazer a orelha direita do índio morto. Às orelhas eram cortadas e colocadas num canudo de taquara. O ataque era sempre à noite.*

Conta-se que Ana Maria Luíza certa vez estava fiando, em seu sítio, quando chegou João Francisco e despejou em seu colo os troféus nefastos. Estava grávida e com o susto que levou, abortou.

(...) [casal Marcelino e Maria Joaquina, participantes da comitiva de Joaquim da Costa Lemes] Fixaram-se na Bocaina e no final do século passado, com sua família constituída, receberam os vizinhos Lopes Galvão, e mais tarde em torno de 1900, os Felisbino de Godoi e os Lima.

Ali a família de Marcelino iniciou a abertura da fazenda, plantando cana, mandioca, milho e criando gado. *Incialmente tiveram bom relacionamento com os índios que eram calmos porém altivos e desconfiados*. Com o passar do tempo também ali como na Santa

---

<sup>28</sup> Sobre as relações de conflito entre Kaingang e colonos, será analisada com mais profundidade no segundo capítulo.

Joana onde estavam seus irmãos, os índios tornaram-se agressivos, violentos e traiçoeiros. Iniciou-se um período de mútua agressão, quando os brancos tinham que se resguardar, esconder e muitas vezes ficar sem acender suas fogueiras para não se identificarem. Isso durou semanas. No final, com muitas baixas de ambos os lados, em luta desigual, as famílias tiveram que retroceder, pois sua munição estava findando e não tinham tranquilidade, deixando no local suas plantações (1994, p. 28-30, grifos nosso).

De acordo com os autores e os relatos de descendentes de “pioneiros”, os indígenas são retratados como invasores da área em questão. Essa concepção decorreu da compra, titulação e registro legal das terras, após a promulgação da Lei de Terras de 1850,<sup>29</sup> que transformou as áreas consideradas “desabitadas” (ocupadas por indígenas) em *terras devolutas* pelo governo e, conseqüentemente, *propriedade privada*. Na narrativa, o indígena é visto como um “nômade”, ou alguém sem “moradia fixa” ou território, e em nenhum momento os conflitos são analisados a partir de suas causas reais, como a invasão de terras indígenas feitas pelos colonos que gerou uma reação específica. Segundo o relato da família Costa, uma vez estabelecidos na localidade, os colonos notaram uma mudança no comportamento dos indígenas, que passaram a ser descritos como “agressivos, violentos e traiçoeiros” (1994, p. 30). Qualquer reação negativa, como essa, por parte dos nativos, era motivo para o surgimento de adjetivos como “bugres”, “selvagens” e “incivilizados”.

Semelhante à perspectiva adotada pelos autores de *Santo Antônio da Platina* (1994), a memorialista Alice do Amaral Faria<sup>30</sup> interpretou a ocupação de Cambará como uma extensão da fundação de outras cidades da região. Em seu livro, buscou ilustrar o desenvolvimento e a constituição do município de Cambará por meio de suas reminiscências sobre o passado. O objetivo da obra foi relatar episódios e casos que refletem a experiência subjetiva da autora ao longo do tempo. Assim, são comuns relatos sobre a construção do *primeiro* hotel, a instalação da *primeira* estação radiodifusora, acontecimentos marcantes da infância da autora, histórias dos *primeiros* moradores e alguns eventos históricos significativos que marcaram a cidade, como a Segunda Guerra Mundial, a “Revolução” de 1932, a “Revolução” de 1924 e a migração japonesa. Embora não seja o foco principal do livro discutir

---

<sup>29</sup> A questão da Lei de Terras de 1850 será aprofundada no segundo capítulo dessa dissertação.

<sup>30</sup> Alice do Amaral Faria (1926-2009), segundo a breve biografia encontrada em seu livro, foi uma paranaense de Cambará, normalista, contadora, decoradora e pedagoga formada pela Pontifícia Universidade Católica de Curitiba. Foi professora em várias escolas e diretora de 2 colégios na cidade onde nasceu. Em Curitiba, lecionou em duas escolas antes de se aposentar (Faria, 2001).

detalhadamente o processo de ocupação, no tópico *Falando de Cambará*, Alice Faria narrou o seguinte:

Cambará proporcionou real progresso ao Norte do Paraná (...).

Suas origens históricas mesclam-se com as de Jacarézinho e Tomazina. Juntos, os três municípios formaram nos seus primórdios, uma verdadeira 'ponta de lança', para o grande desenvolvimento da região colonizada. Isso a partir do ano de 1930.

O desenvolvimento da região foi assombroso na cultura do café, e de outros cereais, chegando a ser o maior produtor de milho do país. Por isso, a cidade ficou então conhecida como Portal de Ouro (referência ao dourado do milho) do Paraná.

Grandes fazendas estabeleceram-se na região, na pegada de riquezas.

O Norte Pioneiro foi o esteio da Capital Paranaense. Hoje, infelizmente um tanto esquecido.

O nome Cambará é de origem Tupi Guarani: árvore utilizada pelos indígenas na fabricação de suas canoas; madeiras de ótima qualidade.

A instalação de Cambará deu-se em 21.09.1924, pela Lei 2270, sendo seu prefeito, Antônio Barbosa Ferraz Júnior (...) (Faria, 2001, p. 10-11).

Também sobre Cambará, o livro organizado pela Irmã Alba Leandro Pugas (2002) em parceria com os alunos do Colégio Nossa Senhora das Graças, objetivou narrar a fundação e o desenvolvimento da cidade, desde seus "primeiros" povoadores em 1904 (época em que esse local era conhecido como *Alambary*) até o ano de 2002, data de publicação da obra. O livro foi estruturado em duas partes distintas: a primeira focando na história e memória de Cambará, enquanto a segunda abordou os relatos das famílias "pioneiras" sobre suas experiências individuais ou coletivas.

Sobre a ocupação, a obra intitulada *De Alambari a Cambará: um resgate histórico* (2002) dedicou dois tópicos: *Terra da Promissão* e *Primeiros Colonizadores*. O conceito de "terra da promessa", conforme explorado no trabalho de José Miguel Arias Neto (1998) sobre a história de Londrina, é referente ao lugar que promete prosperidade àqueles dispostos a um trabalho árduo. Essa noção, intrinsecamente ligada à ideologia do trabalho, fomenta discursos que enfatizam a abundância e facilidade de obtenção de riquezas, surgindo expressões tais como "o dinheiro se dava até em árvores" ou "o dinheiro se raspava com rodo". Segundo a autora:

O norte do Paraná é uma zona definida como a soma territorial de vales muito férteis, formado pelos afluentes da margem esquerda dos rios Paraná e Paranapanema, no arco que estes dois cursos de água traçam entre as cidades de Cambará e Guaíra. O norte velho, como é

chamada a região de Cambará, foi o encanto dos desbravadores que aqui vieram por causa de suas exuberantes matas, peculiares às áreas de terra roxa.

Cambará foi uma cidade que desempenhou importante papel na história da colonização do norte do Paraná, principalmente na da região compreendida entre os rios Tibagi e Ivaí e, por essa razão, deve ser sempre rememorada com gratidão e carinho. (...)

Até o início do século XX, as terras das margens do Alambari eram raramente visitadas por caçadores que aqui vinham à procura da farta caça existente. Depois, a exuberância da terra, a descoberta da madeira de lei e a abundância da árvore denominada cambará, própria de terras roxas e férteis apropriadas para café e outros cereais, fez com que a região tivesse um fluxo muito grande de pessoas, principalmente imigrantes japoneses. A notícia da fertilidade da região rapidamente se espalhou dando conta que, nessa região, *o dinheiro se tirava até das árvores, que dinheiro se raspava com o rodo, pois esta era, realmente, a verdadeira terra da promessa* (Pugas, 2002, p. 15, grifos nosso).

Já sobre a colonização, de forma resumida:

O movimento colonizador da cidade de Cambará iniciou-se no ano de 1904 quando o Sr. Alexandre Domingos Caetano, conforme escritos de Monsenhor João Belchior, chegou em Cambará num carro de bois e se estabeleceu às margens do rio Alambari, próximo a uma aldeia de índios, de índole pacífica, com os quais manteve um bom relacionamento. Logo depois, chegou também o Sr. Francisco Moreira, dando assim início a uma povoação. O Coronel Batista vendeu a Francisco Moreira uma área de 50 alqueires à razão de 25mil réis e mais tarde, mais 50 alqueires de terra, já então a 50mil réis o alqueire, na margem direita do Ribeirão Alambari. (...)

(...) Depois começaram a chegar outros aventureiros que provisoriamente se instalavam às margens do rio, mas que logo iam embora em busca de novas paragens, deixando o lugar para outros. (...)

À medida que os anos passavam, o povoado ia recebendo outros moradores formando, assim, um núcleo de colonização com a denominação de ALAMBARI, nome do ribeirão que banhava o lugarejo e que ainda hoje corta a cidade de Cambará, despertando assim o interesse e o desejo da organização de um núcleo colonial de grande futuro.

Em 1910, o Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior iniciou a formação de sua fazenda, a qual viria a se transformar na mais importante propriedade agrícola do norte pioneiro (2002, p. 16-17).

Os livros memorialistas publicados após a década de 2010, apresentam certa diferença em relação às outras produções, especialmente em se tratando da presença indígena na formação das cidades. No exemplo do livro *Os Pioneiros*, de Helena Proença<sup>31</sup> (2013), que relata a *história* de Carlópolis (antiga Jaboticabal), os índios

---

<sup>31</sup> Sobre a formação da autora, não conseguimos informações. As únicas informações que

Guarani são retratados de diferentes formas no processo de formação. Conforme a autora, havia os Guarani considerados “selvagens” – que não abriram mãos de seus territórios – e “mansos” – que ajudaram os “pioneiros” dando orientações sobre os lugares perigosos e na construção de casas. Semelhantemente aos de *Santo Antônio da Platina* (1994), os nativos não são reconhecidos como os primeiros povoadores desse espaço, sendo essa classificação destinada apenas aos não indígenas, ou seja, aos “pioneiros”.

Na perspectiva da memorialista, essa região se formou a partir da passagem de tropeiros e, conseqüentemente, da doação de terras feitas por grandes proprietários para impulsionar a colonização, por volta das décadas de 1870 e 1880. Conforme a vila crescia com o aumento demográfico e a construção de casas, os indígenas foram “empurrados” para outras localidades. Sobre o pioneirismo, Proença (2013) ressaltou o seguinte:

*Os verdadeiros heróis desbravadores foram várias famílias, tais como a Medeiros, Pinto, Bueno, Leite da Silva, Pedroso, Rodrigues do Amaral, Passos e muitas outras que deram continuidade ao desenvolvimento e ao progresso dos meios de transportes, comunicação, ensino e cultura social da nossa cidade, no início do século XX (1900). Unidos no propósito de melhorar a condição da Vila Jaboticabal, muito atuaram no alargamento dos trilhos – transformando-os em ruas e estradas com mais dimensões (...)* (Proença, 2013, p. 21).

Em relação à Santo Antônio da Platina, Sebastião Américo Calheiro<sup>32</sup> trouxe uma perspectiva mais crítica sobre sua formação, reconhecendo o território originário dos indígenas e interpretando a chegada dos “pioneiros” como uma invasão. Conforme o autor:

Dissemos acima que as terras eram despovoadas.

Sim, eram despovoadas de brancos, despovoadas do chamado “homem civilizado”, mas não eram despovoadas de gente. Eram povoadas pelos índios. Quer queiramos, quer não, eram povoadas por seus verdadeiros donos. (...)

---

conseguimos é que ela nasceu no sítio Jaboticabal, às margens do rio Itararé e é descendente de um dos fundadores. Seu pai foi agricultor e criador de porcos, morando nesse sítio entre 1924-1936, como consta em seu livro (Proença, 2013, p. 12).

<sup>32</sup> Conforme a biografia encontrada em seu livro, Sebastião Américo Calheiro nasceu em Santo Antônio da Platina, no dia 25 de outubro de 1950. Estudou no Grupo Escolar “Dr. Ubaldino do Amaral” [extinto no final de 2023] e no Colégio Comercial Estadual “Prof. João Sosniztki”, obtendo o grau de Contador. Cursou Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (atualmente Universidade Estadual do Norte do Paraná) e, posteriormente, se formou em Direito pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (atualmente a mesma instituição citada anteriormente), concluindo em 1979.

Como hoje ainda se ouve falar em invasão de brancos a terras indígenas em outros estados, assim foi o nosso passado. O branco chegou e, com ele, a ganância, a ambição e o desejo de riqueza a qualquer custo. Os Índios Guaranis e Caingangues, que ocupavam estas terras, foram sendo empurrados, quer sutilmente, quer à força, para outras regiões (Calheiro, 2014, p. 10).

De antemão, é necessário ressaltar que, em se tratando das *frentes de colonização* onde os indígenas foram massacrados, não existe um “empurrão sutil”, como se referiu, em parte, o autor no excerto anterior.

Contudo, o autor nos oferece uma visão crítica acerca de quem seria o “primeiro” fundador de Santo Antônio da Platina. Discordando da versão do pesquisador local Israel Pereira de Castro e dos dados do IBGE sobre o Antônio Pinto da Fonseca ser o fundador da cidade, Calheiro afirma que não há apenas um fundador: “não se funda um povoado com um indivíduo ou uma família. É necessário um consórcio de indivíduos, representados por famílias, que se juntam de maneira aleatória, embora com objetivos comuns (...)” (2014, p. 17-18).

Embora o autor faça críticas pertinentes à forma como outros memorialistas têm tratado a história desse município, acabou fazendo uma observação equivocada acerca dos Guarani e Kaingang. Para ele, os “(...) índios (...) Caingangues, [eram] primos dos Guarani (...)” (2014, p. 12). Os Kaingang não são primos dos Guarani, muito pelo contrário, são grupos étnico-linguísticos diferentes, pertencentes a troncos linguísticos (tronco Jê e tronco Tupi), costumes e cosmovisões distintas.

Contrariamente à perspectiva tradicional dos geógrafos, que frequentemente omitiam a presença de comunidades indígenas, alguns memorialistas reconheceram a existência dessas populações antes e depois da chegada dos colonos. Populações como os Kaingang e os Guarani foram, de maneira geral, retratadas como se pertencessem a uma única cultura. Esta homogeneização, que reflete o uso do termo “índio” – nomenclatura generalizadora de origem ocidental –, revela a percepção dos memorialistas e da sociedade acerca de culturas que diferem da sua.

As narrativas produzidas por memorialistas que retrataram a ocupação dessa região apresentaram uma forte conexão e difundiram uma série de discursos congruentes, especialmente sobre os grandes feitos dos “pioneiros”. Primeiramente, a relação entre os municípios e o nordeste do Paraná foi vista pelos autores como um processo progressivo de colonização, assemelhando-se à concepção de *frente pioneira* e à lógica de modernidade, adotada pelos geógrafos (das décadas de 1930

e 1950) - e historiadores, como no caso da Rene Mussalam (1974) - para a análise da ocupação do Norte do Paraná.

Um segundo aspecto relevante é a exaltação dos *mitos fundadores* ou de figuras marcantes como “pioneiros”, “desbravadores”, “descobridores” e “conquistadores”, cuja presença é vista como fundamental para a conquista da região.

Já um terceiro aspecto é sobre a mudança causada no campo memorialista. Como no exemplo da obra de Calheiro (2014), percebe-se que há uma ruptura com o imaginário de outros memorialistas. O autor em si, buscou compreender que os “pioneiros”, de fato, não foram os primeiros moradores desse espaço. Além disso, suspeitou da narrativa sobre quem seria a “primeira” pessoa a “fundar” o povoado de Santo Antônio da Platina. Em sua perspectiva, não há um único fundador, mas um conjunto de pessoas com interesses diferentes que colaboraram para a formação dessa cidade.

Do ponto de vista econômico, houve frequentes referências ao café e à estrada de ferro, ambos considerados motores de desenvolvimento da sociedade local. Estes não são apenas elementos de desenvolvimento em si, mas, além do caráter fetichista da mercadoria, símbolos de progresso e modernidade, manifestando-se em hinos, imaginários, brasões, discursos políticos e festividades cívicas. Assim, esta abordagem ressaltou a importância atribuída à modernização e ao avanço econômico como pilares estruturantes da identidade regional.

Além disso, obras como as de Alba Pugas (2002), Alice Faria (2001) e Crespo *et al.* (1994) possuem um caráter paradoxal: ao mesmo tempo que descreveram o espaço antes da chegada dos “pioneiros” como “desabitado”, com “terras virgens” e empregaram expressões como “deserto demográfico”, elas também registraram a presença de comunidades indígenas em várias localidades do nordeste do Paraná, incluindo regiões como Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Cambará e Bandeirantes.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> Sobre a cidade de Siqueira Campos (antiga Colônia Mineira), o memorialista Joaquim Vicente de Souza, em um outro livro intitulado *Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no cenário do Norte do Paraná* (2007), parte de uma perspectiva semelhante, confirmando a presença de populações indígenas naquela localidade. Para o autor “(...) esta região, segundo historiadores e indianólogos, era habitada pela grande nação dos índios Guaranis, selvagens de proverbial mansidão, e que viviam da caça e da pesca pela floresta e rios destas paragens. Destes índios ainda temos muitas notícias, inclusive de testemunhas vivas, que deles contam muitos passados quando por aqui transitavam dos seus aldeamentos do Tijuco Preto (Pirajú) e São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), em andanças para outro grande aldeamento no Pinhalsinho (Ribeirão do Pinhal), às margens do rio Laranjinha” (Souza, 2007, p. 16 *apud* Carsten, 2012, p. 51).

De maneira geral, os livros memorialistas apresentaram discordâncias e concordâncias. Sobre a fundação de Jacarezinho, Thomaz Aimone (1975) contestou Astolfo Batista (1950) quanto à identificação da primeira família a se estabelecer na cidade. Por outro lado, Joaquim Vicente de Souza (1988) criticou a marginalização da mulher “pioneira” nas memórias dos memorialistas, destacando sua “ausência” na história de seus municípios. Outros livros de memórias (Faria, 2001; Pugas, 2002; Souza, 1988) retrataram um passado no qual a ocupação territorial foi pacífica, enfrentando como único adversário a biodiversidade. Já o relato da família Costa, mencionado por Crespo *et al.* (1994), descreveu a ocupação de Santo Antônio da Platina como marcada por conflitos intensos entre colonos e Kaingang, demonstrando como era o *modus operandi* dos bugreiros.

Por fim, é importante observar os lugares sociais que os autores desses livros ocuparam (ou ocupam) na sociedade. A maioria deles foram professores, políticos, advogados e descendentes dos “pioneiros”. Nesse sentido, seus livros representam a memória e história dos que venceram, ou seja, de seus antepassados que enfrentaram as “florestas frondosas” e conquistaram o “sertão bruto”, “civilizaram” a terra e, em alguns casos, disputaram o território contra os indígenas, frequentemente descritos como “incivilizados”, “selvagens” e até mesmo invasores.

Finalizando, acerca da colonização, isso não significa que essas produções representam a totalidade histórica sobre a realidade daquele período, mas a memória de uma classe ou grupo social específico. Assim, esses feitos heroicos revelam contradições, como demonstrou Nelson Tomazi (1997): não eram os “pioneiros” (grandes fazendeiros, coronéis etc.) que realizavam o trabalho de derrubada e queima das matas, mas sim os caboclo-posseiros, figuras também foram omitidas da memória oficial e da historiográfica tradicional. Ou seja, os “pioneiros” não derrubaram as matas, pagaram para derrubá-la e se apropriaram do crédito.

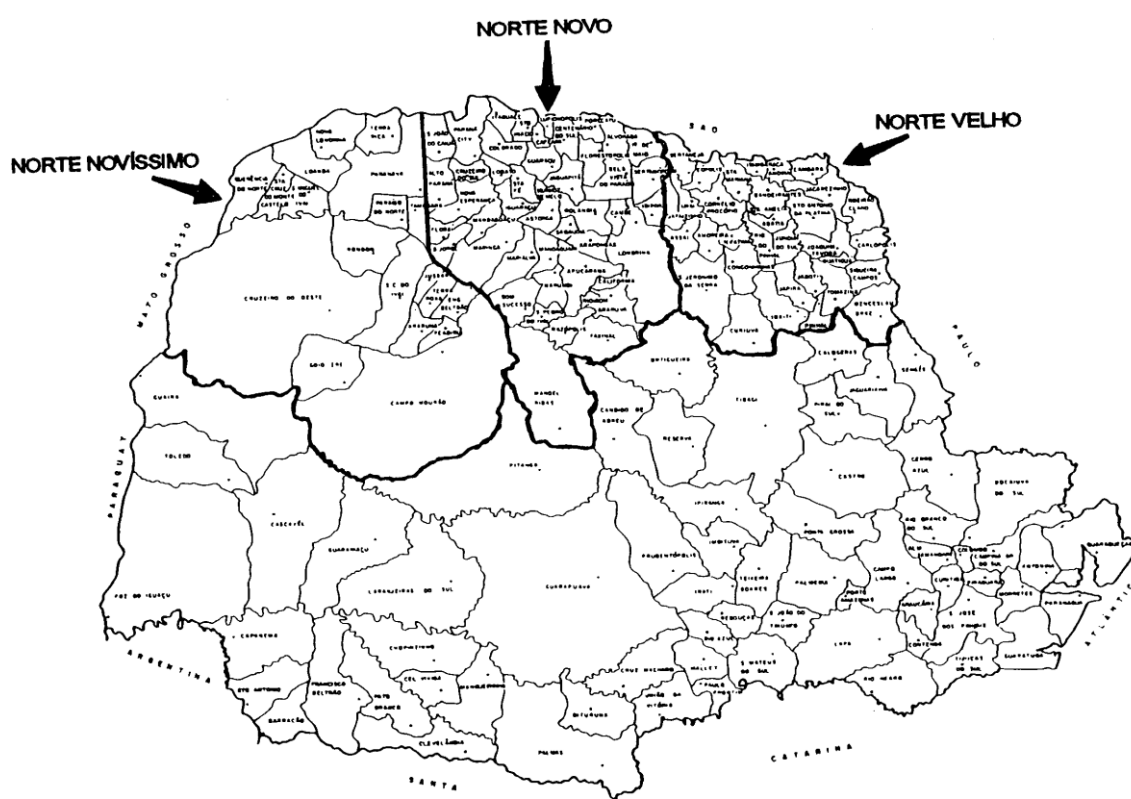
### **1.3 A OCUPAÇÃO CONFORME A HISTORIOGRAFIA DAS DÉCADAS DE 1970 E 1980**

Seguindo o contexto da década de 1970, o campo historiográfico foi marcado por mudanças significativas. Destacaram-se, em especial, a expansão dos cursos de pós-graduação e das universidades, bem como o surgimento de carreiras profissionais que passaram a depender de obtenção de títulos provenientes da especialização por meio dos cursos de pós-graduação. Conforme observado por

Gilmar Arruda e Wander Proença, foi durante esse período que a historiografia paranaense empreendeu esforços para delinear espacialidades, temporalidades e limitações relacionadas à História do Paraná (Arruda; Proença, 2013, p. 242).

Nesse mesmo período, em relação à delimitação da região denominada “Norte do Paraná”, já se encontravam estabelecidas as definições clássicas que buscaram dividir essa área em “três nortes”. Essa particular divisão pode ser compreendida por meio da figura apresentada a seguir:

**Figura 3** – Mapa com os “três nortes”: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo



**Fonte:** Mapa base com a divisão por municípios em 1956 (Padis, 1991, p. 100 *apud* Tomazi, 1997, p. 127).

Segundo Tomazi (1997), desde o final do século XIX, a região compreendida como “Norte do Paraná” foi designada de diversas formas conforme o avanço da frente de colonização. Entre as expressões mais notáveis, destacaram-se “sertão do Tibagi”, “sertão do Cinzas” e “extremo norte do Laranjinha” (Tomazi, 1997, p. 126). No entanto, no âmbito acadêmico, os autores utilizavam com maior frequência as definições encontradas na Figura 3. Contudo, quais são os significados de cada uma dessas designações? Segundo o autor:

NORTE VELHO ou NORTE PIONEIRO é a região localizada a nordeste do Estado, sendo que sua ocupação iniciou-se em meados do séc. XIX e desenvolveu-se nas primeiras décadas do século XX. Compreende a região de Tomazina, Ibaiti, Santo Antonio da Platina, Jacarezinho, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Uraí, etc. Conforme a maioria dos autores, nela era dominante a grande propriedade, como ocorria em São Paulo e Minas Gerais, donde provieram a maioria de seus colonizadores.

NORTE NOVO - Compreenderia as terras colonizadas preferencialmente pela Cia. de Terras Norte do Paraná. Vai do rio Tibagi até as proximidades de Maringá. É aqui que se localizavam a maior parte das manchas de terras roxas, hoje inteiramente cultivadas. Possui dezenas de cidades como Londrina, Apucarana, Arapongas, Mandaguari e muitas outras. Toda esta região foi (re)ocupada entre 1930 e 1947.

NORTE NOVÍSSIMO: Compreenderia o território que se estende das proximidades de Maringá até as barrancas do rio Paraná. Nesta região predominam as colônias organizadas pelo Estado ou pelas imobiliárias particulares. A cidade de Paranaíba tornou-se desde o início o centro da região e hoje é uma cidade em franco desenvolvimento. Nota-se nesta região o surgimento de novos produtos agrícolas de grande importância econômica, além do café, como o algodão, por ex. Seus principais centros urbanos, além de Paranaíba, são Nova Esperança, Nova Londrina, Cianorte, Umuarama, etc. (Tomazi, 1997, p.126).

Em relação às divisões, conforme destacado por Tomazi (1997), é necessário ter atenção, uma vez que essa perspectiva sugere ou nos leva a crer que a reocupação moderna ocorreu de maneira linear e naturalizada, começando pelo Norte Velho, passando pelo Norte Novo e encerrando no Norte Novíssimo. Essa abordagem nos remete a uma espécie de “ordenação histórica” que a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) buscou inventar a partir de sua chegada, referindo-se às áreas não abrangidas por seu empreendimento como “Velha”, e às regiões onde seus lotes foram comercializados como “Novo” e “Novíssimo”.<sup>34</sup>

De acordo com Sonia Adum (1991), sobre essa divisão (e cronologia):

Aparentemente, a conceituação/delimitação da Região Norte do Paraná (...), que efetua o corte regional dentro da perspectiva de “região natural”, isto é, como um conjunto relativamente homogêneo de elementos naturais, tais como, hidrografia, relevo, vegetação, etc., bem como, se utilizando de uma delimitação também “natural”, aparece como “confiável”, “neutra” e “objetiva”. No entanto, uma observação mais atenta, *pode visualizar grande dose de intenção e subjetividade*. Portanto, pode ser deduzido da caracterização (...), que a delimitação e configuração da Região Norte do Paraná “construída” pela Cia de Terras, contém implícita uma periodização, qual seja: *por*

<sup>34</sup> Essa concepção foi analisada com precisão por Nelson Dacio Tomazi, tanto em sua dissertação de mestrado (1987) quanto em sua tese de doutoramento (1997).

*Norte Velho subteme-se a parcela da região colonizada antes da sua presença; o Norte Novo, onde se localiza a cidade de Londrina, é identificado com sua colonização, pelo menos em sua parte mais significativa; o Norte Novíssimo fora e após a sua ação.* Esta cronologia acabou por definir a própria história da região, isto é, estabeleceu-se a partir da existência da CTNP, colocando-a como emissária do “novo”, sendo que a história do Paraná só poderia ser entendida com a sua presença enquanto “marco fundador”, resumindo-se em antes, durante e depois da sua presença. Esta cronologia ficou fixada sendo reproduzida incansavelmente, acarretando uma tentativa de naturalização (Adum, 1991, p. 51-52, grifos nosso).

Com o objetivo de atrair mais compradores e investidores, a CTNP necessitou construir uma imagem de região associada à ideia de modernidade e progresso. Por esse motivo, era frequente encontrar, nos jornais da década de 1930, referências à cidade de Londrina como “Eldorado” ou “Terra da Promissão”, como observado por José Miguel de Arias Neto (1998). Esses discursos desempenharam um papel crucial na criação de um conjunto de imagens relacionadas ao progresso, sugerindo que aqueles que se estabelecessem em Londrina prosperariam com o desenvolvimento da cidade e estariam residindo em uma região classificada como “nova” ou “moderna”.

O jornal Paraná Norte, fundado em 1934, atuava como porta-voz dos interesses da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa responsável pela ocupação de parte do norte do Estado. Carlos Almeida e Humberto P. Coutinho - diretores do jornal - eram vinculados à CTNP, como atesta a subvenção que o Paraná Norte recebia da referida companhia. Sem dúvida, a matéria em questão é propagandística, objetivando, portanto, atrair compradores de terras - o grande negócio da Cia de Terras - para a cidade, através da difusão da ideia da existência de uma Terra da Promissão que recompensa àqueles que nela quiserem trabalhar. O paraíso encontrado não era apenas realização presente, mas, sobretudo possibilidade futura. A fertilidade da terra, a rápida prosperidade pública e privada, o acesso à propriedade agrária, a riqueza propiciada pela agricultura são elementos que compõem as representações da cidade e da região como *Terra da Promissão* e *Eldorado* (...) (Arias Neto, 1998, p. 14-15).

A intenção desse tópico não será realizar uma análise mais aprofundada sobre os “três nortes”, enfatizando suas especificidades históricas e significações. Em vez disso, busca-se analisar como as produções históricas examinaram, a partir de seus lugares sociais, a formação do nordeste paranaense.

No campo da historiografia clássica, dois estudos se destacaram: o primeiro, datado de 1974, trata-se da dissertação da historiadora Rene Mussalam defendida na Universidade Federal do Paraná. O segundo é o livro intitulado *Norte Velho, Norte*

*Pioneiro*, escrito em 1987 pelo historiador Ruy Christovam Wachowicz, membro do Departamento de História da UFPR.

Esses estudos partem de diferentes áreas do campo da História, tendo em suas análises, aspectos metodológicos e conceituais distintos. Ao desenvolver sua dissertação, Rene Mussalam seguiu a linha de pesquisa na área de História Demográfica. Já Ruy Wachowicz, no contexto da década de 1980, adotou como ponto de partida a História Regional e Cultural. Mesmo em se tratando da História Demográfica, a pesquisa de Mussalam nos direciona para a questão regional, uma vez que a autora escolheu a região nordeste paranaense como recorte espacial.

O ponto em comum entre Rene Mussalam e Ruy Wachowicz é o *lugar social* em que suas obras emergiram e tomaram formas, ou seja, o lugar formativo dos autores. Nesse sentido, essas produções foram influenciadas pelas mentalidades e pesquisas que eram difundidas naquela instituição. Segundo Michel de Certeau:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados. (...) É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam (Certeau, 1982, p. 66-67).

Apesar de pertencerem ao mesmo lugar social,<sup>35</sup> é crucial observar que os estudos foram realizados em períodos distintos, apresentando diferenças em seus fazeres historiográficos. Devido às divergências nos aspectos teóricos e metodológicos, essas pesquisas proporcionaram perspectivas diferenciadas sobre a colonização do nordeste paranaense. No entanto, há uma consonância em relação à formação territorial: ambos os estudos, consciente ou inconscientemente, deram sustento à ideia de que a “ocupação” foi pacífica, não envolvendo conflitos no campo interétnico, político, entre outros.

Com o título *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*, a pesquisa de Rene Mussalam objetivou analisar o processo de formação populacional e o desenvolvimento da região por meio de dados quantitativos. O referencial da pesquisa incluiu informações sobre as produções econômicas (milho,

---

<sup>35</sup> Acerca da historiografia paranaense e a relação do lugar social com a produção dos historiadores, ver: ARRUDA, G.; PROENÇA, W. de L. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da academia: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2013.

café, porcos etc.), o aumento populacional por município, as origens geográficas das populações e as motivações por trás da migração. Assim como Pierre Monbeig (1935), Mussalam argumentou que esse crescimento é uma consequência da expansão demográfica e econômica paulista (Mussalam, 1974).

Seguindo uma abordagem que prioriza o aspecto demográfico, a autora teve como referencial teórico os estudos desenvolvidos pelos geógrafos das décadas de 1930 e 1950, como o já citado Pierre Monbeig e Leo Waibel. Com base nas ideias de Monbeig acerca dos movimentos ocupacionais, a pesquisadora ressaltou que o

(...) Norte do Paraná têm sido descrito por historiadores, geógrafos, sociólogos, enfim, por todos os estudiosos das Ciências Humanas, como um processo ímpar na história do Brasil. É esta região considerada a “faixa ou zona pioneira brasileira” (...) (Mussalam, 1974, p. 16).

Nesse sentido, a autora acaba reproduzindo o sentido da *frente pioneira* difundido anteriormente pelos geógrafos, ou seja, pautando-se no discurso de modernização e progresso, levando em consideração alguns critérios para tal acontecimento, como a derrubada das matas, a construção da estrada de ferro, as grandes exportações, o aumento do preço das terras, entre outros. Citando o estudo de Leo Waibel, Mussalam conceituou uma zona pioneira como:

(...) quando, subitamente, por uma causa qualquer, a expansão da agricultura se acelera quando uma espécie de febre torna a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana. Em outras palavras: quando a agricultura e povoamento provocam o que os americanos denominam na sua linguagem comercial um “boom” ou “rush”. Então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase de noite para o dia e um espírito de arrojo e otimismo invade toda a população (Waibel, 1955, p. 391-392 *apud* 1974, p. 16).

E a autora conclui que a ocupação do Norte do Paraná foi um acontecimento “ímpar”, pois em nenhuma parte do território brasileiro houve “(...) um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes (...)” (Mussalam, 1974, p. 16).

O primeiro esboço de povoamento destacado pela autora remonta aos tempos coloniais, com as missões dos Jesuítas espanhóis no século XVII. No século XIX, mais precisamente em 1855, após a promulgação da Lei de Terras de 1850, ocorreu a criação da Colônia Militar do Jataí, situada na margem direita do Tibagi. Segundo

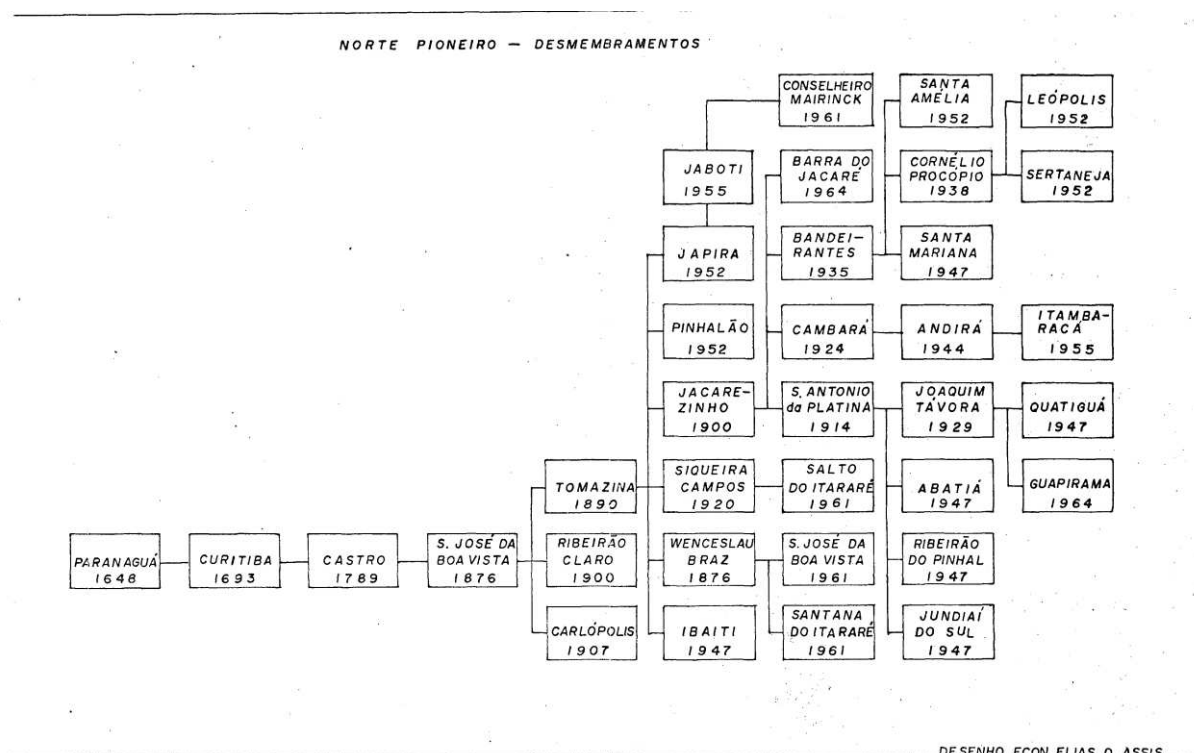
Mussalam (1974), o propósito dessa colônia era facilitar o envio de tropas para Mato Grosso, que na época enfrentava ameaças do presidente paraguaio Solano López. Quanto à questão do repovoamento do nordeste do Paraná, esse processo se deu apenas na segunda metade do século XIX, com a chegada de mineiros e paulistas à região compreendida por Tomazina, Siqueira Campos e São José da Boa Vista.

(...) Desta feita, as primeiras penetrações efetuaram-se através dos cursos superior e médio do Rio Itararé, ainda na década de 1850, por fazendeiros mineiros e paulistas, que, seguindo a marcha para Oeste do café, foram atraídos pelas manchas de terra roxa. Assim, surgiram os primeiros núcleos: São José da Boa Vista – ex-São José do Cristianismo (1853); Colônia Mineira – atual Siqueira Campos (1853); Tomazina (1867) e Santo Antônio da Platina (1886). A partir daí, a expansão prosseguiu para o Oeste, tendo pleno desenvolvimento até o Rio das Cinzas (1974, p. 20).

Ao analisar como a autora descreve o repovoamento do Norte do Paraná e do nordeste paranaense, observam-se duas questões que expressam alguns problemas. Por exemplo, seguindo os conceitos da geografia das décadas de 1930 e 1950, a autora interpretou que os primeiros ocupantes desse espaço foram as populações de origem mineira e paulista. A partir desse ponto de vista, questiona-se se podemos afirmar que estas terras estavam “desocupadas” antes da chegada desses grupos. Em segundo momento, a autora destacou que a frente pioneira que avançou sobre as terras do Norte do Paraná partiu em uma direção leste-oeste, em decorrência da expansão econômica e demográfica que vinha do estado de São Paulo. Nesse sentido, questiona-se se podemos afirmar se a ocupação do Norte do Paraná é uma continuidade dos avanços provenientes do estado de São Paulo. Essas considerações ressaltam a necessidade de uma análise mais crítica e contextualizada sobre o processo de reocupação moderna da região.

A noção de frente pioneira apropriada pela autora nos remete à perspectiva adotada pelos memorialistas acerca da “ocupação progressiva” e formação das cidades. Um melhor exemplo pode ser demonstrado na figura a seguir:

**Figura 4 – “Norte Pioneiro” – Desmembramentos**



**Fonte:** MUSSALAM, R. *Norte Pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1974.

Realizando uma crítica à concepção de *frente pioneira*, trabalhada pelos geógrafos da década de 1930 e 1950, apropriada e reproduzida pela historiografia na década de 1970 (no caso do estudo de Rene Mussalam), José de Souza Martins (1996), no artigo intitulado *O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*, ressaltou que essa noção é limitada do ponto de vista social e histórico. Os geógrafos, incumbidos de analisar os movimentos populacionais em algumas partes do território brasileiro, privilegiaram a situação histórica de determinados sujeitos, como as populações mineira e paulista. O modo de ver dos geógrafos “(...) não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor” (Martins, 1996, p. 28).

Por isso, é comum deparar-se com passagens na dissertação de Rene Mussalam se referindo a este espaço, seja no nordeste do Paraná ou na região Norte como um todo, como “vazio”, “desocupado” ou utilizando expressões como “sertão” e “mata virgem”, sugerindo a ideia de que este espaço estava à espera da chegada de paulistas e mineiros para sua ocupação. Como exemplo, seguem alguns trechos:

Face a essa conceituação, constata-se que o Norte do Paraná é, realmente, uma zona pioneira. Isto porque, em nenhuma região do país, ocorreu um processo de povoamento e expansão da agricultura de forma tão rápida e de efeitos tão surpreendentes. E isso se verifica, tendo em vista que, no espaço de, aproximadamente, quarenta anos, 1900-1940, numa área de cerca de 72.000 km<sup>2</sup>, *praticamente despovoados e de densas matas virgens*, apareceu mais de uma centena de cidades e com uma população que se aproximava dos dois milhões de habitantes (Mussalam, 1974, p. 16-17).

[Se referindo à Colônia Militar de Jataí] (...) localizada em *sertão longínquo e despovoado*, quase que isolada do resto da Província, não podia a colônia prosperar (p. 17, grifos nosso).

Afirmar que a região estava desocupada e vazia, sem qualquer presença humana, é negar a existência das populações originárias que estavam constituindo suas territorialidades nessas terras muito antes da chegada dos chamados “pioneiros”. Essa visão foi amplamente difundida no âmbito acadêmico em disciplinas como Sociologia, História e Geografia, além de ser nítida em textos apologéticos (como no caso do livro da Companhia de Melhoramento do Norte do Paraná, publicado em 1975) e em registros de memorialistas locais. Essa forma de interpretar o mundo adquire uma dimensão discursiva e imaginária, sendo construída, difundida e reproduzida em diversos espaços da sociedade. Lucio Tadeu Mota (1992) interpretou essa visão de mundo como o *discurso do vazio demográfico*.

Em outro momento, a autora destacou que a ocupação do Norte do Paraná foi uma decorrência natural da expansão paulista. Segundo Mussalam (1974, p. 21):

A penetração populacional efetuada a Leste do Tibagi, fase mais antiga, foi uma consequência natural da expansão dos cafeicultores paulistas, que, depois da primeira onda colonizadora na região do Cinzas, investiram para essa nova região, tendo como ponto de partida – Ourinhos (SP). A frente pioneira progrediu, então, pelo Estado do Paraná e fazendas de café do tipo tradicional paulista foram sendo instaladas nas terras roxas, à margem esquerda do Paranapanema. Os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana, atingindo Ourinhos (SP) em 1908, exercem atuação preponderante tanto para assegurar o desenvolvimento de Jacarezinho (1900) e Cambará (1904), como para promover a penetração populacional ao Oeste em direção do Vale do Tibagi. Cambará foi, portanto, a primeira etapa da penetração para oeste (...).

Na visão de Tomazi (1997), afirmar que a reocupação foi uma extensão natural da expansão paulistas representa um dos discursos que foram formulados sobre a história do Norte do Paraná. Conforme o autor, a “ocupação” dessa região se deu por diversos fatores:

(...) pode-se citar a continuidade do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em algumas áreas de São Paulo e Minas Gerais e a conseqüente queda na produtividade desta cultura, enquanto, no Paraná, havia grande disponibilidade de terras novas possíveis de serem compradas a preços baixos ou possíveis de serem apossados, além do que, havia a ausência de medidas restritivas ao plantio de café, tanto por parte do governo central, como do paranaense (Tomazi, 1997, p.164).

Nesse sentido, revelou-se que a região do Norte do Paraná foi reocupada concomitantemente com as áreas *consideradas vazias* para o capital em São Paulo (1997, p. 165). Essa perspectiva sugeriu que durante o processo de colonização moderna do Norte do Paraná, algumas regiões em São Paulo ainda se encontravam “desocupadas”, indicando que uma considerável parcela da ocupação no território paulista não havia sido concretizada. Embasando-se na análise de Pedro Calil Padis (1981), Tomazi argumentou que:

[Padis] coloca uma série de coisas interessantes: a) algumas áreas estavam esgotadas e não todo o "Oeste Paulista" como muitos autores enfatizam; b) houve uma urbanização significativa, o que originou uma procura de alimentos muito grande, propiciando a produção destes também na região nordeste do Paraná (Meso-região Norte Pioneiro); c) os fazendeiros paulistas, das regiões citadas, dividiram as suas fazendas para lucrar mais, donde pode-se concluir que muitos deles vieram para o Paraná (a leste do Tibagi) para comprar terras com a mesma finalidade. Assim, acreditamos que há uma dose muito grande de ufanismo e alguns equívocos quando se afirma que a região hoje situada ao norte do estado do Paraná foi ocupada pela expansão da cafeicultura paulista (1997, p. 166).

O livro *Norte Velho, Norte Pioneiro* do historiador Ruy Wachowicz, publicado treze anos após a dissertação de Rene Mussalam (1974), representou uma novidade no contexto historiográfico da época. Embora ambas as obras tenham origem na mesma instituição acadêmica – a UFPR –, diferenciam-se em suas abordagens e enfoques. Wachowicz adotou a História Regional como ponto de partida, distinguindo-se ao utilizar uma ampla variedade de fontes, incluindo ofícios e relatórios da Província do Paraná, coleção de jornais, depoimentos orais, mapas, documentos do Arquivo do Instituto de Terras e Cartografia (ITC) e bibliografia sobre a região.

Uma distinção significativa em relação à abordagem de Rene Mussalam é que Ruy Wachowicz procurou analisar a história do Valuto a partir das populações com menos poder aquisitivo ou monetário e de suas práticas culturais. Essa mudança de perspectiva possibilitou uma compreensão mais abrangente e diversificada dos

processos históricos, levando em consideração diferentes agentes, suas experiências na reocupação moderna e interferências no espaço.

Nos documentos consultados, evidenciou-se que a oligarquia que governava o Paraná só valorizava as camadas hegemônicas da região. Por isso, em seus escritos destacam o papel exercido pelos latifundiários. Nas reportagens que a imprensa curitibana publicava no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, o povo, ou seja, a grande maioria pobre da população, era praticamente esquecida. Dava-se destaque ao major Tomas, *fundador de Thomazina*; ao coronel Alcântara, Batista e Figueiredo de Jacarezinho; ao major Infante Vieira, também de Jacarezinho; à família Barbosa Ferraz de Cambará etc.

Na medida do possível, baseados nas fontes de que dispúnhamos, procuramos ressaltar o papel desempenhado pelas populações menos aquinhoadas no acúmulo de capital. Este objetivo nem sempre foi atingido de forma satisfatória, em parte pela própria deficiência das *fontes históricas*, mas foi tentado (Wachowicz, 1987, p. 6).

Para Ruy Wachowicz, o marco de ocupação da região do Norte do Paraná não se iniciou em 1855 com a criação da Colônia Militar Jataí, como destacado pela Rene Mussalam, mas antecede esse período. O autor argumenta que essa região começou a ser ocupada por dois motivos:

a – pelo caminho terrestre – fluvial do Tibagi-Paranapanema, por iniciativa do Barão de Antonina, com a finalidade de ligar o litoral atlântico com a Província de Mato Grosso; b – pelo leste, por iniciativa dos tropeiros e latifundiários mineiros, que começaram a *possear* terrenos na região (1987, p. 6).

Os mineiros, conforme destacado pelo autor, foram os “primeiros” a se estabelecerem nessa região. Esses indivíduos, majoritariamente grandes proprietários de terras, desempenhavam, em sua maioria, o papel de tropeiros que “(...) compravam muares e bovinos no Rio Grande do Sul e revendiam-nos em S. Paulo e Minas Gerais (...)” (Wachowicz, 1987, p. 80). Em relação às propriedades desses agentes em Minas Gerais, observou-se uma condição de exaustão, refletida em índices de declínio relativos à produtividade. Diante desse cenário, emergiu a necessidade de explorar novas iniciativas, traduzindo, neste contexto específico, na ocupação de novas terras. Na década de 1840

(...) já se falava da necessidade de se colocar alguma ordem no verdadeiro caos que existia no sistema fundiário brasileiro. Era pois o *momento altamente propício para a formação de posses*, já que a

aprovação em futuro próximo de uma legislação específica, com certeza *haveria de titulá-las* (Wachowicz, 1987, p. 80, grifos nosso).

Com a movimentação de tropeiros entre Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, em um momento considerado “propício” para aquisição de terras, prevendo sua titulação via uma legislação específica, como a Lei de Terras, “(...) as terras *despovoadas* dos vales do Itararé e Cinzas começaram a despertar interesse e se tornaram mais conhecidas (...)” (Wachowicz, 1987, p. 81, grifos nosso). Um exemplo emblemático foi o caso de Domiciano Corrêa Machado, proprietário de terras e tropeiro que, nos anos de 1842-1843, estabeleceu-se na margem esquerda do rio Itararé. O processo para efetivar a posse seguiu o *modus operandi* que se desenrolava da seguinte maneira:

Os mineiros do Norte Pioneiro não faziam posse em qualquer lugar. Para eles uma posse deveria equivaler a uma *água*. Quem fazia a posse, procurava a cabeceira de um riacho. Instalado na cabeceira é *dono da água e do terreno que a acompanha até o fim*. Esta posse ou água terminava quando este riacho desaguava num rio maior. No caso dos pioneiros de S. José do Cristianismo, o ponto de partida para as primeiras *águas* foi um morro que existe na região. A população chamava-o simplesmente de pico. Desse pico, saíam até o Itararé três *águas*. Cada uma dessas *águas* deram origem a posses: Água da Pedra, Gabiroba e Grama. Como essas posses medidas por falta absoluta de condições, os *possiantes* combinavam: *aqui é meu, ali é de fulano* (Wachowicz, 1987, p. 81-82).

Além disso, Domiciano Corrêa Machado “(...) não se contentou com apenas uma posse. Penetrou para o interior da região e organizou várias posses, localizadas nos vales dos rios Cinzas e Laranjinha” (Wachowicz, 1987, p. 82). A partir disso, diversas famílias começaram a chegar na região, incluindo a família do major Thomaz Pereira da Silva, trazido pelo Domiciano Machado, em 1867. Conforme Wachowicz (1987, p. 83):

O major Thomaz partiu de Itajubá com uma numerosa comitiva de parentes, amigos, camaradas, agregados e *escravos*, ao todo uma família patriarcal de cerca de 200 pessoas. Chegaram às margens do rio das Cinzas, na véspera do Natal. Adquiriram várias posses e ali se estabeleceram.

Em 1878, o major Thomaz fazia a doação do patrimônio para a sede da povoação, que recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Tomasina.

Essas famílias mineiras, instaladas nos sertões do Norte Pioneiro, orgulhavam-se de seus vastos latifúndios. Para conservá-los sob controle de suas famílias, seus membros costumavam casar entre si, *para preservar a propriedade*.

Contrariando a análise de Rene Mussalam, Ruy Wachowicz apresentou um estudo mais abrangente sobre a formação territorial e social do nordeste do Paraná. No entanto, ao referir-se à condição da terra antes da chegada dos mineiros, o autor utilizou o termo “terras devolutas”, sugerindo que essas terras “não tinham dono” ou que estavam “desocupadas”, contribuindo para a difusão do discurso do vazio demográfico. Ruy Wachowicz, contudo, não negou completamente a existência de populações indígenas vivendo no Norte do Paraná, como demonstrado no capítulo IV de seu livro, que aborda a política do Barão de Antonina, as relações entre freis adventícios e indígenas nos aldeamentos (tais como São Pedro de Alcântara, São Jerônimo, Nossa Senhora de Pirapó e Santa Isabel). Entretanto, ao analisar o nordeste paranaense no contexto do final do século XIX e início XX, não houve indícios, em sua pesquisa, da coexistência entre grupos indígenas e colonos, sendo prevalente o segundo grupo.

Sobre o final do século XIX e início do XX, Wachowicz examinou a formação dessa região a partir das safras dos pequenos produtores e a construção da estrada de ferro. No que diz respeito à sociedade emergente, o autor destacou que:

A sociedade que surgiu no Norte Pioneiro a partir do século XIX apresentava de modo geral, as mesmas características da paulista e mineira dos tempos coloniais, i.é., patriarcal, escravocrata e latifundiária. Embora a instituição da escravidão não se apresentasse dominante, dava fortes sinais de desagregação, tanto na região como em todo o país. Com estes sintomas, a sociedade do Norte Pioneiro nasceu com características patriarcais e principalmente latifundiárias (Wachowicz, 1987, p. 95).

Sobre a questão econômica do café, um problema evidente era a ausência de comunicação ferroviária com o Porto de Paranaguá, resultando na comercialização de grande parte da produção interna dessa região para São Paulo. Conforme Wachowicz (1987, p. 95) “(...) praticamente não havia comunicação com o restante do território paranaense. Com São Paulo só havia péssimos picadões que davam passagem às tropas (...)”, ou seja, os grandes proprietários optavam por transportar seus produtos por esses péssimos picadões para chegar até a Sorocabana e escoar o café no Porto de Santos.

Na produção interna, a suinocultura emergiu como uma atividade predominante. Como exemplo, o autor explora a prática dos safristas (pequenos produtores), cuja tarefa consistia na seguinte maneira:

(...) derrubavam-se 20, 30, 50 alqueires de mato. Após a queimada, plantava-se milho, abóbora, batata doce. Quando o milho já estava crescido, o *safrista* percorria a região comprando porcos dos sitiantes. Oito, dez, quinze de cada um. Eram todos colocados em mangueirões. Quando o milho começava a amarelar, esses animais eram soltos no milharal. Quando havia vizinhos na redondeza, o porco era marcado.

No Norte Pioneiro usava-se mais o processo do ferro em brasa. Apunha-se a marca no focinho, na paleta, no traseiro. No sudoeste do Paraná, marcavam-se esses animais na orelha (Wachowicz, 1987, p. 96).

Posteriormente, o autor analisou o processo de construção da estrada de ferro em território paranaense, na qual envolveu um conjunto de conflitos e interesses. Ele buscou interpretar esse processo como uma série de *sonhos* e *desmaios*. Os sonhos eram alimentados por aqueles que desejavam a construção da ferrovia, conectando o porto de Paranaguá ao nordeste do Paraná, na esperança de impulsionar a economia paranaense. Os desmaios referem-se às várias interrupções que ocorreram durante as fases de construção.

Wachowicz destacou que, desde a vigência do regime monárquico na Província do Paraná, houve interesse em estabelecer uma ligação entre Curitiba, o litoral (Porto de Paranaguá) e a região nordeste do Paraná. Na década de 1880, o presidente Carlos de Carvalho "(...) imaginava que tal fato impediria que a região banhada pelos rios Ribeira, Itararé, Paranapanema, Cinzas, Tibagi etc., se tornasse tributária da Província de São Paulo" (Wachowicz, 1987, p. 105).

Nesse momento, os dirigentes da Província do Paraná receavam perder o controle sobre essa região. Entretanto, como destacado por Wachowicz (1987, p. 105), "(...) a reação paranaense ficou apenas no papel. Na prática nada se fez". Um outro episódio que evidenciou a falta de comunicação entre Curitiba e o nordeste do Paraná foi a questão da Guerra do Contestado, onde a atenção dos paranaenses voltaram-se para o que estava ocorrendo na fronteira entre Santa Catarina e o Paraná. Novamente, a construção da ferrovia entrou em fase de *desmaio*.

De maneira geral, a estrada de ferro que estava em Jaguariaiva em 1912 só foi chegar em Jacarezinho no ano de 1930, sendo conhecida como ramal Paranapanema. A estrada de ferro Sorocabana, que estava parada em Ourinhos-SP em 1908, chegou à estação Leoflora em 1924 e, em 1925, já alcançava a cidade de Cambará. Essa iniciativa foi impulsionada pelos grandes fazendeiros oriundos do estado de São Paulo (como no exemplo da família Barbosa Ferraz em Cambará) e, posteriormente, contou com o envolvimento de outras entidades, como a Paraná

Plantations, dirigida por ingleses.

A primeira pesquisa historiográfica sobre a região do Valuto, produzida em 1974 pela Rene Mussalam, trouxe implicações significativas relacionadas à ocupação desse território. Ao apropriar-se do conceito de *frente pioneira* ou *zona pioneira* desenvolvido pelos geógrafos nas décadas de 1930 e 1950, a autora interpretou que a colonização ocorreu de maneira espontânea e organizada, caracterizada como uma continuidade ou extensão da expansão demográfica ocorrida em São Paulo. Além disso, em seu estudo, os agentes históricos fundamentais para a composição da história dessa região foram os pioneiros, destacando-se os grandes fazendeiros ou as “primeiras” pessoas que “ocuparam” o nordeste e o Norte do Paraná.

A pesquisa conduzida por Ruy Wachowicz apresentou uma perspectiva alternativa sobre a história dessa região, incorporando novos aspectos e personagens, como os safristas (pequenos produtores), os desafios relacionados à construção das estradas de ferro e os interesses políticos por parte dos paranaenses e paulistas sobre a região. O estudo rompeu, em parte, com a concepção predominante de que o sistema latifundiário era a característica principal da região, além de realizar uma crítica a historiografia clássica, centralizada na história de grandes personagens. Notavelmente, a abordagem de Wachowicz, enquadrando-se na História Regional, destacou-se pelo uso diversificado de fontes, incluindo registros jornalísticos, relatos orais e documentos governamentais, ao contrário de Rene Mussalam, que analisou a ocupação do nordeste do Paraná por meio dos censos demográficos.

Contudo, sobre essa região, ambos os estudos corroboraram para a consolidação da ideia do vazio demográfico, reafirmando, assim, um discurso de que a colonização foi pacífica e ordeira, nos direcionando para a imaginação de espaços “vazios”, sem o envolvimento de qualquer tipo de conflito territorial. Quanto ao final do século XIX e início do XX, há uma lacuna sobre como se desenrolavam as relações sociais entre os diversos agentes históricos nesse espaço, ou seja, entre os colonos, trabalhadores das fazendas, coronéis e as populações indígenas.

A partir disso, surge algumas questões: como foi a relação interétnica entre os novos ocupantes e as populações indígenas no que diz respeito à formação territorial? Qual era a relação entre os coronéis e a oposição no período de formação política? Sob quais situações se encontravam os trabalhadores em algumas fazendas (em formação) dos grandes proprietários de terras (latifundiários) no nordeste do Paraná?

A ocupação foi pacífica ou envolveu uma série de conflitos? É possível produzir uma história do nordeste paranaense indissociada da problemática da violência?

#### 1.4 A HISTORIOGRAFIA DO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Com o advento do século XXI, observa-se um reflorescimento de estudos sobre a história do nordeste do Paraná, estabelecendo interconexões entre o local e o regional, com o intuito de questionar as produções historiográficas clássicas sobre essa região. Essas investigações emergiram de uma pluralidade de possibilidades metodológicas, advindo de campos e áreas disciplinares como a Etno-História, Arqueologia, Antropologia Social,<sup>36</sup> Patrimônio Cultural, Educação etc.

Na dissertação de mestrado intitulada *Ocupação Humana da Bacia do Rio das Cinzas: uma história de povos sem história*, defendida no ano de 2012, o historiador Aluizio Alfredo Carsten, no âmbito da Etno-História e Arqueologia, investigou as manifestações, ou seja, a presença das comunidades indígenas a partir da análise dos vestígios arqueológicos coletados na bacia hidrográfica do rio das Cinzas.

Através deste trabalho, foi constatado o seguinte: 1 – a consolidação de um discurso, especialmente em relação à região estudada, que sustentou a ideia de que ela estava desabitada ou vazia antes da chegada dos colonizadores, negligenciando, com isso, a presença de diversos grupos indígenas, resultando no discurso do *vazio* demográfico;<sup>37</sup> 2 – a historiografia relativa a esse território necessita de uma análise mais aprofundada, para se pensar além da perspectiva histórica unilateral do “pioneiro” que acabou, por sua vez, implicando no silenciamento histórico de diversos agentes. Diante disso:

(...) Os autores que se encarregaram de escrever a história regional agiram de duas maneiras: (a) a puseram em contexto maior, interconectando a história da região com a história do Estado do Paraná, ou (b) restringiram sua ocupação às frentes pioneiras. Nos dois casos, a história da região do Norte Pioneiro ficou ofuscada, já que as outras regiões do Paraná, como os Campos Gerais e o chamado Norte Novo (Noroeste), foram trabalhadas de forma mais

---

<sup>36</sup> Um trabalho interessante que parte dessa área e que merece menção é a pesquisa realizada pela Letícia Fernandes. Ver: FERNANDES, L. *Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatiá/PR)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2018.

<sup>37</sup> Para uma análise mais aprofundada da noção de *vazio demográfico* e como ela foi difundida no meio acadêmico, ver: MOTA, L. T. A construção do *vazio demográfico*. In: *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2º ed. – Maringá: Eduem, 2009. P. 17-73.

intensa na historiografia do Estado (Carsten, 2012, p. 32).

Além do trabalho de Aluizio Carsten (2012), também se destaca a pesquisa de Vanessa Mayrinck (2021), intitulada *História, Memória e Patrimônio Cultural: uma articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no município de Jacarezinho (PR)*; a dissertação de Ronaldo da Silva Cunha (2011), *O processo de fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças na cidade de Cambará/PR (1950-1955): política, fé e educação*; o estudo de Paulo Paiva (2022), *“Norte Pioneiro” e Salto do Itararé: História Regional e Local em sala de aula*; e, por fim, *Vozes da imigração mineira em Siqueira Campos/PR: memórias e histórias (1940-1960)*, de Isabelle Muraro Gonçalves (2022).<sup>38</sup>

Estas pesquisas, originárias dos Programas de Pós-graduação em diversas universidades do Paraná, como a Universidade Federal do Paraná, Universidade Estadual do Norte do Paraná e Universidade Estadual de Ponta Grossa, refletem uma mudança historiográfica significativa, também evidenciada nos artigos de periódicos acadêmicos e nos trabalhos de conclusão de curso – como no caso do artigo de Mateus Fidelis (2022) e o TCC de Tatiane Rodrigues (2013).

Tais produções historiográficas introduziram outras metodologias, teorias e, também, outros agentes histórico-sociais na análise e compreensão da região do nordeste paranaense, influenciadas significativamente pelos estudos das décadas de 1980 e 1990, especialmente os de Lucio Tadeu Mota e Nelson Dácio Tomazi.<sup>39</sup> A intenção desse tópico não é demonstrar como se consolidou a historiografia das décadas de 1980 e 1990, mas sim ilustrar como os pesquisadores do início do século XXI têm utilizado essas pesquisas como base historiográfica para desenvolverem novas interpretações e problematizações sobre nosso objeto de pesquisa.

A respeito dessa historiografia, poderíamos caracterizá-la como a “nova história do ‘Norte Pioneiro’ do Paraná”, considerando que essas produções marcam uma

---

<sup>38</sup> Sobre outras produções e contribuições concernentes a história deste espaço, ver a nota de rodapé 4.

<sup>39</sup> Esses pesquisadores constituem a base para pensar, em uma perspectiva crítica, a colonização do Paraná e da região norte desse Estado. Além desses autores, ver: ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado. Representações da política em Londrina (1930-1975)*. 1993. (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993; ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000; PEREIRA, L. F. L. *Paranismo – o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997; ROLIM, R. C. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962*. Londrina: Eduel, 2013; SZESZ, C. M. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995; entre outros.

certa ruptura com a historiografia clássica das décadas de 1970 e 1980. No entanto, o adjetivo “novo” implica um caráter opositivo (e fragmentário),<sup>40</sup> onde o tradicional aparece como “velho”, “arcaico” e “inadequado” e as novas produções como uma “novidade” e “adequada” ao contexto atual. Por essa razão, optamos por definir essas produções como apenas *historiografia do século XXI*, reconhecendo que a vertente clássica (Mussalam, 1974 e Wachowicz, 1987) ainda exerce influência e serve como base para novas investigações e formulação de questionamentos. Vale ressaltar que a historiografia do século XXI não exerce uma ruptura completa com a historiografia antiga, mas uma continuidade reflexiva e crítica no sentido de entender as especificidades regionais em seus estudos.

A investigação de Aluizio Carsten (2012), especificamente, introduziu novos elementos sobre a ocupação do nordeste paranaense, em particular na bacia hidrográfica do rio das Cinzas, apontando para uma presença humana que remonta aos períodos “pré-históricos” (período Pré-Cerâmico). Seu estudo representou um rompimento com o marco estabelecido pelos memorialistas locais, geógrafos das décadas de 1930 e 1950 e historiadores das décadas de 1970 e 1980, que buscaram demonstrar a história da presença humana nessa região através do olhar do “colonizador”.

Para esses agentes sociais, a história da presença humana nesse espaço foi datada a partir do século XVIII; para Carsten (2012), por meio dos vestígios arqueológicos encontrados nos sítios, foi comprovado o contrário, como perceptível na tabela a seguir:

---

<sup>40</sup> A acepção de “novo” é influenciada pela nova história da terceira geração da Escola dos Annales. Essa ideia, que parece ter um caráter ingênuo ou de novidade teórica-metodológica, carrega implicações políticas em relações aos níveis de fragmentação e subjetivação da realidade histórica (pós-modernismo). Conforme Ellen Wood, sobre o jargão pós-modernista, “(...) o *self* humano é tão fluido e fragmentado (o ‘sujeito descentrado’) e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma ‘identidade’ social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns” (Wood, 1999, p. 13). Sobre a problematização do “novo”, pós-modernismo e fragmentação da realidade histórica, ver: WOOD, Ellen. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, Ellen; FOSTER, John (Orgs.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

**Tabela 2** – Parte da tabela organizada pelo Aluízio Carsten com sítios arqueológicos datados na bacia do rio das Cinzas<sup>41</sup>

| Datações                        | Tradição Arqueológica | Nome do sítio | Município | Referência bibliográfica |
|---------------------------------|-----------------------|---------------|-----------|--------------------------|
| 9630±40 AP ou 7680±40 aC (C-14) | Umbu                  | PRWB 16       | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 9190±60 AP ou 7240±60 aC (C-14) | Umbu                  | PRSA 14       | Sapopema  | CHMYZ, I. 2008.          |
| 7170±60 AP ou 5220±60 aC (C-14) | Umbu                  | PRWB 16       | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 1343±90 AP ou 707±90 dC (TL)    | Tupiguarani           | PRWB 2        | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 837±60 AP ou 1113±60 dC (TL)    | Itararé               | PRSA 6        | Curiúva   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 777±50 AP ou 1173±50 dC (TL)    | Tupiguarani           | PRRP 11       | Curiúva   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 735±50 AP ou 1215±50 dC (TL)    | Itararé               | PRSA 8        | Curiúva   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 732±48 AP ou 1218±48 dC (TL)    | Tupiguarani           | PRWB 15 C     | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 706±47 AP ou 1224±47 dC (TL)    | Itararé               | PRWB 1        | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |
| 698±46 AP ou 1252±46 dC (TL)    | Tupiguarani           | PRWB 15 A     | Arapoti   | CHMYZ, I. 2008.          |

**Fonte:** CARSTEN, A. A. *Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: Uma história de povos sem história*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012, p. 92.

Conforme o autor:

A partir da análise das fichas do CNSA e da leitura da bibliografia encontrada sobre as pesquisas arqueológicas na bacia do rio das Cinzas, podemos constatar que antes da entrada dos grandes fazendeiros mineiros e paulistas na segunda metade do século XIX, diferentes grupos humanos ocuparam a região. Foi constatada a presença de pelo menos três tradições arqueológicas que remetem a populações etnicamente distintas na bacia do rio das Cinzas no período pré-colonial, além de duas tradições rupestres associadas à sítios da tradição Itararé-Taquara. Existem também sítios históricos com cerâmicas da tradição chamada de Neobrasileira, por terem sido confeccionadas e utilizadas por populações negras, caboclas, indígenas e não indígenas, mas essa não será aqui discutida (Carsten, 2012, p. 63-64).

Através de dados arqueológicos e etno-históricos, Carsten (2012) demonstrou

<sup>41</sup> A pretensão é demonstrar, a partir dos dados fornecidos pelo Carsten (2012, p. 92), o quão a presença indígena é antiga em nosso recorte espacial. Considerando a periodicidade da tabela, houve o registro de novos sítios arqueológicos, podendo ser encontrados tanto nos sites Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), como no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Como os sítios não estão datados, não foi possível fazer uma atualização da tabela.

como se consolidou um equívoco acerca da presença humana nessa região, preferencialmente se dirigindo ao modo de ver do colonizador, da historiografia clássica e dos memorialistas. Assim, foi elucidado como “a maioria dos autores que analisaram ou descreveram o processo de (re)ocupação da região hoje chamada Norte do Paraná buscou confirmar ou construir um discurso dominante” (2012, p. 48) omitindo, excluindo e silenciando a presença indígena na história dessa região.

Um exemplo dessa tendência pode ser observado na obra do historiador Ruy C. Wachowicz, *Norte Velho, Norte Pioneiro* (1987). Apesar das evidências arqueológicas apresentadas pelo arqueólogo Igor Chmyz, na década de 1980, Wachowicz optou por não incluir a presença indígena em sua produção, priorizando a visão dos “pioneiros” de origem mineira como os “primeiros” habitantes do nordeste paranaense.

Em um curso de História do Paraná realizado em dezembro de 1984 na Biblioteca Pública do Paraná, o professor Igor Chmyz da UFPR (Universidade Federal do Paraná), apontou datações que recuavam o povoamento do Paraná em 6.000 anos. No mesmo curso, o professor Ruy Cristovam Wachowicz ministrou um curso sobre *as FRENTE PIONEIRAS na história do Paraná*. Apesar da apresentação dos dados arqueológicos por Igor Chmyz, ao tratar da ocupação do Paraná Wachowicz desconsidera tais informações (...).

Em seu livro *Norte Velho, Norte Pioneiro* publicado em 1987, Ruy C. Wachowicz fez um apanhado da produção historiográfica que o antecedeu, além de contribuir com suas próprias pesquisas sobre o assunto. Mesmo com toda a repercussão desse trabalho e do já citado *História do Paraná*, Wachowicz não pretendeu dar conta de todos os aspectos da história regional. Embora já tivesse instrumentos suficientes para não afirmar que as terras do Norte Pioneiro do Paraná eram desocupadas, Wachowicz abre mão das informações apresentadas por Igor Chmyz sobre a presença indígena, e se preocupa mais em resgatar uma memória dos colonizadores da região, implicando em um equívoco metodológico que acaba por reafirmar a ideia de que as terras estavam vazias e prontas a serem ocupadas (...) (Carsten, 2012, p. 40-42, grifos nosso).

Em uma perspectiva local, Vanessa Mayrinck (2021) discutiu sobre a história e memória relacionadas ao patrimônio cultural da cidade de Jacarezinho. O estudo em questão não abordou as memórias das famílias consideradas “pioneiras”, que constituíram uma memória dominante, centralizada, hegemônica e consolidada. Ao contrário, o objetivo desta pesquisa foi investigar as *memórias subterrâneas*, mostrar a presença de novos agentes na composição histórico-social da cidade de Jacarezinho, com destaque para as populações afrodescendentes que, no período

entre o final do século XIX e o início do século XX, encontravam-se em situação de “libertas” ou ainda subjugadas à escravidão, mesmo após a promulgação da abolição.<sup>42</sup> No tocante à reocupação moderna, a autora problematizou a narrativa do “pioneiro”, argumentando que:

A narrativa que coloca o pioneiro como primeira figura a pisar nessa região é problemática, uma vez que, exclui os sujeitos que aqui já estavam há um grande período de tempo.

“Então, como é do lado de lá? Há muita gente? Do lado de lá não há viva alma, disse-lhe um deles. Aquilo é só sertão, bicho e bugre” (PEREIRA, s/d, p.10, grifo nosso).

Ora, o diálogo acima coloca em xeque a narrativa assentada no pioneiro como o primeiro a “desbravar” o território. Duas fontes memorialísticas apontam que os “bugres” já habitavam o local que iria ser “descoberto” e colonizado pelo homem branco (Mayrinck, 2021, p. 64).

Além disso, a autora problematizou o uso do termo “bugre”, um adjetivo adotado pelos não indígenas para referir-se, possivelmente, aos Kaingang daquela região. Conforme Mayrinck (2021, p. 64) – através das reflexões de Luís Guisard –, o termo tem origens no movimento herético na Europa Medieval, conferindo à palavra uma conotação que “(...) transcende o mundo religioso, levando consigo a ideia do bugre como devasso, o sodomita, o pederasta, o infiel, em que não se pode confiar, que representa a porção mais baixa da sociedade europeia”.

Quanto à fundação da cidade de Cambará, a dissertação de Ronaldo da Silva Cunha (2021), defendida no mesmo programa e instituição que Mayrinck (2021) (Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual do Norte do Paraná), apresentou uma crítica ao conceito de pioneirismo atribuído à colonização da cidade, destacando que:

(...) as terras que hoje fazem parte do município de Cambará e região não eram desabitadas. Desde muito tempo eram povoadas por indígenas, principalmente das etnias Caingangues que habitavam regiões às margens do rio das cinzas e Chavantes que se localizavam aos arredores do rio Paranapanema (...) (Cunha, 2021, p. 67).<sup>43</sup>

Embora Ronaldo da Silva Cunha (2021) adote uma perspectiva crítica em

<sup>42</sup> Segundo Vanessa Mayrinck na nota de rodapé: “cabe salientar, que o autor [se referindo ao livro do memorialista Thomaz Aimone] está abordando o período referente à pós-abolição no Brasil. Mesmo assim, podemos notar que a escravização de pessoas ainda era uma prática comum, deixando ainda mais clara a questão da abolição como um mito” (2021, p. 67).

<sup>43</sup> A princípio, não há registros de índios Xavante que viveram nos arredores do rio Paranapanema. O autor não mencionou de onde tirou tal informação.

relação à narrativa oficial, ele não apresentou subsídios ou evidências concretas que comprovassem a presença de indígenas em Cambará, com exceção da obra de Pugas (2002), que perpetua uma visão generalizada das populações indígenas.<sup>44</sup>

Nos estudos mais ao sul do “Norte Pioneiro”, destacam-se as pesquisas de Paulo José Paiva (2022), sobre a cidade de Salto do Itararé, e de Isabelle Muraro Gonçalves (2022), sobre as influências da cultura mineira no município de Siqueira Campos (anteriormente conhecida como Colônia Mineira).<sup>45</sup>

Paulo Paiva (2022) buscou problematizar a maneira pela qual a memória oficial silenciou e omitiu as populações indígenas na história de Salto do Itararé. Utilizando uma variedade de fontes, na terceira parte de seu trabalho, como contribuição, Paiva desenvolveu uma sequência didática “(...) que leve o educando à compreensão sobre o processo de ocupação e (re)ocupação da região do ‘Norte Pioneiro’ e de Salto do Itararé, destacando a invisibilização da população originária (...)” (Paiva, 2022, p. 18).

Segundo o autor, a narrativa da colonização do nordeste paranaense é frequentemente retratada como um processo pacífico, sem grandes conflitos ou violência explícita. Essa perspectiva tradicional, que colocou o “pioneiro” como figura central, desvaloriza a historicidade das populações indígenas na região. Assim, tornou-se crucial distinguir entre os conceitos de “ocupação” e “(re)ocupação” na análise historiográfica.

Aproximadamente, data-se 10 mil anos de ocupação da região por populações nativas, mesmo antes dos indígenas conhecidos etnograficamente. A partir dos estudos de Nelson Dacio Tomazi (1997) e Aluizio Alfredo Carsten (2012), deixa-se claro que ao se tratar da chegada do colonizador centrado na figura do “pioneiro” migrante mineiro e paulista, o melhor termo aplicado é o de (re)ocupação (Paiva, 2022, p. 64).

Isabelle Gonçalves (2022) teve como foco, em sua pesquisa, a análise dos atores sociais mineiros residentes em Siqueira Campos. Seu objetivo foi evidenciar, por meio de fontes orais, as redes de sociabilidade, vivências e experiências históricas, além de explorar a complexidade que engloba a subjetividade desses indivíduos. Assim como Paulo Paiva (2022), Gonçalves criticou a nomenclatura “Norte

---

<sup>44</sup> Vale ressaltar que o intuito do autor não é discorrer, de maneira minuciosa, sobre a formação ou fundação da cidade de Cambará. Seu estudo objetiva analisar como se deu o processo de formação do Colégio Nossa Senhora das Graças. Mesmo assim, dedicou uma discussão sobre o “início” da história de Cambará.

<sup>45</sup> As duas dissertações foram defendidas na mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Pioneiro”, argumentando que essa denominação procurou legitimar uma identidade específica. Apoiando-se na tese de Nelson Tomazi (1997), a autora sustentou que

O termo “Norte Pioneiro” seria pretensioso, arbitrário e hegemônico, na medida em que busca assinalar uma identidade, uma comunhão de interesses de classe aterradas na demarcação do espaço pela sua (re)ocupação (leia-se: ocupação não indígena) para fins econômicos associados à economia cafeeira. Assim, exclui e silencia o indígena, pois se refere a uma ocupação sem antecedentes, aquela que aconteceu primeiro. Ao conferir relevância ao que “primeiro ocupou” a região, o termo guarda incoerências por querer demarcar uma origem única e dar sustentação a uma identidade advinda dessa suposta origem. Há também uma pretensão em se demonstrar planejamento, linearidade e coordenação do processo: o que vem primeiro e o que vem depois, bem como as lutas de meritocracia de quem chegou primeiro (Gonçalves, 2022, p. 26).

Essa mudança paradigmática é perceptível nos trabalhos de conclusão de curso, como no exemplo do estudo de Tatiane Rodrigues (2013) sobre as representações e sociabilidades em torno da Estação Afonso Camargo, do município de Joaquim Távora. Baseando-se nos estudos do Lucio Tadeu Mota e Nelson Tomazi, a autora enfatizou que essas terras já estavam ocupadas por populações indígenas, buscando se desvencilhar do discurso do “pioneiro”. Esta concepção sobre o processo histórico da região nordeste paranaense também se manifesta em artigos científicos, como na pesquisa que desenvolvi, em 2022, sobre a cidade de Cambará.

Nesse artigo (2022),<sup>46</sup> questionei as narrativas convencionais produzidas pelos memorialistas, mostrando, através da análise documental, como o espaço estava repleto de significados que indicam a presença dos indígenas antes da chegada dos “pioneiros”. Uma maneira pela qual busquei refletir sobre essa presença foi acerca do ribeirão *Alambary*. Na perspectiva dos memorialistas, como Alice Faria (2001), o nome do ribeirão foi dado pelos próprios “pioneiros”, depois de sua chegada entre 1904 e 1910. Entretanto, o nome desse rio já existia anos antes da chegada desses agentes, mostrando, com isso, uma contradição. A hipótese, através da análise de jornais e do relato de Telêmaco Borba (1904), é que o nome do ribeirão foi batizado pelos Guarani, ao passo que marca a presença desse grupo étnico naquele local e seu patrimônio

---

<sup>46</sup> Além desse estudo, há outros artigos que adotam uma posição crítica a colonização dessa região. Ver: CARRERI, M. L. “O ‘Norte Pioneiro’ do Paraná: região, modernização e dominação”. Anpuh-Brasil: 31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2021; RUCKSTADTER, F. M. M. Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). *Rev. HISTEDBR On-line*, v. 18, n. 2. Campinas, 2018; TANNO, J. L. Patrimônio Documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015, entre outros.

natural (ambiental). Nesse sentido, esse caso demonstra como os “pioneiros” se articularam para excluir, por vias toponímicas, intencional ou não, a presença indígena nesse local.

Outra problematização diz respeito ao mito de fundação da cidade, baseado na chegada de Major Antônio Barbosa Ferraz Júnior. Contrariamente à visão oficial que sugere um encontro “surpresa” do Major Barbosa com essas terras durante uma caçada em 1908, propus uma análise contextualizada através dos parâmetros econômicos da época. A hipótese emergente é que, dada a crise do café em Ribeirão Preto e as propagandas para atrair grandes proprietários para a compra de terras, a migração do Major Barbosa Ferraz para Cambará não foi coincidência, mas parte de um movimento mais amplo, incentivado por fatores e interesses econômicos do sistema capitalista em expansão.

À medida que entramos no século XXI, nota-se uma significativa alteração no paradigma historiográfico sobre a colonização do nordeste do Paraná. Essa mudança é em grande parte derivada das influências da historiografia das décadas de 1980 e 1990, com estudos de Nelson Tomazi, Lucio Tadeu Mota, Kimiye Tommasino, entre outros. Além disso, os estudos contemporâneos apresentaram diferenças marcantes em relação à historiografia clássica das décadas de 1970 e 1980, incluindo a descentralização da figura do “pioneiro” na narrativa histórica da região, o uso do termo “(re)ocupação” em vez de “ocupação” para caracterizar a chegada dos colonizadores sobre os territórios indígenas, a crítica ao discurso do vazio demográfico, a rejeição ao heroísmo e à exaltação de grandes personagens, a inclusão de novos agentes sociais na constituição desse espaço (populações indígenas, afrodescendentes e caboclo-posseiros), e a crítica às nomenclaturas que demarcam um lugar de poder (dominação) simbólico, mesclando a identidade pioneira com a nomenclatura da região.

## 2 A CONQUISTA DOS TERRITÓRIOS DOS KAINGANG, GUARANI NHANDWA E GUARANI KAIOWÁ NO PROCESSO DE REOCUPAÇÃO MODERNA

### 2.1 FRENTE DE COLONIZAÇÃO, FRONTEIRA, SITUAÇÃO HISTÓRICA, GUERRA DE CONQUISTA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DE TERRAS

No primeiro capítulo, foram apresentados alguns aspectos teóricos dos geógrafos das décadas de 1930 e 1950 (como Pierre Monbeig e Leo Waibel), que utilizavam o conceito de *frente pioneira* para analisar a “ocupação” de uma região, considerada, em suas palavras, como uma *zona pioneira*. Posteriormente, esse conceito influenciou alguns estudos no campo historiográfico. No trabalho de Rene Mussalam (1974), por exemplo, esse conceito foi utilizado para analisar o “início” da formação demográfica do nordeste do Paraná, inaugurando um estudo historiográfico em uma interdisciplinaridade com a geografia.

Como demonstrado no artigo *O tempo da fronteira...* (1996), de José de Souza Martins, essa noção carrega algumas limitações quanto à análise das sociabilidades que se atravessam na fronteira. Como ficou evidenciado no primeiro capítulo, o único agente social privilegiado é o pioneiro que, considerado “aventureiro” ou “desbravador”, torna-se figura central nessas produções. Essa perspectiva é esvaziada do ponto de vista social, pois não leva em consideração as temporalidades e situações históricas de populações indígenas, afrodescendentes, posseiros e outros agentes na formação territorial de determinado espaço. É por isso que, nas obras de Mussalam (1974) e Wachowicz (1987), os indígenas são mais uma abstração do que agentes, pois são retratados como alheios à colonização ou sem nenhum papel político. Essa perspectiva – especificamente sobre a produção de Mussalam (1974) – representa uma ótica etnocentrista, considerando que “(...) os autores, inseridos em determinada sociedade, fazem uso do juízo de valor,<sup>47</sup> colocando suas formas de vida, seu comportamento, ou seja, sua cultura, como o modelo a ser seguido (...)” (Novak,

---

<sup>47</sup> Sobre a questão do juízo de valor vinculado à pesquisa histórica (assim como nenhuma pesquisa é imparcial), concordamos com o ponto levantado pelo Éder Novak, afirmando que “(...) toda pesquisa não é desprovida de juízo de valor, pois sempre possui o juízo do seu autor, fruto dos seus condicionamentos sócio-culturais, nos quais está inserido. No entanto, creio também que é possível desenvolver uma pesquisa com uma metodologia que não hierarquize os diferentes grupos étnicos, ou seja, que não caracterize um grupo mais desenvolvido que o outro ou em estágio superior ao outro, mas que seja reveladora do desenvolvimento histórico de cada um, conhecendo suas particularidades e universos próprios” (Novak, 2006, p. 21).

2006, p. 20), depreciando a cultura de diferentes grupos étnicos que ocupavam (ocupam) o espaço.<sup>48</sup>

Ruy Wachowicz (1987), através da História Regional e da utilização de diferentes fontes, esclareceu algumas especificidades concernentes ao período de formação dessa região. Ao contrário de Mussalam (1974), que baseou sua análise em dados, censos e estatísticas – tratando pouco ou quase nada sobre as relações sociais –, Wachowicz (1987) elucidou algumas práticas culturais e econômicas, demonstrando como se operava as safras, a engorda de porcos e sua comercialização – prática oriunda de pequenos proprietários para a subsistência da comunidade na metade do século XIX e início do XX. Ainda assim, não se sabe como se deu o contato entre as diferentes populações que constituíam suas territorialidades e os não indígenas. Vale destacar que, naquela época, não havia a preocupação em analisar e desconstruir os imaginários que foram construídos e consolidados em torno do “Norte Pioneiro” (como a imagem de uma formação territorial “pacífica”).<sup>49</sup> Na perspectiva clássica, a “ocupação” ocorreu sobre espaços “vazios”, “desocupados” ou – como reproduzido no campo científico da época – *vazios demográficos* (Mota, 2009).

Tratando-se da frente de colonização<sup>50</sup> que avançou sobre os territórios das populações indígenas, emerge uma *situação de fronteira*. Isso não quer dizer que existe uma fronteira, no sentido tradicional, que separa dois mundos, mas sim um espaço onde se atravessam relações sociais de conflitos e interesses, ou seja, onde esses mundos são relacionados e se fundem, onde “(...) a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade (...)” (Martins, 1996, p. 27). Nesse sentido:

---

<sup>48</sup> Essa questão é bastante evidente na abordagem de Leo Waibel (1955, p. 408), em sua teorização acerca dos estágios ou etapas que um espaço atravessa (se transforma) até chegar ao *estágio civilizado*.

<sup>49</sup> Contudo, cabe salientar que, nessa época, já existiam estudos em outras regiões que estavam desconstruindo discursos, mitos e imaginários. Ver: ADUM, S. M. S. L. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960*. 1991. Dissertação (Mestrado em História) - Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo; ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*. Londrina: Ed. UEL, 1998; TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, UNESP. \_\_\_\_\_. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 1997.

<sup>50</sup> Conforme o artigo de Novak & Mota (2016, p. 77) “(...) A expansão acentuada das frentes colonizadoras no Brasil, durante a virada do século XIX ao XX, provocou uma intensa onda de conflitos entre indígenas e colonos. Este cenário de guerra foi denunciado no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Viena, em 1908. Gagliardi (1989) demonstra que tais denúncias tiveram repercussões no Brasil, reforçando um debate a partir da proclamação da República, entre aqueles que defendiam uma solução pacífica na tratativa com as populações indígenas e outros que abertamente pregavam seu extermínio”. Além disso, esse contexto, segundo Novak (2006, p. 9), é “(...) marcada pela guerra, tanto em seu sentido bélico, quanto ao relacionado à política de alianças e negociações em torno dos territórios em disputa”.

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, *nesse conflito, a fronteira é essencialmente lugar da alteridade*. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. Por isso, a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro (1996, p. 27).

Além disso, é importante situar o contexto em que esses conflitos estavam inseridos: a “ocupação” posterior à Lei de Terras de 1850. Sua promulgação permitiu que o Estado realizasse um reordenamento agrário distinto do modelo anterior (o regime de sesmarias). Conforme a historiadora Emília Viotti da Costa (1999, p. 171), a Lei de Terras

(...) proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e mediante doações da Coroa. Tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações mas nunca preencheram as exigências para a legitimação de suas propriedades puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar as taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra. O tamanho das “posses” (terra adquirida por meio da ocupação) foi limitado pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feita no distrito em que se localizavam. Os produtos da venda das terras públicas e das taxas de registro das propriedades seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas e para a “importação de colonos livres” (...).

Além de adotar o conceito de propriedade privada,<sup>51</sup> essa Lei permitiu “(...) o

---

<sup>51</sup> A adoção da propriedade privada junto à invasão e expropriação dos indígenas de seus territórios originários nos retoma ao que Karl Marx classifica, em um cenário de extrema violência, como *aurora da era da produção capitalista*, abrindo caminho para o que chamou de acumulação primitiva e, conseqüentemente, à expansão do capital. Conforme Marx (2013, p. 998), com “a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco”. Expropriar os indígenas de suas terras, não significa, somente, retirá-los de seu lugar pela força bruta,

monopólio dos meios de produção e [incentivou] o fim do trabalho escravo e a adoção do sistema de trabalho assalariado, sobretudo, através de políticas de fixação de imigrantes estrangeiros no campo (...)" (Priori, 2012, p. 133).

Mais do que causar implicações para populações caboclo-posseiras, trabalhadores livres e ex-escravizados, como destacado pelo Angelo Priori (2012), a Lei também incidiu sobre os territórios ocupados por indígenas, dando continuidade aos transtornos territoriais sobre essas populações.

Essa reflexão retoma a discussão da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha no capítulo *Política indigenista no século XIX*, publicado no livro *História dos índios no Brasil* (1992). É nesse período, com o surgimento da propriedade privada por vias institucionalizadas, que "(...) a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão-de-obra para se tornar uma questão de terras (...)" (Cunha, 1992, p. 133).

Essa questão também reflete como os indígenas, a partir do século XIX, passaram a ser vistos pela "civilização": como um laboratório de pesquisa. Conforme Cunha (1992, p. 134), o cientificismo do século XIX começou a se preocupar em classificar a figura do indígena, como no caso de Johann Blumenbach, que analisou "(...) um crânio de Botocudo e o [classificou] a meio caminho entre o orangotango e o homem". Ademais, havia as "categorias de índios" – que serão observadas em tópicos posteriores – subdivididas em "(...) 'bravos' e 'domésticos ou mansos', terminologia que não deixa dúvidas quanto à idéia subjacente de animalidade e de errância" (1992, p. 134). Essa construção categórica é evidente nos livros memorialistas e jornais que serão analisados.

As questões indígenas e de terras, para além do seu aspecto institucional, material, simbólico e ontológico – do *ser* ou não *ser indígena* –, revela uma faceta do imperialismo estrangeiro e, por meio das frentes de colonização, da expansão capitalista: de um lado, a Europa, com objetivos de ampliar sua rede econômica<sup>52</sup> e cultural, e os grandes proprietários nacionais, com o objetivo de atender as

---

pelo empreendimento colonizatório, "civilizatório" e conquistador, mas transformar o lugar do indígena em lugar de *produção de capital*, do lucro individual e da acumulação. A Lei de Terras de 1850, em um movimento contraditório, legitima esse processo.

<sup>52</sup> A região do "Norte do Paraná", histórica e economicamente, sofreu diversas mutações. Em uma dessas fases o café foi um dos principais dispositivos na criação de discursos, imaginários e na definição simbólica-ideológica dessa região. Conforme Sonia Adum (1991, p. 47), "(...) apenas com o café, ou, melhor dizendo, incorporada a determinado sistema produtivo como espaço do capital, a Região Norte [adquiriu] identificação e significado", emergindo a partir disso, significações como "Eldorado" ou "Terra Prometida", tornando obscuro o aspecto do imperialismo econômico.

necessidades econômicas desse continente;<sup>53</sup> de outro, os *povos sem história*, com seus territórios espoliados e suas terras sendo transformadas em capital, como observado pelo antropólogo Eric Wolf (2005).<sup>54</sup> Ou seja, a instituição da propriedade privada, a integração da terra à lógica capitalista e a exportação/comercialização do café para a Europa, afetaram e transformaram as vidas das populações locais, resultando em novas dinâmicas na situação de contato.

Para compreender as relações sociais entre colonos e grupos indígenas, serão utilizados os conceitos de *guerra de conquista* e *situação histórica*. Para João Pacheco de Oliveira Filho (1988), o conceito de situação histórica “(...) não se refere a eventos isolados, mas a *modelos ou esquemas de distribuição de poder entre diversos atores sociais* (...)” (Oliveira, 1988, p. 57). Nesse sentido, busca-se captar como os diferentes grupos da sociedade emanam poderes, criam estratégias, se relacionam politicamente e se transformam através da situação de contato. Assim, busca-se superar o dualismo entre dominador e dominado, colonizador e colonizado etc.

---

<sup>53</sup> No período entre a segunda metade do século XIX e metade do XX, houve diversas concessões territoriais, via decreto, com o objetivo de colonizar espaços “vazios”, beneficiando a iniciativa privada nacional e/ou estrangeira. Exemplos disso podem ser observados no artigo de Angelo Priori (2012). O Decreto N°. 218 estabelecia as “bases regulamentares para o serviço de colonização do Estado Paraná”, incentivando a criação de núcleos coloniais via particular e destinados aos imigrantes estrangeiros. Conforme o autor, dentre essas concessões, pode-se citar a “(...) de 50.000 hectares para Domingos Manuel José da Costa Lisboa, nas comarcas de Guarapuava e Palmas, destinada à formação de uma colônia com 250 famílias, visando utilizar essa mão de obra para o trabalho industrial. Ou ainda, a concessão de 150.000 hectares a Henrique Schuller, entre os rios Piquiri e Ivaí, para a instalação, em um prazo de dez anos a contar a partir de 1907, de 1.500 colonos nacionais e estrangeiros” (Priori, 2012, p. 136). Também há o caso das empresas particulares de colonização, como no caso da Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP), regida pelo capital inglês, representando assim, a expansão capitalista inglesa no Norte do Paraná na década de 1930.

<sup>54</sup> Vale destacar que nesse período estava muito em voga o pensamento modernista no desenvolvimento das teorias sociológicas. Como caracterizado pelo Eric Wolf (2005, p. 36), a “teoria da modernização”, “(...) tornou-se um instrumento destinado a entoar louvores a sociedades consideradas modernas e a lançar um olhar crítico àquelas que ainda tinham de chegar a esse estágio”. Essa visão remete, em parte, à discussão feita pela Manuela Carneiro da Cunha (1992), na qual o cientificismo do século XIX, naturalista e em uma escala evolutiva, classificou quem era e não era superior mental e culturalmente. Além de ser um olhar depreciativo sobre as sociedades indígenas, seu funcionamento, cultura e modos de organização, a “teoria da modernização” remete ao que Enrique Dussel definiu como “mito da modernidade”. Sobre essa questão, vale o destaque para alguns pontos levantados por Dussel na definição do “mito da modernidade”: “1) La civilización moderna se autocomprende como más desarrollada, superior (lo que significará sostener sin consciéncia una posición ideologicamente eurocêntrica). 2) La superioridade obliga a desarrollar a los más primitivos, rudos, bárbaros, como exigencia moral. 3) El camino de dicho proceso educativo de desarrollo debe ser el seguido por Europa (es, de hecho, un desarrollo unilineal y a la europea, lo que determina, nuevamente sin consciencia alguna, la ‘falacia desarrollista’). 4) Como el bárbaro se opone al proceso civilizador, la praxis moderna debe ejercer en último caso la violencia si fuera necesario, para destruir los obstáculos de la tal modernización (la guerra justa colonial) (...)” (Dussel, 2000, p. 29). Esse tipo de relação, assimétrica e desigual, poderá ser observada nos tópicos seguintes.

Diferentemente de outras formas de análise, a *situação histórica* não estimula qualquer dualismo (moderno x tradicional ou sociedade nacional x grupo indígena), nem favorece o artificialismo de esquemas analíticos que enquadram o contato como uma unidade social sui-generis mas paradoxalmente pensada em moldes convencionais. Em tal concepção *o contato interétnico precisa ser pensado como uma situação, isto é, como um conjunto de relações entre atores sociais vinculados a diferentes grupos étnicos (...)* (1988, p. 58, grifos nosso).

Já o conceito de *guerra de conquista*, desenvolvido pelo antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (1995), demonstra como o Estado, por meio do poder estatal, buscou e criou meios para “assimilar” ou “incorporar” os indígenas na sociedade nacional. Esse tipo de *conquista*, pode ser analisado através da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), onde se buscava aldear os indígenas dentro de pequenos territórios com o objetivo de “civilizá-los para a sociedade” e abrir caminho para o estabelecimento de novas fazendas. Nesse contexto, conforme Éder Novak (2006, p. 25) “(...) os índios são pensados como efêmeros, pois, ou se sujeitam e assimilam aos novos padrões culturais impostos pelos brancos, ou são exterminados”.

Novak (2006), em sua dissertação sobre a política indigenista no Paraná durante a Primeira República (1889-1930), adicionou um sentido complementar ao conceito de *guerra de conquista*. Ressaltou que, além dos interesses e objetivos dos conquistadores, as populações indígenas também desenvolveram ações para lidar com o avanço do colonizador (Novak, 2006). Nesse cenário, não havia apenas um único interesse em jogo, mas uma variedade de situações históricas, de intenções e estratégias de informação/desinformação desenvolvidas por diferentes agentes, como o Estado, grandes fazendeiros, pequenos proprietários, diferentes grupos indígenas etc. Segundo o autor:

Que o conquistador tem objetivos traçados e planejados não resta dúvida. Mas o que Lima, às vezes, não revela com seu conceito de *guerra de conquista* são os objetivos daqueles que deveriam ser conquistados, ou seja, os interesses das populações indígenas também estão em jogo. Estas promovem uma reação à conquista, com estratégias de informação do outro e desinformação de si, alianças e subordinações intencionais, demonstrando permeabilidade diante de novos contextos históricos (Novak, 2006, p. 25).

Em um contexto anterior ao cenário republicano, uma abordagem semelhante pode ser observada na tese de Lúcio Tadeu Mota (1998), intitulada *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná provincial (1853-1889)*. Ao referir-se ao conceito de *guerra de conquista* aplicado ao período provincial do Paraná, Mota ressaltou que:

(...) essa guerra foi alimentada tanto pelo Estado nacional imperial como pelo Estado provincial do Paraná, na segunda metade do século XIX, bem como pelas populações brancas que se dirigiram para as áreas de fronteiras com a intenção de apropriar-se do butim resultante da conquista das populações indígenas que tinham o seu habitat nos territórios que se convencionou denominar de Paraná.

Os choques e o antagonismo, entre a sociedade branca e as etnias indígenas eram constantes e vinham desde a colônia, prolongando-se pelo Império adentro. A ideia de *conquista* era amplamente utilizada no século passado, tanto pelos intelectuais que tratavam da questão indígena, pelos agentes imperiais da conquista como pela população branca. Essa era uma ideia comum entre aqueles que lidavam com as etnias no Brasil Imperial (Mota, 1998, p. 49).

Nessa perspectiva, busca-se interpretar o avanço colonizatório no nordeste do Paraná como uma *guerra de conquista*, considerando que a população nacional visava conquistar e se apropriar dos territórios indígenas, objetivando o butim e a transformação da terra em mercadoria. Nesse sentido, "(...) a dimensão econômica da *conquista* deve ser destacada, diferenciando-a nos planos político, social e imaginário de seu momento seguinte (...)", pois a

Guerra de conquista dá lucros a seus participantes quer na qualidade de integrantes da organização militar realizadora da conquista enquanto tarefa guerreira, quer na parte da administração que a empreende de modo mais lato, inclusive sob suas diversas formas de delegação a grupos privados (...) (Lima, 1995, p. 50).

Tanto a produção etno-histórica de Mota (1998) quanto a de Novak (2006) são importantes contribuições para compreender como operou-se as relações na fronteira<sup>55</sup> – de maneira dinâmica – na formação do "(...) que se convencionou denominar Paraná (...)" (1998, p. 49), revelando as diferentes situações históricas que estão inclusas nesse contato. Além disso, essas pesquisas nos proporcionam uma ideia de como os diferentes grupos étnicos (Kaingang, Xetá, Guarani-Nhandewa, Guarani-Kaiowá e Xokleng) desenvolveram ações políticas – como alianças –, para lidar com o avanço dos colonizadores sobre seus territórios. Assim, rompe-se com a ideia de que o indígena é uma figura abstrata, secundária ou submissa ao papel do governo (imperial ou republicano) ou da sociedade nacional no momento de contato.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de fronteira e seus diferentes sentidos no debate acadêmico, ver: NOVAK, É. Fronteiras, cultura e relações interétnicas. In: *Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República – 1889 a 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2006.

<sup>56</sup> Conforme Manuela Carneiro da Cunha (1998), "ora, não há dúvida de que os índios foram atores

Trata-se de populações que resistiram, resistem e, através de diferentes tempos, agenciam sua própria história.

Em relação ao conceito de resistência e às reações específicas de alguns grupos indígenas (no exemplo das táticas de guerrilha dos Kaingang e Xokleng), compreende-se a partir da visão fanoniana – que também está presente nas reflexões de Lucio Tadeu Mota em seu livro *As Guerras dos Índios Kaingang* (2009). Para Frantz Fanon, o colonialismo “(...) não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior” (Fanon, 1968, p. 46). Nesse sentido, é importante observar que o colonizado

(...) está dominado, *mas não domesticado*. Está inferiorizado, *mas não convencido de sua inferioridade*. Espera pacientemente que o colono relaxe sua vigilância para lhe saltar em cima. *Em seus músculos o colonizado está sempre à espera* (...) (1968, p.40, grifos nosso).

Além disso, é necessário atentarmos aos usos e abusos do conceito de *resistência* para compreender as ações e reações dos indígenas diante do avanço dos colonizadores, o que resulta no problema do “resistenciocentrismo”.<sup>57</sup> Conforme Bruce Albert, trata-se de um conceito pós-moderno que “(...) paradoxalmente, tende a ofuscar, com sua retórica, a especificidade e sutileza das lógicas e formas de ‘agência’ próprias dos atores sociais” (Albert, 2002, p. 14). Portanto, entendemos a resistência por meio dos agenciamentos, pois, as populações indígenas “(...) frente às autoridades coloniais buscavam, antes de qualquer coisa, construir um espaço de manobra, uma forma criativa usada por eles para dirimir a exploração a qual estavam submetidos” (Maia, 2015, p. 131).

Pouco antes da promulgação da Lei de Terras de 1850, a região do nordeste do Paraná começou a ser reocupada nas áreas entre os vales do Itararé e do Cinzas. Nesse contexto, chegaram os mineiros que fundaram a povoação de São José da Boa Vista e, em seguida, Tomazina e Colônia Mineira (Wachowicz, 1987). Essas pessoas não estavam ocupando lugares vazios ou inabitados, como sugeriu a historiografia

---

políticos importantes de sua própria história e de que, nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena” (Cunha, 1998, p. 18).

<sup>57</sup> Sobre a reflexão do conceito de resistência, não estamos tecendo críticas aos estudos citados anteriormente; muito pelo contrário. Tanto Mota (1998) quanto Novak (2006) demonstraram como as populações indígenas desenvolveram estratégias para lidar com a sociedade nacional na guerra de conquista. Esses estudos, inclusive, servem de norteamento para nossa pesquisa. No entanto, este “alerta” dirige-se àqueles estudos que buscam dicotomizar as relações interétnicas em determinado espaço e tempo, empregando o conceito de forma generalizante ou observando as relações sociais na fronteira como algo hierárquico, e não como relações de forças assimétricas.

clássica, memorialistas e geógrafos das décadas de 1930 e 1950. O espaço estava organizado em diferentes territórios, composto por grupos étnicos em constante conflito, como os Kaingang, Guarani-Nhandewa e Kaiowá, considerados entre eles como rivais históricos. Segundo Lúcio Tadeu Mota (2000), a respeito dessa região:

Os territórios indígenas do vale do rio das Cinzas estavam sendo invadidos e ocupados pelos conquistadores vindos das províncias vizinhas, São Paulo e Minas Gerais, a partir do norte e nordeste, transformando-se no chamado Norte Velho do Paraná. Nessa época, muitas vilas estavam sendo fundadas na região (2000, p. 138).

Com o avanço da frente de colonização sobre os territórios indígenas e a expansão do sistema capitalista, surgiram diversos conflitos. Cada grupo-étnico desenvolveu ações diferenciadas para lidar com a chegada do colonizador. No caso dos Kaingang, conforme relatos de memória (Crespo, *et al.*, 1994) e notícias de jornais da época, optaram pelas táticas de guerrilha, queimando plantações, fazendas e matando os animais. Em alguns casos obtiveram sucessos, com a expulsão dos colonos para outras localidades distantes de seus territórios. Já os Guarani Nhandewa e Guarani-Kaiowá seguiram pelo caminho diplomático, lutando pela demarcação de seus territórios (como no caso da Barra Grande, atual TI Pinhalzinho) e denunciando as invasões e massacres perpetrados por alguns colonos, jagunços e bugreiros, conforme noticiários de diferentes Estados.

## 2.2 OS AVANÇOS SOBRE AS TERRAS INDÍGENAS REPRESENTADA NOS LIVROS MEMORIALISTAS

*“Conheci este lugar  
Tinha índio na aldeia  
Para passar este mato  
A picada era muito feia  
Da Jacutinga à Água da Volta  
Até chegar na Água da Areia”  
(Poema de João Machado.  
Crespo *et al.*, 1994, p. 58).*

Os memorialistas – assim como estudiosos da geografia, sociologia, história, entre outras áreas – que se dedicaram a escrever uma história sobre suas localidades no decorrer do século XX e início do XXI, produziram narrativas que excluíram, em

sua maioria, os povos indígenas e seu protagonismo na formação das cidades ou nas disputas territoriais. Esse cenário remonta à colonização repleta de “espaços vazios”, onde supostamente não ocorreram conflitos ou disputas territoriais (Mota, 2009). Nesse sentido, sobre essa região, Aluizio Carsten (2012) observa que “na história do Norte pioneiro a ideia de vazio demográfico aparece com mais força, já que, para a historiografia, a região foi tratada como área de terras devolutas (...)” (2012, p. 4).

Como constatado no primeiro capítulo, parte da perspectiva de alguns memorialistas sobre a conquista e formação do nordeste paranaense evidenciam algumas questões, revelando um caráter paradoxal em relação à presença indígena. Se por um lado algumas produções cooptam para a exclusão, outras nos fornecem indícios sobre essa presença, sendo possível interpretar algumas ações dos indígenas no momento do contato através de uma *leitura a contrapelo*.

No livro *Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no cenário do Norte do Paraná*, do memorialista Joaquim Vicente de Souza (2007), é destacada a romantização da figura dos Guarani, presentes nas regiões de Tomazina, Siqueira Campos e Itaporanga:

Esta região, segundo historiadores e indianólogos, era habitada pela grande nação dos índios Guaranis, selvagens de proverbial mansidão, e que viviam da caça e da pesca pela floresta e rios destas paragens. Destes índios ainda temos muitas notícias, inclusive de testemunhas vivas, que deles contam muitos passados quando por aqui transitavam dos seus aldeamentos do Tijuco Preto (Pirajú) e São João Batista do Rio Verde (Itaporanga), em andanças para outro grande aldeamento no Pinhalsinho (Ribeirão do Pinhal), às margens do rio Laranjinha (Souza, 2007, p.16).

E prossegue, retratando o seguinte:

Sentimos também como cristãos herdeiros desta bela doutrina civilizadora, o orgulho que já antes de nossos avós, cuidava aqui um pastor espiritual das almas dos pobres selvagens que, infelizmente não puderam sobrepujar o branco, ou com ele conviver, quando a história desta região e deste país, talvez fosse contada com muito mais beleza e candura sentimentais. Isto porque, se recuperada em tempo, cultivada e evoluída a bela linguagem dos guaranis e dos tupis, hoje fazíamos estrebuchar o mundo de inveja, face ao mavioso hino que se constituía o idioma Tupi. O tupi era pelos mesmos índios chamados de “nheêngatú”, ou língua bela e é mesmo de tal formosura e encantamento, que deveria ser o idioma nacional brasileiro. À tal sutileza e elegância do linguajar tupi, acrescentemos a função prosódica peculiar com suas acentuações tônicas inerentes, somente a esta língua, e que dá uma força como o mais poderoso idioma do

mundo (2007, p.20).

A respeito do esforço de Joaquim Vicente de Souza para escrever, sem fontes, sobre os Guarani naquela localidade, Carsten (2012) interpreta que “(...) fez aflorar o orgulho cristão de ‘civilizar os pobres selvagens’, mas ao mesmo tempo salienta que infelizmente os índios não puderam sobrepujar o branco” (2012, p. 6).

O livro *Santo Antônio da Platina: pioneiros e desbravadores* (1994), por sua vez, apresenta uma nova abordagem em relação às produções memorialísticas. Os autores, na virada da década de 1980 para 1990, realizaram uma pesquisa sobre a história de Santo Antônio da Platina baseada nas impressões dos descendentes dos “pioneiros”. A metodologia consistiu em entrevistas orais, nas quais foram coletados diversos relatos que abordam a chegada das famílias “pioneiras” e seu estabelecimento.

Diferentemente das produções memorialistas de outras cidades do nordeste paranaense, *Santo Antônio da Platina* (1994) revela vários casos de conflitos envolvendo colonos e o povo Kaingang, especialmente entre o final do século XIX e início do XX.

O primeiro caso relatado data de 1880,<sup>58</sup> momento da chegada da comitiva da família Costa, liderada por Joaquim da Costa Lemes, oriundos de Fartura – na época, Freguesia da Província de São Paulo. Essa família buscava adquirir terras “conquistadas” durante o período do Governo Imperial. Inicialmente, se estabeleceram na fazenda Santa Joana, localizada na margem direita do rio das Cinzas. Segundo o relato:

*No começo, os índios não incomodavam, mas depois começaram a surgir conflitos. João Francisco, um ex-escravo, que morava com Joaquim da Costa foi, certa vez, à pé até Jataizinho, acompanhado de um índio manso, pedir orientação para como se relacionar melhor com os índios.*

*João Francisco era um homem muito bravo, temido por todos. Quando havia caçada aos índios, a prova de morte era trazer a orelha*

---

<sup>58</sup> Alguns desses conflitos envolveram o Frei Luiz Cimitile, diretor do Aldeamento de São Jerônimo. Conforme o ofício do presidente da Província apresentado no livro de Lúcio Tadeu Mota (2000), pedia para que o Frei tomasse “providencias mais convenientes a bem dos indios estabelecidos nas margens do Rio da cinza, aonde diversos indivíduos disacomodão os pobres indios a tempo estabelecidos e vendem terrenos nacionais. Prompto e fiel as ordens de V.E. resolvi nesta data ir pessoalmente indagar os factos em São José da boa vista distante desse Aldeamento umas quarenta leguas levando commigo o destacamento policial. No mesmo tempo peço a V. E. que se digne participar as autoridades daquelle logar de prestar-me os auxilios necessarios para o cumprimento das ordens de V. E. visto constar-me existir naquella localidade muitos criminosos” (Arquivo Público do Paraná, 04/10/1881, p. 107 *apud* Mota, 2000, p. 138).

*direita do índio morto. As orelhas eram cortadas e colocadas num canudo de taquara. O ataque era sempre à noite.*

Conta-se que Ana Maria Luíza certa vez estava fiando, em seu sítio, quando chegou João Francisco e despejou em seu colo os troféus nefastos. Estava grávida e com o susto que levou, abortou (Crespo *et al.*, 1994, p. 29, grifos nosso).

Até certo ponto, não é possível verificar a veracidade dos fatos que envolve João Francisco e o aborto de Ana Maria Luíza, mas o que chama a atenção é o lugar social que o personagem ocupa. João Francisco, ex-escravizado, possivelmente alforriado e vivendo junto à família Costa Lemes, exercia o posto de jagunço ou bugreiro. Além disso, realizava viagens à Jataizinho, com o objetivo de aprender a lidar com os indígenas “selvagens” e, possivelmente, buscar maneiras para “pacificar” os Kaingang ou sua dominação. Um outro detalhe é o *modus operandi* do bugreiro: a prova de morte era a orelha direita dos indígenas, provavelmente também como meio de certificar a quantidade de mortos para o recebimento do pagamento, dado que os bugreiros eram remunerados por cabeça.<sup>59</sup>

Pelos relatos desse livro, percebe-se que, no final do século XIX e início do XX, os territórios dos Kaingang estavam situados entre as margens do rio das Cinzas e dos perímetros urbanos de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho. O avanço colonizatório não se deu de maneira pacífica nem sem resistência desses grupos. Os Kaingang empreenderam táticas de guerrilhas e, em alguns momentos, conseguiram expulsar os colonizadores, resultando no sucesso provisório dessa ação. Um desses episódios está registrado no relato da mesma família, após a fixação de alguns parentes na região de Bocaina (localizado na margem direita do rio das Cinzas):

Ali [no Bocaina] a família de Marcelino iniciou a abertura da fazenda, plantando cana, mandioca, milho e criando gado. *Inicialmente tiveram*

---

<sup>59</sup> No livro *Os índios e a civilização*, Darcy Ribeiro (1985) apresenta um exemplo semelhante. Referindo-se aos episódios que envolveram os bugreiros e os Kaingang no estado de São Paulo, o autor ressalta que “nesse ambiente de terror surgiram chefetes especializados em chacinar índios. Organizavam publicamente os bandos de bugreiros, planejavam seus ataques depois de aliciar os carabineiros e percorrer todas as fazendas vizinhas e o comércio angariando donativos em dinheiro, mantimentos e munições. Tinham o cuidado de organizar as batidas sempre nos meses de chuva, porque nessa época os índios raramente se afastavam da aldeia para caçadas e pescarias coletivas, permitindo, assim, um extermínio mais completo. As maiores batidas realizadas em 1908, 1909 e 1910 foram financiadas, principalmente, pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando trabalhadores da construção por ela armados e municados e entregues à orientação dos referidos especialistas (...)” (p. 96). Parecido com o caso de João Francisco, que se orgulhava dos “troféus nefastos” conquistados, os bugreiros de São Paulo também se vangloriavam dessas “conquistas”. Segundo o relatório do SPI apresentado pelo Darcy Ribeiro (1985) sobre o resultado de uma dessas batidas: “(...) [os bugreiros] haviam feito uma limpa, diziam, e alguns até autenticaram sua valentia exibindo orelhas cortadas de suas vítimas!” (1911, p. 17-18 *apud* 1985, p. 98).

*bom relacionamento com os índios que eram calmos porém altivos e desconfiados. Com o passar do tempo também ali como na Santa Joana onde estavam seus irmãos os índios tornaram-se agressivos, violentos e traiçoeiros. Iniciou-se um período de mútua agressão, quando os brancos tinham que se resguardar, esconder e muitas vezes ficar sem acender suas fogueiras para não se identificarem. Isso durou semanas. No final, com muitas baixas de ambos os lados, em luta desigual, as famílias tiveram que retroceder, pois sua munição estava findando e não tinham tranquilidade, deixando no local suas plantações (Crespo et al., 1994, p. 30, grifos nosso).*

Nesse contexto, a família argumentou que estava em uma luta “desigual”, considerando a falta de munição para conquistar o território dos Kaingang. Como única alternativa, decidiram retroceder, abandonando suas casas recém-construídas e suas plantações.

Em outro caso, a família Ferreira Dias – também oriunda de Fartura –, chegou na década de 1880 para “ocupar” as terras adquiridas pelo Coronel Capucho, tio de Jeová Ferreira Dias (patriarca da família). Essas terras se localizavam na praça Frei Cristóvão – hoje, localizada no centro da cidade –, até as margens do rio das Cinzas. Contudo, “(...) os índios, porém, não permitiram a posse da terra (...)”, forçando a família mudar-se para uma outra localidade, onde Jeová se tornou “(...) proprietário da melhor terra do município, local hoje denominado Volta Grande, antes Água do Gabiroba, com 107 alqueires de terra (...)” (Crespo et al., 1994, p. 42).

Também provenientes de Fartura, a família Lopes Galvão veio residir em Santo Antônio da Platina, em 1893, na propriedade de Marcelino José da Costa, nas proximidades do rio das Cinzas. Entretanto, “(...) não ficaram muito tempo nessa região, pois foram escoraçados [sic] de lá pelos índios hostis que ali habitavam” (1994, p. 46). Nesse mesmo período, chegou de Jacarezinho a família dos Brizola Veado, que tentou, inicialmente, se estabelecer nas margens do rio das Cinzas, mas logo foram surpreendidos pelos Kaingang:

*Vieram pelo Rio Cinzas chegaram no alto onde é hoje a praça e foram expulsos por índios voltando para a beira do Cinzas. Houve uma manifestação muito grande por parte dos índios o que os levou a se recolher no Patrimônio Velho onde já moravam Antônio Pinto da Fonseca, José Theodoro, Antônio Theodoro, os Pedreiros e outros (1994, p. 51, grifos nosso).*

Esse relato, além de demonstrar a agência dos Kaingang diante do avanço sobre suas terras, apresenta uma tática adotada pelos colonos para se protegerem desses ataques. A opção mais viável para os colonos que buscavam adentrar o

“sertão bruto” da região do Valuto era permanecer em grupos, criando redes de proteção entre a própria população. Isso justifica o movimento da família Brizola Veado no Patrimônio Velho, onde já residia um conjunto de famílias.

Entretanto, essa ação nem sempre se mostrava eficaz, como evidencia o caso da família Felisbino de Godói. Estabelecidos na margem direita do rio das Cinzas entre 1896 e 1899, na região do Bocaina, e – mesmo sendo vizinhos das famílias Lopes Galvão, Costa e Lima –, “(...) foram expulsos pelos índios Caingangues e vieram para Santa Joana, que era de José Correa da Cruz e Joaquim da Costa Lemos (...)” (1994, p. 53).

O último caso registrado no livro *Santo Antônio da Platina* (1994), sobre a expulsão dos colonos pelos Kaingang, é o da família Ferreira Silva, que veio de Ribeirão Claro para essa cidade em 1905. Assim como nos outros casos:

José Ferreira da Silva, pegou o sítio para derrubar o mato e plantar café. Dona Normira, a pioneira, nos relata as mais belas estórias e histórias daquela época, diz que seu padrastrô [sic] o Sr. João de Deus e a esposa Tubininha, poseou do governo, mil alqueires de terra na Bocaina. *Foram para o local derrubar a mata e para fazer a lavoura, mas aí estava os índios Caingangues que eram ferozes e expulsaram os colonos de lá. Fugiram todos para as terras que pertenciam aos Albanos* (1994, p. 74, grifos nosso).

Sobre os Kaingang que ocupavam essa região, não é possível afirmar com precisão sobre o local em que vieram, mas podem ser destacadas quatro hipóteses. A primeira é que estavam sendo empurrados pela frente de colonização, pela expansão cafeeira e pela perseguição de bugreiros nos campos do Paranapanema, levando-os a se deslocarem para essa área (Ribeiro, 1985, p. 93-98).<sup>60</sup> A segunda hipótese sugere que os Kaingang vieram dos Campos Gerais, na região de Ponta Grossa, sendo deslocados por consequência da criação de novas vilas e fazendas nessa localidade, no contexto imperial (Mota, 2000, p. 74).<sup>61</sup> A terceira possibilidade é que esses grupos já ocupavam essa região há muito tempo. Como demonstra o Ofício de 4 de outubro de 1881, em resposta ao Frei Luiz Cimitile, o próprio Presidente

<sup>60</sup> Essa hipótese parece menos convincente ao se tratar do final do século XIX, considerando que, no início do século XX, como demonstrado pelo Darcy Ribeiro (1985), ainda ocorriam batidas em determinadas regiões de São Paulo. Esses episódios aconteciam simultaneamente ao processo de colonização do nordeste do Paraná.

<sup>61</sup> No entender do Lúcio Tadeu Mota (2000) “(...) os grupos Kaingang a oeste do rio Tibagi não eram do mesmo grupo dos Kaingang tradicionais que ocupavam os territórios a leste do rio Tibagi. Era esse rio, naquele momento, a divisa entre esses grupos (...)” (2000, p. 74). Nisso, os Kaingang que estavam na região nordeste do Paraná não devem ser confundidos com os da região oeste do Tibagi.

da Província reconhece que os Kaingang estavam há tempos estabelecidos na margem do rio das Cinzas (Arquivo Público do Paraná, 04/10/1881, p. 107 *apud* Mota, 2000, p. 138). Por fim, conforme apontou a antropóloga Kimiye Tommasino (1995), possivelmente eram os Kaingang que foram dispersos pela região do Norte do Paraná após a destruição das reduções.

Mesmo depois da destruição das reduções, é possível que muitos grupos tenham se dispersado pela região, voltando à vida livre nas florestas. A maioria dos índios foi levada como mão-de-obra escrava, outros fugiram para o sul do país onde os jesuítas fundaram novas reduções e uma minoria certamente permaneceu, apesar da afirmação de Wachovics [sic] de que a região voltou a ficar abandonada. Nossa interpretação é que os índios (Guarani e Jê) retornaram à vida livre, com predominância da expansão Kaingang que, fugindo das frentes de ocupação luso-brasileira do leste para o oeste, foram empurrados para o interior, isto é, em direção ao rio Paraná e depois, para o sul (Tommasino, 1995, p. 61).

Quanto à predominância dos Kaingang nas regiões de Santo Antônio da Platina e rio das Cinzas, foi elaborado um mapa através do software do Sistema de Informação Geográfica (QGIS), tendo como base cartográfica o mapa do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná (1947-1953)<sup>62</sup> e a cartografia mais recente (Malha Digital Territorial do IBGE, 2024), permitindo uma delimitação mais precisa de algumas localidades<sup>63</sup> onde ocorreram os conflitos, possíveis territórios e sítios arqueológicos (Figura 5). Além disso, foi utilizado o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS 2000), devido à sua precisão. Conforme os registros memorialistas e jornalísticos, os conflitos aconteceram em 4 localidades (Guabiroba, Santa Joana, Bocaina e Ribeirão Bonito); as territorialidades<sup>64</sup> dos Kaingang, possivelmente, se constituíam entre a *Aldeia*,<sup>65</sup> à

---

<sup>62</sup> Sobre esse mapa, ver o Apêndice C.

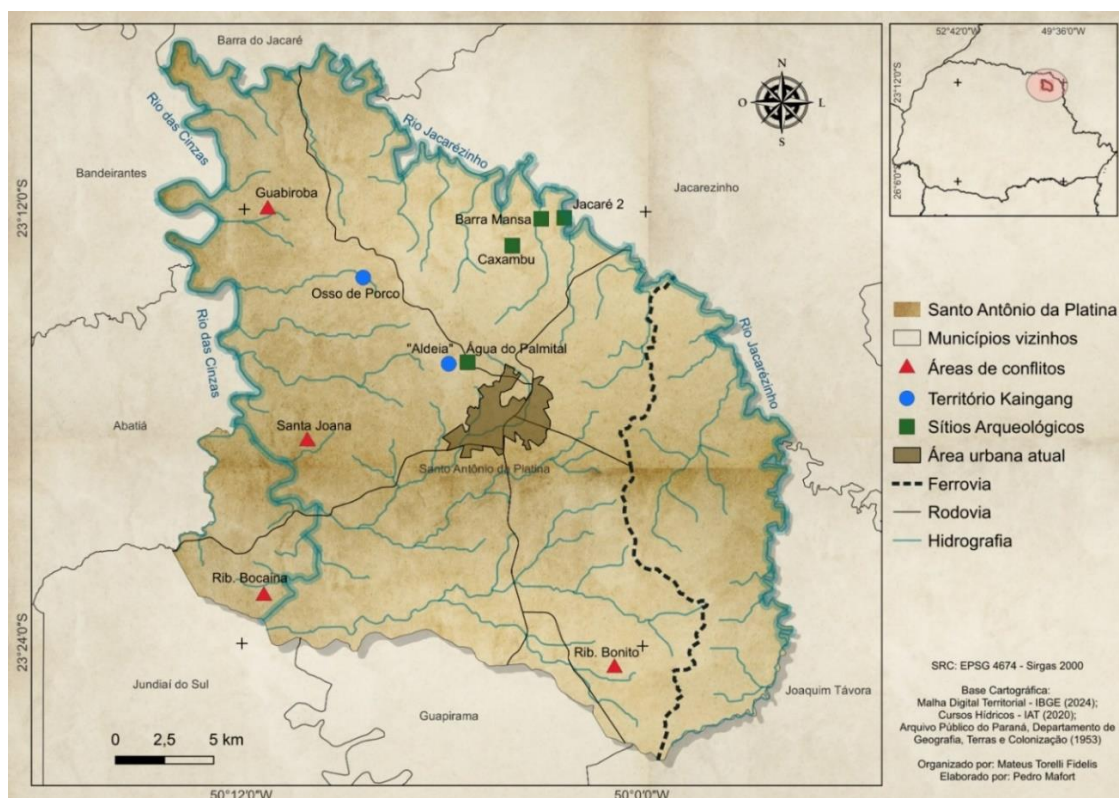
<sup>63</sup> Muitas dessas fazendas e outros locais mudaram o nome no decorrer do século XX; entretanto, esse mapa (Apêndice C) parece manter a mesma configuração territorial (com acréscimo de outras fazendas) que na virada do século XIX para o XX, permitindo delimitar com mais precisão os locais de conflito.

<sup>64</sup> Sobre a questão territorial dos Kaingang, a partir dos relatos do livro *Santo Antônio da Platina* (1994, p. 90), fica perceptível como os indígenas davam sinais e avisos para os colonos não ultrapassarem os limites de seus territórios. Conforme o relato: “OS ÍNDIOS: Quando um índio queria briga, cruzava com um ramo a picada feita pelo branco. Quem passasse por ali tinha que fazer outro caminho ao lado para não pisar aquele chão senão era morte certa”. Cruzar uma picada com ramo não queria dizer que os Kaingang estavam procurando uma briga, mas alertando os colonos que estavam cruzando limites territoriais.

<sup>65</sup> Percebe-se que, no centro do mapa, onde atualmente está localizada a área central da cidade, há um local demarcado como *Aldeia* (Apêndice C). De acordo com os relatos, um dos locais onde os Kaingang estavam constituindo sua territorialidade era justamente nesse centro. A partir disso, surgem algumas questões: se esse local era um território mantido pelos Kaingang, o que aconteceu com ele?

noroeste do perímetro urbano de Santo Antônio da Platina, e o lugar conhecido como *Osso de Porco*.<sup>66</sup> Já os sítios arqueológicos são dados coletados por meio do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).<sup>67</sup>

**Figura 5 – Presença indígena em Santo Antônio da Platina (território, sítios arqueológicos e áreas de conflito)**



**Fonte:** FIDELIS, Mateus T. & MAFORT, Pedro.

Essa questão exige uma pesquisa mais aprofundada para esclarecer os detalhes.

<sup>66</sup> Segundo o relato da família Arantes “quando a família veio, trabalhava por conta nas roças da fazenda Jacutinga mas depois compraram o sítio Gabiroba e Osso de Porco (hoje Monte Real). Quando lá chegaram [por volta de 1912] era tudo mata, acharam muitos riachos e muito osso de porco do mato. Contavam que os porcos eram mortos pelos índios e que depois de comerem a carne, jogaram por ali os ossos. Começaram então a chamar o local de Osso de Porco e alguns que perguntavam aos índios o que era, descobriram e arcavam em língua indígena ‘Kan-gue-si-guai’ para dar nome ao riozinho” (Crespo *et al.*, 1994, p. 85). Essa família chegou depois dos massacres realizados pelos colonos contra os Kaingang em 1908 e 1911, possivelmente, essa localidade já não era mais “perigosa”.

<sup>67</sup> Pelas informações do site, o sítio não tem datação, não sendo possível afirmar se eles são pertencentes aos Kaingang ou outro grupo étnico. Nesse município, foram encontrados 4 sítios arqueológicos: Água do Palmítal, Barra Mansa, Caxambu e Jacaré 2. Reparem que o primeiro sítio, conforme as coordenadas, é bem próximo do local onde está localizada a *Aldeia*, sendo um indicativo de que seja um vestígio de um território Kaingang naquela localidade. Já os outros sítios (Barra Mansa, Caxambu e Jacaré 2) não são possíveis de definir sua natureza, carecendo de pesquisas mais aprofundadas. Vale ressaltar que esses sítios foram descobertos por Rucirene Miguel e Ricardo Monma, através de um projeto em 2015. Para isso, ver: MIGUEL, Rucirene & MONMA, Ricardo. *Projeto de Avaliação do Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 138 kV SE Cia Agrícola Usina Jacareizinho SE Santo Antônio da Platina, PR*. Projeto de Pesquisa, 2015. Disponível em: <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bens/pesquisaBem>.

Quanto aos relatos apresentados, duas questões chamam a atenção. A primeira refere-se à “rápida” mudança de comportamento dos Kaingang. Nessas narrativas, é comum encontrar queixas de que, inicialmente, eles eram pacíficos, mas depois tornaram-se agressivos. Em nenhum momento, os colonos questionavam se estavam invadindo os territórios dos Kaingang e Guarani Nhandewa e Kaiowá, até porque essas populações eram vistas como *errantes* ou sem território. Ademais, grande parte dos colonizadores vieram para se apropriar das terras consideradas devolutas pelo governo, seguindo a lógica da propriedade privada. Lógica essa que não se enquadrava na concepção de “propriedade” das populações indígenas ou caboclo-posseiras. A partir disso, tanto os Kaingang como os Guarani, perceberam que aquele avanço era uma invasão sobre suas terras e, como resposta, desenvolveram formas diferentes de lidar com os colonos, buscando preservar seus territórios.

Possivelmente, essa “passividade” inicial dos Kaingang fazia parte de seu repertório, servindo-se de tática para a guerrilha, em alguns casos, resultando nas expulsões de colonos para outras fazendas, como demonstrado anteriormente em alguns relatos de memória.<sup>68</sup>

A segunda questão é o lugar que os Kaingang ocuparam na memória dos “pioneiros” e de seus descendentes. Pode-se constatar que esses eventos foram traumáticos para as famílias que estavam se apropriando de terras indígenas na região, considerando que, de início, houve diversos casos de expulsão provocados pelos Kaingang. Contudo, a lembrança, aliada à ideia de progresso, demonstra que esse passado se tornou algo superado, ou seja, após a derrubada da mata e estabelecimento de suas famílias e propriedades, essas pessoas consideraram que conquistaram (ou “civilizaram”) o “sertão”, dando início à novos tipos de sociabilidade, paisagem e criando seu território e “sua” história. Desse modo, para os “pioneiros”, os Kaingang representam tanto uma parte dessa conquista quanto um passado superado.

---

<sup>68</sup> Um episódio semelhante pode ser notado no caso dos Xokleng da região do Rio Negro, na segunda metade do século XIX. Nessa ocasião, Alfredo E. Jacques Ourique ouvindo o relato de um menino Xokleng chamado Covi, aprisionado pelos bugreiros, ressaltou que “(...) com raro tino estratégico e tático, escolhem o lugar mais apropriado para o ataque; aguardam durante dias ou meses, a ocasião mais propícia; e, quando caem sobre o adversário desprevinido, tem por si todas as presumpções não já da vitória, mas do seu aniquilamento completo” (Mota, 1998, p. 116).

Vale lembrar também que esse espaço era habitado por índios Guarani Nhandewa e Kaiowá. Segundo o relato da família Gonçalves Pedreiro, ao chegarem nessa região, encontraram dois rios: o primeiro denominado “ribeirão do Boi Pintado” – em razão de uma pedra que se assemelhava a um bovino pintado – e o segundo, chamado de “ribeirão das Aldeias”, em referência aos indígenas que habitavam sua margem. Sobre os Guarani que viviam na margem desse ribeirão, narram que eles “(...) eram mansos, desde que não provocados” (Crespo *et al.*, 1994, p. 33).

Já o relato da família Gonçalves França, por sua vez, oferece informações sobre o suposto “início” do processo de construção do atual TI Pinhalzinho, além de mostrar como os “pioneiros” caracterizavam os indígenas naquela localidade, omitindo a agência indígena na construção de seu território:

Aqui chegando estabeleceram-se nas margens do Ribeirão Bonito, em uma área de 20.000 alqueires, que deram o nome de fazenda Jaboticabal do Ribeirão Bonito.

Desbravaram sertões, derrubaram matas, e foram se estabelecendo. *Naturalmente que foi inevitável o contato com os índios que pelo comportamento, eram divididos grosseiramente em dois grupos: os mansos e os bravos.* Augusto Avelar, um dos genros do Capitão França (casado com Jovina), *era especialista em amansar ou domesticar os índios e com eles desenvolveu grande amizade e aprendeu a linguagens mesmos, obtendo o apelido de “linguara”.* *Ensinava também os nossos costumes aos índios.* Graças a essa amizade, *a família França foi poupada dos ataques que os índios, esporadicamente, faziam aos colonos, para saquear e muitas vezes matar. Com a instalação e expansão da colonização branca, os índios foram gradativamente sendo “empurrados” o que fez com que o Capitão França doasse uma área de terra aos índios que recebeu o nome de aldeia do Pinhalzinho* (1994, p. 35, grifos nosso).

Essa família, em particular, desenvolveu algumas estratégias para lidar com os nativos. No caso de Augusto Avelar, assim como João Francisco, buscou aprender a língua dos autóctones para interagir melhor com eles. Pelo relato, não é possível afirmar se ele aprendeu apenas a língua dos Guarani, dos Kaingang ou de ambas. De qualquer forma, essa tática funcionou para proteger sua família das reações dos indígenas. Com a aceleração do avanço sobre os territórios indígenas no final do século XIX, os Guarani Nhandewa e Kaiowá foram empurrados para a região sul de Santo Antônio da Platina. A partir disso, o capitão França realizou a “doação” de parte de suas terras aos nativos (doou a própria terra dos indígenas!), dando “início” ao que é hoje o Território Indígena do Pinhalzinho.

No livro da memorialista Helena Ribeiro de Proença (2012), sobre a história do

município de Carlópolis, também é possível captar algumas representações acerca da presença das populações indígenas no processo de conquista do nordeste paranaense. Os Kaingang não são mencionados diretamente; quem assume a categoria de indígena “selvagem” são os Guarani. No capítulo *Os Pioneiros – Origem*, a autora contextualiza o seguinte:

No final do século XIX, entre 1870 a 1880, numa aldeia chamada de Aldeia dos Índios – por haver uma tribo de índios guaranis selvagens, mais tarde Bairro dos Pinto, após a pacificação dos índios –, desta aldeia vários nomes se sucederam: povoado de São Bom Jesus, Bairro dos Pinto, Murzilhos e, atualmente, Nova Brasília (Proença, 2012, p. 9).

Sobre o estabelecimento dos “pioneiros” no local:

Foi muito difícil aos primeiros moradores passar e se estabelecer nesse local, pois, além dos índios selvagens perigosos e bravos, as matas eram cerradas e cheias de animais ferozes. *Os índios se achavam donos da terra em que viviam, onde plantavam e colhiam seus alimentos* (2012, p. 10, grifos nosso).

A afirmação da autora que “(...) os índios se achavam donos da terra (...)” (p. 10) revela contradição, considerando que os primeiros habitantes dessa região eram as populações indígenas (Carsten, 2012). Além disso, a autora mostrou que, para além das relações conflituosas entre indígenas e colonos, esse empreendimento se tratou de um projeto de conquista, retratando os “pioneiros” como heróis do avanço colonizatório:

Esses heróis, por certo, deixaram seus descendentes como os primeiros habitantes na aldeia. Abrindo trilhos no meio das matas à foice, facão, machado, enxadão, enxada e conquistando os bugres, iniciam a armação de ranchos em taperas, quiosques feitos de palmito (madeira nativa da região) e de barro – amarrados por cipós, cobertos de sapê e folhas de paineiras.

Com alguns índios ainda rebeldes, os aventureiros foram conquistando-os por trocas de presentes como fumo, bebidas e alimentos trazidos pelos tropeiros (...) (Proença, 2012, p. 10).

Além disso, a memorialista mostrou os resultados desses contatos. Assim como no livro *Santo Antônio da Platina* (1994), os indígenas “(...) foram [se] dispersando aos poucos, uns à beira do rio Itararé e outros pelo rio Cinzas (...)” e retoma ressaltando que “uns poucos mais civilizados viviam aqui, acolá e à beira do rio Laranjinha, ora na próxima cidade de Ribeirão do Pinhal ou em Jundiá do Sul,

onde permaneceram por vários anos” (2012, p. 10).

Esse livro não chega a narrar episódios de expulsão de colonos ou casos de massacres, como ocorre no livro *Santo Antônio da Platina* (1994). Contudo, por um lado, demonstra como os indígenas foram “empurrados” dessa região ou expropriados de seus territórios; por outro, mostra como tiveram um papel importante no processo de formação do município de Carlópolis – um fato que é desconsiderado por muitos memorialistas ao tratar da formação de seus lugares. Segundo a autora:

Na vila em formação ainda havia lugares indígenas às margens dos rios, aproximando-os dos moradores da vila. Com isso, aos poucos iam se adaptando uns aos outros e os índios mais pacíficos serviam de guias aos novos moradores. E, em troca de informações e orientações sobre a terra, os rios e os animais perigosos, *estes davam aos nativos presentes como bebidas, fumo, armas de fogo e outros objetos desconhecidos por eles.*

Os indígenas não tinham morada fixa e viviam pelas matas e beira dos rios à procura de caça, pesca e alimento vegetal. Eram locais que conheciam e sabiam de tudo quanto havia na região.

(...) A Vila Jaboticabal, com grande número de casas e habitantes, impeliu os indígenas que restaram à procura de novas margens no rio Laranjinha, onde mais tarde foi fundada a cidade Ribeirão do Pinhal. *Alguns permaneceram na vila, já civilizados e com amizades, trabalhando na fabricação de objetos indígenas de madeira, barro, pedras, etc.* Fabricavam muitos utensílios domésticos e móveis, tais como painéis de barro, potes, cestos, bancos, conchas, colheres, pás, cestos de taquara, pilões, peneiras e redes de taquara, cuias de coco e porunga, cavos de taquara.

(...) Por longos anos os índios conviveram em harmonia com a população, uns servido aos outros. *Viviam aprendendo e ensinando. Os moradores aprendiam com os índios sobre a alimentação de verduras nativas, frutas e mel: tubérculos, inhame, mangarito, mandioca, etc.* (Proença, 2012, p. 15-17, grifos nosso).

Nesse contexto, os colonos adotaram a prática de doação de presentes como bebidas, armas de fogo e outros objetos, para ganhar a confiança dos indígenas. Em troca, os indígenas forneciam informações para os colonos, atuando como guias sobre os lugares perigosos do “sertão bruto”. Dessa forma, eles encontraram uma maneira de conseguir bonificações daqueles colonos.

Alguns indígenas também ajudaram na construção da cidade, tendo um papel ativo no cotidiano da comunidade. Outros mantiveram suas práticas culturais (como a fabricação de potes, cestarias etc.), utilizando esse conhecimento originário para sobreviver naquela sociedade. Por sua vez, os novos moradores tiveram que aprender alguns hábitos alimentares com os nativos, como o consumo de “(...) verduras nativas, frutas e mel: tubérculos, inhame, mangarito, mandioca, etc.” (Proença, 2012, p. 17).

### 2.3 COLONOS, JAGUNÇOS, BUGREIROS E POPULAÇÕES INDÍGENAS: CONFLITOS E RESISTÊNCIAS ATRAVÉS DOS JORNAIS DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

*“A emigração espontânea de coroados, fugindo dos territórios de S. Paulo, é a melhor solução para a final conquista do sertão, pondo termo pacífico a uma guerra que há longos annos reinava entre elles e os nossos pioneiros da cultura” (OP, 18/07/1908, p. 7).*

No final do século XIX e início do XX, percebe-se como a promulgação Lei de Terras de 1850<sup>69</sup> surtiu efeitos no nordeste do Paraná, ao gerar conflitos entre aqueles que buscavam reivindicar sua propriedade (por meios legais ou grilada) e aqueles que não estavam enquadrados na mesma lógica de propriedade que a sociedade nacional (como os caboclo-posseiros, afrodescendentes e grupos indígenas). Além disso, esse espaço foi marcado pela expansão da estrada de ferro, mais especificamente com a chegada dos trilhos da Sorocabana em Ourinhos-SP no ano de 1908, resultando na intensificação dos conflitos entre os colonos e os Kaingang localizados entre o nordeste paranaense e São Paulo (OP, 18/07/1908, p. 7). Na primeira década do século XX, a conquista dos “pioneiros” não tinha se efetivado. Entretanto, os conflitos foram ampliados pela população nacional, tendo seu “fim” no ano de 1912.

Através da análise das fontes jornalísticas coletadas nos acervos digitais da Hemeroteca Digital da FBN e do Estadão, evidencia-se como esses conflitos se perpetuaram e teve seu “encerramento”. Contudo, vale destacar que os Kaingang continuaram realizando suas táticas de guerrilhas ao redor de Jacarezinho e Santo Antônio da Platina, enquanto os Guarani Nhandewa e Kaiowá, localizados em Tomazina, realizaram agenciamentos diplomáticos para garantir seus direitos à terra e à vida.

Para Nelson Werneck Sodré (1999), a passagem do século XIX para o XX constitui um marco importante na história da imprensa. É nesse período que a pequena imprensa transita para a grande imprensa, ou seja, onde “(...) pequenos jornais, de estruturas simples, as folhas tipográficas cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamentos gráfico (...)” (Sodré,

---

<sup>69</sup> Kimiye Tommasino observou que nesse período a “(...) a Lei de Terras surtiu seus efeitos e a expansão das frentes pioneiras sobre as terras indígenas e dos camponeses nacionais se fez pela implantação da propriedade privada (...)” (1995, p. 135).

1999, p. 275).<sup>70</sup> Essa transição, conforme o autor, está atrelada a ascensão da burguesia e às transformações econômicas do país, situando-se no que ele define como cenário “pré-capitalista”.<sup>71</sup>

A partir da expansão da imprensa, essa região começou a receber correspondentes de diferentes jornais, cujo propósito era informar os acontecimentos que depois eram noticiados em jornais do Paraná e de outros Estados. Em uma sociedade majoritariamente analfabeta, esses jornais buscavam atender às demandas da elite, particularmente interessada nas notícias – sobretudo à questão de terras – relacionadas à região em processo de formação. Isso explica, por exemplo, a publicação de dados estatísticos sobre o café e as notícias, na sessão *Pelos Municípios*, e sobre a vida social na cidade de Jacarezinho, nas colunas de *A República* (31/01/1905, p. 1; 23/03/1905, p. 2). Nesses textos, questões relacionadas à terra e ao café se tornam indispensáveis.

Por meio das notícias, seguindo o aspecto político, surgiram diferentes opiniões sobre relações entre as comunidades indígenas e os colonizadores. Para *O Paiz*, em matéria publicada em julho de 1908, a solução para acabar com os conflitos entre a sociedade nacional e os Kaingang, na fronteira entre São Paulo e Paraná, era o próprio massacre desse grupo étnico. Além das mortes, essa guerra resultaria na expulsão dos Kaingang de seu território para outras localidades, marcando, assim, a “final conquista do sertão” (OP, 18/07/1908, p. 7). Nesse sentido, como veremos adiante, o jornal *A República* adotou posição semelhante, colocando-se ao lado da “civilização” e tentando legitimar a violência praticada pelos colonos.

Por outro lado, em casos específicos, percebeu-se que os Guarani reconheciam o poder informativo da imprensa na época e a utilizava para pedir aos jornalistas que noticiassem suas mensagens. Destacam-se dois casos: o primeiro, protagonizado pelo capitão Joaquim Leme, chefe dos Guarani de Itaporanga; e o segundo, por Marcelino Rufino Je-piaju, liderança dos Guarani da Barra Grande (TI Pinhalzinho). O primeiro foi noticiado por *A Imprensa*, em que Joaquim Leme fez um

---

<sup>70</sup> Isso não quer dizer que a imprensa artesanal deixou de existir, mas determinados segmentos da imprensa começaram a tomar uma determinada dimensão atrelada ao sistema econômico, ao que Werneck Sodré define como estágio “pré-capitalista”, atuando como uma espécie de empresa modernizada.

<sup>71</sup> Torna-se necessário enfatizar que a classifica o desse período como “pré-capitalista”, foi alvo de inúmeras discussões, como da pesquisadora Maria Sílvia de Carvalho Franco (1978), que considera que a organiza o social do trabalho ocorre em moldes capitalistas desde o período colonial. Ver: FRANCO, M. S. C. Organiza o social do trabalho no período colonial. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 8, p. 1–45, 1978.

pedido para que reproduzissem sua mensagem para os índios Guarani de Itaporanga, informando que ele se encontrava em boas condições na capital. Já o segundo caso diz respeito a um telegrama escrito por Je-piaju, em 1909, e enviado ao *Correio da Manhã* (RJ), no qual denunciava o massacre perpetrado pelos colonos contra os Kaingang e tentativa de cometer o mesmo com povo Guarani.

A utilização da imprensa pelos indígenas para a veiculação de suas mensagens reflete sua agência e a busca para chamar a atenção da sociedade nacional e a manifestação da sua (re)existência. Portanto, utilizaram os jornais para demonstrar que não eram sujeitos invisíveis. Pelo contrário, estavam presentes na política e na luta pela garantia de seus territórios.

No final da década de 1870, contexto em que os Kaingang estavam lutando para expulsar os colonos que buscavam se estabelecer na margem do rio das Cinzas (Crespo *et al.*, 1994), os índios Guarani foram à capital da província resolver algumas questões. Conforme a notícia do *Diário de São Paulo*, eles pediam “(...) ao governo que lhes distribua alguns lotes de terra nos arredores da capital, visto que nada possuem e desejão [sic] trabalhar” (DSP, 08/01/1878, p. 2). No dia seguinte, essa notícia foi reproduzida na primeira página do *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, e, nesse caso, há algo que chama a atenção desses dois jornais: “eis aqui um facto bem curioso. Os descendentes dos primeiros proprietários d’este novo mundo a mendigar alguns palmos de terra!” (GN, 09/01/1878, p. 1).<sup>72</sup> Os jornais não expressam o motivo do pedido dos Guarani; todavia, presume-se que eles queriam terras próximas à capital devido à hostilidade do avanço colonizatório, à presença dos Kaingang que estavam dominando a margem do rio das Cinzas e ao difícil caminho que eles precisavam percorrer até o Rio de Janeiro, considerando que, majoritariamente, essa rota era feita a pé. Se seus territórios estivessem localizados próximos à capital, seria mais fácil para negociar com os administradores da Província. Contudo, como será demonstrado na notícia seguinte, esse pedido não foi atendido e os Guarani continuaram na região entre Tomazina e São João Batista do Rio Verde (atual Itaporanga).

Anos depois, O *Jornal do Brasil* publicou uma notícia em 26 de agosto de 1899 sobre um conflito que envolveu os Guarani do S. João Batista do Rio Verde e um proprietário conhecido popularmente como *Brazinho*. Este, por sua vez, visava

---

<sup>72</sup> Essa notícia também foi reproduzida pelo *Jornal do Recife* de Pernambuco, em 15/01/1878, na primeira página.

desalojar os indígenas, com a justificativa de que aquela região era sua propriedade. O capitão Joaquim Leme, chefe dos Guarani, resolveu juntar algumas pessoas do território para resolver com o Presidente do Estado de São Paulo – na época, coronel Fernando Prestes. Chegando lá, Joaquim Leme foi informado de que o coronel se encontrava enfermo, então decidiu ir à capital resolver com o *papae grande*. Ao chegar ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, foram encaminhados para o *Chefe de Polícia* e hospedados na *repartição de polícia* (JB, 26/08/1899, p. 2).

No mesmo dia, Joaquim Lemes foi entrevistado pela *A Imprensa*:

O fim da viagem dos índios é o seguinte: um grupo de indivíduos, capitaneados por “Fuão Brazinho” [ilegível], procura apossar-se de suas terras, em parte cultivadas. A esse respeito o capitão Leme, que se expressa bem em português, disse ao nosso repórter: “*não quero fazer barulho; querem tomar nossas terras e nossas casas; vim procurar o Pa-Grande (presidente da República) e se elle não me auxiliar, volto, armo a minha gente e nos defendemos*”.

Continuando na sua voz dolente e forte, disse o capitão: “*peço aos homens de imprensa, noticiem a nossa chegada, para que as nossas famílias saibam que gozamos saúde. Entre nós vive um padre, que lê os jornaes para ouvirmos*” (AI, 26/08/1899, p. 2, grifos nosso).

O presidente, que na época era Campos Salles, não atendeu pessoalmente o chefe Joaquim Leme, deixando essa responsabilidade para a *repartição de polícia*. Além disso, o jornal *A Imprensa*, forneceu um dado importante sobre os Guarani dessa região que, nessa época, contabilizavam cerca de 400 pessoas e estabeleciam redes de comércio com os colonos daquela localidade.

Enquanto os Guarani tentavam negociar com o governo sobre a garantia de segurança em suas terras e solicitavam mais ferramentas para a lavoura, os Kaingang continuavam na guerra contra os colonos na margem do rio das Cinzas. Segundo a notícia de *A República* (31/10/1904, p. 2), “(...) os índios coroados que infestam a margem do rio das Cinzas, acabam de assassinar 4 indivíduos e ferir gravemente uma mulher e uma criança de anno e meio”.

Quatro anos depois, em abril de 1908, os jornais *A República* e o *Diário da Tarde* veicularam outros conflitos envolvendo os Kaingang e os colonos. A notícia relatava a ocorrência de dois *assaltos* ou ataques por parte dos indígenas, sendo o primeiro datado de 17 de março, na localidade conhecida como *Gabiroba*, e o segundo em 26 de março, no local denominado *Ribeirão Bonito*. O primeiro incidente resultou na destruição de várias habitações e na morte de animais pertencentes aos colonos.

Diz o referido viajante que apesar da população jacarezinhense estar alarmada por motivo do assalto dos índios no dia 17, á residencia dos lavradores Tiburcio Firmino e Pedro Marcelino no bairro do Guabiropa, sendo que com dificuldade conseguiram escapar ás garras dos malfeitores que na sua ausencia queimaram casas e mataram diversos animaes (...) (AR, 02/04/1908, p. 1).

Sobre o segundo “assalto”, informava-se o seguinte:

(...) No dia 26 pelas 10 e ½ horas da manhã veio mais enlutada ainda a noticia de novo assalto no lugar denominado Ribeirão Bonito na casa de Joaquim da Silva Reis, do qual resultou ser morto um menino de nome Sebastião, filho de Elidia Maria da Conceição que tinha ha dous dias passados cedido seu filho para companheiro de Manoel Luiz quando este ia trabalhar em casa de Joaquim da Silva Reis (AR, 02/04/1908, p. 1).

E o *Diário da Tarde*, na primeira página, destacava que:

(...) ahi incendiaram duas casas, praticaram actos de terrível barbarismo, flecharam diversas criações, etc. Não satisfeitos, puzeram-se a perseguir os moradores, que, para escapar á morte, tiveram que se refugiar em esconderijos, pelos mattos (DT, 08/04/1908, p. 1).

Dada essa situação, a atmosfera que predominava era de conflitos e hostilidades. Tanto é que um indivíduo chamado Manoel Luiz, cujo relato foi registrado pelo jornal *A República*, tomou a iniciativa de se dirigir à freguesia de Santo Antônio da Platina com o propósito de mobilizar a população local. Sua intenção era organizar uma caravana, juntamente com a população local e o subcomissário de polícia, com o objetivo de exterminar os Kaingang.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Nos relatos do livro *Santo Antônio da Platina* (1994), os Kaingang são conhecidos como Caingangues ou, pejorativamente, Coroados. Nos jornais, são chamados de Guaianá, Choclés, Xoclés etc. A nomenclatura Kaingang é genérica, considerando que há subgrupos com aspectos linguísticos, culturais e estéticos semelhantes que se enquadram nesse grupo-étnico, sendo conhecidos de maneiras distintas. Conforme Telemaco Borba (1904) em *Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná*, “(...) os que aldearam no Jatahy chaman-se [sic] ‘Kaingangues-pê’, isto é, Kaingangues legítimos, verdadeiros; mas, entre elles distinguem-se em Camés, Cayurucrés e Kaingangues. OS que habitam nas immediações de Guarapuava e Palmas chamam-se Camés. Os da zona compreendida entre os rios Piquiri e Iguassu Xocrés, e os da margem direita do Paranapanema ‘Nhakfáteitei’. Entretanto, falam todos a mesma língua, usam as mesmas armas e utensílios e têm os mesmos costumes” (Borba, 1904, p. 54 *apud* Mota, 2004, p. 4). Já Kimiye Tommasino (1995) afirma que os votorões, dorins, camés, socrens etc., são subgrupos que constituem uma unidade social maior, ou seja, os Kaingang (1995, p. 118). Nessa dissertação, utilizaremos a denominação Kaingang para definir os grupos Jê que estavam nessa região. Possivelmente, os “Choclés” ou “Guaianá” poderiam ser subgrupos que constituíam essa unidade maior. Para uma discussão mais aprofundada sobre a nomenclatura Kaingang na literatura antropológica, linguística e histórica, ver: MOTA, L. T. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. *In*: TOMMASINO, K; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina,

O proprio chegou a Santo Antônio da Platina às 5 horas da tarde do mesmo dia e levou o facto ao conhecimento do 1º suplente do sub-commissario de policia e este com a maxima brevidade convidou diversas pessoas a sahirem incontinenti ao encalço dos índios e em garantia da pobre familia que se achava sitiada.

(...) Às 5 horas da manhã seguiram trinta homens bem armados pela matta virgem, encontrando logo o rasto dos selvagens.

O pratico da caravana dividiu esta em duas secções, uma seguindo á frente e collocando-se na barranca direita do rio das Cinzas, ponto em que deveriam passar os índios pelos vestigios da batida. Na barranca direita do rio a segunda turma poude com alguma dificuldade alcançar os selvagens, no momento justamente em que estes atacavam de surpresa a 1º turma, travando-se então renhido combate entre as duas turmas e os índios mettidos entre dois fogos.

No encontro ficaram gravemente feridos Leopoldino Veado, chefe da caravana, com uma frechada sobre o peito, e alguns índios (AR, 02/04/1908, p. 1).

O desfecho do confronto resultou na evacuação da população daquela localidade. Os relatos disponíveis evidenciam as táticas de guerrilha empregadas pelos Kaingang em resposta ao avanço dos colonizadores e à invasão (ou apropriação) de suas terras. Entre essas ações, destacam-se o abate de animais, o assassinato de pessoas, a incineração de habitações e, conforme mencionado na citação anterior, ataques-surpresa, que resultaram na evacuação dos colonos. No entanto, o conflito se intensificou e se tornou ainda mais trágico um ano depois.

Em 12 de março de 1909, o jornal *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro publicou um artigo intitulado *Massacre de índios: uma representação ao Governo*. O propósito manifesto desse documento era encaminhá-lo ao Governo, com o intuito de apresentar uma denúncia formal sobre o massacre ocorrido, visando a necessária intervenção governamental. O autor desse documento foi Marcelino Rufino Je-piaju, como mencionado anteriormente, que na época desempenhava a função de articulador político e liderança dos índios Guarani Nhandewa estabelecidos na região da Barra Grande. Conforme as descrições fornecidas por Je-piaju:

O facto, cuja synthese passo a fazer, constitue uma inacreditável hecatombe, na qual as aguas de um rio brasileiro transformam-se em sangue de indefesos e innocentes índios!

Em terras devolutas, á margem esquerda do rio da Cinza, no município de Ourinhos, Estado do Paraná, o cidadão Leopoldino Veado plantou uma roça de milho, em frente ao arraial de Santo Antonio da Platina. No mez de março do corrente anno, dois índios da tribu não civilizada dos choklens saíram do matto, no aceiro dessa roça. Nessa ocasião Leopoldo Veado divizou-os e, acto continuo,

apontou a carabina alvejando um dos selvagens. Vendo o companheiro em imminente risco de vida, sem uma causa que justificasse a atitude de Leopoldino, o outro selvagem tomou do arco e aguardou os acontecimentos, com a flecha dirigida para o peito do agressor do seu companheiro. De repente ouviu-se um tiro e, só depois da detonação rápida, partiu a flecha do arco.

O índio choklen morreu instantaneamente; Leopoldino fôra mortalmente ferido. Conseguindo arrastar-se até a casa, Leopoldino exhalou o ultimo alento pedindo vingança. *Reunido o povo, encobertamente dirigido pelas autoridades locais, resolveu-se pedir aos índios guaranys que se fizessem em pé de guerra e marchassem contra a tribu dos choklens, que devia ser completamente exterminada. A recusa foi imediata: os guaranys negaram-se a fazer jorrar o sangue de seus irmãos, embora seus inimigos.*

Recebida com ódio a recusa, marchou o povo civilizado de Ourinhos contra a tribu dos choklens, que inesperadamente foi cercada e agredida a bala e chumbo. Effectuou-se a horrosa carnificina. Mais de duzentas victimas! Toda a tribu dos choklens foi exterminada, não se poupando mesmo a vida de innocentes creancinhas e de pobres velhas.

Realizada a barbara e indescriptivel hecatombe, reuniu-se de novo o povo de Ourinhos e *decretou também o extermínio da tribu dos guaranys, sob pretexto de se ter negado a praticar a atrocidade que lhe fôra exigida, mas na realidade para despojal-a das terras tão avidamente cubiçadas desde muito tempo (...)* (CM, 13/03/1909, p. 3, grifos nosso).

De acordo com o relato, o incidente começou com a invasão de terras por parte do Leopoldino Veado,<sup>74</sup> que decidiu iniciar o cultivo de milho no território dos Kaingang, causando possível descontentamento entre os membros desse grupo étnico. A desavença culminou na trágica morte de um indígena, vítima de um disparo de carabina efetuado por Leopoldino Veado. Em retaliação, outro Kaingang revidou com uma flechada que atingiu o peito de Leopoldino Veado. Ferido e debilitado, Leopoldino Veado buscou ajuda no povoado e, como no caso de 1908, reuniu autoridades locais e outros indivíduos para organizar outra caravana contra os indígenas. Dessa vez, os habitantes de Santo Antônio da Platina pediram o apoio dos Guarani para que se unissem à caçada; no entanto, o convite foi recusado por este povo, apesar de serem rivais históricos dos Kaingang.

É importante destacar que o incidente ocorreu em *terras devolutas*, por conseguinte não eram reconhecidas legitimamente como posse dos povos originários que as habitavam e nem dos colonos, mas sim como propriedade do governo. Embora os Kaingang ocupassem aquele território historicamente, eles não eram legalmente

---

<sup>74</sup> Nota-se, novamente, a presença desse personagem, Leopoldino Veado, que foi um dos responsáveis pela organização da caravana para a perseguição aos índios Kaingang em 1908.

reconhecidos como seus detentores.<sup>75</sup> Isso criava um contexto em que a prática de Leopoldino Veado de plantar milho em seu espaço era percebida pelos Kaingang como uma afronta, desencadeando no conflito.

Além da primeira versão (jornalística), o caso foi relatado em outras duas produções. A segunda ocorreu no livro de memórias *Santo Antônio da Platina* (1994), no qual foi apresentado um equívoco cronológico sobre a data do acontecimento. Conforme o relato dos familiares, “em 1808 [sic] foi morto Leopoldino José Brizola que fora chamado para dar combate aos índios que haviam matado uma criança”. Contudo, no conflito “(...) Leopoldino levou uma flechada que *segundo contam* seria fatal, mas devido à sua resistência ficou no leito de morte por 14 dias” (Crespo *et al.*, 1994, p. 52, grifos nosso).

A terceira versão reflete a perspectiva dos índios Guarani, narrada pelo etnólogo Curt Nimuendajú após ouvi-los, e apresenta algumas semelhanças (na data) com a perspectiva do jornal. Entretanto, o conflito teria acontecido por outro motivo: Leopoldino Veado atirou nos índios Kaingang após pegarem algumas espigas de milho de sua fazenda. Nimuendajú ressaltou que “inicialmente os Coroados não haviam feito investidas no rio das Cinzas, até que um belo dia os afugentou, a tiros de espingardas, um brasileiro [Leopoldino Veado] em cujo paiol estavam tentando roubar milho (...)” (Nimuendajú, 2013, p. 320).

A recusa apresentada por Je-piaju reflete a relutância dos Guarani em formar qualquer tipo de aliança com os colonizadores para enfrentar os Kaingang, pois não queriam seguir o exemplo das ações violentas dos colonos. Mesmo assim, a sociedade “civilizada” se uniu contra os Kaingang, promovendo a morte de diversas pessoas, incluindo crianças e idosos, como relatado na representação. Após o incidente, os colonos expressaram o desejo de eliminar os Guarani devido à sua recusa em participar da empreitada, o que forçou Je-piaju a buscar auxílio do Governo para solicitar a proteção adequada.

Possivelmente como consequência da correspondência escrita por Marcelino Je-piaju e difundida nos principais jornais da época, nesse mesmo período, foi decretada a Lei N° 853, de 22 de março de 1909, que, em seu primeiro artigo, incumbia o governo a “(...) medir e demarcar as áreas de terras reservadas em tempo

---

<sup>75</sup> Conforme destacado por Novak & Mota, o conceito de terra devoluta assegurado pela Lei de Terras de 1850 omitia do “(...) texto constitucional o legítimo direito dos povos indígenas sobre as áreas que habitavam (...)” (Novak & Mota, 2016, p. 78).

aos índios, em vários pontos do Estado, por Decreto do Executivo” (AR, 24/03/1909). Além disso, em uma reunião na Assembleia Legislativa do Paraná, sobre o projeto, o deputado Romário Martins fez o seguinte pedido:

Na comarca de Guarapuava, [demarcar] duas áreas de idênticas proporções, uma entre os rios Pipiry e Ivahy, outra entre o Ivahy e o Tibagy, a primeira para os guaranys e a segunda para os coroados; e *finalmente, ainda para os guaranys, área igual em Thomazina.*

*Estes últimos índios acabam de ser perseguidos por pessoas que se dizem proprietárias das terras em que elles habita. Não sei se com razão ou sem ella; mas o que é certo é que essa perseguição foi ao ponto de se tornar a mais barbara e cruel* (OP, 23/03/1909, p. 4, grifos nosso).

O paranista e deputado Romário Martins tinha conhecimento sobre o que estava acontecendo nessa região, além de ter relações com Marcelino Je-piaju – como será demonstrado posteriormente. Reconhecia que, além da garantia de terras, os Guarani deveriam receber o ensino prático, visando “incorporar” ou “assimilar” os indígenas à “civilização”. Entretanto, o deputado não menciona a questão dos conflitos entre os Kaingang e os colonos e, da mesma forma, não propõe medidas legais para a demarcação de terras para esse grupo étnico, nem restrições sobre os avanços da frente de colonização, como forma de amenizar os conflitos territoriais.

Dois anos após o episódio, essa região voltou a chamar a atenção dos jornais brasileiros devido a novos massacres contra os Kaingang.<sup>76</sup> Em comparação com o acontecimento anterior, onde a mobilização partiu das autoridades e da população local, esse massacre foi perpetrado por indivíduos conhecidos como “bugreiros”, ou seja, pessoas que eram consideradas “especialistas” em caçar indígenas categorizados como “bravos”, ou, no linguajar pejorativo, “bugres”. Geralmente, esse tipo de trabalho era encomendado por grandes fazendeiros com o propósito de “limpar” a área – ou por companhias ferroviárias ou colonizadoras (Ribeiro, 1985) –, visando liberar a terra para a produção agrícola e sua integração ao sistema capitalista de produção.

Diante dos diversos conflitos no território nacional, em 1910 foi criado o Serviço

---

<sup>76</sup> Alguns desses massacres, inclusive, chegaram a ser citados na tese de Kimiye Tommasino (1995). Apesar do objetivo do estudo e recorte espacial ser outro e os jornais serem utilizados como fonte complementar para a compreensão dos fatos, a autora afirma que: “no ano de 1911, de todos os conflitos entre colonizadores e índios, o massacre de Santo Antônio da Platina-Pr foi o que mais chamou a atenção da imprensa nacional como **O Paiz** (10/7; 24/7; 27/7; 28/7), **Do Amazonas** (25/7), **Jornal do Commercio** (25/7), **O Estado de São Paulo** (s/d), **Jornal do Brazil** (s/d) (...)” (Tommasino, 1995, p. 131).

de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN),<sup>77</sup> surgindo assim um novo mecanismo para mediar os conflitos entre grupos indígenas e população nacional. Mesmo com a criação desse serviço e dos Postos de Atração (em Jacarezinho, Barra do Jacaré e Cambará), os ataques continuaram. Um dos primeiros episódios foi registrado pelo jornal *Correio Paulistano*, em 26 de junho de 1911, que reproduziu um telegrama do inspetor Rabello, denunciando um massacre perpetrado pela população platinense contra os Guarani Kaiowá, ocorrido no dia 22 do mesmo mês. No telegrama, o inspetor solicita ajuda ao governo estadual. Conforme a matéria intitulada *Protecção aos selvícolas*:

Salto Grande do Paranapanema, 22 – Fui aqui recebido cavalheirescamente pelo engenheiro do prolongamento da Sorocabana, com quem estou nas melhores relações. Acabo de ter informações de uma horrorosa carnificina feita pelos moradores de Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná, nos índios cayuás do aldeamento do rio das Cinzas, por ocasião de uma batida organizada há dias. Esses índios, como sabeis, são de índole dócil e pacífica, e são os mesmos que estiveram em S. Paulo e foram por nós recebidos há três mezes. Fugindo da sanha dos miseráveis assassinos um pobre velho, já ferido, último sobrevivente, atirou-se à água, mas os bandidos, com incrível crueldade se enfileiraram na margem do rio, fuzilando com descarga o desgraçado índio. Faltam-me expressões para verberar tão monstruoso crime que, profundamente commovido vos communico, esperando dessa vez, da parte dos poderes públicos a necessária punição para honra da nossa civilização e em desaffronta da sociedade (...) (CP, 26/06/1911, p. 5).

Logo após a publicação dessa notícia, no dia seguinte, foram comunicadas as proporções que esse massacre alcançou:

(...) Prestando informações sobre o massacre de índios, ocorrido em Santo Antônio da Platina, o inspector de S. Paulo transmittiu á Directoria do Serviço de Protecção aos Índios o seguinte telegramma: “Na batida feita contra os índios chamados Guayanazes,<sup>78</sup>

<sup>77</sup> Esse mecanismo, surgido no contexto da Primeira República, tinha como objetivo supervisionar, realocar, e buscar a assimilação dos diversos grupos indígenas na sociedade nacional. Isso se materializou por meio do estabelecimento do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que, na época, foi inicialmente conhecido como Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN). De acordo com o artigo de Novak & Mota (2016), o referido serviço estava subordinado ao Ministério da Agricultura e Comércio, sendo instituído pela União por meio do Decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910 (2016, p. 79).

<sup>78</sup> A aparição dos Guaianás é, possivelmente, uma referência aos Kaingang, considerando que o etnônimo era, em muitos casos, utilizado para designar povos do tronco linguístico Macro-Jê. Exemplos disso podem ser observados no artigo de Benedito Preziosi (1998). Conforme o autor: “(...) o etnônimo *Guaianá* designou dois grupos distintos, ambos do tronco linguístico *macro-jê*: um, ligado a um grupo de coletor, vivendo na serra do Mar e que fazia parte de um complexo cultural, cujos remanescentes seriam os *Puri* e *Coroadó* do vale do Paraíba e sudeste de Minas; um outro ligado a um grupo horticultor

segundo informações de sertanejo, houve 15 mortos, de homens, mulheres e crianças, tomando parte no assalto cerca de 100 indivíduos, moradores em Santo Antonio da Platina.

Os cayuas habitam a mesma zona, confinando com as terras dos guayanazes na vertente do rio Laranjinha, afluente do rio Cinzas.

Sigo amanhã para Campos Novos e depois para o Platina, villa Paulista, onde se acham os organizadores da batida que consegui evitar em Rio do Peixe” (CP, 27/06/1911, p. 2).

No mês seguinte, foram noticiados os inquéritos realizados sobre esses massacres nos jornais *Diário da Tarde* do Paraná e *O Paiz* do Rio de Janeiro, ambas as publicações datadas de 24 de julho de 1911.

Com o título *Na região dos índios: rigoroso inquérito policial em Jacarésinho – Profanação de um cadáver – um morto insepulto – Massacre frustrado – Denúncia de 14 bugreiros – Creou-se um ponto de atracção e a inspeccoria de índios toma varias providencias*, foram apresentadas uma série de notícias, ao mesmo tempo em que, curiosamente, o nordeste do Paraná é reconhecido como a “região dos índios”. O artigo relata a atividade do SPILTN na localidade, bem como o minucioso inquérito conduzido a respeito de um “suposto” massacre.<sup>79</sup> O resultado disso foi:

Graças aos nobres esforços que as autoridades e a população de Jacarésinho empregaram para a elucidação dos factos criminosos, 14 bugreiros foram denunciados pelo integro dr. Freire, promotor publico da comarca, sendo de esperar que sejam condemnados, para edificante exemplo e regeneração de costumes (DT, 24/07/1911, p. 1).

Em outra matéria, intitulada *Tentativa e Massacre aos Indios*, publicada pelo *O Paiz*, foi fornecida uma explicação detalhada sobre o inquérito conduzido pelo SPILTN:

---

do Sul, ancestral dos atuais Kaingang” (Prezia, 1998, p. 155).

<sup>79</sup> Contextualizando sobre a atividade do SPILTN no nordeste do Paraná, o relatório do ano de 1912 expressou o seguinte: “Foram creados dois postos de concentração, um em Jacarésinho e outro em S. Jeronymo, em terras doadas aos indios pelo fallecido barão de Antonina. Já este ultimo posto foi, pelo decreto n. 8.911, de 30 de agosto de 1911, transformado numa povoação indígena, cujos trabalhos de construcção estão em grande adiantamento”. Sobre o caso dos Kaingang que estavam sofrendo a repressão da população local “(...) encontram-se amontoados, como animaes perseguidos, nas mattas comprehendidas entre os rios das Cinzas e Laranjinhãs”. Sobre o inquérito realizado contra os bugreiros, o SPILTN tomou algumas providências, sendo assim: “a defesa do índio, mediante a punição das violencias que soffre, foi, com solicito cuidado, emprehendida onde quer que houvesse necessidade de affirmar-a. Foram assim instaurados dois inqueritos para apurar responsabilidades em denunciados massacres de indios. O primeiro occorreu em Santo Antonio da Platina, e nelle ficou provado que uma turma de bugreiros, em numero de 12, organizada por um abastado fazendeiro do logar, andou, durante cinco dias, pelas mattas que ficam á margem esquerda do rio das Cinzas, em perseguição feroz aos kaingangs, que naquelle trecho, e há longos annos, sustentam com seus algozes uma lucta tão valorosa quanto trágica” (SPILTN, 1912, p. 142-143). Um detalhe curioso é que, tanto no relatório como nos jornais, não foram apontados diretamente sobre quem é o fazendeiro que contratou os bugreiros.

Ficou apurado que quatorze indivíduos armados, se dirigiram, de Santo Antonio da Platina, ás mattas onde vivem os índios “coroados”, com o proposito deliberado de massacrar-os, tendo a sinistra expedição se demorado cinco dias nas suas correrias, dando descargas contra os infelizes selvícolas.

Nisso, devido á falta de alimento, deixaram de proseguir nos seus perversos intuitos.

Em plena matta virgem foi encontrado o cadáver insepulto de uma índia, em adiantado estado de putrefacção.

Affirmam algumas testemunhas que se trata de uma índia que morrera de typho-malaria, moléstia reinante nos referidos rios. Mas não é de duvidar que seria uma victima dos terríveis ‘bugreiros’, ora processados.

A população da cidade de Jacarézinho mostra-se indignada com a perseguição aos índios, tendo dispensado delicado acolhimento aos funcionarios do referido serviço, e ao advogado constituído para promover o inquérito. Idêntico acolhimento tiveram por parte de todas as autoridades locais, inclusive o juiz de direito, Dr. Arthur Heraclito Gomes e o promotor publico, Dr. José Manoel Freire. Mas os mercadores das proximidades das mattas dos índios, mostram-se inimigos rancorosos dos infelizes selvícolas, de quem querer usurpar as suas terras. É o mesmo caso da Noroeste aqui em S. Paulo.

Querem, a todo transe, desalojar os índios, porém estes defendem heroicamente a posse secular de suas Heresias. Lá, como aqui, são os valentes ‘coroados’, índios fortes e inteligentes (...).

Os pretensos ‘civilizados’ esbulham-os das suas terras, empregando a bala e elles revidam, legitimamente, empregando as flechas. Tal é a antiga lucta, da qual tem resultado não poucas victimas de ambos os lados.

Os ‘coroados’ não cedem e os sertanejos, teimosos e mãos, insistem em perseguir os pobres filhos das selvas, que são os mais victimados pela crueldade dos seus aggressores.

Mas essa lucta precisa ter um termo, para honra de nossa civilização; e estamos certos de que o governo federal, a quem está affecto o serviço de protecção aos índios, saberá agir com todo o critério e energia (OP, 24/07/1911, p. 6).

A relação conflituosa entre os Kaingang e os colonos, apesar das últimas ocorrências, é contínua. No entanto, no caso desse massacre, não é possível estimar o número de vítimas. Ficou apurado que foi encontrado o cadáver de uma mulher indígena na mata, levantando a suspeita se a causa da morte estava relacionada aos conflitos ou a uma doença. Quanto ao responsável por contratar os serviços dos bugreiros, essa informação não é fornecida e permanece envolta em certo “mistério”.

Em 1912, o jornal paranaense *Diário da Tarde* registrou mais um caso de violência contra as populações indígenas. Mesmo com a intervenção do SPILT, o território de Pinhalzinho, localizado entre Santo Antônio da Platina e Tomazina, estava sob ameaça. O Tenente João Barbosa Paraná e os índios Guarani Nhandewa e Kaiowá sofreram uma série de ataques, que foram reportados a partir do dia 5 de

janeiro. De acordo com as informações:

Atravessando já algumas enchentes, chegou hontem a esta o tenente João Barbosa Paraná, para de acordo com as autoridades desta, agir contra Egydio Leite que há muito tempo vem perturbando a vida pacifica dos pobres índios do aldeamento de “Pinhalzinho” deste termo, como já fez subtrahindo para si uma vacca e três porcos (cachaços) pertencentes aos índios e, ainda mais, apoderando-se a força bruta dos terrenos destinados ao plantio de canna de assucar para os índios; e ultimamente ameaçando com capangas, esbordoarem aos próprios selvícolas e suas mulheres, constituindo-se assim o terror dos pobres aborígenes e até hoje empune! (DT, 05/01/1912, p. 1).

Dezoito dias após o início dos confrontos, o jornal publicou uma atualização sobre o caso, demonstrando uma intensificação nos conflitos. A matéria, intitulada *Thomazina: no aldeamento dos índios de “Pinhalzinho”*, datada de 23 de janeiro de 1912,<sup>80</sup> relatou a formação de um grupo de “caboclos” armados, compostos por cerca de trinta homens, com o objetivo de expulsar o tenente João Barbosa Paraná do Pinhalzinho. O conflito teve origem após uma denúncia feita pelo próprio tenente contra Emygdio Leite, um indivíduo que liderava a expropriação dos Guarani Nhandewa e Kaiowá e o desmantelamento do território indígena. Conforme o relato:

O sr. Ananias com a sinceridade que o caracteriza, nos informou mais que antes de hontem aquelles facínoras deram uma descarga de mais de 60 tiros próximo ao aldeamento dos índios e continuam ameaçando a vida do tenente Paraná e promettendo destruírem engenho de canna e mais bemfeitorias construídas para os índios e atacarem estes, e, tudo pelo motivo de uma denuncia que, em virtude de instrução superiores, tenente Barbosa deu conta Emygdio Leite que, de há muito vem com capangagens perturbando a vida pacata daquelles pobres selvícolas, praticando furtos, ameaçando espancal-os, e apoderando-se dos campos de agricultura destinado aos índios.

Que o tenente Barbosa, que nosso informante julga estar sitiado, caira as antipathia daquelles descocados e maléficos caboclos que atribuem ao tenente Paraná o plano ou auctoria de uma futura

---

<sup>80</sup> Nesse período, Nestor Victor em suas impressões de viagens sobre o Paraná, no ano de 1913, destacou que nessa região o “(...) Serviço de Protecção aos Indios está organisando, por conta do Governo Federal, tres aldeamentos na zona: o Pilarzinho, o de Thomazina e o da Barra do Jacaré. Vieram outro dia noticias relativamente aos mesmos. O de Thomazina é habitado pro indios guaranys distribuidos por 88 familias. No Pilarzinho ha uma escola que já tinha 36 alumnos matriculados contando ella apenas 6 mezes de existência. A algumas leguas distantes do aldeamento, junto á margem do rio das Cinzas, vivem duas tribus bravias” (Victor, 1913, p. 68-69). Esse relato é importante para demonstrar como o poder tutelar estava estendendo seus tentáculos sobre os indígenas. Outra questão que chama a atenção é o destaque dado ao aldeamento da Barra do Jacaré. Possivelmente esse território era localizado entre os municípios de Cambará, Jacarezinho e a atual Barra do Jacaré. Se não há a existência desse território indígena na atualidade, a hipótese que surge é de que houve algum tipo de desmantelamento ou os indígenas abandonaram esse local para migrarem para outro, assim como a *Aldeia* de Santo Antônio da Platina. Enfim, fica a questão para o surgimento de novas pesquisas.

demarcação de área de terras para os índios, não crendo ser o mesmo o Fiscal do Posto de Protecção aos índios, competentemente nomeado para aquella zona e por isso julgam-n'o um obstaculo para poderem apoderarem-se dos terrenos onde vivem os aborígenes (DT, 23/01/1912, p. 1).

Conforme evidenciado na citação anterior, a violência não se limitava apenas à questão física, mas também atingia a dimensão psicológica e material. No aspecto psicológico, os “caboclos” contratados realizavam disparos de tiros próximo às habitações dos Guarani Nhandewa e Kaiowá, com o objetivo de impor o sentimento de medo – cientes de que o barulho do tiro servia como um instrumento para espantar os indígenas para outras localidades. Já na perspectiva material, cometiam furtos, destruíam os engenhos de cana-de-açúcar e as benfeitorias e apropriavam-se das terras designadas para os índios Guarani pelo legislativo do Governo Estadual, violando a Lei N° 853, de 22 de março de 1909. Além disso, os invasores suspeitavam que João Barbosa Paraná estava envolvido em um plano de demarcação de terras, visando expandir o território reservado a este grupo, portanto, sendo considerado como um “obstáculo” para os interesses dos grandes fazendeiros – tal como os indígenas –, ou seja, um empecilho à modernização e ao progresso.

Além de seu alcance regional, com a notícia sendo veiculada em Curitiba, o caso ganhou destaque em âmbito nacional, sendo relatado no jornal *O Paiz* (RJ), em 2 de fevereiro do mesmo ano (OP, 02/02/1912, p. 7), reproduzindo a mesma informação do periódico paranaense. Dois dias depois, o SPILTN emitiu uma manifestação a respeito do caso:

A inspeccoria do Serviço de Protecção aos Indios e Localizaçãõ de Trabalhadores Nacionaes, no estado do Paraná, tendo conhecimento, por uma correspondencia de Thomazina uma das folhas da capital, de que um bando de malfeitores tencionava desautorar o tenente João Barbosa Paraná, encarregado do posto de attracção de Jacarésinho; assaltar o aldeamento indígena do Pinhalzinho e destruir as bemfeitorias ali mandadas fazer pela inspeccoria, tomou enérgicas e promptas providencias, telegraphando ás autoridades de Thomazina, a quem pediu garantias para a vida e propriedade não só do seu encarregado, como também dos índios ali aldeados, afim de que se não consumasse um crime vergonhoso e revoltante. No mesmo sentido aquelle funcçionario entendeu-se com o Dr. chefe de policia, que affirmou-lhe ter pedido informações e determinada providencia. O inspector esteve no aldeamento do Pinhalzinho (OP, 04/02/1912, p. 5).

Em 14 de fevereiro de 1912, o jornal *Diário da Tarde* noticiou o desfecho do

conflito, após a intervenção das autoridades do SPILT e a diminuição das perseguições naquele momento:

De sua viagem ao aldeamento do Pinhalzinho, do município de Thomazina, regressou o sr. Inspector do Serviço de Protecção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, pelo sub-expreso de sabbado ultimo.

Aquelle funcionario que ali fôra afim de providenciar para que não fosse levado a effeito o brutal attentado planejado por malfeitores contra a vida e propriedade dos pobres selvícolas, conseguiu restabelecer a tranquillidade no animo dos selvagens que voltaram ao seu labor pacifico felizmente sem desgraças a lamentar, graças á prompta e energica intervenção da Inspectoria (DT, 14/02/1912, p. 1).

O período entre 1908-1912, ápice dos conflitos, marcou a conquista empreendida pela população nacional sobre os Kaingang, que buscaram com todas as suas forças impedir que invadissem suas terras na região do rio das Cinzas. Esse avanço seguiu para a região do rio Laranjinha, onde se encontravam outras comunidades Kaingang, o que estava preocupando os governantes, empresários e dirigentes do SPI. Conforme Kimiye Tommasino (1995):

O SPI iniciou várias tentativas de pacificação e aldeamento dos indígenas que tinham retornado à vida independente nas florestas ou que tinham se mantido isolados até então. Comparada com as experiências dos séculos XVIII e XIX, a invasão dos colonizadores no século XX nos Estados de São Paulo e Paraná equipara-se a uma avalanche sobre os territórios indígenas ainda não conquistados, principalmente dos anos 30 em diante (Tommasino, 1995, p. 135).

A exposição dos eventos conflituosos na região do rio das Cinzas e as questões relacionadas à luta histórica dos Kaingang e dos Guarani contra o avanço colonizatório abrem espaço para diversas reflexões. Através das publicações nos jornais da época, duas questões surgem: a intenção desses periódicos ao divulgar tais eventos e quem era seu público-alvo.

Através dessas notícias, podemos identificar a presença de dois grupos: o primeiro grupo, cujas ações resultaram nos massacres em nome do progresso econômico e interesse individual; e o segundo, composto por defensores da integração dos indígenas na sociedade. Possivelmente, o objetivo de algumas dessas matérias era sensibilizar a população nacional, especificamente sobre os casos envolvendo o genocídio da população indígena. A reprodução e circulação dessas notícias em diferentes localidades fora do estado paranaense explica o interesse

desses grupos pelos acontecimentos nessa região.

Além disso, é importante notar que diferentes grupos indígenas empregaram distintas formas de agências para defender seus interesses. No caso dos Kaingang, eles optavam por táticas de guerrilha. Essas ações podem ser mais compreendidas a partir dos relatos encontrados no jornal *A República PR* no ano de 1908, quando os Kaingang executaram essas táticas na região do rio das Cinzas,<sup>81</sup> e no livro memorialista *Santo Antônio da Platina* (1994).

Já os grupos Guarani Nhandewa e Kaiowá – como nos casos do capitão Leme e Je-piaju – optaram por táticas políticas, diplomáticas e jurídicas para lidarem com os avanços da frente de colonização e a invasão de seus territórios, além de utilizarem os periódicos como instrumentos de denúncias. Sobre o capitão Leme, os periódicos não fornecem muitas informações a seu respeito. Entretanto, sobre o Je-piaju, conseguimos reunir um conjunto de notícias que nos ajudaram a compreender suas ideias, sua origem, seus compromissos e a quantidade de viagens que fez antes da criação do SPILTN, o que nos permite relatar um pouco de sua trajetória política e intelectual enquanto liderança indígena do povo Guarani Nhandewa e Kaiowá no início do século XX.

#### 2.4 MARCELINO RUFINO JE-PIAJU

“O chefe é um caboclo claro, baixo, forte, de physionomia sympathica. Tem pouca barba. Fala portuguez correntemente, exprimindo-se com facilidade. O seu rosto é picado de marcas de bexiga. Chama-se Marcellino Rufino de Jé-Piajú” (Diário da Tarde, 23/04/1906, p. 1).

Marcelino Rufino Je-piaju, indígena do povo Guarani, chamou a atenção dos noticiários nacionais na primeira década do século XX, devido às suas longas viagens feitas à Curitiba e ao Rio de Janeiro, para divulgar suas ideias e reivindicações

---

<sup>81</sup> Sobre as táticas de guerrilha dos Kaingang envolvendo outros períodos e localidades no território paranaense, ver: MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2° ed. Maringá: Eduem, 2009. Em um estudo mais recente, pode-se observar a agência indígena no espaço onde se compreende o estado do Mato Grosso, como destacado no terceiro capítulo da dissertação de FERREIRA JÚNIOR, A. V. *Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso – século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

políticas. Em maio de 1901, foi nomeado para exercer o cargo de chefe dos Guarani localizados na margem esquerda do rio das Cinzas. Nesse período, Je-piaju foi convidado para exercer atividades relacionadas à produção intelectual, organizando o *Vocabulário Guarany-Portugues*<sup>82</sup> fornecida ao paranista Romário Martins. Na maioria dos jornais, Je-piaju é conhecido por saber ler, escrever e por ser eleitor, aspectos que representava sua “inserção” na “civilização” ocidental e seu reconhecimento como cidadão nacional. Segundo a notícia de *A República*:

Há dias estive nesta capital [Curitiba] e embarcou hoje em carro anexo ao trem do interior, uma tribo de indigenas guaranys á margem do Rio das Cinzas, ao norte do Estado.

Á tribo, que compõe-se de 14 pessoas, veio solicitar do dr. Governador a nomeação do bugre Marcellino Rufino Jipiá-Ju para o cargo de seu director, no que foi attendido pelo sr. dr. Secretario de Obras Publicas.

O dr. Governador do Estado mandou brindal-os com objectos de uso domestico.

Á tarde de hontem o capitão Jipiá-Ju, garbosamente fardado, percorreu com sua tribo diversas ruas da capital, vindo a esta redacção cumprimentar-nos.

Jipiá-Ju, auxiliado pelo nosso collega sr. Romario Martins, organizou um Vocabulario Guarany-Portugues, que será brevemente publicado. É um índio inteligente, e sabe ler e escrever perfeitamente o nosso idioma (AR, 31/05/1901, p. 2).

Em janeiro de 1905, Je-piaju voltou pela segunda vez à Curitiba. Desta vez, tinha ido para realizar uma denúncia sobre os ataques dos Kaingang e, por isso, estava buscando retornar para Tomazina (local em que já estavam estabelecidos). Nessa ocasião, os Guarani tentavam se estabelecer próximos aos territórios dos Kaingang, nas áreas entre Jacarezinho e Santo Antônio da Platina. Contudo:

As tabas de Gi-piá foram atacadas por índios bravios, que elle supõe serem chocrêns, e por tal motivo abandonadas pelos seus comandos, que fixaram residência no município de Thomazina.

Gi-piá-jú vem pedir ao governo que o remova para ali [Tomazina], no exercício das suas funções de director (AR, 11/01/1905, p. 2).

Cinco meses depois, Je-piaju voltou à Curitiba, acompanhado de 15 indígenas. Nessa ocasião, não foi para reclamar sobre a questão territorial em relação aos

---

<sup>82</sup> Em 1902 foi publicado no Almanach do Paraná, organizado pelo Romário Martins. O vocabulário organizado pelo Je-piaju está localizado na seção *Pátria Selvagem*, nas páginas 224-226. Entretanto, Romário Martins não forneceu nenhuma informação biográfica a respeito do autor do vocabulário. O Almanach está disponibilizado digitalmente na Hemeroteca da FBN e pode ser acessado no seguinte link: [https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/214752/per214752\\_1902\\_00005.pdf](https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/214752/per214752_1902_00005.pdf).

Kaingang, mas para pedir uma reserva de terras e providências contra a invasão de não indígenas nos territórios dos Guarani. Nesse contexto, os Guarani eram compostos por cerca de 400 pessoas e estavam cultivando milho, cana-de-açúcar, arroz, mandioca, feijão e realizando negociações com os tropeiros que passavam pela região de Tomazina. Segundo o jornal *A República* “(...) no anno passado a produção de arroz, alli vendida, foi de cem alqueires e a dos outros productos agrícolas também fartamente compensadora (...)” (AR, 23/06/1905). Entretanto, exclama o jornal:

(...) Mas... tudo tem um mas, que diabo! Os guaranys de Jipiá temem agora, não as feras dos sertões bravios, mas o ambicioso civilisado, o homem, o tigre das cidades, que ameaça a sua pequena propriedade territorial, como si o índio não tivesse o direito a um pedaço de chão, na Patria, onde outr’ora palmilhava heroica e victoriosa a nação Guarany (AR, 23/06/1905, p. 1).

Até 1905, para resolver as questões de terras, devido as invasões perpetradas pelos colonizadores, os conflitos com os Kaingang e o pedido de brindes e materiais para lavoura, Je-piaju recorreu ao Governo Estadual, precisando viajar de Tomazina até Curitiba. Em 1906, Je-piaju mudou sua rota, passando a frequentar a Capital Federal, no Rio de Janeiro, para tomar providências com o Presidente. Não sabemos, por meio dos jornais, qual foi o motivo preciso dessa mudança, mas, considerando que as invasões continuaram, pode-se presumir que isso ocorreu devido à má disposição do governo paranaense em lidar com as questões de terras na região em prol da causa indígena.

No dia 10 de abril de 1906, o ministro do interior, Joaquim José Seabra, foi surpreendido com uma visita de Marcelino Je-piaju, acompanhado de sua esposa Maria Cândida, seu sogro José Cândido e seu “tio” Pedro Baptista. O percurso dessa viagem (assim como as anteriores) foi feito a pé até São Paulo, durando três meses, onde obteve passagem de trem doada pelo governo para ir até a capital. Ao chegarem no Rio de Janeiro, foram hospedados na repartição policial – assim como o chefe Joaquim Leme no final do século XIX e os indígenas de outras etnias. Segundo a notícia do *Diário da Tarde* (PR):

[Je-piaju] Declarou ao sr. Seabra que vinha reclamar do governo as terras que estão occupando e que julga pertencerem a si e a seus companheiro accrescentando mais que nunca foram exploradas por extranhos.

Pediu que o governo lhe desse os instrumentos necessarios para a lavoura, assim como armas de caça e o fardamento de major,

posto que lhe foi concedido pela Sociedade Ethnographica de Curityba, pelo que voltará hoje novamente ao ministro do interior, afim de apresentar os documentos que possui (DT, 10/04/1906, p. 2).

Além de chamar a atenção do *Diário da Tarde* (PR), a visita de Je-piaju atraiu as atenções dos principais noticiários do Rio de Janeiro, como *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã*. No caso da *Gazeta de Notícias*, sabendo que Je-piaju dominava a língua portuguesa e parecia ser um exemplo de indígena que havia passado pelo processo de “civilização”, o jornal viu a oportunidade de estampar em sua capa uma matéria – sem consultar e entrevistar Je-piaju e familiares – sobre os indígenas recém-chegados à capital. Sobre a relação com os “civilizados”, o jornal retratou que “(...) Piajú, desde que se converteu á nossa civilisação, entrou logo a encarar-nos com a maior confiança e boa fé (...)” (GN, 15/04/1906, p. 1). Entretanto, a respeito da “civilidade”, houve algumas questões que chamaram a atenção desse jornal:

(...) as suas ambições são as mais modestas e limitam-se á posse dos seus campos cultivados, com seus gados e dos seus instrumentos de lavoura e para isso Jé-Piajú não pede que o isentem de direitos ou lhe façam obras do porto e a v e n i d a s [sic] na Barra Grande. Jé-Piajú nem ao menos pede uma estrada de ferro. Quer única e simplesmente os seus campos, os seus gados, os seus instrumentos de lavoura e... um fardamento preto.

Um fardamento preto! Todos nós admiramos com verdadeiro embevecimento [sic] os fardamentos de cores vistosas, as bombachas vermelhas, os alamares aurifulgentes, os penachos multicores, as espadas luzindo e faiscando e jamais olharíamos com entusiasmo bellico para um soldado que nos apparecesse sem esse aspecto. Consideramos isso uma transgressão das leis da guerra. Chefe Piajú, porém, já não pensa e nem sente do mesmo modo. Ao contrario de nós, adora um fardamento preto, e tendo de vir pedir armas e instrumentos agrícolas, não se esqueceu dessa fatiota severa que em Barra Grande constitue, ao que parece, o motivo da maior admiração e respeito á sua pessoa (GN, 15/04/1906, p. 1).

Os pedidos feitos por Je-piaju não eram modestos, como se refere o jornal. Tratava-se de garantir o território que estava sendo invadido pela população nacional, ou seja, uma luta pelo direito à vida de seu povo. Para Je-piaju não fazia sentido a construção de cidades ou estradas de ferro. Nesse segundo aspecto, possivelmente ele estava ciente sobre as chacinas e massacres causados pela construção de estradas ferroviárias em diferentes regiões do Brasil, especialmente na Sorocabana, que, naquele momento, estava chegando à cidade de Ourinhos.

Contudo, a indignação geral do jornal foi em relação às opções de vestimenta adotadas pelo Je-piaju. “Um fardamento preto!” exclamou o redator da *Gazeta de*

*Notícias*. Nessa perspectiva, Je-piaju não queria se vestir como os não indígenas; sua intenção não era seguir ou obedecer aos padrões estéticos propostos pela sociedade ocidental. Algo semelhante aconteceu com seus familiares e chamou a atenção do jornal. No caso de sua esposa, Maria Cândida, pediu um vestido preto, que seria usado para a Semana Santa. Já para o seu sogro e “tio”, o governo deveria, sugerindo a *Gazeta*, oferecer cargos de qualquer grau de oficial.

Além disso, a *Gazeta de Notícias* inventou uma história tentando demonstrar o “interesse” dos indígenas pela incorporação dos costumes da sociedade nacional, como no excerto a seguir:

Afinal mestre Piajú é um chefe completo. Ele entendeu á maravilha que devia conhecer a capital do seu paiz. Na sua taba, conversando intimamente com o sogro José Candido e com o tio Pedro Baptista, *certamente* elle disse muita vez:

- Isto não é maneira de governar, sempre aqui mettido percorrendo de sol a sol estas terras tão vastas e tão despovoadas, sem conhecer os seus limites, sem saber o que se passa lá fóra. Um chefe deve conhecer o seu povo e o seu paiz!

José Candido, educado nos velhos moldes abanou talvez a cabeça em signal de desapprovação e Pedro Baptista com medo da viagem tão longa e enfadonha aventaria:

- É arriscado, major. Emquanto você vai ao Rio pode-se tramar por aqui alguma revolta e você perder o logar.

Mas mestre Piajú serenamente confiando no seu povo, persistiu no seu projecto e foi pondo as cousas em ordem a que tudo corresse bem durante a sua longa ausência.

Só D. Maria Candida foi mais difficil de convencer. A viagem amendrontava-a, atravez dos sertões sem pousos, toda a pé e sem descanso.

- Para que, Piajú, quer você que eu vá ao Rio? Eu não vou fazer nada lá, não tenho roupas para apparecer e não estou acostumada a fazer essas viagens ao *estrangeiro*.

- Que tem isso? Até é bom. Assim você aprende e não fica bronca como as outras. Depois os *portuguezes* são gente muito amável.

- Mas é uma despeza enorme que você vai fazer.

- Que despeza? Então a tribu não dá para isso? Ora essa, sinhá Candida! Você até parece que não confia na minha administração!

- Eu não entendo disso e não digo nada. Mas penso que essa viagem vai ser um grande aborrecimento.

- Bem se vê que você nunca viajou!

(...) E agora considero como esta familia vae ficar mudada com alguns dias de residencia na capital. Barra Grande, para quem volta de *Paris*, ou mesmo do *Rio de Janeiro*, *não pode ser mais um logar digno de ser pisado por gente. O seu atraso material e a indolência do seu povo chegam a repugnar, de tão profundos*. Naquelles campos continuamente cobertos pela herva brava e pela floresta, esmagadoramente verde, as grandes ideias não podem encontrar terreno próprio. Todo atraso, todo abatimento e ignorância!

E Jé-Piajú desolado dirá para José Candido e Pedro Baptista:  
 - Que desolação e que raiva! Um povo que podia ser o primeiro do continente, senão do mundo, e que vegeta miseravelmente, mettido ainda nas suas tangas, sem arte, sem noções claras da vida moderna! Isto não é povo, é uma choldra!

E José Candido e Pedro Baptista, com vivas recordações do Rio luzindo-lhes nos olhos gulosos:

- *Tens razão, Piajú. Precisamos voltar para a capital, para aquella hospedagem tão agradável da policia central.*

E Piajú melancólico:

- *Ah! Que saudades tenho da Avenida do Jardim da Gloria, do Corpo de Bombeiros e do dr. Lauro Muller!* (GN, 15/04/1906, p. 1, grifos nosso).

Como mencionado anteriormente, esse diálogo foi construído a partir da perspectiva do redator. Uma das poucas informações fidedignas que podemos certificar-nos é sobre a finalidade da visita do Je-piaju e seus familiares: a questão das terras, invasões dos não indígenas e pedido de ferramentas para lavoura e outras bonificações. Nem mesmo chegaram a ser entrevistados pelo referido jornal. O objetivo da matéria foi criar a história de um indígena que, antes considerado “selvagem”, com o decorrer do tempo teria se tornado parte da “civilização” brasileira, algo como o “bom selvagem”. O cenário em que Je-piaju se encontrava era do Rio de Janeiro da Belle Époque, influenciada pelo estilo de vida parisiense. Sob a égide do modernismo, o redator da *Gazeta de Notícias* tentou criar uma narrativa onde o personagem central (Je-piaju) enfrentava uma “crise de identidade” após ter contato com a capital da época, sendo impactado pelos adereços de uma “vida moderna” ou “sofisticada”. No final do diálogo, os parentes de Je-piaju afirmam: “(...) tens razão, Piajú. Precisamos voltar para a capital, *para aquella hospedagem tão agradável da policia central*” (GN, 15/04/1906, p. 1, grifos nosso).

Dois meses depois, o *Correio da Manhã* publicou uma reportagem contestando a narrativa criada pela *Gazeta de Notícias*. A matéria, estampada na segunda página, foi intitulada como *Índios Guaranys, Cherentes e Caraós*, e tinha como objetivo explicar o motivo de alguns indígenas de diferentes etnias estarem na casa da Leolinda Daltro. Além disso, o redator Manoel Duarte, diferentemente do redator da *Gazeta de Notícias*, buscou entrevistar diretamente alguns indígenas que estavam naquela residência, permitindo que se soubesse um pouco sobre suas trajetórias e motivações.

Sobre o caso dos familiares de Je-piaju, a *Gazeta de Notícias* cometeu um erro ao se referir ao suposto “tio”, que na realidade era cunhado do Je-piaju. Além disso,

ao direcionar-se aos nomes de seus parentes, o redator se dirigiu aos nomes originários. Nesse caso, a Maria Cândida (esposa) se chamava Sapeá, o sogro era o Guariajú e o cunhado, Avaquem.

Outra questão importante é sobre a origem de Je-piaju. Conforme o entrevistador:

A historia de Jé-piajú, hoje sepé de sua tribu, é commovente e interessante.

No Rio Verde, confins do Estado de S. Paulo, nas cercanias de um logarejo hoje transformado na cidade de S. João de Itaporanga, situados numa ampla extensão de terras devolutas denominada *Geraes*, viviam outrora os Guarany, formando um aldeamento importante e prospero.

Si é certo que ninguém cuidava delles, tentando chamal-os á vida civilizada, nunca tambem os incommodaram em todo o período monarchico e nos primeiros annos do novo regimen.

Com os tempos, porém, multiplicaram-se as populações e com ellas as ambições desvairadas dos homens brancos, manifestadas numa sempre crescente e devastadora penetração pelos domínios dos aborígenes.

Estes, indefesos, sem meios de reagir, foram largando as lavouras e recuando de pouco em pouco para o deserto, tocados a ferro e fogo pela gente *civilizada*.

Ás vezes, quando alguns indigenas mais amorosos do seu prazo de terra, resistiam ás investidas, davam-se sangrentos combates em que a frécha, naquellas mãos já incertas dos Guarany, éra vencida pelas espingardas de repetição.

Uma feita, depois de um dia de morticínio dos indios, viajava, guiando a alimária pelo campo de refrega assassina, o advogado dr. João Caldas.

Junto a uma poça de sangue jazia o corpo, inerme e frio, de uma mulher india; ao seu lado, escabujando na sangueira vasada das feridas maternas e mal deixando escapar um choro enfraquecido, via-se uma creancinha de poucos mezes de idade. A mulher tinha as carnes crivadas do chumbo [ilegível], os braços desarticulados e os seios arrancados cerce!...

Parece que os bandidos tinham receio que, ainda morta, a mãe pudesse amamentar o filhinho!...

Compungido da sorte do desgraçado infante, tomou-o o dr. Caldas a si, levando-o para a casa.

Ahi Jé-piajú, pois que era elle, foi baptisado com o nome de Marcellino (CM, 01/07/1906, p. 2).

Je-piaju, primeiramente, pertencia aos Guarani que estavam localizados na região de Itaporanga (anteriormente conhecida como São João Batista do Rio Verde). Esses Guarani não eram indefesos, como sugere a matéria. Eles buscaram resistir de diferentes formas à frente de colonização. Um exemplo disso são as viagens feitas por Joaquim Leme na virada do século XIX para o XX – demonstrado no tópico

anterior.

Após ser adotado pelo advogado João Caldas, Je-piaju foi alfabetizado, aprendendo a ler e escrever. Nessa perspectiva, ele adquiriu muito conhecimento sobre o modo de vida ocidental, o que explica, em parte, seu jogo diplomático com o objetivo de estabelecer um diálogo com os representantes do governo. Sem esquecer suas origens, aprendeu sobre o mundo do branco, conseqüentemente, maneiras ou alternativas para *pacificar o branco* (Albert, 2002). Após a morte de João Caldas, Je-piaju resolveu voltar para o seu povo que, nesse período, estava sofrendo uma série de tentativas de expulsões e massacres pelos colonos:

Insinuante, sagaz e relativamente instruído, foi aclamado chefe dos Guaranys. Para defendel-os dos aventureiros; toda resistência, porém, era baldada e por isso Jé-piajú resolveu emigrar com seu povo para longe, para a margem esquerda do rio das Cinzas na barra do Jacarésinho, onde já existia um núcleo de Guaranys que os receberam de braços abertos.

Até lá foi, todavia, a perseguição dos brancos e já então peor era a situação dos indígenas, que não tinham mais para onde fugir, cercados que estavam do lado das selvas, á margem opposta do rio, pelas tribus Chuclés e Coroados, bravios e sanguinários.

Era preciso fazer nova migração e Jé-piajú conduziu os seus para o aldeamento da Barra Grande, no ângulo formado pela affluencia do ribeirão deste nome com o rio das Cinzas (CM, 01/07/1906, p. 2).

Mesmo após o estabelecimento de Je-piaju, os conflitos continuaram. Além disso, o *Correio da Manhã* reforça nossa hipótese sobre a mudança na comunicação de Je-piaju com o Governo Estadual para o Governo Federal: “já de muito e, então, ainda mais veementemente, Marcellino, velando pela segurança dos seus, reclamava providencias do governo paranaense. A sua voz não encontrou éco” (CM, 01/07/1906, p. 2). Diante desses conflitos, Je-piaju foi para o Rio de Janeiro e, após sua chegada, foi hospedado na repartição central de polícia.

Outra questão que chama a atenção nessa matéria é sobre a descrição feita pelo redator. Na narrativa da *Gazeta de Notícias*, a repartição de polícia é descrita como um espaço apropriado para a hospedagem de pessoas, agradável, limpo etc. Mas, conforme o *Correio*, esse local era repleto de “(...) cova de pulgões e mais nojentos parasytas e laboratório de todos os germens infectuosos” (CM, 01/07/1906, p. 2). A respeito dos índios Djalma Nucumupté e Orjama Pracé (Xerente), “estes vieram em 1902 com outros oito que, hospedados também no pateo da central de policia, ali contraíram a varíola e morreram ao desamparo, salvando-se apenas estes,

tratados pela professora Daltro” (CM, 01/07/1906, p. 2). Essa notícia apresenta algumas contradições quando comparada à construção narrativa da *Gazeta de Notícias*. Je-piaju e seus familiares, assim como em Curitiba, foram recebidos com descaso pelos governantes da capital e foram abrigados em um local insalubre e expostos em “exibições carnavalescas”. Foi nesse contexto que foram acolhidos por Leolinda Daltro.

Esfarrapados e imundos eram elles, quase que diariamente, levados de ministério em ministérios, correndo a via sacra do burocracismo e em exhibições carnavalescas pelas ruas, exhibições de que se encarregava um saltimbanco policial, mostrando-os palpavelmente ao publico.

Deu-lhes valimento a professora Daltro que, penalizava de sua sorte, os levou para casa, levando-os, vestindo-os e matando-lhes a fome que era apenas antes illudida com a etapa que lhes dava a policia, de 500 réis diários por cabeça!!! (CM, 01/07/1906, p. 2).

O *Correio da Manhã*, além de realizar a entrevista com os indígenas que estavam na casa da Leolinda Daltro e evidenciar o mal estado em que se encontravam, ainda registrou uma fotografia que compôs a página do jornal (Figura 6). Nessa ocasião, Je-piaju tinha 28 anos.

Após as reportagens sobre o Je-piaju, em setembro de 1906, o jornal *A República* reproduziu um cartão postal de Joaquim Thomaz Ribeiro da Silva – proprietário de terras em Tomazina, considerado um de seus “fundadores” segundo a perspectiva memorialista. No cartão, buscava-se saber sobre o paradeiro da liderança indígena “(...) que há 4 mezes está ausente do seu toldo da Barra Grande” (AR, 07/09/1906, p. 1). A falta de notícias sobre Je-piaju e sua família parecia causar certo incômodo aos moradores dessa cidade, possivelmente porque não conseguiam notícias da Barra Grande ou devido aos acirramentos dos conflitos. Porém, Je-piaju estava com indígenas de outras etnias e com Leolinda Daltro, ajudando na fundação do “Grêmio Patriótico D. Leolinda Daltro”, fundado no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo definir “(...) como princípio básico da sua atividade a propaganda para a incorporação dos índios à sociedade republicana, livre de qualquer intromissão clerical (...)” (Gagliardi, 1985, p. 107).

**Figura 6** - Marcelino Je-piaju e Maria Sapeá destacados no quadrilátero vermelho



**Fonte:** INDIOS GUARANY. *Correio da Manhã* (RJ). Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, 01/07/1906, p. 2).

No segundo semestre de 1908, Je-piaju entrou novamente em contato com a Leolinda Daltro, informando sobre um extermínio ocorrido com os “Chucles” (Kaingang) no sul do estado de São Paulo, na região de Ourinhos (se estendendo até Jacarezinho e Santo Antônio da Platina). Essa informação impulsionou Leolinda Daltro a retomar a ideia de criar uma associação de proteção aos indígenas, a qual tentara fundar anos antes. Segundo José Gagliardi (1985, p. 108):

(...) Profundamente sensibilizada com a narrativa de Jepiá-jú, concluiu que aquele era o momento de tirar do esquecimento a associação de proteção aos índios que tentara fundar alguns anos antes, mas que

fora baldada pelas pressões clericais. Apoiada por um grupo de simpatizantes da causa indígena, ela deu início aos trabalhos de fundação da “Associação de Proteção e Auxílio aos Selvícolas do Brasil”, cujo fim era defender o índio e auxiliá-lo, através de instrução leiga, a entrar para a comunhão nacional.

Em dezembro do mesmo ano, Marcelino Je-piaju realizou outra viagem para o Rio de Janeiro. Mais uma vez, foi para denunciar a expulsão que os Guarani da Barra Grande sofreram de invasores que, conforme *A República*, legalizaram indevidamente as suas terras. A única resposta que receberam foi do Ministro da Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, que prometeu interceder a favor dos pedidos de Je-piaju (AR, 24/12/1908, p. 1). Ainda nesse mês, o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, publicou um artigo na revista da mesma instituição, sugerindo como solução para o encerramento dos conflitos o extermínio dos indígenas que resistiam à frente de colonização, como no exemplo dos Kaingang. Esse artigo causou polêmica em alguns setores da sociedade, entre os grupos indígenas e especialmente entre os defensores dessa causa, que advogavam pela “integração” dos indígenas à “civilização”.

(...) A prof.<sup>a</sup> Daltro, logo que tomou conhecimento da polêmica que o artigo causara, elaborou um veemente protesto, que foi divulgado pela imprensa, no qual afirmava que o método proposto por von Ihering para solucionar os conflitos entre índios e civilizados não se coadunava com os estudos modernos da Antropologia, nem representava o sentimento brasileiro. O seu nome germânico, observava a educadora, simbolizava o medo do “perigo amarelo”, que tantos sobressaltos causava à sonhada preponderância da raça ariana (Gagliardi, 1985, p. 108).

Em 29 de dezembro, o *Diário da Tarde* (PR) publicou uma matéria com o título *Extermínio aos índios*, reproduzindo o manifesto dos grupos indígenas, juntamente com Leolinda Daltro, contra a sugestão do diretor do Museu Paulista:

A proposito da debatida questão suscitada pelo dr. Hermann von Ihering, em artigos da <Revista do Museu Paulista>, de que é diretor, alguns índios residentes na capital de S. Paulo, fizeram publicar o seguinte protesto:

“Os índios brasileiros, abaixo assignados já incorporados á civilisação e representantes, nesta capital, das tribos Guarany, Guajajara, Cherente e Caraó, protestam suprezos [sic] e pasmados contra a opinião do dr. Von Ihering que em pleno seculo XX, entende ser uma necessidade imposta pela civilisação o extermínio de todos os nossos irmãos das selvas e, portanto, de toda a raça genuinamente brasileira.

Ao illustre director do Muzeu do S. Paulo podemos garantir que

nas nossas incultas tribus nenhum selvagem approvaria nunca a carnificina de entes humanos, a não ser na sagrada defeza dos direitos que dá a Natureza, e que são sem nenhuma differença, os mesmos que elle confere ao homens de muita sciencia, mas de nenhum sentimento humanitário.

Á sciencia do dr. Von Ihering oppomos a moral de todo o mundo civilisado em completo antagonismo com a sua opinião, que só representa uma extravagante aberração do espirito humano.

E tanto basta para este necessário protesto – Marcellino Jépiajú, pela tribu Guarany; Victal Uaquidy, pela tribu Guajajara; Kuroki Porpipó, pela tribu Caraó; Djalma Uacumupté e Orjama Pracé, pela tribu Cherente” (DT, 24/12/1908, p. 1).

Percebe-se que Marcelino Je-piaju não se limitava apenas às questões locais, como as invasões e perseguições perpetradas pelos colonos nos territórios indígenas localizados no nordeste do Paraná. Além de estar atento às questões nacionais, Je-piaju, em suas visitas ao Rio de Janeiro, ajudou a construir uma rede entre indígenas de outras etnias e apoiadores da causa, para lidar com questões radicais, como demonstrado no caso do diretor do Museu Paulista.

Sobre o conflito que aconteceu em março de 1909, que resultou no genocídio do povo Kaingang,<sup>83</sup> Marcelino Je-piaju teve um papel importante ao escrever uma representação, sendo reproduzida no *Correio da Manhã* (RJ) e no *Estado de São Paulo*, com o objetivo de chamar a atenção das autoridades republicanas para a violência em curso. O povoado de Santo Antônio da Platina, após não ter o apoio dos Guarani Nhandewa e Kaiowá para participar do massacre, decidiram exterminar a comunidade liderada por Je-piaju.<sup>84</sup>

O extermínio contra os Guarani não ocorreu. Provavelmente, a representação feita pelo Je-piaju salvou os Guarani da ação violenta dos colonos de Ourinhos, Jacarezinho e Santo Antônio da Platina e, além disso, forçou o Congresso Legislativo do Estado do Paraná a reservar uma área para seu povo em Tomazina, conforme o artigo 2º da Lei N° 853 de março de 1909 (AR, 24/03/1909, p. 1).

Até 1910, Marcelino Je-piaju continuou realizando suas viagens à capital, fazendo as mesmas reivindicações, como instrumentos agrícolas para lavoura e auxílio pecuniário para Barra Grande e denunciando as invasões dos territórios indígenas (OESP, 14/07/1910, p. 3). Um mês após a publicação d’*O Estado de São*

<sup>83</sup> Como abordado no tópico anterior, o genocídio do povo Kaingang (ou “Choklens”, como conhecidos pelo Je-piaju, sendo possivelmente um subgrupo dessa etnia) resultou na morte de mais de 200 pessoas nas proximidades de Santo Antônio da Platina e Jacarezinho.

<sup>84</sup> Sobre os conflitos envolvendo os Kaingang e os colonos entre os anos de 1908-1909, essa discussão foi aprofundada no tópico anterior.

*Paulo*, a *The Brazilian Review* publicou uma solicitação feita por Je-piaju ao Ministro da Agricultura para a proteção de seu povo e denunciou o tratamento arbitrário imposto pelo governo aos colonos daquela localidade (TBR, 09/08/1910, p. 755). Mesmo após os pedidos de Je-piaju e a legalização do território de Barra Grande, as invasões continuaram. Após 1910, conforme as pesquisas feitas na Hemeroteca Digital, não foi encontrado nenhuma informação sobre o paradeiro dessa liderança, possivelmente, por conta da criação do SPILT – que ficou responsável por resolver as questões conflituosas entre colonos e indígenas a partir desse ano.

Sobre as viagens feitas por Je-piaju e seus familiares, foi realizado um levantamento compreendendo o período de 1901-1910. Inicialmente, as viagens ocorreram do rio das Cinzas até Curitiba. Não conseguindo tomar providências com o governo paranaense, Je-piaju e sua família mudaram a rota para a capital federal, no Rio de Janeiro. É relevante destacar que, naquela época, a região do nordeste do Paraná não dispunha de uma linha férrea, o que tornava as viagens mais complexas e exaustivas. Os deslocamentos exigiam longas caminhadas até a estação ferroviária mais próxima, demandando vários meses, conforme relatado nos jornais da tabela.

**Tabela 3** – Viagens feitas pelo Marcelino Rufino Je-piaju do rio Cinzas até Curitiba e Rio de Janeiro entre 1901-1910:

| <b>Dia/mês/ano:</b> | <b>Periódico:</b>            | <b>Edição e página conforme os sites:</b> | <b>Destino:</b>   |
|---------------------|------------------------------|---|-------------------|
| 29/05/1901          | <i>Diário da Tarde PR</i>    | 00642, p. 2.                              | Curitiba-PR       |
| 11/01/1905          | <i>A República PR</i>        | 00009, p. 2.                              | Curitiba-PR       |
| 23/06/1905          | <i>A República PR</i>        | 00147, p. 1.                              | Curitiba-PR       |
| 15/06/1906          | <i>Gazeta de Notícias RJ</i> | A00105, p. 1.                             | Rio de Janeiro-RJ |
| 24/12/1908          | <i>A República PR</i>        | 00301, p. 1.                              | Rio de Janeiro-RJ |
| 14/07/1910          | <i>O Estado de São Paulo</i> | s. e., p. 3.                              | Rio de Janeiro-RJ |

**Fonte:** Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Acervo do Estadão.

Como mencionado anteriormente, mesmo após a promulgação da Lei N° 853 de março de 1909 e a demarcação das terras, os conflitos persistiram. Conforme demonstrado no tópico anterior, em 1912, os Guarani Nhandewa e Kaiowá da região de Barra Grande (atual TI Pinhalzinho), e o dirigente do SPILTN, João Barbosa Paraná, foram alvos de diversos atos de violências perpetrados pelos colonizadores que estavam reocupando a região.

O recorte temporal estabelecido (final do século XIX e início do XX) não implica que esse conjunto de conflitos tenha ocorrido exclusivamente nesse período específico. Os eventos abordados nesta parte se baseiam nos registros das fontes consultadas para esta pesquisa, isto não quer dizer que conflitos semelhantes não possam ter ocorrido em outros recortes temporais.<sup>85</sup> Isso indica que o cenário que se remonta à expansão territorial e ao avanço colonizatório sobre a região estava caracterizado por uma série de violências, ao mesmo tempo que se manifestavam complexas dinâmicas de relações sociais, envolvendo uma variedade de agentes históricos em âmbito local, regional e nacional. Além de revelar as situações históricas presentes nesse contexto, a análise das fontes evidencia um processo de guerra de conquista, ou seja, sem o butim, a expropriação territorial e a violência fundadora perpetrada pelos “pioneiros” contra as populações indígenas, a formação dessa região e a expansão do sistema capitalista de produção, assim como a riqueza daqueles que “venceram”, não seriam possíveis. De outro modo, as lutas e resistências dos Guarani Nhandewa e Kaiowá nesse período garantiram sua sobrevivência até os dias atuais, haja vista a existência dos territórios TI Pinhalzinho, TI Laranjinha e Ywy Porã/Posto Velho.

---

<sup>85</sup> Sobre outros conflitos que envolvem colonos e indígenas (Nhandewa dos TI Pinhalzinho, TI Laranjinha e de Ywy Porã/Posto Velho) em diferentes épocas (final do século XIX e início do XXI), ver os quadros de FERNANDES, L. *Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatiá/PR)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018, p. 50-53.

### 3 VIOLÊNCIA E POLÍTICA NO MUNDO RURAL E URBANO: FACETAS DO CORONELISMO NO NORDESTE PARANAENSE

#### 3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CORONELISMO, PODER LOCAL E SUA RELAÇÃO COM O “NORTE PIONEIRO”

No capítulo anterior, foi analisado as relações entre populações indígenas e colonos no que diz respeito ao contato interétnico, examinando suas situações históricas no contexto de guerra de conquista. Nesse processo, marcado por uma luta desigual entre os grupos, os colonos consolidaram a conquista do nordeste paranaense, transformando territórios indígenas em municípios, vilas, povoados, freguesias e delimitaram as fronteiras da sociedade nacional (fronteira político-administrativa, geográfica e social).

Os colonos, migrantes de origens diversas e com funções sociais distintas, incluindo grandes e pequenos proprietários, jagunços, bugreiros, comissários de polícia e população rotineira (um coletivo complexo), uniram forças para dizimar uma parte da comunidade Kaingang. Reuniram-se também contra os Guarani-Nhandewa do território de Barra Grande com o intuito de expropriá-los e se apropriarem de suas terras. Nas relações de poder, essas ações podem ser interpretadas como manifestações de poder local (no sentido *lato* do termo), em que um grupo impõe seu domínio sobre outro no contexto de guerra de conquista. Paralelamente, proprietários de terras, além da questão do contato, tiveram que constituir o poder em cada uma das localidades, com isso procuraram exercer sua influência a outras esferas sociais, subjuguando oposições políticas e trabalhadores rurais – incluindo ex-escravizados e famílias italianas.

Nesse capítulo, o conceito de poder local será vinculado ao *sistema coronelista*. Nesse sentido, o objetivo não é realizar um estudo prosopográfico ou algo relacionado à teoria das elites, analisando as redes de parentesco, os perfis, as estratégias e as trajetórias das elites políticas dessa região, mas demonstrar como se operava a violência política perpetrada por essas elites. Ao delimitar a pesquisa, partindo das problematizações da introdução, será demonstrado como a elite local mobilizou forças para efetivar seu poder, com foco nos casos de violências veiculados na imprensa brasileira.

Sobre o *sistema coronelista*, adotou-se a perspectiva do jurista Victor Nunes Leal, especialmente a contida na obra *Coronelismo, Enxada e Voto* (2012), publicada pela primeira vez em 1949. Leal define o coronelismo como “(...) forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa” (Leal, 2012, p. 23). E prossegue, dizendo que:

(...) o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (Leal, 2012, p. 23).

Com a transição do regime imperial<sup>86</sup> ao republicano, os chefes locais procuraram se reorganizar diante do fortalecimento das instituições públicas, ou seja, no que compete aos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Essa dinâmica gerou uma busca intensa por influência política por parte das elites locais, que passaram a investir na eleição de representantes estaduais e federais alinhados aos seus interesses. As estratégias para garantir votos e manter o poder local variavam amplamente, como será detalhado nos tópicos seguintes.

Quanto à figura dos coronéis no sistema coronelista, ressalta-se que nem todos eram coronéis de fato. Como observa Victor Nunes Leal:

Os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (2012, p. 23-24).

Como será demonstrado adiante, observa-se que quem faz o papel dos “coronéis” são, em alguns casos, os próprios “doutores”, ou seja, os bacharéis em Direito, como exemplificado pela atuação política do Dr. Costa Júnior em Jacarezinho. Em paralelo, identifica-se o papel exercido pelos “majores”, como o Major Antônio

---

<sup>86</sup> Vale o destaque feito pelo Ricardo Costa de Oliveira, enfatizando que “a presença do senhorio rural é muito mais antiga do que o coronelismo da República Velha. A sua formação origina-se no período colonial. A fração dos proprietários rurais possui séculos de experiências, organização e relações com o Estado no país” (Oliveira, 2000, p. 194).

Barbosa Ferraz em Cambará e o Major Thomaz Pereira da Silva em Tomazina.<sup>87</sup> Outro elemento fundamental na figura do “coronel” era sua relação particular com o ideário político:

(...) O responsável, em grande parte, pelas vitórias eleitorais dos candidatos do oficialismo, é *frequentemente acusado de não ter ideal político*. Sua mentalidade estreita, *confinada ao município, onde os interesses de sua facção se sobrepõem aos da pátria*, seu descaso pelas qualidades ou defeitos dos candidatos às eleições estaduais e federais, tudo isso incute no espírito dos derrotados amarga descrença nas possibilidades do regime democrático em nosso país (...) (2012, p. 31, grifos nosso).

É interessante, a partir disso, interpretar as relações entre os “coronéis” como uma elite que vive em constante desarmonia: os “coronéis” têm seus interesses convergentes ou comuns, quando se trata de manter a estrutura social, seu poder local.<sup>88</sup> A disputa pelo poder ocorre sempre entre “coronéis”, jamais segmentos populares têm condições de alçar o poder. Um exemplo é a chegada da família Barbosa Ferraz em 1910 em Jacarezinho e sua disputa para ganhar um *locus* político em um contexto em que os estabelecidos (Dr. Willie Davids, Dr. Costa Júnior, Coronel Francisco de Paula Figueiredo, entre outros) já haviam consolidado seus poderes. Tais disputas pelo poder levaram o Major Antônio Barbosa Ferraz a pensar em novas alternativas, como a ideia de “fundar” Cambará, da qual se tornou o primeiro prefeito entre 1924 e 1925.<sup>89</sup>

Acerca das origens do poder local, Mônica Helena Goulart (2004, p. 59) destaca que a câmara municipal, no período colonial – assim como no início do período republicano –, representava o domínio dos chefes locais (poder fortalecido) sobre a população – tanto escravizada quanto livre. Nesse sentido:

(...) é durante o período Colonial que se originam as alianças políticas entre os poderes público e privado; daí podermos dizer também das

<sup>87</sup> Os dois agentes são considerados os “fundadores” das respectivas cidades (Cambará e Tomazina) e, coincidentemente, os primeiros prefeitos municipais.

<sup>88</sup> Acerca do sistema coronelista em Araraquara-SP, ocorre algo semelhante ao coronelismo no nordeste paranaense. Conforme a análise de Rodolpho Telarolli (1977, p. 32), “(...) numa expressão, a oposição só tem significado e sentido locais; o domínio da comuna, sempre à sombra protetora do governo do Estado, era o objetivo último das facções que se digladiavam no plano local”. O consenso entre os “coronéis” ou as elites políticas só existia na eleição de uma representatividade estadual ou federal. Se tratando do controle local, a disputa por poderes entre os “coronéis” era extremamente acirrada.

<sup>89</sup> Como mencionado nos parágrafos anteriores, o objetivo não é traçar um perfil posopográfico da elite política dessa região, considerando que escapa aos objetivos dessa pesquisa. Entretanto, esses fatos merecem maiores atenções, servindo para pesquisas posteriores.

origens do poder local no Brasil, afinal os indivíduos que estavam à frente da administração local detinham o rigor das suas normas para regular e mandar nas “almas” do município, bem como o fizeram posteriormente com o domínio de seus votos (Goulart, 2004, p. 59-60).

No Paraná e em outras regiões do Brasil,<sup>90</sup> as práticas do poder local permaneceram após a Proclamação da República, sendo os “coronéis”, em parte, enfraquecidos e dependendo do poder público, agora fortalecido (Leal, 2012), para manter seus privilégios. Analisando essa dinâmica no Paraná, Mônica Helena Goulart argumenta que os pilares do pacto entre as elites locais e lideranças estaduais se assentam

(...) [N]as práticas do *sistema coronelista*: em meio às concessões realizadas pelo Estado para com os coronéis como forma de garantias de suas manobras locais, estes teriam, por prioridade, o controle dos votos em nível local que, em decorrência, asseguraria a continuidade das lideranças estaduais (2004, p. 65).

Ao analisar o coronelismo como um *sistema*, a autora considera, no caso paranaense, mais adequadas as esquematizações de Victor Nunes Leal, afirmando que o “(...) coronelismo paranaense envolveu contornos gerais do coronelismo brasileiro”. Nesse sentido, o sistema coronelista paranaense “(...) apresentou sua estrutura de poder direto reduzida ao município, tendo que prestar contas ao governo estadual e relacionando-se politicamente com ele de forma submissa (...)” (2004, p. 170), o que demonstra sua consonância com as teses de Nunes Leal (2012).<sup>91</sup>

Feita essas considerações sobre o sistema coronelista, cumpre agora explicitar a definição de “local” e sua relação com o poder. Conforme Tânia Fisher (1992), trata-se de um conceito impreciso, polissêmico e contornado de ambiguidades. A autora ressalta que “(...) não se está circunscrevendo o conceito à rua, ao bairro ou mesmo à cidade. O universo de análise é mais amplo e abstrato, podendo estar relacionado ao bairro e ao município, como contornos do local (...)” (Fisher, 1992, p. 106). Nessa

---

<sup>90</sup> Para uma discussão aprofundada sobre o coronelismo e poder local no Brasil, ver: GOULART, M. H. S. Aspectos teóricos do coronelismo. In: *O poder local e o coronelismo no Paraná, 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

<sup>91</sup> Concernente a esta pesquisa e a partir de uma interpretação existente no Paraná sobre o sistema coronelista da Primeira República, optou-se por seguir as teses de Victor Nunes Leal (2012) e discutidas por Mônica Goulart (2004), principalmente sobre o ponto de dependência do “coronel” com os governantes estaduais. Contudo, há ainda as interpretações sobre o “coronel” como o “proprietário” do Estado, como na análise de Raymundo Faoro (2001), e outras perspectivas como as de José Murilo de Carvalho (1997) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1975).

pesquisa, o local será compreendido por meio de um *jogo de escalas*,<sup>92</sup> como nos capítulos anteriores, articulando as diferentes localidades e cruzando suas histórias com a finalidade de atingir o objetivo geral do trabalho. Assim:

(...) ao se falar em local, alude-se ao conjunto de *redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto* (Fisher, 1992, p. 106, grifos nosso).

Dentro do sistema coronelista, com base em Nunes Leal (2012) e Goulart (2004), será analisado como se desenvolveram as estratégias e práticas adotadas pelos chefes locais para o exercício do poder. Para isso, será articulado o conceito de poder local ao contexto político rural e urbano, examinando seu uso nesses âmbitos. Esses mundos, nesse momento, não são isolados entre si, como se os grupos dominassem partes específicas. Seus poderes atravessam essas dimensões, pois o rural e o urbano estão interligados. Como fonte, serão analisados diferentes jornais, com ênfase nas notícias eleitorais e denúncias sobre as práticas violentas dos “mandões” locais.

Ressalta-se que tais periódicos não oferecem uma perspectiva *neutra* ou *imparcial* sobre os episódios, assim como sobre os conflitos interétnicos. Há casos, como será constatado posteriormente, em que alguns jornais travaram grandes disputas acerca de determinados acontecimentos. Por exemplo o *Diário da Tarde* (PR) que, em alguns anos, acabou servindo de oposição às figuras do Partido Republicano. Quanto ao jornal *A República*, serviu de escudo aos interesses dos chefes locais, em grande parte, defendendo os interesses dos republicanos e se desviando de questões que poderiam comprometer a imagem dos “coronéis”.

Por fim, este capítulo tem como intuito contribuir para uma compreensão mais geral sobre práticas específicas dos “coronéis”, levando em conta que, sobre esse tema e recorte espacial, pouco se sabe sobre as atividades desses agentes. Os estudos clássicos – como Rene Mussalam (1974) e Ruy Wachowicz (1987) – trataram a região sem se aprofundar na análise desses agentes políticos: a primeira limitou-se a menções gerais sobre o povoamento e população, enquanto o segundo

---

<sup>92</sup> Sobre a experiência da microanálise e os jogos de escalas (local, regional, nacional etc.), ver: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

(Wachowicz, 1987), embora reconhecendo as implicações dos “coronéis”, não explorou sistematicamente suas dinâmicas de poder, seja por delimitação temática, seja por limitações documentais. A partir disso, pretende-se trazer outro sentido à política dessa região entre o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX.

### 3.2 O PODER LOCAL E AS ELEIÇÕES

Na pesquisa, foi identificado um dos primeiros registros de violência eleitoral na região, especificamente na cidade de Tomazina, no dia 6 de setembro de 1899. Com a publicação do *Jornal do Commercio*, 22/09/1899, a notícia se referia a um crime de assassinato contra o cidadão Zeferino Rosa que, naquela ocasião, pertencia ao Partido Republicano e estava realizando serviços – não identificados – no pleito do dia 20 do mês de agosto. Os acusados do crime foram o subcomissário de polícia Manoel Ferreira Barbosa e sua escolta, que buscavam dismantelar as oposições políticas contra o governo estadual. O periódico denunciava: “(...) reina terror naquella localidade, onde as autoridades fazem praça de continuar esses attentados contra os que tentarem contrariar as candidaturas do Governo Estadual nas proximas eleições federaes (...)” (JC, 22/09/1899, p. 1).

Sobre este caso, até então, não foi encontrado outras notícias nas edições posteriores ou em outros jornais que trouxessem informações pormenorizadas. Surgem, assim, várias questões: qual foi o desfecho após a denúncia do *Jornal do Commercio*? Houve punição aos criminosos? Que tipo de serviço Zeferino Rosa estava prestando ao Partido Republicano? Enfim, um conjunto de questões na qual o jornal não permite responder. Contudo, nota-se que desde os primeiros anos da República,<sup>93</sup> a violência já estava presente nas relações políticas da região.

Em 1902, novas notícias sobre eleições surgiram, desta vez em Jacarezinho. O jornal *A República* (PR) noticiou o andamento das eleições municipais, que contou com dois candidatos: o capitão Joaquim Igarara e José Eugênio Ferreira. O primeiro foi apoiado pelo membro do partido governista e Deputado Federal de São Paulo, Dr. Costa Júnior, e o segundo foi apoiado pelo grupo da família do Coronel Antônio Alcântara. O grupo do Dr. Costa Júnior saiu vitorioso, com Igarara recebendo cerca

---

<sup>93</sup> Sem anular o período imperial.

de 362 votos, mantendo a hegemonia governista. A oposição obteve entre 50 e 60 votos, retirando-se da disputa. A partir disso, o jornal *A República* (PR) considerou “(...) o pleito sem importancia e, tanto aqui como em Santo Antonio [da Platina] (...)” (AR, 02/03/1902, p. 3). E o jornal conclui da seguinte forma:

O que é, entretanto, digno de nota, é que, achando-se reunido nesta povoação tão elevado numero de pessoas, *não se desse a menor alteração da ordem publica, não tendo havido uma única prisão, graças aos esforços dos distintissimos commissarios de policia Figueiredo e Adriano Camargo*, que, com enexcedível dedicação, energia e actividade e com o respeito que inspiram, conseguiram manter a ordem, merecendo sinceros elogios de toda a população sensata do municipio. *Hoje, pode-se dizer, sem receio de contestação, que o Jacarezinho é uma terra habitavel, dispondo de um pessoal selecto, e de uma população pacata e ordeira*, desmentindo-se assim os boatos que corriam de ser aqui o *coito de assassinos e desordeiros*. A população sente-se tranquilla e satisfeita pela boa distribuição da justiça, por parte de todas as autoridades policiaes, judicarias e administrativas deste termo e municipio (AR, 02/03/1902, p. 3, grifos nosso).

Sobre as eleições em Jacarezinho, observa-se que *A República* construiu uma narrativa positiva, destacando especialmente as ações do Coronel Figueiredo e Adriano Camargo (Comissários de Polícia e aliados do Dr. Costa Júnior), sem mencionar qualquer caso de desordem pública. O local foi considerado como uma “terra habitável”, com uma “população ordeira e pacata”. Essa representação contrastava radicalmente com a do *Jornal do Commercio* (RJ) – que, tratando de municípios próximos e interligados, retratava a área como dominada por “assassinos e desordeiros”.

Entretanto, quatro anos depois, novos episódios de violência política emergiram, reforçando as contradições das narrativas perpetradas pela *A República* (PR).

Com o título *Pelo Estado: Jacaresinho*, o *Diário da Tarde* (PR) publicou uma denúncia que abalaria o cenário político jacarezinhense. O jornal acusava de fraude as eleições municipais de 20 de dezembro de 1905, afirmando que “(...) não foram respeitadas. Sem oposição e sem fiscalização votou até quem não votou” (DT, 15/01/1906, p. 1). Segundo a denúncia, o Comissário de Polícia Cel. Figueiredo teria ameaçado o político Cândido de Melo nas vésperas do pleito, prometendo “fazer correr sangue” caso aparecessem votos opositoristas. “O sr. commisario fez esta seria ameaça ao sr. Candido de Mello e nenhum voto opposicionista appareceu (...)”,

concluía o periódico.

No dia seguinte, o *Diário da Tarde* voltou a abordar o caso, agora com o objetivo de pressionar o governador do Estado, então Vicente Machado, a tomar providências. Reafirmando as denúncias da edição anterior, o jornal informava o seguinte:

Quanto aos negocios politicos, por lá não se attende às bôas disposições o governo, pois o elemento contrario ao sr. Costa Junior, que, no dizer de nosso correspondente, se compõe do pessoal mais distincto e serio do municipio, não pode exercer o direito de manifestar-se nas urnas, devido á pressão e violencia que exerce o *regulo* sobre o eleitorado que lhe é contrario, tendo nessa *heroica* campanha o auxilio das autoridades policiaes que ameaçam de fazer correr sangue se apparecer algum voto opposicionista!

Em materia de politica está pois Jacaresinho fóra da lei (DT, 16/01/1906, p. 1).

Sobre essas questões, o jornal *A República* não realizou contestações. É relevante observar como o poder local estava articulado naquele contexto. O Dr. Costa Junior, Deputado Federal por São Paulo e representante do Partido Republicano, mantinha um pacto com outros chefes locais para coordenar repressões. Sua aliança era com o Coronel Figueiredo – então comissário de polícia com grande influência sobre o eleitorado – resultando no controle das eleições, para benefício de seu grupo. A notícia do *Diário da Tarde*, por sua vez, apresenta uma contradição sobre as informações levantadas pel'*A República*, principalmente sobre sua concepção de lugar: “ordeiro”, “organizado” e “pacífico”. Evidencia-se, assim, que a ameaça não vinha apenas de criminosos foragidos de outras localidades – como a imprensa da época observava –, mas da própria elite estabelecida.

Meses depois, em maio de 1906, *A República* reagiu à edição do *Diário Oficial* de 10/05/1906, que divulgou uma denúncia do político *Manoel Correia de Freitas*. Ele pediu à Câmara a anulação das eleições federais em diversas cidades do Paraná, incluindo *Tomazina*, *S. José da Boa Vista*, *Serro Azul*, *Palmeira*, *Antonina*, *Jacarezinho*, entre outras. Alegou “(...) vícios insanáveis e violação da lei, no suffragio popular havido nas localidades referidas”, concluindo que “(...) para que de futuro a lei não continue a ser burlada ou violada, com manifesto menosprezo (...), para que não fiquem impunes taes infracções, que sejam os delinquentes mandados submetter o processo (...)” (AR, 19/05/1906, p. 1). Ou seja, a ideia era que os infratores da urna fossem penalizados com o pagamento de uma multa.

*A República* expressou indignação com a denúncia de *Correia de Freitas*. Em

sua narrativa moralista, sem apresentar alguma prova concreta, argumentou o seguinte:

Attentem bem os nossos concidadãos para a singularidade deste facto: - *ninguem, absolutamente ninguém, até agora apontou a fraudulencia arguida na contestação do sr. Defreitas*, porquanto todo o Estado, como toda a Republica, em unanimes vozes elogiaticas, proclamaram a fulgurancia do *exemplo de civismo que os paranaenses déram ao paiz com o fiel e religioso respeito tributado á magnitude das urnas* (AR, 19/05/1906, p. 1, grifos nosso).

O jornal insistiu que nenhuma fraude ocorreu nas urnas, afirmando que as eleições transcorreram sem irregularidades – ao contrário do alegado por Correia de Freitas. O fato de ninguém apontar sobre a fraudulência da urna não isenta de ela ser burlada, ou seja, é uma questão que não deve ser desconsiderada. Essa ressalva ganha ainda mais relevância quando confrontada com as denúncias publicadas em outros veículos, como a edição de 16/01/1906 do *Diário da Tarde*, que expôs as manobras do Dr. Costa Júnior, conforme detalhado anteriormente.

Até então, as elites locais se mostravam, em parte, divididas. As disputas eleitorais em Jacarezinho, por exemplo, ocorriam entre facções do próprio Partido Republicano Paranaense e Paulista. Como demonstrado, a vitória da chapa governista dependia de mecanismos específicos: no caso do Dr. Costa Junior, sua aliança estratégica com o Cel. Figueiredo (comissário de polícia) permitia o uso de força policial para intimidar eleitores e garantir resultados favoráveis. No entanto, esses conflitos entre as elites locais não eram uma regra (ou uma constante).

Em 1911, houve, em Jacarezinho, uma votação entre os integrantes do PRP para definir quem seria o futuro Presidente do Estado no quadriênio de 1912 a 1916. Entre os candidatos, destacava-se o Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque. Conforme a notícia:

(...) *As duas facções partidárias, que aqui se digladiavam violentamente, mostraram-se sobre modo satisfeitos* [grifo nosso], sendo que os políticos chefiados pelo Coronel Antonio Alcântara organizavam uma passeata que percorreu as ruas desta cidade vivendo calorosamente os nomes dos eminentes Drs. Xavier da Silva, honrado presidente em exercício, Carlos Cavalcanti Alencar Guimarães, Afonso Camargo, Randolpho Serzedelo e Coronel Luis Xavier. (...) *O eleitorado de Jacarezinho sufragará, em peso e sem discrepância, o candidato agora escolhido, pelo Diretório* [grifo nosso], o que deixa ver o modo simpático pelo qual foi recebida essa patriótica escolha, que veio solucionar uma crise seríssima nos domínios da política paranaense (AR, 10/08/1911, p. 2 *apud* Goulart, 2004, p. 130-

131).

Com base na análise de Helena Goulart (2004, p. 131), essa situação demonstrava a necessidade que os “coronéis” tinham em estabelecer vínculos concretos com o governo regional para manter seu poder local. Assim, comprova-se “(...) [a] tese de Nunes Leal, em que os coronéis, ou o poder privado, se encontravam em situação de fraqueza devido ao fortalecimento do governo regional, no qual se apresentava intimamente ligado ao [PRP] (...)” (2004, p. 131). O apoio unânime da elite local ao Dr. Carlos Cavalcanti não era desprovido de intencionalidade ou casual, mas uma estratégia deliberada para continuar estruturando seu poder enfraquecido.

No final da Primeira República os conflitos e disputas eleitorais continuaram mostrando, com isso, uma constante na resolução das disputas entre as elites políticas locais. Nesse sentido, identificou-se dois casos significativos. O primeiro foi denunciado pelo jornal *O Dia* (PR), afirmando que o governismo paranaense só pôde vencer pela fraude (OD, 24/04/1927, p. 1). Entre os municípios apontados estava Tomazina, que teve sua eleição contestada pelo candidato David Carneiro. No entanto, a reportagem não detalha como foi o processo de eleição dessa cidade, quer dizer, se houve alguma interferência dos policiais ou como o poder local mobilizou forças objetivando seus interesses.

Três anos depois, às vésperas da “revolução” de 1930, o *Diário Nacional* (SP) publicou denúncias sobre as eleições federais no Paraná, comparando-a às de São Paulo no quesito de “miséria” e irregularidades. Segundo o jornal, notificado pela Aliança Liberal, em 28 de fevereiro, “(...) as estradas amanheceram guardadas por foras destacamentos de policia estadual, de armas embaladas. As casas em que se devia proceder ás eleições, foram desde logo vigiadas por soldados, em grande numero” (DN, 16/03/1930, p. 2). O jornal ainda destacou:

Os prestigiosos chefes alliancistas, cel. Thomaz Ruas e Angelino Camillo, foram violentamente presos pela policia, assim como os srs. Silviano Brandão e Oscar Boragine. O governo paranaense não teve escrupulo algum na pratica das maiores violencias e compressões moraes.

Em Ribeirão Claro, a ameaça foi feita por grande quantidade de capangas postados junto ás casas em que se devia processar a eleição, que eram a residencia do prefeito municipal e a do desembargador Eudoro Cavalcanti, cunhado do presidente Affonso de Camargo.

Na estação radiotelegraphica, ao pé dos predios da residencia dos adversarios, foram postados soldados de armas embaladas.

Apesar disso, 400 eleitores aliancistas ficaram até à noite guardando a votação em cartório. Por não terem funcionado as mesas, foi feito o devido protesto perante o juiz de direito, que o aceitou (DN, 16/03/1930, p. 2, grifo nosso).

Este tópico teve como objetivo demonstrar como as eleições no nordeste paranaense, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX, refletiram aspectos importantes na estruturação do sistema de poder coronelista nas eleições. A elite local – chefes políticos ou *mandões* –, alternava-se no poder, entre conflitos nas eleições municipais e alianças para eleger lideranças estaduais e federais, conforme as circunstâncias nas quais estavam inseridos. Enquanto divergiam sobre o controle local, uniam-se para apoiar candidatos ao governo estadual ou federal, evidenciando sua dependência do poder público fortalecido. No âmbito municipal, recorriam à força policial e judiciária para garantir seus interesses, criando um cenário de intimidação, controle e repressão ao eleitorado.

Quanto ao papel da imprensa, os jornais atuaram ativamente tanto na proteção dos interesses da elite local quanto na denúncia de fraudes e violências eleitorais. A *República* funcionou como instrumento de defesa da integridade e imagem dos “coronéis”, construindo uma narrativa positiva e ordenada sobre os pleitos municipais. Em contrapartida, periódicos como o *Diário da Tarde*, *O Dia* e *Diário Nacional* (SP) ofereceram uma perspectiva crítica, expondo casos de violência, abusos de poder, estratégias usadas, fraudes e as contradições inerentes ao poder local.

### 3.3 O PODER LOCAL E AS PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS

No início do século XX, diversos casos de violência contra personalidades locais ganharam destaque na imprensa nacional. Essas ocorrências, majoritariamente reportadas como denúncias, envolveram tentativas de assassinato e abusos de poder no nordeste do Paraná, particularmente na região de Jacarezinho. Dentre os jornais que noticiaram, destacou-se o *Diário da Tarde* (PR), que, além de denunciar as fraudes eleitorais, informava sobre os abusos de poder exercido pela elite local fora dos períodos eleitorais.

Em 24 de agosto de 1905, o *Diário da Tarde* noticiou um caso que aconteceu no dia 24 de julho e que estava tendo seus desdobramentos. Foi relatado o seguinte: nesse dia, estava um grupo de pessoas reunidas no Largo da Matriz, entre elas, o alferes honorário Getúlio do Nascimento que, nessa ocasião, estava comentando

sobre a selvageria do ataque à residência do Dr. Antônio Xandó. A princípio, percebe-se que foi montado um complô para realizar um ataque à casa de um advogado, mas por qual motivo?

Em seguida, o cenário foi tensionado com a chegada do comissário de polícia Cel. Francisco Figueiredo, que discordava veementemente de Getúlio do Nascimento. Pelos relatos, dá-se a entender que o Cel. Figueiredo teria sido o responsável por realizar o ataque à residência do Dr. Antônio Xandó. Ao se deparar com a oposição argumentativa de Getúlio do Nascimento, Cel. Figueiredo atirou-se contra ele, “(...) a quem ameaçou de morte, cobrindo-o das expressões mais soezes e mais torpes, dos nomes mais injuriosos e infames” (DT, 24/08/1905, p. 1).

A partir disso, o caso tomou consequências maiores, sendo narrado pelo jornal da seguinte forma:

O offendido, tão rudemente injuriado e ameaçado, retirou-se para a sua residencia, sendo, nesse percurso, perseguido pelo commissario que o jurava matar, e obrigado a se abrigar na collectoria, onde o seu perseguidor quis tambem entrar, não o fazendo pela interveção da exma. esposa do collecter.

*A policia estabelecia um verdadeiro estado de sitio no Jacarezinho desafortunado.*

Esses factos foram levados ao conhecimento do dr. Juiz de direito, a quem o sr. Getulio pedio garantias. A mais alta auctoridade judiciaria da comarca *disse que pediria ao commissario as garantias.*

O sr. Getulio vendo o pé em que pairavam as cousas da justiça nesta terra e por conseguinte que não arranjaría aqui as garantias para a sua vida ameaçada, *pois o juiz de direito se submete ás vontade e ás decisões arbitrarías do commissario*, resolveu dirigir-se, solicitando-as directamente ao exmo. Sr. dr. Vice-presidente do Estado e em bôa hora o fez, pois s. ex. criteriosa como é, há de tomar na divida consideração esse pedido e procurará por cobro ás arbitrariedades que se praticam neste infeliz recanto da patria paranaense, cujas auctoridades tem posto a comarca fóra das normas sacratissimas da lei e da justiça.

E por hoje basta (DT, 24/08/1905, p. 1, grifos nosso).

O alferes honorário Getúlio do Nascimento manifestava publicamente sua indignação quanto ao ataque sofrido pelo advogado Antônio Xandó, contrariando a opinião do mandante. Essa postura desencadeou uma série de perseguições por parte do Cel. Francisco Figueiredo. Para lidar com as perseguições do comissário, o alferes recorreu à justiça. Entretanto, deparou-se com a submissão deste poder à elite local – contraditoriamente, o juiz de direito (cuja identidade não foi revelada) delegou as decisões sobre o caso ao próprio acusado. Sem alternativas viáveis, Getúlio do

Nascimento viu-se compelido a recorrer ao Vice-Presidente do Estado para garantir sua segurança, evidenciando a necessidade de intervenção externa para contornar o arbítrio local.

No mês seguinte, o *Diário da Tarde* ampliou a cobertura do caso noticiando o ataque à residência do Dr. Antônio Xandó, além de realizar outras denúncias. Conforme o jornal, “a 23 de julho ultimo, o dr. Antonio Xandó foi espingardeado em sua propria casa, sem que até este momento o governo do Estado houvesse tomado a menor providencia” (DT, 05/09/1905, p. 1). As investigações apontavam não apenas para a participação do Cel. Figueiredo, mas também para o envolvimento do Dr. Costa Júnior. Segundo o periódico, Dr. Costa Júnior desmoralizou essa região – assim como em outros locais onde esteve no estado de São Paulo – exercendo sua posição como “mandão local”, impondo sua política por meio do terror psicológico e material.

Os seus bajuladores já começaram por sua ordem, o serviço das perseguições e violencias a que foi sempre affeito o sr. Costa Junior em todas as comarcas de São Paulo que tiveram a infelicidade de tel-o em o seu seio até o momento em que ocorreram, sendo S. Cruz do Rio Pardo a ultima de que sahi corrido vergonhosamente (DT, 05/09/1905, p. 1).

Em seguida, o jornal destacou quatro acontecimentos: 1º. o atentado contra o Dr. Antônio Xandó; 2º. A prisão arbitrária do italiano Mário Marsili em 11 de setembro; 3º. A perseguição sistemática do Cel. Francisco Figueiredo contra o alferes Getúlio do Nascimento; 4º. E, por último, a detenção ilegal do português Alexandre Cardoso em 16 de setembro, também ordenada pelo Cel. Figueiredo.

A respeito do caso de Alexandre Cardoso, o português foi desterrado para além das fronteiras paranaenses, sendo conduzido por autoridades até o rio Paranapanema. Em defesa do Alexandre Cardoso, “(...) conforme já o disse, nada existe em cartorio contra esse pobre moço. Onde vamos parar com esse regimem absurdo e iniquo de atrocidades e violencias? Até deportações já foram iniciadas!” – exclamou o correspondente do *Diário da Tarde* (DT, 05/09/1905, p. 1).

Paralelamente, o italiano Mário Marsili redigiu uma correspondência acionando o consulado geral da Itália, solicitando intervenção diplomática frente aos abusos sofridos:

Exmo. Snr. – Diz Mario Marsili, subdito italiano, residente na villa de Jacaresinho, Estado do Paraná, que no dia onze do corrente, ás sete horas da noite, mais ou menos, sem o menor motivo fora preso e

levado á cadeia publica desta villa sem que precedesse forma alguma de processo e sem existir contra si, siquer suspeita de crime, acrescentando ainda que o commandante do destacamento accumulára de injurias o supplicante e a Patria de sua nacionalidade e o fizera com o apoio franco do commissario de policia, cuja conducta foi tão incorrecta, injusta e illegal que provocou a indignação dos hospedes do hotel em cuja sala se achavão e dos mais circunstantes.

Ora, o paciente é pessoa qualificada e homem reconhecidamente honesto e isento de crime. Não podia, pois, sem violação da lei, soffrer o vexame e as injurias de que foi alvo sua patria, partindo de fonte official!...

Pede, respeitosamente á V. Ex. providencias e garantias para sua pessoa uma vez que nesta comarca estamos estrangeiros e nacionaes sem garantias de especie alguma... (DT, 05/09/1905, p. 1).

O caso de Alexandre Maria Cardoso continuou a repercutir na imprensa paranaense, conforme registrado no jornal *A Notícia* em janeiro de 1906. Sob o título de *Perseguição e violencias policiaes*, o jornal reproduziu trechos do *Portugal Moderno*, revelando possíveis motivações pelas quais o Dr. Antônio Xandó tornou-se alvo da elite local.

Como Alexandre Cardoso era perseguido pelo comissário Cel. Francisco Figueiredo, o advogado Antônio Xandó interveio em sua defesa, tendo assim, poupado sua vida. Assim, o jornal notifica que “felizmente, graças á intervenção energica e efficaz do illustre advogado brasileiro o sr. dr. Antonio Xandó, *com banca naquella comarca*, a policia tem poupado ainda a vida do nosso patricio Alexandre Maria Cardoso!” (AN, 12/01/1906, p. 1, grifo nosso). Nota-se que Antônio Xandó tinha uma “banca” em Jacarezinho, onde prestava seus serviços. Nisso, presume-se que, ao agir contra os interesses da elite local, dos *mandões* e dos “coronéis”, estava colocando sua própria vida em risco.

Em seguida, o jornal reproduziu uma carta escrita pelo próprio Antônio Xandó, na qual ele declarava:

“... a representação que o subdito portuguez Alexandre Maria Cardoso faz saber ao ministro portuguez, relativamente ás violencias de que foi victima nesta comarca, continuando até esta data sob a pressão de ameaças e na imminencia de maiores violencias soffrer ainda. Elle manda pedir ao amigo para interceder com a sua influencia junto ao sr. ministro plenipotenciario no Rio de Janeiro ou quem suas vezes fizer, no sentido de fazer cessar o estado afflictivo e sem garantias em que se acha e promover por todos os meios a responsabilidade da autoridade policial de Jacarézinho.

Por minha vez, asseguro ao meu amigo que o Alexandre está seriamente ameaçado até em sua propria vida” (AN, 12/01/1906, p. 1).

Posteriormente, foi reproduzida uma representação enviada pelo Alexandre Maria Cardoso ao ministro de Portugal, na qual denunciava sua prisão arbitrária e seu envio ou desterro ilegal para a comarca de Santa Cruz do Rio Pardo (SP), sendo liberado por meio de um habeas corpus. É importante destacar que essa representação foi feita no dia 25 de agosto de 1905, mostrando que, mesmo após quatro meses, ainda gerava repercussão. No entanto, não foi possível apurar o desfecho desse caso: se Alexandre foi absolvido, assassinado, protegido pelo consulado português ou se migrou para outra região.

Anos depois, em 1913, a política de Jacarezinho voltou a chamar a atenção não apenas da imprensa paranaense, mas também de outros Estados. Pela segunda vez, o advogado Antônio Xandó foi alvo de violências. Conforme relatou o jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro:

Em Jacarézinho, tres bandidos penetraram, á noite, na residencia do Dr. Antonio Xanxó [sic], tendo ficado horrivelmente feridos o Dr. Xandó, sua senhora e uma criancinha de cinco annos.

O crime é attribuido a questões politicas (OP, 14/09/1913, p. 9).

Pelo visto, o ataque não se limitou apenas à Antônio Xandó, gerando consequências drásticas à sua família. A notícia reproduzida pelo *O Estado de São Paulo*, no dia seguinte, na edição de 14/09/1913, corroborava a narrativa de *O Paiz* ao afirmar que a motivação da violência foi por “questões de política local” e que o crime, conforme a população, foi atribuído à família do Cel. Antônio Alcântara (OESP, 14/09/1913, p. 9).

Mas é o *Diário da Tarde* que forneceu as evidências mais detalhadas sobre o episódio e sua repercussão na política paranaense. O jornal publicou um telegrama enviado por Petrunilha Xandó, esposa do advogado, ao deputado estadual Manoel Correia de Freitas, na qual:

[Petrunilha Xandó] “Os criminosos, que attentaram contra a vida de Xandó, fugiram com a protecção da policia que até hoje não fez o auto do corpo de delicto.

O promotor publico é connivente ao crime. Commensal dos criminosos, prepara o inquérito desprezando as provas contrarias ao mandante Figueiredo. Eu e dous filhinhos estamos feridos. Meu marido Antonio Xandó está picado de faca.

Entre os assassinos foi reconhecido o seclerado José Biquinho, capanga do Figueiredo. Peço vossa generosa interveção em meu soccorro, de meus filhos e de meu marido” – Petrunilha Xandó.

- O deputado Correia Defreitas esteve, sabbado, no palacio do

governo, onde mostrou ao sr. dr. Carlos Cavalcanti, presidente do Estado, o telegrama que recebera sobre a grave ocorrência, assignado pelo dr. Antonio Braz Nogueira Cezar, sogro do dr. Antonio Xandó.

O dr. Carlos Cavalcanti declarou ao sr. Correia Defreitas que ia proceder com toda severidade contra os autores do selvagem attentado e que, para (ilegível), faria seguir hoje, para o local dos acontecimentos, o dr. Carlos Guimarães, delegado auxiliar com ordem de abrir rigoroso inquerito a respeito.

O sr. presidente disse que punirá com rigor os culpados, sem obedecer a consideração de especie alguma, a não ser a da mais severa justiça.

O dr. Carlos Guimarães seguiu, hoje, pelo sul expresso, para Jacarezinho, via S. Paulo (DT, 15/09/1913, p. 5, grifos nosso).

Observa-se que, em seu apelo, Petrolina Xandó solicitou a intervenção do deputado federal Manoel Correia de Freitas (exerceu mandato de 1909-1914) – o mesmo que, conforme discutido anteriormente, havia contestado as eleições federais de 1906 em Jacarezinho, alegando fraudes. Esse fato sugere que a família Xandó mantinha relações políticas com Correia de Freitas – que não era bem-visto pela elite local –, e esse alinhamento pode explicar, em parte, os ataques sofridos. Além disso, o excerto revela, mais uma vez, a conivência do sistema judiciário com os interesses dos “coronéis”: conforme denunciado, “o promotor publico é connivente ao crime”, e a polícia teria protegido os criminosos – comandados pelo comissário Cel. Figueiredo.

Essa onda de violência teve um impacto traumático na família Xandó, culminando com sua mudança para outra região.<sup>94</sup> Segundo o *Correio Paulistano* (SP), em dezembro de 1913, o dr. Antônio Xandó estava visitando sua família em Poços de Caldas, em Minas Gerais, sendo procedente “(...) de Botucatu, onde reside actualmente, o distinto advogado sr. dr. Antonio da Silveira Xandó” (CP, 27/12/1913, p. 10, grifo nosso).

A partir dos casos expostos, percebe-se como os “coronéis” estavam estruturando seu poder local. No caso do dr. Antônio Xandó, as instituições que

---

<sup>94</sup> Se algum agente social, como os advogados, jornalistas etc., confrontasse com os interesses dos “coronéis”, a alternativa mais viável para preservar sua vida era a fuga para outra cidade. Essa ação reflete o caso do advogado Antônio Henrique da Fonseca, que foi enviado para tratar da alforria de escravizados em Araraquara em 1883. Por ser um advogado abolicionista, “(...) o ‘tenente-coronel’ Joaquim comandou uma manifestação à frente de quase trezentos homens armados e foi de uma janela da casa do ‘coronel’ Carvalho que ele falou incitando os ânimos contra a vida do abolicionista. Não só o dr. Fonseca, mas também o juiz de Direito acabaram tendo que abandonar a cidade” (Telarolli, 1977, p. 34). Além disso, esses casos exemplificam quem deve ou não se estabelecer e quem decide quem é bem-vindo na localidade. Aqui aparece mais ou menos a lógica que os sociólogos Norbert Elias e John Scotson explicaram em *Os estabelecidos e os outsiders* (2000). Os de “fora” são coagidos a seguir ordens de grupos sociais já estabelecidos, dotados de algum prestígio social e hegemonia política.

deveriam protegê-lo – a polícia e o judiciário – estavam sob controle dos próprios opressores. O promotor público, conivente com os crimes, e a polícia, cúmplice das violências, deixaram-no sem alternativas. A única saída foi a migração da família para outra cidade, mostrando a violência presente na resolução das divergências políticas.

### 3.4 O ASSASSINATO DO JORNALISTA NATHANIEL DE CAMARGO

Com o passar dos anos, o Cel. Francisco Figueiredo continuou a protagonizar casos de abusos de poder, perseguições e medidas autoritárias. Em 1925, um novo episódio chamou a atenção da imprensa paranaense, embora não tenha repercutido significativamente em outros Estados. Tratava-se do assassinato do jornalista Nathaniel de Camargo, cidadão jacarezinhense e redator-chefe do jornal local *O Município*. O crime ganhou repercussão nas páginas de *O Dia*, *O Estado do Paraná* e *O Commercio do Paraná*, mas foi *O Estado do Paraná* que ofereceu a cobertura mais abrangente – e com elementos sensacionalistas –, dedicando quatro edições ao caso e seus desdobramentos.<sup>95</sup>

Indo ao caso, segundo *O Dia*, no dia 10 de abril de 1925, Nathaniel de Camargo foi alvejado a tiros na rua Paraná, no centro de Jacarezinho. Nessa ocasião, o jornalista estava acompanhado de sua família – detalhes sobre os acompanhantes, porém, não foram fornecidos. O jornal atribuiu o crime a motivações políticas, relacionadas às críticas de Camargo contra as politicagens locais. O assassinato ocorreu após a circulação de uma edição de *O Município*, no dia 29 de março, que trazia um suelto intitulado *Pasquim*.

Essa edição era uma resposta direta ao Cel. Francisco Figueiredo que havia desqualificado *O Município* classificando-o como um “pasquim”, isto é, em um tom depreciativo, desqualificando a seriedade do jornal, classificando-o como de baixa qualidade ou sem importância. A réplica de Camargo, no entanto, ressignificou o termo, usando-o como forma de resistência e ironia. Essa postura, pelo visto, precipitou o atentado contra sua vida.

#### PASQUIM

Certo cavalheiro tido como chefe político local, tem o costume

---

<sup>95</sup> Sobre as finalidades das notícias que utilizam elementos sensacionalistas em suas narrativas, Maria Helena Capelato (1988, p. 15) afirma que seu objetivo é dar “(...) larga cobertura a crimes, fatos escabrosos e anomalias sociais (...)” dirigindo-se “(...) às camadas populares; explorando corações e mentes obtém fartos lucros.

de atirar contra a nossa folha o epitheto de 'pasquim'.

Pois agradecemos muito as suas amáveis referências, mais avisamos também que para V. S. o nosso jornal foi é, e será sempre um 'pasquim' porque nunca, jamais e em tempo algum encobrirá as suas mazelas.

Avizamos também que não temos medo dos seus arreganhos e nem os de seus assalariados.

Então a nossa folha é 'pasquim'?

Pois que seja.

Para o próximo número oferecemos-lhe uma pasquinada (O Município, 29/03/1925 *apud* OD, 10/04/1925, p. 1).

Além do tom irônico utilizado por Nathaniel de Camargo em resposta ao Cel. Figueiredo, o texto deixava claro que a oposição política não recuaria diante das ameaças do poder local. Como declarou o jornalista: "(...) não temos medo dos seus arreganhos e nem os de seus assalariados". Isto reforçava sua postura opositora perante o coronel e seus capangas – estes, frequentemente mobilizados para intimidar adversários políticos.

No mesmo dia, *O Estado do Paraná* iniciou uma série de reportagens investigativas sobre o assassinato. Na edição 77, intitulada *Política Sanguinaria*, o jornal: revelou o nome dos acusados; detalhou o crime; expôs os agentes sociais envolvidos; e entrevistou a viúva de Camargo e outras testemunhas. Essa abordagem – em estilo de "jornalismo investigativo" – demonstrava o engajamento do periódico em interferir ativamente nas apurações, buscando algum tipo de prova contra os culpados.

Primeiramente, a matéria começa com o contexto da descoberta do caso, ou seja, quando a informação começou a chamar a atenção dos redatores de *O Estado do Paraná*. Os jornalistas estavam em um bar em São Paulo e sua presença chamou a atenção do pessoal presente nesse espaço. Dentre os assuntos, os paulistas falaram sobre "(...) as terras do norte do Paraná, cujas riquezas prodigiosas, assaz conhecidas, eram ali comentadas". No entanto, um interlocutor contrapôs: "(...) não era mais a terra prodigiosa que tanta fama tinha, pois que allí ainda se matava gente de emboscada e por questões políticas (...) a garantia de vida era um mytho e os criminosos eram acobertados pela política (...)" (OEPR, 10/04/1925, p. 1-8). Essa conversa levou o jornal a enviar um correspondente a Jacarezinho para investigar o assassinato de Camargo.

Quando o correspondente chegou a Jacarezinho, fazia dois dias que Nathaniel de Camargo tinha falecido, em decorrência dos sérios ferimentos causados pelo

projétil que o atingiu. O inquérito instaurado já estava concluído e, naquele momento, estava sendo encaminhado ao Juiz de Direito. Os acusados eram Benedicto Ignacio Manso, barbeiro e sobrinho do Cel. Francisco Figueiredo, e Sebastião Corrêa, conhecido como “Sebastião Cigano”, no qual era conhecido em outras localidades por realizar “assassinatos por encomenda”. Os dois, a princípio, ficaram em prisão preventiva, contudo, Benedicto Manso foi recolhido por sua família, enquanto o Sebastião Corrêa continuou preso na cadeia pública.

*O Estado do Paraná* ofereceu uma nova motivação para o crime: além do episódio do “pasquim”, Camargo era conhecido por ter se posicionado ao lado da oposição nas eleições passadas, utilizando seu jornal como ferramenta política e influenciando opiniões sobre a imagem dos “coronéis”.

Entre os oposicionistas locais contava-se o jornalista Nathaniel Camargo, redactor do ‘O Município’ semanario que se publica naquela cidade e que se aproveitava de todos os ensejos para mostrar não só as mazellas da administração municipal como também a do chefe e membros do directorio local, responsaveis por aquelle estado de cousas (OEPR, 10/04/1925, p. 1-8).

Outro fator que motivou o crime foi a denúncia pública feita por Nathaniel de Camargo sobre o desaparecimento do mobiliário do Club Recreativo Familiar de Jacarezinho. Após o fechamento do clube, móveis, piano, cadeiras e bilhar foram ilegalmente transferidos para a residência do Cel. Francisco Figueiredo, conforme revelado na edição de 22 de março de *O Município*.

Assim, através de uma narrativa de jornalismo investigativo, *O Estado do Paraná* retratou o caso do assassinato de Nathaniel de Camargo, acontecido no dia 29 de março. Segundo o jornal, no momento do crime, “a propria victima, sua esposa e cunhada reconheceram nelles [os acusados] Benedicto Pereira Manso e Sebastião Cigano, os mesmos que pouco antes haviam estado na confeitaria de José da Fonseca Lemes” (OEPR, 10/04/1925, p. 1-8).

De acordo com o relato das testemunhas, o crime aconteceu por volta das 21 horas. Antes da ação, às 20 horas, Nathaniel de Camargo e sua família se encontravam na confeitaria de José da Fonseca Lemes e, com eles, estavam os acusados. Essa presença sugere que o jornalista estava em constante vigilância e os assassinos aguardavam o momento oportuno para agir. O inquérito, aberto um dia depois, foi conduzido pelo Dr. Francisco Raitani que, no momento do assassinato, estava ausente de suas funções em Jacarezinho, exercendo-as em Cambará.

Na edição 78, percebe-se em qual contexto os redatores estavam inseridos, expressando que “(...) só na semana em que foi assassinado Nathaniel de Camargo, mais dois crimes de emboscada foram perpetrados naquelle municipio e é iniludível que todos elles se prendem a questões politicas (...)” (OEPR, 12/04/1925, p. 1-8). O delegado Raitani, responsável pelo caso, encontrava-se com sérias dificuldades para a apuração, recorrendo aos civis para cuidar da cadeia. Além disso:

*Nos dias em que ali nos encontramos, era visível a pressão exercida pela gente do coronel Figueiredo contra os seus adversarios e até contra as autoridades.*

Eram visíveis os manejos por elles empregados para que a prisão preventiva de Sebastião Cigano fosse denegada, o que felizmente não aconteceu (OEPR, 12/04/1925, p. 1-8, grifo nosso).

Naquele momento, as forças do Cel. Francisco Figueiredo mobilizaram-se para impedir a prisão preventiva de Sebastião Cigano, utilizando-se de intimidação política para deixar claro que a região era hostil aos jornalistas que “sujassem” a imagem do coronel. Em seguida, o jornal detalha as ações do delegado Raitani, que, diante da pressão, precisou recorrer ao Desembargador Chefe de Polícia do Paraná para garantir a continuidade das investigações. O ofício encaminhado informava o seguinte:

Exm. Sr. desembargador Chefe de Policia. Comunico a V. Exa. que no dia 29 de Março p. passado, Benedicto Pereira Manso e Sebastião Corrêa, vulgo Sebastião Cigano, nesta cidade á rua Paraná, pelas 22 horas, abrigados num poste de luz electrica existente nas proximidades da casa onde mora Augusto Vargas, feriram gravemente, com projectil de arma de fogo, a Nathaniel Camargo, no ventre, quando este em companhia de sua mulher, cunhada e filhos menores, se recolhia á sua residencia. O offendido, em consequencia desse ferimento, veio a fallecer nesta cidade, no dia 2 do corrente mez, ás 4:40 horas. No inquerito aberto nesta Delegacia, a testemunha de nome Antonio Amaral, accusa a madrasta de Benedicto Pereira Manso de ter provocado e determinado este a executar o crime.

Em vista da prova colhida no referido inquerito, representei ao Meretissimo Juiz de Direito, sobre a necessidade de ser decretada a prisão preventiva dos referidos individuos. Essa prisão foi decretada, tendo sido preso Sebastião Correia, que se acha recolhido á cadeia desta cidade a disposição do Meritissimo Juiz. Benedicto Pereira Manso fugio, estando em seu encalço uma escolta. Attenciosas saudações. (a) Francisco Raitani delegado de policia (OEPR, 12/04/1925, p. 1-8).

O ofício do delegado corroborou a versão previamente publicada pelo jornal. O documento também foi reproduzido nas páginas de *O Commercio do Paraná – Folha*

*Matutina em Circulação Diária*, (12/04/1925, p. 08). No entanto, a partir da leitura desse ofício, emerge uma questão que levanta curiosidade: se o barbeiro Benedicto Pereira Manso – sobrinho do Cel. Figueiredo – era inocente, por que fugiu?

Outro elemento que chama a atenção é a entrevista que foi concedida pelo Antonio Amaral, que trabalhava na barbearia do Benedicto Pereira Manso. Após a relutância em testemunhar o caso e com medo de ter o mesmo destino que Nathaniel de Camargo, o redator expôs os seguintes pontos através do testemunho:

- Que foi empregado na barbearia de Benedicto Pereira Manso desde 28 de Janeiro até o dia 5 de Março ultimo;

- *Que durante o tempo em que trabalhou nessa barbearia ouvia Benedicto Pereira Manso, varias vezes, dizer que ainda havia de matar Nathaniel de Camargo;*

- Que uma ocasião ouviu Benedicto quando limpava uma carabina de calibre 44, dizer a elle Antonio Amaral, *que era para matar Nathaniel de Camargo por ter este escripto artigos contra Ignacio Manso, seu pae;*

- Depois que trabalhava na barbearia, Benedicto Manso lhe contou que a madrasta delle Benedicto [sic], de nome Vidinha Manso, mulher de Ignacio Manso e irmã do coronel Figueiredo, lhe havia pedido, para matar Nathaniel de Camargo;

- Que em Fevereiro do corrente anno vio a madrasta de Benedicto Vidinha em conferencia com este na qual Vidinha aconselha insistentemente a Benedicto para matar Nathaniel, *único meio dizia ella, de se tapar a bocca daquelle desavergonhado;*

- Que no dia do crime passando em casa de Benedicto, viu este mais Sebastião Cigano embuçados em enormes palas, apesar do grande calor que fazia, tendo os mesmo á aproximação delle Antonio Amaral levantado as golas dos palas;

- *Que no dia seguinte soube do crime e antes que lhe dissessem quem eram os autores elle asseverou logo que eram Benedicto Manso e Sebastião Cigano* (OEPR, 12/04/1925, p. 1-8, grifos nosso).

O testemunho de um funcionário de Benedicto Manso é particularmente relevante, pois pode conter indícios cruciais sobre o assassinato de Nathaniel de Camargo, demonstrando como as vítimas estavam submetidas às arbitrariedades dos chefes políticos locais. Qualquer opinião contrária, crítica ou algo que pudesse comprometer a imagem dos “coronéis”, era motivo para ações violentas como perseguições intimidatórias e assassinatos.

Em seguida, o jornal expôs uma entrevista com Sebastião Cigano, que respondeu às perguntas com cinismo e ironia, afirmando “(...) que não ficaria ali por muito tempo”. Sebastião Cigano estava em Jacarezinho há apenas oito dias; antes, residiu em Santa Cruz do Rio Pardo, onde, segundo *O Estado do Paraná*, “(...) já

desempenhou outras empreitadas semelhantes” (OEPR, 12/04/1925, p. 1-8).

No dia 23 de abril do mesmo ano, *O Estado do Paraná* denunciou a censura imposta pelo Cel. Figueredo: “a influencia do Cel. Figueiredo, chefe do directorio politico fez-se sentir até na agencia do correio local”. Ou seja, a chegada do segundo número do *Politica Sanguinaria* não circulou naquele local, evidenciando o controle do coronel sobre as informações.

A distribuição da nossa folha que sempre é mal feita naquella cidade, no dia da chegada do segundo numero do ‘Estado’ em que tratavamos do crime de Benedicto Manso e Sebastião Cigano não foi feita ao que nos consta propositalmente e por ordem do coronel Figueiredo, abuso inominavel e para elle chamamos a atenção do sr. Cel. Manoel Santerre Guimarães, digno e correcto administrador dos Correios do Estado, que estamos certo tomará energicas providencias para que não mais se reproduzam factos como este que tão alto fallam contra os nossos fóros de povo civilizado (OEPR, 23/04/1925, p. 1).

A partir disso, fica explícito que o Cel. Francisco Figueiredo e seus capangas tinham como prática a censura ao jornalismo de oposição. No primeiro caso, o assassinato de Nathaniel Camargo, redator-chefe d’*O Município*, impossibilitou a continuidade das atividades do jornal. Quanto ao envolvimento de um jornal regional como *O Estado do Paraná* nos interesses da elite local, a ação adotada pelo coronel foi interferir na distribuição dos exemplares pela agência dos correios.

Nesse contexto, confirma-se a análise da Maria Helena Capelato (1988, p. 13), enfatizando que “desde os seus primórdios, *a imprensa se impôs como uma força política*. Os governos e os poderosos sempre a utilizam e temem; *por isso adulam, vigiam, controlam e punem os jornais*” (grifos nosso).

Cinco dias após a edição anterior, *O Estado do Paraná* confirmou a interferência do Cel. Figueiredo ao relatar a reclamação feita pelo Frei Angelico Maria, vigário de Jacarezinho. O religioso tentou cancelar sua assinatura do jornal, pois as edições chegavam “incompletas” ou “mutiladas”. Para o jornal, isso era “(...) uma prova absoluta de que o mesmo criterio continua na agencia postal de Jacarezinho, aggravado pela ‘sabotage’ dos numeros do nosso jornal” (OEPR, 28/04/1925, p. 8).

Após essa denúncia não houve novas atualizações em 1925, deixando incógnito o desfecho do caso ou possíveis punições aos acusados. O silêncio só foi rompido em 1926, quando o jornal retomou o assunto com novas revelações.

Há tempos, quando foi do assassinato do jornalista Nathaniel de

Camargo, ocorrido em Jacarézinho, fizemos destas columnas um sincero appello ao governo do Estado e particularmente ao sr. Desembargador Chefe de Policia para que por uma acção energica do delegado de policia daquela cidade fossem apuradas convenientemente as responsabilidades daquele crime que tão profundamente abalou o espirito publico em toda a zona norte do Estado.

O Delegado de Policia de então, *fez ouvidos de mercador e o assassinato do jornalista não ficou sufficientemente esclarecido, quando provas esmagadoras existiam contra pessoas residentes naquella localidade e que eram indigitadas como mandantes do exterminio do redactor do 'O Municipio'*.

Os criminosos apadrinhados pela politica dominante foram *absolvidos pelo jury e embora o Superior Tribunal de Justiça os tenha mandado a novo julgamento, estão elles ainda impunes, foragidos no Estado de S. Paulo* (OEPR, 11/09/1926, p. 1, grifos nosso).

A partir do trecho citado, observa-se que o rumo do caso foi favorável à elite e ao poder local. A finalidade da reportagem foi acionar o desembargador chefe de polícia, esperando-se, a partir disso, que surgisse uma providência em virtude do assassinato de Nathaniel de Camargo. Mesmo com as informações coletadas pelo jornal, os acusados foram absolvidos pelo júri. O redator afirmou que os acusados fugiram para o estado de São Paulo e, a partir dessa iniciativa, a questão levantada anteriormente aparece: se os acusados são “inocentes”, por que não permaneceram em Jacarezinho? Para eles o judiciário não era um espaço adequado para se fazer justiça. A compreensão era de que a justiça era os próprios “coronéis”. Nesse período, o entendimento era que as instâncias estatais, como polícia ou judiciário, serviam para reprimir e punir as pessoas pobres, jamais a elite local.

Os casos analisados mostram como o poder coronelista tinha influência em todas as esferas sociais daquela localidade: controle eleitoral, censura à imprensa, perseguições a opositores e manipulação do Judiciário. Para garantir esse domínio, os “coronéis” mobilizavam policiais e jagunços, usando a violência como pilar de sua autoridade.

A aliança entre o Dr. Costa Junior e o Cel. Francisco Figueiredo demonstra como os políticos estavam aparelhados com quem deveria defender a sociedade. O comissário de polícia, que deveria proteger a população, atuava como braço armado dos “coronéis”, intimidando adversários e garantindo impunidade. O Judiciário, de maneira complementar, legitimava essa estrutura, absolvendo crimes cometidos pela elite local.

Após o assassinato de Nathaniel de Camargo, as violências não cessaram.

Como alertou *O Estado do Paraná*: “outros crimes foram praticados denotando que a política do cangaço ainda predomina naquella riquissima zona do nosso Estado”.

Agora são até os funcionarios estaduaes que se vêm ameaçados em suas vidas por se opporem, com certeza, ás exigencias descabidas do cacique da terra e do seu desmantelado partido.

Segundo informações que dalli nos dirigiram, verdadeiras ciladas estão sendo armadas contra o delegado de policia e contra o sub inspector das redas do Estado, snr. Francisco Vargas.

Todas as noites, as casas destes cidadãos são vigiadas pela capangada, e se acham elles na imminencia de soffrerem o mesmo destino do malogrado jornalista Nathaniel de Camargo.

Urge que uma providencia seja tomada afim de cessar tão absurdo estado de coisas que se não coaduna mais com o progresso do Paraná (OEPR, 11/09/1926, p. 1).

Pelo exposto, a violência política nestas áreas de expansão agrícola e urbana, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, era uma constante. Enquanto Jacarezinho destacou-se como epicentro desses conflitos, Tomazina apresentava um cenário menos explosivo na imprensa – ainda que semelhantemente controlada pelos “coronéis”.

Contudo, a violência não se limitava à esfera das eleições e do cotidiano da cidade. Ela se estendia ao mundo rural, onde trabalhadores – funcionários dos “coronéis” –, ex-escravizados e famílias italianas sofriam sob o mesmo regime de opressão, como veremos no tópico seguinte.

### **3.5 O PODER LOCAL NO MUNDO RURAL: O CASO DOS EX-ESCRAVIZADOS NA FAZENDA DO DR. ANTÔNIO COSTA JÚNIOR**

No início de 1906, o *Diário da Tarde* travou uma grande briga com *A República*, novamente, envolvendo o Dr. Antônio Costa Júnior. A acusação era de que Costa Júnior mantinha seus funcionários em péssimas condições de trabalho, mostrando, com isso, uma certa continuidade em relação ao período escravista. É necessário ressaltar que, como constataram Ruy Wachowicz (1987) e Vanessa Mayrinck (2022), parte dos fazendeiros vindos de São Paulo e Minas Gerais trouxeram um grande contingente de escravizados para essa região antes da abolição. Após esse período, os libertos, com a cidadania negada pela República e sem alternativas viáveis de trabalho na sociedade, continuaram prestando serviços aos seus antigos senhores. Nisso, como demonstra o *Diário da Tarde*, os abusos violentos e as torturas – como o

*tronco* – persistiram mesmo após a abolição.

O *Diário do Paraná*, na coluna sob o título *Linhas*, tinha como objetivo a exposição de alguns casos de abusos de poder e violência dentro e fora do Paraná. Escrita por um jornalista sob o pseudônimo de *Lucrécio*, a matéria reproduzia uma carta enviada por um correspondente ao jornal, que tratava da atmosfera violenta presente na fazenda do Dr. Costa Júnior. Conforme *Linhas*:

No norte do Estado, em Jacarésinho, o fazendeiro paulista, ex-deputado federal e chefe político a uma localidade do Estado vizinho, sr. Costa Junior, se fez de mandarim, e pensando que aquilo ali é um pedaço da China ou da Africa inculta e não do Brazil, está formando um grande grupo de escravos que tem sujeitos e tratados com mais crueldade do que nos idos tempos do escravismo anti-humano.

Esse monstrengo producto da mais torpe olygarchia do seu Estado, fez daquelle recanto do Paraná, uma possessão sua, mandando aprisionar homens trabalhadores para tratarem da sua lavoura, sem outro pagamento que a vara de marmelleiro e o amigo tronco de expiação dos escravos rebeldes (DT, 09/01/1906, p. 1).

Apesar de ser uma notícia de cunho racista – principalmente na comparação com a China e o continente africano –, o jornalista denunciava como o Dr. Costa Junior transformava aquela região uma “possessão sua”, demonstrando a expansão de seu poder local sobre as lavouras. Esse tipo de denúncia causou um enorme incômodo ao jornal *A República*, que, como evidenciado nos tópicos anteriores, agia como defensor dos agentes políticos filiados ao PRP.

Em 11 de janeiro de 1906, dois dias após a publicação do *Diário da Tarde*, uma pessoa não identificada – mas possivelmente próxima ao Dr. Costa Júnior e ao PRP – escreveu uma longa nota em defesa do acusado, sob o título: *Uma explicação*. Para o autor, o motivo da acusação do *Diário* se deu por inveja, pois “(...) o grande crime deste distincto cidadão, é ter do nosso eminente Chefe a maior confiança, como chefe da politica dominante naquella fucturosa localidade” (AR, 11/01/1906, p. 1). No entanto, seu argumento, baseado em preceitos morais e econômicos, apresenta diversas contradições.

Sobre tais contradições, cabe analisar dois pontos. O primeiro é a associação exagerada entre o progresso e a modernização em suas justificativas. Segundo seu defensor, o Dr. Costa Júnior não merecia críticas severas devido aos feitos modernizantes em Jacarezinho e sobre seu papel de “pai fundador”. Ele era considerado o transformador daquela região, outrora tida como um *sertão bruto*, em

riquezas, ou seja, convertendo a terra em algo produtivo na perspectiva capitalista.

Eis a razão única do grande odio contra esse cidadão, a quem aquella zona muito deve pela sua actividade e intelligencia, tendo, tanto elle como seus filhos e genro, emparado alli, há 18 annos para cá, para mais de mil contos de réis, com a formação de grandes fazendas de café e de criação de gado.

Ninguem, por certo, de boa fé, contestará isto que affirmo.

Como vedes, sr. Redactor, o dr. Costa Junior não é um reconvindo áquella localidade, pois alli reside com sua illustre familia há mais de 18 annos e para alli foi, quando aquillo não era senão um sertão bruto (AR, 11/01/1906, p. 1).

Mais adiante, há uma possível menção à dizimação das populações indígenas, especificamente dos Kaingang que, naquele momento, empregavam táticas de guerrilha para defender seus territórios contra os invasores. Conforme a notícia de *A República* (11/01/1906, p. 1), “(...) nunca se ouviu dizer que o dr. Costa Junior martyrisasse a quem quer que fosse e nem que esse bom amigo repellisse do seu terreno sinão áquelles fascinoras, cuja presença, em qualquer lugar onde se achem, macula o chão em que pizam (...)”. O termo “facínora” era comumente utilizado para designar os Kaingang, principalmente sobre suas investidas nas fazendas.

Evidentemente, não há como comprovar o envolvimento direto do Dr. Costa Júnior nos massacres contra os indígenas, já que muitos fazendeiros contratavam bugreiros ou jagunços para evitar responsabilidade direta.<sup>96</sup>

O terceiro ponto aborda um levante de trabalhadores,<sup>97</sup> ocorrido meses antes em sua fazenda, provavelmente em 1905.

É verdade que, há mezes, deu-se um levante na fazenda do Dr. Costa Junior; mas, sr. Redactor, poderá ser elle responsavel por isso, quando, sendo Deputado Federal por S. Paulo, cargo que exerce desde a Constituinte, achava-se, desde Abril, na Capital Federal no

<sup>96</sup> Como demonstrado no segundo capítulo, os jornais não chegam a citar o envolvimento direto dos fazendeiros, apenas alguns colonos, jagunços e bugreiros.

<sup>97</sup> Em 1925 aconteceu outra greve de trabalhadores na fazenda do Dr. Costa Júnior, sendo noticiada pelo jornal *O Brasil* (RJ). Acerca da greve, foi narrado o seguinte: “Por motivos ainda ignorados, declararam-se em greve os colonos e demais empregados da fazenda Companhia Agricola Costa Junior Limitada tendo o gerente da mesma solicitado o comparecimento da autoridade policial e da força publica para restabelecer a ordem naquella propriedade, pois os grevistas ameaçavam levar a effeito uma aggressão aos encarregados da direcção daquella propriedade.

O sr. delegado de policia, logo após a denuncia providenciou para transportarse paar [sic] alli o que não lhe foi possivel por falta de força tendo então requisitado para auxiliá-lo a Guarda Municipal do vizinho municipio de Cambará, que immediatamente se apresentou á autoridade superior da Comarca devidamente uniformizada e armada, tendo prestado relevantes serviços á causa da ordem, pelo que foi muito elogiada pela população local, bem assim como a Camara Municipal de Cambará, pela efficiente organização daquella Guarda, que veiu com reaes vantagens supprir a falta da Policia Militar do Estado” (OB, 27/02/1925, p. 8).

exercício das suas altas funções? (AR, 11/01/1906, p. 1).

Se os trabalhadores realizaram um levante, é indicativo de que as condições de trabalho eram precárias. No entanto, segundo o defensor, Costa Júnior seria isento de culpa por não estar presente no local durante o conflito. Surge então uma questão crucial: se a fazenda era de propriedade do Costa Junior, por que ele não poderia ser responsabilizado pela causa do levante?

O último ponto relaciona-se ao caso do jornalista Nathaniel de Camargo, assassinado em 1925 por dirigir um jornal oposicionista aos “coronéis” de Jacarezinho. Sobre esse contexto, o texto aponta que “antes de assumir a chefia o dr. Costa Junior, havia no Jacarésinho uma forte columna oposicionista. Actualmente ella desapareceu, cedendo o logar a, mais absoluta paz” (AR, 11/01/1906, p. 1). Nota-se que, ao relacionar o caso de Nathaniel de Camargo com o desaparecimento desse jornal oposicionista, fica evidente que essa região não tolerava oposição política. Curiosamente, em 1905, esse jornal simplesmente desapareceu.

Há, porém, uma diferença significativa entre os dois casos quanto à cobertura jornalística. A hipótese é que, no contexto da primeira década do século XX, havia poucos correspondentes para investigar o caso com profundidade – diferentemente do assassinato de Nathaniel de Camargo, que teve ampla cobertura pel’*O Estado do Paraná*.

O defensor de Costa Júnior concluiu sua nota reiterando que a denúncia publicada por *Lucrecio*, no *Diário da Tarde*, foi motivada por inveja e pelo objetivo de “(...) destituí-lo da sua posição de chefe politico” (AR, 11/01/1906, p. 1). Esse argumento, porém, mostra-se frágil, pois – como demonstrado anteriormente – Costa Júnior possuía uma rede de influência complexa e bem estabelecida na região (entre políticos, policiais e juízes), consolidando com efeito seu poder local. Nesse sentido, um jornal, mesmo sendo da capital, não tinha condições para destituí-lo do poder.

Após essa publicação, o *Diário da Tarde* não recuou. Novamente na coluna *Linhas*, *Lucrecio* retomou as acusações, trazendo novas informações sobre Costa Júnior e sua fazenda.

Bem o conhecemos, tanto quando, sizudo e grave, recebia os 75\$ diários na câmara federal, como quando, de botas e esporas, cruzava senhorialmente por Itapetininga, S. Cruz do Rio Pardo e Jacarezinho.  
(...)

Em Jacarezinho, para dar a altura do character do sr. Costa Junior, citam o facto de haver elle, depois da lei de 13 de Maio, que extinguiu

a escravidão, conservado seus escravos, durante dois anos, no inteiro desconhecimento dos benefícios dessa lei e sujeitos ao trabalho e ao tronco, como outrora.

O sr. Costa Junior está actualmente em opposição ao seu primevo partido, ao governo paulista; nullo de prestigio em seu Estado, quer ser chefe politico no Paraná e por isso encontrou quem o defendesse com todo o carinho e arrogancia, o que, afinal, não é raro, pois os mais celebres criminosos do mundo tem tido os mais abnegados defensores na sociedade e na justiça. (...)

Com essa missiva de hontem estampada na folha official, ficamos, porem, sabendo que o tal individuo é chefe politico local de grande prestigio e pessoa de toda a confiança do partido governista do Paraná!... (DT, 12/01/1906, p. 1).

Lucrécio critica Costa Júnior por não ter prestígio em São Paulo e por ter buscado no Paraná o sucesso que não conseguiu no outro estado. Contudo, a questão do prestígio, por si só, não explica as intenções políticas desse agente. Antes de tudo, Costa Júnior era um proprietário de terra – o que significa que, além do prestígio político, buscava formas de acumular riquezas com suas fazendas. Não por acaso, possuía propriedades em Itapetininga, S. Cruz do Rio Pardo e Jacarezinho, expandindo seus domínios rumo ao Norte do Paraná. Assim como outros fazendeiros (como o Major Barbosa Ferraz), almejava ter domínio e poder nos locais onde tinha suas propriedades, justamente para preservar as riquezas nos dois estados e a ampliação do poder local.

O objetivo da queixa era que, diante das denúncias de violações ao código penal paranaense e das arbitrariedades cometidas, “(...) o governo fizesse com que as autoridades do Jacarézinho ao menos (...) não fizesse com elle causa commum”. Em um tom pessimista, Lucrécio reconhece a pouca eficácia de sua denúncia, pois “(...) o tal individuo é chefe politico local de grande prestigio e pessoa de toda a confiança do partido governista do Paraná” (DT, 12/01/1906, p. 1). Ou seja, de qualquer forma, Costa Júnior seria protegido pelos dirigentes do Partido Republicano Paranaense, que naquele momento estendia sua influência por diversas regiões do território paranaense. Após essa publicação, como verificado, *A República* deixou de abordar o caso, ignorando completamente as acusações do *Diário da Tarde*.

### **3.6 AS FAMÍLIAS ITALIANAS NA CIA AGRÍCOLA BARBOSA FERRAZ**

Na década de 1920, caso semelhante ao da fazenda do Dr. Costa Júnior ocorreu na Companhia Agrícola Barbosa Ferraz, localizada em Cambará. O

escândalo teve repercussão internacional, pois foi noticiado por jornais ítalo-brasileiros, paulistas e paranaenses, além de envolver o Itamaraty e os consulados brasileiro e italiano. Tratava-se de famílias italianas que, supostamente raptadas pelos administradores da fazenda, encontravam-se em condições de trabalho precárias, em flagrante contradição com o estabelecido no contrato.

A fazenda da Cia Agrícola Barbosa era considerada uma das mais modernas da região, equipada com maquinário avançado e oferecendo “boas condições” de trabalho aos contratados. A fama da fazenda foi tamanha que atraiu a atenção do paranista Romário Martins.

Em 1923, Romário Martins realizou uma expedição ao nordeste do Paraná com o objetivo de conhecer a região e, a partir dessa viagem, registrou suas impressões sobre a atividade pioneira, a derrubada das matas, a formação de fazendas, algumas formas de contrato propostas pelos grandes fazendeiros e a expansão dos cafezais. Esses registros anteciparam o que posteriormente geógrafos como Pierre Monbeig (1935) e Leo Waibel (1955) classificariam como efeitos da *frente pioneira*: a transformação de um espaço improdutivo em produtivo.

Em suas observações, Martins (1923) descreveu a Cia Agrícola Barbosa Ferraz como uma das “(...) maiores e mais notáveis Fazendas de Café do Paraná (...)” (Martins, 1923, p. 44). Em uma análise geral da propriedade, destacou que:

A da COMPANHIA AGRICOLA BARBOSA é um estabelecimento modelar, traçado de linhas grandiosas e prosseguido com o methodo que faz honra ao seu illustre Diretor Sr. Léo Barbosa e aos seus dignos irmãos e auxiliares srs. Aristides e Braulio Barbosa. Como organização completa, de fim determinado, e mesmo como valor financeiro e econômico, é a Fazenda da Companhia Barbosa o mais notável estabelecimento [de toda a] indústria[!] paranaense.

*Em tudo se percebe alli uma intenção superior e uma direcção competente, claramente orientada no sentido e no espirito de uma admirável ordem systematica.*

As suas construções, quer nas lavouras quer nas suas dependências industriaes e commerciaes, quer, ainda na casa de residencia do Diretor e sua familia, denotam desde logo, ao visitante, uma preocupação de ordem e de esthetica.

O vasto Pavilhão das Machinas Seccadoras, Descaroçadoras, Separadoras, Catadoras, etc., para beneficiamento do Café, do Arroz, preparo de forragens etc., por si só constitue um estabelecimento industrial de primeira ordem em qualquer parte do paiz. A fazenda possui oficinas para vários fins e entre ellas a de Serraria, Marcenaria e Carpintaria é completa no seu aparelhamento, servida de machinismos aperfeiçoados e de arificies e operários competentes. Accionam a machinaria numerosa, motores formidáveis.

(...) *Essa é a [nossa] Fazenda typo, de Café do [Paraná] (1923,*

p. 44-45, grifos nosso).

Segundo Martins (1923), a fazenda da família Barbosa Ferraz encarnava a modernidade, sendo uma representação fidedigna do progresso, pois era equipada com diversas máquinas de primeira linha. Por essas características, deveria servir como modelo para as demais fazendas cafeeiras do Paraná. Os contratos de trabalho e a modernização técnica sugeriam que essas propriedades – incluindo as de Willie Davids, Dr. Costa Júnior, Infante Vieira e outros – eram vistas como ambientes propícios ao trabalho e, conseqüentemente, capazes de garantir a prosperidade dos colonos contratados.<sup>98</sup>

Além do registro de Romário Martins, a fazenda foi objeto de uma extensa reportagem intitulada *Sertão em Flôr*, publicada no jornal *O Dia*. Adotando perspectiva semelhante ao do paranista, o jornal relatou que:

A casa de morada da Fazenda Barbosa bem symboliza a riqueza da propriedade que ahi se formou em lances verdadeiramente admiráveis, até attingir um milhão e duzentos mil cafeeiros, crescidos com a mesma força, formados com o mesmo viço. E mais ainda, o espírito de elite que idealizou plano tão grandioso e o realizou em todos os detalhes.

É a morada ao mesmo tempo palácio e casa de campo. Tem sumptuosidade e singeleza, conforto e elegância, severidade e poesia. Foi delineada para marcar a séde de uma formidável empresa, tendo

---

<sup>98</sup> Sobre os contratos, Romário Martins observou que "(...) há tratos de toda especie, sendo os communs os seguintes: 1) O proprietario manda derrubar o matto, queimar, alinhar, plantar e coviar pro sua conta, sendo hoje o preço, em Jacarésinho, \$350 por cóva, entregando a seguir e neste estado aos colonos, que farão um dos dois tratos seguintes.

- a) Tratará o café por 'anno', podendo plantar entre as ruas milho e feijão (que lhe pertencerão). Os preços variam de 100\$000 por mil pés e por anno até 300\$000. O proprietário dará aos colonos casa de morada (de pau á pique no principio) mangueirão para porcos e pasto para seus animaes. Os colonos ficam obrigados ao concerto das cercas e a uma limpa do pasto por anno.
- b) Tratará o Café por quatro annos, podendo plantar milho e feijão, como abaixo é explicado, e receberá 'no fim' dos quatro annos de \$400 a \$600 por cada cóva que tenha quatro troncos de café, sendo descontados 100 reis por cada tronco que faltar e 2\$000 para cada 'falha' completa. (...)

2) O proprietario entregará o matto ao colono e elle fará todo o serviço por sua conta, entregando a empreitada no fim do 'quarto' anno e recebendo \$750 a 1\$000 por cova, sendo tudo mais nas mesmas condições do trato 1, b.

3) O proprietario entregará o matto ao colono e elle fará 'tudo' por sua conta entregando a empreitada no fim de 'seis' annos e 'nada' receberá, pagando-se com o producto dos cereaes, plantados de accordo com o contracto 1 b, contunando, no 5° e 6° annos, a plantar ruas alternadas de milho e ficando com 'todo' o café produzido durante esse tempo.

Esses 'tratos' são os mais communs, mas há muitos outros de occasião, etc. (...)

Em regra o caboclo não presta para este trato, que é feito sob a base da ambição do colono. O melhor colono neste caso é o japonez, depois o italiano da alta Italia; mas o japonez é hoje encontrado com mais facilidade, é docil (desde eu se cumpram fielmente os tratos com feitos com elle) e muito trabalhadores, porem, para derrubar o matto, queimal-o e coviar, não há como o caboclo" (Martins, 1923, p. 48-50).

diante de um terreno de café que vale uma fortuna, pois com o seu custo podem-se montar algumas centenas de terras. E é ahi que a machina moderna prepara 60.000 saccas do precioso grão, para tornal-o ouro de lei (OD, 08/07/1924, p. 1).

Fica evidente, nesse momento, que havia um esforço na construção de uma imagem positiva da fazenda. Essa ação pode ser explicada por diversos fatores, como a atração e recepção de novos investidores, compradores de terra e trabalhadores rurais. A imagem que é construída também remete a um sertão que passou por um processo de “civilização”, análogo ao desenvolvimento de cidades como Ribeirão Preto ou São Paulo. Esse aspecto era crucial para atrair colonos estrangeiros, que, não acostumados a regiões com presença indígena, mata fechada e infraestrutura precária, sentiam-se mais seguros ao saber que a Companhia era descrita como um verdadeiro “palácio”, com “conforto e singeleza”.

Contudo, por trás do discurso de progresso e modernidade, escondiam-se algumas contradições. Nesse sentido, há o exemplo das famílias italianas submetidas a condições de trabalho precárias que foi parcialmente analisado por Nadir Cancian (1977). À época, o Paraná não oferecia subvenção para transportar os migrantes europeus às fazendas paranaenses – o que era comum em São Paulo. Muitos fazendeiros, possuindo propriedades em ambos os estados, passaram então a utilizar os incentivos paulistas para recrutar famílias estrangeiras, frequentemente sem seu pleno consentimento, e trazê-las para suas fazendas paranaense. Esse é o caso analisado, de maneira breve, por Cancian com base no ofício do Real Cônsul da Itália, Ugo Tomazzi:

De uma investigação pessoalmente feita pelo Commandante Umberto Tomezzoli, Real Inspector de Emigração no Brasil, resulta que nos mezes de Fevereiro e Março deste anno chegaram em Santos com os paquetes Mendoza e Formosa 23 familias de colonos italianos clandestinamente recrutados na Italia pelos agentes Ginquetti Vittorio e Piccione Natare e por conta das fazendas da ‘Sociedade Agricola Barbosa’ em Cambará (Estado do Paraná). De mais, foi averiguado que estes colonos foram illudidos acerca da localidade onde teriam de trabalhar, sendo que as cadernetas do Patronato Agrícola de São Paulo que estão em posse delles e que teem valor de contracto agricola, comprovam que os ditos colonos foram recrutados para trabalhar numa fazenda do Estado de São Paulo e que por nenhuma causa podiam ser internados no Paraná. *Além disto é preciso considerar que os referidos agentes não só iludiram os colonos, os quaes consideram o contracto juridicamente nullo, mas enganaram também o Estado de São Paulo do qual exigiram as não pequenas despesas de viagem da Itália até Ourinhos.*

Tenho fé que as autoridades paranaenses, assim como têm demonstrado... não desejarão com certeza introduzir no Paraná métodos e sistemas de imigração e disciplina de trabalho agrícola já decahidos a muitos anos no Estado de S. Paulo que foi o primeiro organizador da fazenda e da imigração com a viagem paga (Paraná, 1924, p. 216 *apud* Cancian, 1977, p. 233-234, grifo nosso).

A análise de Cancian (1977) também foi citada por Nelson Tomazi (1997, p. 167-168). Mas, dadas as condições da época e acesso às fontes, não houve outras perspectivas sobre o caso além do relatório do consulado. O incidente, como afirmado anteriormente, chamou a atenção da imprensa, revelando as tensões políticas e discursivas acerca do conflito. Além disso, a análise das notícias permite identificar novos agentes sociais que estavam envolvidos no caso e que são de suma importância: o cônsul italiano João Baptista Gervazoni, responsável pela intermediação entre fazendeiros e colonos, e o juiz de direito Leonel Pessoa, da comarca de Jacarezinho.

Um dos primeiros jornais a tratar do caso foi o *Fanfulla*, jornal publicado no Brasil e escrito em italiano, voltado aos migrantes. Em uma série de publicações curtas (01/09/1923, p. 3; 07/09/1923, p. 3; 08/09/1923, p. 2), o jornal considerou o incidente como algo desagradável, pois abalava a “bondade institucional” do Brasil. Além disso, buscava pressionar as autoridades a tomar providências urgentes, principalmente em relação às famílias e à João Gervazoni. Não dar a devida atenção ao caso, segundo o *Fanfulla*, era abrir brechas para que “fazendeiros com mentalidades retrógradas” fizessem o que quisessem com colonos de outras nacionalidades.

Previendo que essas publicações poderiam prejudicar a reputação da Cia Barbosa Ferraz, os advogados da companhia começaram a se mobilizar. No dia 21 de setembro, foi publicada uma nota na coluna de *O Dia*, intitulada *Um incidente policial*, na qual se buscava defender a imagem do Major Barbosa Ferraz Júnior, justificando que ele era um dos lavradores mais “dignos” e “operosos” de Ribeirão Preto, São Paulo e Paraná, e que as notícias que surgiram eram de “má fé”, fruto da “politicagem de aldeia”, como se algum fazendeiro estivesse tentando derrubar o Major do jogo das relações de poder (OD, 21/09/1923, p. 2).

Em novembro, foi publicado uma notícia extensa em defesa da Cia Agrícola no *O Estado de São Paulo*, escrita por Vicente Ran (um dos advogados da companhia). Para o advogado, o incidente de fato ocorreu, mas, como indicava o subtítulo da notícia, os fatos foram “mal contados”.

Vicente Ran iniciou seu texto comentando sobre a repercussão do caso nos jornais *Fanfulla* e *Il Piccolo*, que, em seu modo de ver, caíram em uma armadilha, pois foram “(...) iludidos em sua boa fé e acolheram notícias redondamente falsas, prejudiciaes ao bom nome do país e á boa fama da Companhia Agricola Barbosa” (OESP, 06/11/1923, p. 7).

Complementou argumentando que o conflito não ocorreu devido ao rapto das famílias para o Paraná, mas por conta de alguns trabalhadores “indisciplinados”. Estes, segundo ele, “(...) pretenderam, sem sucesso, implantar anarchia entre os operarios. Por não o terem conseguido abandonaram a fazenda e familia, solicitando, sem motivo para isso, a intervenção do (...) sr. Gervasoni” (OESP, 06/11/1923, p. 7). Até o momento, não foi explicada a motivação da revolta desses trabalhadores. Em seguida, Gervazoni atendeu ao pedido de intervenção, solicitando uma ordem de *habeas corpus* “(...) afim de serem retiradas da fazenda as familias dos reclamantes que estes diziam ‘sequestrados’” (OESP, 06/11/1923, p. 7). Para o advogado, essas famílias não foram sequestradas, mas, como deixou claro, estavam em débito com a companhia – ou seja, independentemente das ocorrências e suas complicações, as famílias deviam aos administradores, logo estavam submetidas aos interesses e controle dos patrões.

Em resumo, Vicente Ran afirmou que a postura do cônsul Gervazoni foi um exagero, especialmente em sua abordagem considerada “autoritária” e “abusiva”. Com os proprietários ausentes da fazenda, Gervazoni e um grupo de pessoas “(...) foram recebidos pelo fiscal e o maltrataram, quando pretendiam ir além da propria ordem judicial. O fiscal protestou. Pois, por mais espantoso que pareça, o agente consular deu voz de prisão ao fiscal” (OESP, 06/11/1923, p. 7).

Além disso, o advogado alegou que o juiz de direito de Jacarezinho, Leonel Pessoa, estava sendo parcial ao acatar a denúncia de Gervazoni. O sentido dado pela notícia era de que Gervazoni, junto às autoridades locais e à população, estariam articulando um complô contra a Cia Barbosa Ferraz. Também foi sugerido que Gervazoni se fazia de vítima, principalmente por alegar ser perseguido pelos “coronéis” da região. Essa questão foi levantada após Gervazoni acusar três empregados da fazenda de tentativa de assassinato contra sua pessoa, após a denúncia do caso. Segundo a acusação, a tentativa teria ocorrido no caminho entre Ourinhos e Cambará, próximo à fazenda Leoflora – pertencente ao Leovegildo Barbosa Ferraz. Vicente Ran contestou essa versão.

Entretanto, o caso da suposta tentativa de assassinato não deve ser descartado, considerando que, anos antes, houve um episódio semelhante envolvendo Gervazoni. Conforme as edições dos dias 05 e 07 de março de 1914 de *A República*, houve uma tentativa de assassinato por envenenamento contra Gervazoni, tanto é que a substância coletada foi enviada à Curitiba para ser analisada pelo farmacêutico José Cypriano Rodrigues Pinheiro, funcionário da Universidade do Paraná, confirmando a presença de veneno em um frasco destinado ao Gervazoni (AR, 05/03/1914, p. 2; AR, 07/03/1914, p. 2). Presume-se, a partir desses dois casos, que o cônsul causava certo incômodo a alguns agentes daquela localidade.

Voltando a 1923, em dezembro foi publicada outra defesa em *O Dia*, redigida por outro advogado da companhia, Lucas de Arruda Serra. Essa defesa tratava mais do episódio da suposta tentativa de assassinato ao cônsul do que das famílias italianas – ficando para o plano secundário. Para o advogado, a acusação de Gervazoni não se sustentava e, além disso, era movida pela politicagem de Jacarezinho “(...) para envolver no incidente os Directores daquela Companhia” (OD, 04/12/1923, p. 5). Em sua arguição, além de argumentar que a acusação era falsa, afirmou que os relatos do denunciante eram meros delírios, “(...) o caso do assalto ao sr. Gervasoni não passaria de um caso clinico (...)” (OD, 04/12/1923, p. 5).

Em 1924, o caso continuou repercutindo na imprensa paranaense, chegando ao Superior Tribunal de Justiça do Paraná.

O Superior Tribunal de Justiça do Estado, por unanimidade, resolveu na sessão de hontem enviar ao desembargador Procurador Geral da Justiça, para proceder na forma da Lei, a reclamação apresentada pelo sr. João Carlos de Aguiar contra o Juiz de Direito da Comarca de Jacarésinho.

Não há muito, na secção livre do “Estado de S. Paulo”, importante e conceituadissima firma industrial do norte do Estado, por seu advogado, e a proposito um irritante incidente provocado por um agente consular italiano, fez áquella autoridade judiciaria as mais graves accusações e nós mesmos tivemos ensejo de nos referir a um inquerito a que a policia não deu publicidade.

Constava desse inquerito, segundo informações positivas, dentre outras, o original de um mandado no qual o Juiz de Jacarésinho determinava o cumprimento de diligencia illegal e violenta (OD, 06/02/1924, p. 2).

Através dos jornais, surgem duas perspectivas opostas: uma que defende a reparação legal dos colonos italianos e a investigação rigorosa do caso perante as autoridades internacionais, como apresentada pelo *Fanfulla*; a outra consiste nas

defesas elaboradas pelos advogados da companhia, buscando apontar inconsistências nas acusações. Sobre esta segunda versão, um aspecto relevante diz respeito aos veículos que publicaram as defesas – reproduzidas tanto em um dos principais jornais do Paraná (*O Dia*) quanto de São Paulo (*O Estado de São Paulo*). Pretendia-se, a partir disso, alcançar um público mais amplo, possivelmente os grupos vinculados ao café e aos colonos em busca de trabalho nas fazendas. Essa estratégia explica a insistência e esforço em manter uma imagem positiva, pois qualquer conflito desse tipo poderia resultar na diminuição da mão de obra disponível, especialmente numa região considerada como “sertão inóspito”, prejudicando a produtividade da Cia Barbosa Ferraz. Outro ponto significativo é a completa ausência, nos jornais analisados, da versão de João Gervazoni e do juiz Leonel Pessoa – ou dos próprios colonos.

Esse último só teve a oportunidade de se manifestar sobre o caso em 1927, devido a um conflito com Leovegildo Barbosa – um dos proprietários da fazenda e então deputado estadual no Paraná. O atrito surgiu quando Leovegildo Barbosa, em discurso proferido na Assembleia Legislativa do Paraná, acusou o juiz de ser, em primeiro lugar, indolente e um obstáculo ao progresso econômico da comarca de Jacarezinho (ou seja, um entrave aos interesses dos grandes fazendeiros) e, em segundo lugar, por atuar como juiz parcial e político. Segundo a defesa apresentada por Leonel Pessoa:

A primeira accusação já me foi feita em forma menos agressiva em publicação assignada pelo sr. Dr. Lucas de Arruda Serra, advogado, amigo e mentor do meu accusador [Lucas de Arruda Serra, é o advogado que escreveu a nota de defesa no *O Dia*, em 1924, representando em favor da Companhia Agrícola contra o caso da tentativa de assassinato contra o Gervazone].

A segunda, porem, é nova e é a primeira que se me faz em todo o meu tirocinio de magistrado. Acredito mesmo que o nobre deputado tenha lido errado o que no discurso estava escripto, pois o sr. Serra sempre em seus escriptos proclamava não faltarem os requisitos moraes de um bom juiz.

Que não sou indolente prova-o o facto de ter sido por mim julgada a decima parte dos feitos de que, no anno passado, tomou conhecimento o Superior Tribunal de Justiça, como se vê no relatório do seu Presidente.

Além desses feitos que subiram á Superior Instancia em gráo de recurso, proferi grande numero de despachos e sentenças das quaaes as partes não recorreram.

Só nos quatro mezes e dias que mediaram entre 1 de Setembro de 1926 e 22 de janeiro de 1927, proferi noventa e um julgamentos e setecentos e cincoenta e quatro despachos diversos, alguns

longamente fundamentados, como tudo o “Dia” poderá verificar pelas notas que tenho nesses cadernos que aqui lhe mostro (OD, 05/04/1927, p. 1).

Sob o título *Sensacional defeza do Juiz de Jacarézinho* e acompanhado do subtítulo *Famílias italianas prisioneiras*, estampado na primeira página do jornal, foi revelado um conjunto de relatos que diferem das narrativas dos advogados da companhia, publicadas entre 1923 e 1924. Leonel Pessoa destacou a atmosfera da época do incidente, deixando claro que, como juiz, teve que impor diversas restrições aos métodos de ação da companhia. Ressaltou ainda que, desde o momento que assumiu o cargo, houve inúmeras reclamações feitas por João Gervazoni, principalmente sobre a maneira como os colonos italianos eram tratados. A violência cometida era tamanha que chamou a atenção do juiz:

Chegou porem, a ocasião em que, com a responsabilidade do referido Agente me foi denunciado um facto não só attentatorio das leis, como da dignidade humana.

Queixou-se o Agente Consular que, pelo facto de seus maridos haverem abandonado o serviço da fazenda sob a gerencia do Sr. Leovegildo Barboza Ferraz, *famílias italianas se conservavam prisioneiras e haviam sido transportadas para outra fazenda também de propriedade dos Barbozas e situada em zona afastada, sendo ali obrigados a rude trabalho a que não estavam afeitas.*

Ainda inclinado a acreditar que houvesse exagero na narração dos factos limitei-me na ocasião a tomar a branda medida de mandar intimar o administrador da fazenda para me apresentar as referidas mulheres. Esperava eu que essa medida desse resultado satisfactorio, simplesmente com as explicações que me fossem dadas e com o ordenar, como depois o fiz, que as referidas mulheres ficassem sob a guarda do referido Agente Consular. Enganei-me, porem. *Feita a intimação ao administrador João Gomes, este empunhando uma carabina desrespeitou o meu mandado declarando que só recebia ordens dos seus patrões e que a justiça ali nada mandava.* Siente do resultado de dilligencia fiz imediatamente voltar o official de justiça, acompanhado pelo delegado de policia, por parte do destacamento local e por diversas pessoas classificadas que revoltadas contra o desrespeito ao mandado se promptificaram a prestar auxilio para execução do mesmo. Na estrada, pela madrugada foram as mulheres, cuja libertação era pedida, *encontradas dentro de um caminhão e sendo conduzidas, sob a vigilancia de capangas para uma outra fazenda também dos Barbozas e situada no municipio de Chavantes, no Estado de S. Paulo* (OD, 05/04/1927, p. 1, grifos nosso).

Um aspecto crucial nesse argumento é a contradição com a narrativa apresentada pelo advogado Vicente Ran, nas páginas d’*O Estado de São Paulo* (1924). Em nenhum momento o advogado mencionou a conduta violenta do administrador João Gomes. Pelo contrário, colocou-o no papel de vítima,

transformando o cônsul Gervazoni em algoz. Outra questão que chama a atenção refere-se ao poder da propriedade privada: o caso sugere que os eventos ocorridos dentro de uma propriedade privada estariam imunes à interferência pública (e judiciária), ou seja, o juiz não teria autoridade para intervir. O relato de Leonel Pessoa sobre as declarações de João Gomes – que “só recebia ordens dos seus patrões e que a *justiça ali nada mandava*” – ilustra esse ponto.

Em seguida, Leonel descreve então a surpresa: ainda de madrugada, as famílias foram transportadas por capangas para uma outra fazenda em São Paulo. Esse episódio demonstra como a companhia elaborou uma estratégia para evitar a investigação ou a retirada das famílias. Ao transferir as famílias para São Paulo, o caso deixava de ser da competência de Leonel Pessoa. Além de aproveitarem a subvenção de São Paulo para trazer famílias italianas ao Paraná (Cancian, 1977), a posse de fazendas em ambos os estados permitia à companhia escapar da jurisdição local.

Posteriormente, Leonel afirmou que “o administrador [João Gomes] tendo sido conduzido á minha presença *confirmou as acusações formuladas pelo Agente Consular* e tendo sido processado foi por mim codemnado pelo desacato (...)” (OD, 05/04/1927, p. 1, grifo nosso). Embora a sentença tenha sido proferida, o Superior Tribunal a converteu em simples pagamento de fiança.

Este caso levanta uma questão fundamental: se a companhia não estava cometendo irregularidades, por que não manteve as famílias em sua propriedade e permitiu a investigação? Novamente, a elite local aparece não reconhecendo o poder do judiciário sobre o caso, pois esses grandes proprietários não aceitavam a ingerência do poder público em assuntos que consideravam privados ou domésticos. Nesse sentido, jamais se sujeitariam a serem julgados, pois se consideravam a “própria lei” ou a “própria justiça”.

Não se sabe o que de fato aconteceu com essas famílias após ser transportadas para São Paulo. O que se evidencia são as relações de poder nesse conflito. A companhia mobilizou recursos para publicar nos principais jornais do Paraná e São Paulo, construindo simultaneamente uma narrativa que desqualificava as denúncias do *Fanfulla*, do cônsul Gervazoni e do juiz Leonel Pessoa.

Finalizando, os relatos sobre violências contra as famílias italianas não podem ser descartados, pois as narrativas do *Fanfulla* e de Leonel Pessoa possuem grande relevância. Contudo, considerando o desfecho do caso contra João Gomes e o

arquivamento das investigações, torna-se evidente que a Companhia Agrícola Barbosa Ferraz não enfrentou consequências significativas, possivelmente, permanecendo na impunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX e início do XXI, a região conhecida como “Norte Pioneiro” do Paraná foi objeto de diferentes estudos que contribuíram tanto para a criação de imaginários sociais quanto para a promoção de uma determinada identidade cultural. Nessa “arena”, reúnem-se perspectivas diversificadas – ambíguas, consonantes e contraditórias –, sobretudo no que tange ao embate pela memória.

Neste trabalho, foram analisados esses diferentes olhares: da geografia das décadas de 1930 e 1950; da historiografia clássica de 1970 a 1980; da visão memorialista; e da “historiografia do século XXI”. A intenção foi extrair o que essas produções têm em comum, observando o surgimento de algumas problemáticas históricas no processo de formação do nordeste paranaense – problemáticas que esta pesquisa procurou resolver.

Percebeu-se que as três primeiras dimensões serviram de dispositivos para a criação de uma imagem positiva dessa região, transformando-a na “Nova Canãa”, em paraíso terrestre ou lugar pacífico. Seu eixo de análise está calcado na ideia do “pioneiro”, ou seja, o homem que primeiro “desbravou” essas matas e que “civilizou” o sertão. Essa imagem prevalece até os dias atuais. Contudo, a “historiografia do século XXI” vem se desvencilhando da memória pioneira, buscando outras formas de compreender e interpretar a construção do nordeste do Paraná.

Este trabalho originou-se da problematização da imagem positiva criada pelos dispositivos científicos e memorialísticos em torno do nordeste paranaense. O objetivo central foi desconstruir esse imaginário, propondo uma leitura a contrapelo da região a partir das injustiças sociais. A análise documental de jornais e livros de memória revelou a necessidade de categorizar as violências em três dimensões: a interétnica e a política — esta última manifestada tanto no *mundo rural* quanto no *urbano*. Desse modo, o trabalho buscou discutir a conquista dos territórios indígenas e a articulação da elite local, que atuava nesses dois âmbitos para a manutenção e expansão de seu poder.

No segundo capítulo, buscou-se entender o conflito interétnico não somente a partir da ação dos colonos, mas também dos diferentes agenciamentos que os Kaingang e Guarani desenvolveram na situação de contato. Foi constatado que houve agenciamentos distintos: enquanto os Kaingang faziam táticas de guerrilha – queimando casas, matando animais e pessoas como forma de afastá-las de seus

territórios –, os Guarani agiam por via diplomática, tendo à frente a liderança indígena Marcelino Je-piaju, com o objetivo de obter a demarcação legal e o reconhecimento de suas terras.

A análise dos jornais permitiu uma interpretação mais detalhada sobre a figura do Je-piaju. Além de suas produções intelectuais – como a confecção de um dicionário Guarani-Português –, destacou-se como liderança nas tomadas de decisão, atuando tanto na defesa do território<sup>99</sup> quanto na proteção da vida dos Guarani da Barra Grande (atual TI Pinhalzinho). Evidenciou-se, ainda, que Je-piaju evitou um genocídio contra seu povo em 1909: na ocasião, enviou uma representação por escrito ao governo, a qual foi reproduzida pelos principais jornais do Brasil.

Essa série de conflitos envolvendo a população nacional e os indígenas, teve longa duração, estendendo-se da segunda metade do século XIX até seu “encerramento” em 1912. Em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios estabeleceu-se na região do rio das Cinzas e Laranjinha com a tentativa de conter as violências contra os Kaingang. Contudo, a intervenção chegou tarde: três anos antes, ocorreu o extermínio em massa desse grupo étnico. Os indígenas, no sentido exposto, encontravam-se submetidos a uma relação de poder profundamente assimétrica, dadas as armas e a quantidade de colonos estabelecidos nessa região. Tais episódios revelam uma faceta que não é contada – de maneira geral, nos livros de memória ou na historiografia clássica –, em que as populações locais tiveram que empreender esforços para dizimar os indígenas, tornando efetiva sua conquista territorial.

Os conflitos interétnicos não constituem a única forma de violência vinculada à reocupação moderna do nordeste paranaense. Nesse mesmo período, a elite local

---

<sup>99</sup> O tipo de agência de Marcelino Je-piaju reflete as ações de outros indígenas no campo político e no tempo presente, como Davi Kopenawa Yanomami, Raoni Metuktire, Mário Juruna, Sônia Guajajara etc., em busca da valorização e do direito histórico sobre suas terras. Vale destacar que esse direito foi reconhecido em diferentes períodos da história brasileira e, mesmo assim, foram violados. Para se ter uma ideia, conforme a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 127), “o princípio dos direitos indígenas às suas terras, embora sistematicamente desrespeitado, está na lei desde pelo menos a Carta Régia de 30 de julho de 1609. O alvará de 1º de abril de 1680 afirma que os índios são ‘primários e naturais senhores’ de suas terras, e que nenhum outro título, nem sequer a concessão de sesmarias, poderá valer nas terras indígenas. É verdade que as terras interessavam, na Colônia, muito menos que o trabalho indígena. Mas até quando se inverte o foco desse interesse, em meados do século XIX, e, menos do que escravos, se querem títulos sobre terras, ainda assim se respeita o princípio. Para burlá-lo, inaugura-se um expediente utilizado até hoje: nega-se a sua identidade aos índios. E, se não há índios, tampouco há direitos. Quanto ao direito constitucional, desde 1934, é respeitada a posse indígena inalienável das suas terras. Diga-se em sua honra, foi na bancada amazonense que teve origem a emenda que consagrou esses direitos em 1934 (Carneiro da Cunha, 1987: 84-ss). Todas as Constituições subsequentes mantiveram e desenvolveram esses direitos, e a Constituição de 1988 deu-lhes sua expressão mais detalhada”.

empenhava-se em expandir e concentrar seus poderes. No terceiro capítulo discutiu-se como a elite local estava desdobrando suas formas de controle e vigilância sobre a população por meio da violência.

Com base no *sistema coronelista* teorizado pelo Victor Nunes Leal (2012), foi mostrado como a elite local realizava pactos entre si para perseguir a oposição política, controlar a circulação de informações comprometedoras ou subjugar a população do campo. Em alguns casos, observou-se como essa elite ficou impune de tais práticas em virtude de seu pacto com o judiciário; na mesma ocasião, ficaram evidentes as relações entre o Dr. Costa Júnior (chefe local) e o Cel. Figueiredo (comissário de polícia), nas quais dispndiam esforços na contratação de “jagunços” para eliminar a oposição política.

Esse “modo” de fazer política, também é atrelado ao controle das informações, daquilo que deve e não deve ser veiculado nas cidades, como no caso da censura que o Cel. Figueiredo impôs ao jornal *O Estado do Paraná*, sabotando seus números após a denúncia do caso do assassinato do jornalista Nathaniel de Camargo.

Ressalta-se, ainda, que esse trabalho não conseguiu responder algumas questões, tendo como objetivo central a desconstrução do discurso de passividade na formação territorial e na interpretação de um nordeste paranaense vinculado aos casos de violência. Contudo, ainda faltam estudos que investiguem, com profundidade, as relações entre as famílias dos “coronéis”, isto é, um estudo prosopográfico dos dirigentes dessa região e como atuaram com as outras elites dos territórios paranaense, paulista e mineiro. Outra questão importante é a respeito do lugar denominado como “Aldeia”, localizado ao noroeste do perímetro urbano de Santo Antônio da Platina, onde há fortes indicações de que ali era um território dos Kaingang, existindo até 1940 conforme o mapa do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (Apêndice C). Se de fato havia um território ali, o que teria acontecido com ele?

Para finalizar, vale lembrar que as tensões e os conflitos que compuseram o período retratado nesta dissertação não aconteceram naturalmente: foram ocasionados por um sistema capitalista em constante expansão, contexto em que a situação de contato, a transformação da terra em capital e a expropriação das populações indígenas, como refletida pelo antropólogo Eric Wolf (2005), se tornavam inevitáveis. Os grandes proprietários de terras, latifundiários e com certa experiência nas fazendas de São Paulo e Minas Gerais, buscavam terras novas no nordeste

paranaense e em outras localidades do Brasil, alargando as fronteiras econômicas do país e ocupando espaços que foram transformados em vazios demográficos. Esses fazendeiros tinham como objetivo a plantação de café em larga escala, prevendo o lucro individual ou do grupo familiar (como no caso das famílias Barbosa Ferraz, do Dr. Costa Júnior, dos Figueiredos etc.), atendendo às demandas econômicas internacionais com a exportação do produto. Para o sucesso do negócio ou para o “progresso” econômico do país, fazia-se necessário superar todos os obstáculos, mesmo que a vida humana fosse um entrave nesse processo.

Assim, um dos objetivos específicos deste trabalho foi servir como uma contribuição para a historiografia do nordeste paranaense. Os casos analisados são de extrema sensibilidade, demandando certos cuidados no tratamento das fontes. O discurso sobre um lugar pacífico, ordeiro e organizado possivelmente sempre existirá, pois trata-se da interpretação de um determinado grupo sobre sua própria história, construída por meio da oralidade e memória de seus antepassados. No entanto, é fundamental que essa perspectiva seja colocada sob suspeitas, já que o discurso de um grupo não corresponde à realidade histórica em sua totalidade, mas apenas a uma parte dela. Nesse sentido, é pertinente a lição de Walter Benjamin (1987 [1940], p. 224), nas *Teses sobre o conceito da história*, pois “(...) o dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer”.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### Jornais

*Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), Acervo Estadão, Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM) e acervos online.*

*Jornais e revistas consultadas (entre as décadas de 1870 e 1930).*

#### Paraná

##### *A Notícia*

12/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=187666&pesq=&pagfis=231> Acesso em: 13/08/2025

##### *A República: órgão do Partido Republicano Paranaense*

31/05/1901, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=12157>  
Acesso em: 11/12/2024.

02/03/1902, p. 3. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=13060> Acesso em: 13/08/2025.

31/10/1904, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=16200>  
Acesso em: 11/12/2024.

11/01/1905, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16448> Acesso em: 11/12/2024.

31/01/1905, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=16515>  
Acesso em: 11/12/2024.

23/03/1905, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=16688>  
Acesso em: 11/12/2024.

23/06/1905, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16999> Acesso em: 11/12/2024.

11/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=17685> Acesso em: 13/08/2025.

19/05/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=18135> Acesso em: 13/08/2025.

07/09/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=18515>

Acesso em: 11/12/2024.

02/04/1908, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=20531>

Acesso em: 11/12/2024.

24/12/1908, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=21443> Acesso em: 11/12/2024.

24/03/1909, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pagfis=21747>

Acesso em: 11/12/2024.

10/08/1911, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=24732> Acesso em: 13/08/2025.

05/03/1914, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=27930> Acesso em: 14/08/2025.

07/03/1914, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=215554&pesq=&pagfis=27938> Acesso em: 14/08/2025.

#### *Correio de Notícias*

28/06/1988, p. 18. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538\\_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27213](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=325538_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=27213) Acesso em: 11/12/2024.

#### *Diário da Tarde*

29/05/1901, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=2534> Acesso em: 11/12/2024.

24/08/1905, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=7158> Acesso em: 13/08/2025.

05/09/1905, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=7198> Acesso em: 13/08/2025.

09/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8272> Acesso em 13/08/2025.

12/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8284> Acesso em: 13/08/2025.

15/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8292> Acesso em: 13/08/2025.

16/01/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8296> Acesso em: 13/08/2025.

10/04/1906, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8583> Acesso em: 11/12/2024.

23/04/1906, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=8622> Acesso em: 11/12/2024.

08/04/1908, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=10158> Acesso em: 11/12/2024.

24/12/1908, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=11060> Acesso em: 11/12/2024.

24/07/1911, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=14184> Acesso em: 11/12/2024.

05/01/1912, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=14918> Acesso em: 11/12/2024.

23/01/1912, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=14991> Acesso em: 11/12/2024.

14/02/1912, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=15071> Acesso em: 11/12/2024.

15/09/1913, p. 5. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800074&pesq=&pagfis=17823> Acesso em: 13/08/2025.

*Jornal Correio de Notícias* (Siqueira Campos)

08/06/2016, p. 5. Disponível em:

[https://issuu.com/genesismachado/docs/edicao\\_1479](https://issuu.com/genesismachado/docs/edicao_1479) Acesso em: 11/12/2024.

*O Dia*

21/09/1923, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=594> Acesso em: 14/08/2025.

04/12/1923, p. 5. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=109077> Acesso em: 14/08/2025.

06/02/1924, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=1844> Acesso em: 14/08/2025.

08/07/1924, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=2887> Acesso em: 13/08/2025.

05/04/1927, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=9559> Acesso em: 14/08/2025.

24/04/1927, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=9687> Acesso em: 13/08/2025.

*O Município* (Jacarezinho), 29/03/1925, s.p. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=4>

667 Acesso em: 13/08/2025.

10/04/1925, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=4>

667 Acesso em: 13/08/2025.

21/07/1934, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=2>

7519 Acesso em: 11/12/2024.

22/02/1953, p. 15. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=092932&pesq=&pagfis=7>

7380 Acesso em: 11/12/2024.

*O Estado do Paraná: propriedade de uma associação anonyma*

10/04/1925, p. 1-8. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811688&pesq=&pagfis=6>

31 Acesso em: 13/08/2025.

12/04/1925, p. 1-8. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811688&pesq=&pagfis=6>

39 Acesso em: 13/08/2025.

23/04/1925, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811688&pesq=&pagfis=7>

11 Acesso em: 13/08/2025.

28/04/1925, p. 8. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=811688&pesq=&pagfis=7>

50 Acesso em: 13/08/2025.

*O Estado do Paraná: jornal da manhã*

11/09/1926, p. 1. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=830372&pesq=&pagfis=2>

534 Acesso em: 13/08/2025.

## **Rio de Janeiro**

*Correio da Manhã*

01/07/1906, p. 2. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_01&pasta=ano%](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=10980)

[20190&pesq=&pagfis=10980](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=10980) Acesso em: 11/12/2024.

13/03/1909, p. 3. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_01&pasta=ano%](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=19207)

[20190&pesq=&pagfis=19207](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=19207) Acesso em: 11/12/2024.

*Gazeta de Notícias*

09/01/1878, p. 1. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730\\_01&hf=memori](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3515)

[a.bn.gov.br&pagfis=3515](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3515) Acesso em: 11/12/2024.

15/04/1906, p. 1. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730\\_04&pasta=ano%](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=11880)

[20190&pesq=&pagfis=11880](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_04&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=11880) Acesso em: 11/12/2024.

*Jornal do Brazil*

26/08/1899, p. 2. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_01&hf=memori](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11543)

[a.bn.gov.br&pagfis=11543](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_01&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=11543) Acesso em: 11/12/2024.

*Jornal do Commercio*

22/09/1899, p. 1. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568\\_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=33483](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=364568_08&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=33483) Acesso em: 13/08/2025.

*O Brasil*

27/02/1925, p. 8. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028002&pasta=ano%20192&pesq=&pagfis=6770> Acesso em: 14/08/2025.

*O Paiz*

18/07/1908, p. 7. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16782](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=16782) Acesso em: 11/12/2024.

23/03/1909, p. 4. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=19075](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=19075) Acesso em: 11/12/2024.

24/07/1911, p. 6. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=7671](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=7671) Acesso em: 11/12/2024.

02/02/1912, p. 7. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=10370](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=10370) Acesso em: 11/12/2024.

04/02/1912, p. 5. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=10396](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=10396) Acesso em: 11/12/2024.

14/09/1913, p. 9. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691\\_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=18784](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_04&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=18784) Acesso em: 13/08/2025.

*The Brazilian Review*

09/08/1910, p. 755. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=161993&pesq=&pagfis=16415> Acesso em: 11/12/2024.

**São Paulo***Correio Paulistano*

26/06/1911, p. 5. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21630](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21630) Acesso em: 11/12/2024.

27/06/1911, p. 2. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972\\_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21667](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=21667) Acesso em: 11/12/2024.

27/12/1913, p. 10. Disponível em:

[https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972\\_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=31551](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&pasta=ano%20191&pesq=&pagfis=31551) Acesso em: 13/08/2025.

*Diário de São Paulo*

08/01/1878, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709557&pesq=&pagfis=13844> Acesso em: 11/12/2024.

*Diário Nacional: a democracia em marcha*

16/03/1930, p. 2. Disponível em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&pesq=&pagfis=9470> Acesso em: 13/08/2025.

*Fanfulla*

01/09/1923, p. 3. Disponível em:

<https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action> Acesso em: 13/08/2025.

07/09/1923, p. 3. Disponível em:

<https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action> Acesso em: 13/08/2025.

08/09/1923, p. 2. Disponível em:

<https://sistemas.unesp.br/acervo/publico/material.pesquisar.action> Acesso em: 13/08/2025.

*O Estado de São Paulo*

14/07/1910, p. 3. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/> Acesso em: 11/12/2024.

14/09/1913, p. 9. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19130914-12688-nac-0009-999-9-not> Acesso em: 13/08/2025.

13/07/1915, p. 24. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/procura/> Acesso em: 11/12/2024.

06/11/1923, p. 7. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19231106-16354-nac-1-pri-a1-not> Acesso em: 14/08/2025.

### **Livros de memória**

AIMONE, T. *Jacarezinho, seus Pioneiros e os que labutaram para o progresso desta terra*. 1 ed. Jacarezinho, 1975.

BATISTA, S. A. *Jacarèzinho*. Breve Histórico dessa localidade, como homenagem à data do seu cinquentenário. Jacarezinho, 1950.

CALHEIRO, S. A. *História de Santo Antônio da Platina*. 1º ed. Curitiba, PR: Blanche, 2014.

CRESPO, C. L. et al. *Santo Antônio da Platina: Pioneiros e Desbravadores*. Santo Antônio da Platina, 1994.

FARIA, A. A. *Alma da terra Cambará: portal de ouro do Norte Pioneiro*. Curitiba: Opta, 2001.

PUGAS, A. L. *De Alambari a Cambará: um resgate histórico*. Cambará, PR: Iara, 2002.

PROENÇA, H. R. *Os Pioneiros*. Ed. Ixtlan: São Paulo, 2012.

SOUZA, J. V. de. *Minha Terra e Minha Gente: História do município da Colônia Mineira e Siqueira Campos*. Curitiba: SEEC, 1988.

\_\_\_\_\_. *Norte Pioneiro – Norte Velho, Siqueira Campos no cenário do Norte do Paraná*. Curitiba-PR: Imprensa Oficial, 2007.

## Mapas

LEI ESTADUAL nº15.825/08. BASE CARTOGRÁFICA: ITCG (2010). Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf) Acesso em: 04/09/2025.

PARANÁ, Arquivo Público do. *Município de Santo Antônio da Platina*. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba, 1953.

SANTOS, E. L. *O Estado do Paraná*. Coletânea de Mapas Históricos do Instituto Água e Terra (IAT), 1924. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana> Acesso em: 04/09/2025.

## Relatórios

BRASIL. Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais. *Relatório das atividades do SPILT durante o ano de 1911*. Rio de Janeiro: Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, 1912.

RELATÓRIO da Secretaria Geral do Estado do Paraná apresentado a S. Excia. o Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Estado por Alcides Munhoz, Secretário Geral d'Estado, referente aos serviços do exercício financeiro de 1922-23. Curitiba, 1924, v. 1. p. 227.

## BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8, 22, 1994.

ADUM, S. M. S. L. *Imagens do Progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930-1960*. Dissertação (Mestrado em História) -Departamento de História do ILPH/UNESP. Assis/São Paulo, 1991.

ALBERT, B; RAMOS, A. R. R (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALVARES, A. R. *Luta por direitos, memória e repressão no alvorecer da ditadura civil-militar: o caso do sindicalismo rural na cidade de Andirá/PR*. 184 f. Dissertação (mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ARIAS NETO, J. M. *O Eldorado: representações da política em Londrina, 1930/1975*.

Londrina: Ed. UEL, 1998.

\_\_\_\_\_. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. *História & Ensino*. Londrina, 01: 69-82, 1995.

ARRUDA, G. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. São Paulo: EDUSC, 2000.

ARRUDA, G.; PROENÇA, W. de L. A historiografia do Paraná e o espaço simbólico da academia: os historiadores, seus lugares e suas regiões (1970-2012). *Revista de História Regional*, [S. l.], v. 18, n. 1, 2013.

BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas I: magia e técnica, arte e política, ensaios sobre literatura e história da cultura*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano XV, nº 3, jul./set., 1953.

BORBA, T. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, v. 6, São Paulo, 1904.

BURKE, P. História como memória social. In: *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 67-89.

CANCIAN, N. A. *Cafeicultura Paranaense 1900-1970 – Estudo de Conjunturas*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1977.

CAPELATO, M. H. R. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARRERI, M. L.; SOUZA, G. C. A Estrutura Fundiária no Brasil e a luta pela reforma agrária: o Acampamento Valmir Motta de Oliveira em Jacarezinho - PR. *MOVIMENTAÇÃO*, v. 6, p. 83-83, 2019.

CARRERI, M. L. O “Norte Pioneiro” do Paraná: região, modernização e dominação. *ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História*. Rio de Janeiro, 2021.

CARSTEN, A. A. *Ocupação humana da bacia do rio das Cinzas: Uma história de povos sem história*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História – PPH, Universidade Estadual de Maringá, 2012.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 2, 1997.

CERTEAU, M. de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CORRÊA, H. E. R. *O espelho de Eugênio Sigaud: Imagens e representações na Catedral Diocesana de Jacarezinho*. Dissertação - (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2015. 160 f.

COSTA, E. V. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6 ed. São Paulo:

Fundação Editora da UNESP, 1999.

CUNHA, M. C. da. Política indigenista no século XIX. *In: História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

\_\_\_\_\_. O futuro da questão indígena. *In: Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. 1º ed. – São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, R. S. *O processo de fundação do Colégio Nossa Senhora das Graças na cidade de Cambará/PR (1950-1955): política, fé e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, PR, 2021.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. *CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*. 2000.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EVANGELISTA, L. F. M. *O artista e a cidade: Eugênio de Proença Sigaud em Jacarezinho (1954-1957)*. Dissertação - (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2012, 204 f.

\_\_\_\_\_. *ARTE PARA SER VISTA E ADMIRADA: A pintura mural de Eugênio de Proença Sigaud a partir da catedral de Jacarezinho, Paraná*. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, L. *Nossos guerreiros continuarão: etnografia sobre os Nhandewa de Ywy Porã (Abatiá/PR)*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná). Curitiba, 2018.

FERREIRA JÚNIOR, A. V. *Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso – século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

FERRO, M. *A História vigiada*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

FIDELIS, M. T. Reocupação do Norte Pioneiro do Paraná: o caso de Cambará, Alambary e os indígenas. *Revista Angelus Novus*, v. 13, n. 18, p. 196003, 2022.

\_\_\_\_\_. O “Norte Pioneiro” do Paraná e as relações entre reocupantes e populações indígenas: reflexões sobre os conflitos sociais através dos jornais *Correio da Manhã* (RJ), *Diário da Tarde* (PR) e *O Paiz* (RJ) (1908-1912). *Anais da Jornada de Estudos Históricos Professor Manoel Salgado*. Resistência indígena no Brasil: Desafios contemporâneos, confronto territorial e violência institucional. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2023.

FISCHER, T. M. D. *Poder local: um tema em análise*. 1992.

FRANCO, M. S. C. Organização social do trabalho no período colonial. *Discurso*, São Paulo, Brasil, n. 8, p. 1–45, 1978. DOI: [10.11606/issn.2318-8863.discurso.1978.37832](https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.1978.37832). Disponível em: <https://revistas.usp.br/discurso/article/view/37832>. Acesso em: 26 mar. 2026.

FREITAG, L. da C. *Extremo-oeste paranaense: história territorial, região, identidade e (re)ocupação*. 2007. 209 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2007.

GAGLIARDI, J. M. *O Indígena e a República* (Estudo a Respeito do Serviço de Proteção aos Índios). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia) – Universidade Católica de São Paulo, 1985.

GONÇALVES, I. M. *Vozes da imigração mineira em Siqueira Campos/PR: memórias e histórias (1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

GONÇALVES, J. H. R. *História Regional e Ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930/1980*. Dissertação (História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, 1995.

GOULART, M. H. H. S. *O poder local e o coronelismo no Paraná, 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GRAMSCI, A. Sobre temas da Questão Meridional. *In: A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HOBBSBAWM, E. *Sobre História*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOHLHEPP, G. A Contribuição de Leo Waibel para o Conhecimento da Colonização Agrária no Brasil do Séc. XX. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 8, n. 3, p. 69-87, 1 set. 2019.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LINO, A. *A história do senhor bom Jesus da cana verde: conflitos e celebrações em torno de uma imagem religiosa (Siqueira Campos-PR, 1933)*. 2009. 196 folhas. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

LIMA, A. C. de S. *Um grande cerco de paz: poder tutelar e indianidade no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MAIA, L. O. Povos indígenas no crepúsculo setecentista na capitania do Ceará: “invisibilidade”, agência indígena e reelaboração cultural. *Mneme - Revista de*

*Humanidades*, v. 15, n. 35, p. 111-136, 17 out. 2015.

MARTINES, N. S. M. Preservação da história e da memória da Companhia Barbosa Ferraz/PR. *XV Encontro Regional de História*. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, J. S. “O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e frente pioneira”. *Tempo Social*, São Paulo, p. 25-70, 1996.

MARTINS, R. *Cafelândia ou terra das glebas de ouro: impressões de viagens* (1923). Prefácio, introdução/posfácio: BENATTE, A. P.; TOMAZI, N. D. EDUEL, Londrina, 2013.

MARX, K. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAYRINCK, V. F. *História, Memória e Patrimônio Cultural: uma articulação entre o ensino de história e a educação patrimonial no município de Jacarezinho (PR)*. Dissertação (Mestrado Profissional PPED) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2021.

MICHAELIS: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (On-line). Editora Melhoramentos Ltda, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos> Acesso em: 26 de set. 2025.

MIGUEL, R. & MONMA, R. *Projeto de Avaliação do Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 138 kV SE Cia Agrícola Usina Jacarezinho SE Santo Antônio da Platina, PR*. Projeto de Pesquisa, 2015.

MONBEIG, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.

\_\_\_\_\_. A zona pioneira do norte do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano I, n 3, 1935.

MOTA, L. T. *O aço, a cruz e a terra: índios e brancos no Paraná Provincial (1853-1889)*. 1998. 531 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual de São Paulo, Assis, 1998.

\_\_\_\_\_. *Presença e resistência Kaingáng no Paraná*. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC/SP, 1992.

\_\_\_\_\_. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Aos Quatro Ventos, Curitiba, 2000.

\_\_\_\_\_. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: TOMMASINO, K; MOTA, L. T.; NOELLI, F. S (Orgs.). *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina, Eduel, 2004, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)*. 2º ed. Maringá: Eduem, 2009.

MUSSALAM, R. *Norte pioneiro do Paraná: formação e crescimento através dos censos*. Curitiba, 1974. Dissertação (Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

NIMUENDAJÚ, K. U. Apontamentos sobre os Guarani. *Tellus*, ano 13, n. 24, p. 311-360, 2013.

NOGUEIRA, C. E. A apropriação metodológica das frentes pioneiras na formação da Geografia Brasileira (1930-1950). *Terra Brasilis (Nova Série)*, n. 5, 2015.

NOVAK, É. S. *Tekohá e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República – 1889 a 1930*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, 2006.

NOVAK, É. S; MOTA, L. T. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). *Fronteiras*, Dourados, v. 18, n. 32, p. 76-97, 2016.

OLIVEIRA, L. A. de; SILVA, C. M. da; BUENO, S. P. Fontes para história da educação no Município de Curiúva – PR: contribuições para a historiografia das escolas rurais no Norte Pioneiro do Paraná. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 18, n. 2, p. 495–522, 2018.

OLIVEIRA, J. P. de. *O nosso governo: os Ticunas e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA, R. C. de. *O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)*. Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

PADIS, P. C. *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*. São Paulo: Hucitec, 1991.

PAIVA, P. J. de. *“Norte Pioneiro” e Salto do Itararé: História Regional e Local em sala de aula*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História), Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

PEREIRA, L. F. L. *Paranismo – o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PREZIA, B. A. G. Os Guaianá de São Paulo: uma contribuição ao debate. *Rev do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 8: 155-177, 1998.

PRIORI, A. LEGISLAÇÃO E POLÍTICA FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ (1889-1945). *SAECULUM – Revista de História* [26]. João Pessoa, jan./jun. 2012.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (Org.). *História geral da civilização brasileira: estrutura de poder e economia*. V. 1, tomo III. São Paulo: Difel, 1975.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Trad: Dora Rocha.

Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização*. Edição brasileira (1<sup>a</sup>.): Editora Círculo do Livro, São Paulo, 1985.

RODRIGUES, T. A. F. *Uma estação na memória: representações e sociabilidades acerca da Estação Afonso Camargo de Joaquim Távora – PR (1945-1980)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho, 2013.

ROLIM, R. C. *O policiamento e a ordem: histórias da polícia em Londrina: 1948-1962*. Londrina: Eduel, 2013.

RUCKSTADTER, F. M. M. Grupos Escolares no Norte Pioneiro do Paraná (1910-1971). *Rev. HISTEDBR On-line*, v. 18, n. 2. Campinas, 2018.

RUCKSTADTER, F. M. M.; RUCKSTADTER, V. C. M. A educação escolar secundária no Norte Pioneiro do Paraná: a criação de Ginásios entre os anos de 1938 e 1961. *Revista Diálogo Educacional*, [S. l.], v. 22, n. 73, 2022.

SELONK, M. J. T. Jacarezinho: Paradoxo de Prosperidade e Miséria. *Revista Mediações (UEL)*, Londrina, v. 4, p. 76-87, 1999.

\_\_\_\_\_. *Jacarezinho: o cerco pelo campo*. Monografia (Pós-graduação) – Departamento de História, FAFIJA, Jacarezinho, 2001.

SILVA JÚNIOR, A. M. *Catolicismo, poder e tradição: um estudo sobre as ações do conservadorismo católico brasileiro durante o bispado de D. Geraldo Sigaud em Jacarezinho (1947-1961)*. 94 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

SILVA, J. C. *Controle, violência e poder: um estudo da vigilância e repressão política em Andirá/PR (1964-1982)*. 2019. 101 f. Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

\_\_\_\_\_. *Histórias para não esquecer dos tempos da ditadura: trajetórias e resistências no Norte Velho do Paraná e no Médio Paranapanema em São Paulo (1946-1969)*. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

SILVA, J. C.; CARRERI, M. L. Usos do conservadorismo como política no Norte Pioneiro do Paraná (1947-1964). *Contemporâneos: revista de artes e humanidades* (online), v. 1, p. on line, 2022.

SZESZ, C. M. *A invenção do Paraná: o discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas – 1889-1920*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

TANNO, J. L. Patrimônio Documental do “Norte Pioneiro” do Paraná: história e memória das cidades da região (1890-1975). *XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, 2015.

\_\_\_\_\_. Patrimônio cultural dos afrodescendentes: preservação, memória e

recepção. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 31-48, julho-dezembro, 2018.

TELAROLLI, R. *Poder local na República Velha*. São Paulo, Ed. Nacional (Brasiliana, v. 364), 1977.

TODOROV, T. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 3° ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TOMAZI, N. D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: o mito da Companhia de Terras do Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, UNESP.

\_\_\_\_\_. *Norte do Paraná: histórias e fantasmagorias*. Tese (Doutorado em História) – UFPR, Curitiba, 1997.

TOMMASINO, K. *A história dos Kaingang da bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1995.

VICTOR, N. *A terra do futuro: impressões do Paraná*. Typ. do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C. Rio de Janeiro, 1913.

VISCARDI, C. História, Região e Poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus (Juiz de Fora)*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1994.

WACHOWICZ, R. C. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, L. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, 17 (4), 1955. p. 389-422.

WOLF, Eric. Conexões. In: *A Europa e os povos sem história*. Trad: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Edusp, 2005.

WOOD, E. O que é a agenda “pós-moderna”? In: WOOD, E; FOSTER, J (Orgs.). *Em Defesa da História: Marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

**ANEXOS**

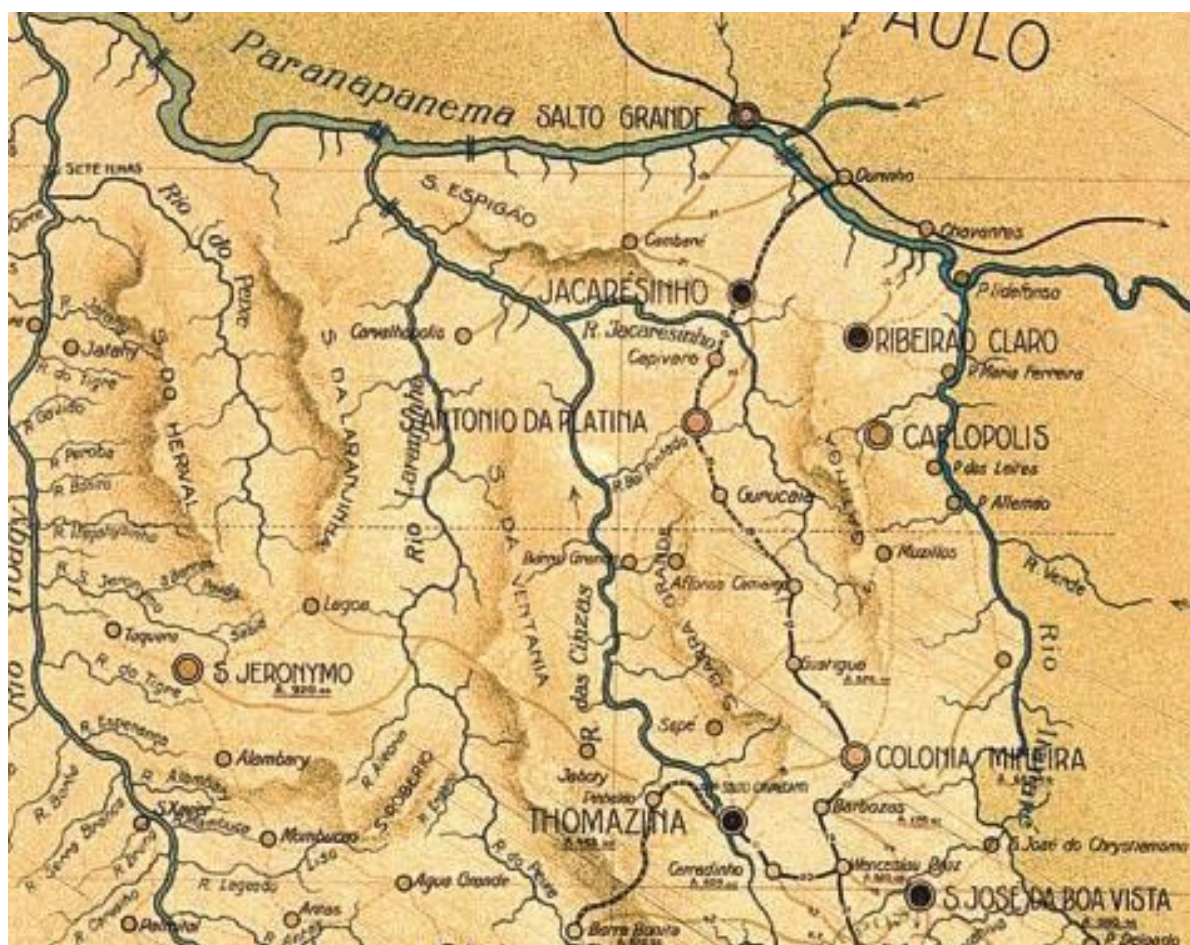
**ANEXO A**  
“Norte Pioneiro” do Paraná



**Fonte:** Instituto Paranaense do Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em: [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/Regiões%20Geográficas%20%28Lei%20Estadual%2015.pdf)

**ANEXO B**

Vilas, povoados e municípios existentes até 1924



Fonte: SANTOS, E. L. *O Estado do Paraná*. Coletânea de Mapas Históricos do Instituto Água e Terra (IAT), 1924. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>

**ANEXO C**  
**Mapa de Santo Antônio da Platina em 1947-1953**



Fonte: PARANÁ, Arquivo Público. Município de Santo Antônio da Platina. Departamento de Geografia, Terras e Colonização. Curitiba, 1953.